

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO  
E QUESTÃO SOCIAL**

**ÉRICA MARIA SANTIAGO**

**JUVENTUDE(S) E SEGURANÇA PÚBLICA:  
ABORDAGENS POLICIAIS AOS JOVENS MORADORES DE TERRITÓRIOS  
ESTIGMATIZADOS**

**FORTALEZA - CEARÁ**

**2015**

ÉRICA MARIA SANTIAGO

JUVENTUDE(S) E SEGURANÇA PÚBLICA:  
ABORDAGENS POLICIAIS AOS JOVENS MORADORES DE TERRITÓRIOS  
ESTIGMATIZADOS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Glaucíria Mota Brasil.

FORTALEZA - CEARÁ

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Santiago, Érica Maria.

Juventude(s) e Segurança Pública: abordagens policiais aos jovens moradores de territórios estigmatizados [recurso eletrônico] / Érica Maria Santiago. - 2015.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 321 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Fortaleza, 2015.

Área de concentração: Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Orientação: Prof.ª Dra. Maria Glaucíria Mota Brasil.

1. Juventude(s). 2. Territórios estigmatizados. 3. Violência. 4. Estado Penal. 5. Abordagens e suspeição policiais. I. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa  
Centro de Estudos Sociais Aplicados  
Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social,  
Trabalho e Questão Social



Érica Maria Santiago

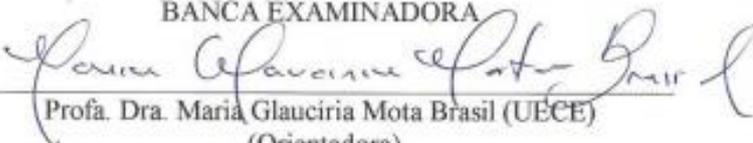
**Juventude(s) e Segurança Pública: abordagens policiais aos jovens moradores de territórios estigmatizados.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Área de concentração: Serviço Social

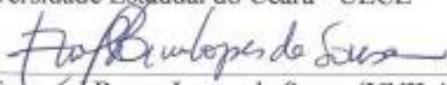
Aprovada em: 26/06/2015.

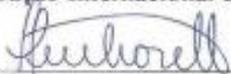
BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Dra. Maria Glauciria Mota Brasil (UECE)

(Orientadora)

Universidade Estadual do Ceará - UECE

  
Prof. Dr. Emanuel Bruno Lopes de Sousa (UNILAB)  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

  
Prof. Dra. Jacqueline Sinhoretto (UFSCAR)  
Universidade Federal de São Carlos

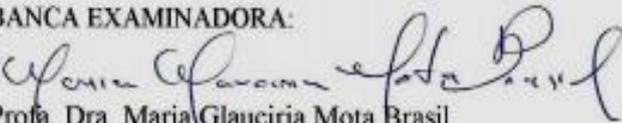
**FOLHA DE AVALIAÇÃO**

**Título da dissertação: Juventude(s) e Segurança Pública: abordagens policiais aos jovens moradores de territórios estigmatizados.**

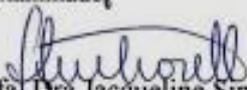
Nome da Mestranda: **Érica Maria Santiago**

Nome da Orientadora: Maria Glaucíria Mota Brasil

BANCA EXAMINADORA:

  
Profa. Dra. Maria Glaucíria Mota Brasil  
Orientadora

  
Prof. Dr. Emanuel Bruno Lopes de Sousa  
1º Examinador

  
Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto  
2º Examinador

Data da Defesa: 26/06/2015

Conceito obtido: SATISFATORIO

A Deus, à minha família, aos meus amigos e minhas amigas, aos interlocutores da pesquisa e ao meu querido amor, Isaías.

## AGRADECIMENTOS

Dedico este pequeno espaço para agradecer todas as pessoas que estão e estiveram presentes na minha vida, tanto no âmbito pessoal quanto acadêmico, que de certa forma, ajudaram-me e acreditaram no meu potencial. Partilharam comigo momentos de tristezas e euforia; alegrias e derrotas; de medos e sonhos.

Começo agradecendo a Deus, apesar da minha pouca fé, me fortaleceu e me mostrou a esperança por dias melhores. Pela Sua presença constante nos meus momentos de fraqueza e insegurança. Por ter sido o meu porto seguro e ter me mostrado que com Ele eu poderia contar! E por todas as bênçãos que me concedeu nesta vida.

À minha mãe, Maria Auxiliadora que é um exemplo singelo de mulher cheia de fibra e maturidade; e ao meu pai, Santiago, que sempre me mostrou a importância da dedicação e responsabilidade em todas as ações assumidas. Juntos me ensinaram o valor da educação e demonstraram a importância de lutarmos pelo que desejamos sempre, apesar de quaisquer dificuldades.

Aos meus irmãos: Anny, Bruno, João Neto e Renata.

Ao meu querido amor, Isaías Braga, o qual sempre se dedicou a me ajudar em todos os momentos, pelos carinhos, conselhos, compreensão nas horas que eu não podia dar atenção e repreensões nos momentos em que eu achava que não ia conseguir terminar este trabalho.

À professora Glaucéria Mota Brasil pela orientação e confiança, por ter me proporcionado experiências ricas em conhecimento, através de minha participação Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LABVIDA). Ela que se fez presente desde meus estudos iniciais na graduação, na disciplina de pesquisa, tem-me fornecido o aporte teórico necessário para a construção desta obra e tem me incentivado a dar continuidade ao meu percurso no mundo acadêmico.

Aos colegas do LABVIDA que estão comigo desde a graduação e que compartilharam tardes de estudo, risadas e café: Cristiê, Ana Karine, Vinélia, Kátia, Waleska; especialmente à Lara, minha amiga, companheira desde a minha chegada ao Laboratório com quem dividi minhas inquietações e dúvidas. Também agradeço

aos mais novos membros (Anielly, Nayá, Bruna, Giulia) e, sobretudo o jovem Michel, pela ajuda nas transcrições e partilha de leituras.

Ao Prof. Dr. Emanuel Bruno Lopes de Sousa e à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jacqueline Sinhorreto e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemary de Oliveira Almeida por aceitarem o convite para participar na Banca de Defesa da presente dissertação.

À todo o corpo docente, servidores e colegas do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social. Especialmente as minhas grandes companheiras de estudos, de profissão e de vida, Thacyana Karla e Sara Rebeca (irmãs de coração), a quem dedico meus sinceros agradecimentos pela cumplicidade e amizade.

Aos jovens residentes do Grande Bom Jardim e a todos aqueles que perderam alguém para a violência, especialmente quando esta partiu de agentes de segurança pública, os quais teriam o dever de protegê-los. E àqueles (as) que são vítimas de uma violência induzida pelo Estado, mas que continuam a acreditar que é possível transformar a dura realidade e a viver num sistema com respeito à democracia e aos direitos humanos.

Aos entrevistados(as) e, especialmente, aos jovens do Jovens Agentes da Paz (JAP), que me proporcionaram construir este trabalho, proporcionando momentos ricos de experiência e engajamento político após os meses de convívio. E, a todos (as) os membros Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS), sobretudo, Joaquim Araújo e Matheus Pires.

Aos policiais do Ronda do Quarteirão que concordaram em participar da pesquisa.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo incentivo com a concessão da bolsa de estudo, que me proporcionou a aquisição do material bibliográfico e participação em eventos científicos.

Enfim, a todos (as) aqueles (as) que contribuíram de forma direta ou indireta sem os quais este trabalho se quer existiria.

“Até hoje, a sociedade não compreendeu a dinâmica que mutila e clama por medidas que apenas corroem para que se realizem as mais nefastas profecias – e o círculo vicioso da violência se reproduz, alimentado por medo, preconceitos, omissão cúmplice das autoridades e pela brutalidade policial. Quando uma autoridade concede, ao policial, liberdade para matar, arbitrariamente, lhe confere também, tacitamente, autoridade para negociar a vida e a liberdade: esta é uma das matrizes importantes da corrupção que degrada as polícias e as debilita, fazendo-as, mais que ineficientes, cúmplices do crime que deveriam combater. Quem buscava fortalecer as polícias com políticas que toleram a violência arbitrária, termina por leva-las à impotência e ao descrédito, disseminando pela sociedade a arbitrariedade pela violência.”

Luiz Eduardo Soares (2005, p. 13).

## RESUMO

Esta dissertação versa sobre as abordagens policiais do Programa Ronda do Quarteirão (RQ) aos jovens residentes em territórios estigmatizados, especialmente aqueles moradores do Grande Bom Jardim (GBJ), área composta por bairros considerados pela mídia e instituições de segurança pública do Estado do Ceará como violentos e perigosos da Cidade de Fortaleza. Ela busca investigar os olhares destes jovens sobre as abordagens policiais do RQ, suas experiências com a violência e a polícia; e o que essa abordagem policial, com base em critérios de suspeição, comunica sobre a cultura policial. Foram utilizadas técnicas de observação direta e entrevista semiestruturada para se chegar às respostas das perguntas empreendidas na construção do objeto. O estudo em tela mostra que violência policial e racialização são fenômenos sociais correlacionados. A racialização das relações sociais no Brasil se expressa de maneira contundente no campo da segurança pública, já que é constatado a existência de uma filtragem racial nas famosas “batidas policiais”. Raça/cor, local de moradia, faixa etária e ociosidade funcionam como elementos de deterioração da identidade do abordado. A maioria dos jovens entrevistados aqui expressa as piores avaliações sobre a polícia. Isso demonstra a existência de uma relação conflituosa entre a força policial e a juventude citada. O extermínio, as práticas policiais violentas contra os jovens pobres e negros, e o encarceramento em massa desse público, constituem-se as principais configurações do controle social na atual conjuntura, que se convencionou chamar de Estado punitivo.

**Palavras-chave:** Juventude(s). Territórios estigmatizados. Violência. Estado Penal. Abordagens e suspeição policiais. Cultura policial.

## ABSTRACT

This paper talks about the police approach of the Ronda do Quarteirão program (RQ) to the youth living in stigmatized territory, especially those dwellers of Grande Bom Jardim (GBJ), area composed by neighborhoods considered by the media and public safety institutions of the State of Ceará as violent and dangerous in the city of Fortaleza. This work seek to investigate the view of those young about police approach of the RQ, their experiences with violence and police; and what this police approach, with base in criteria of suspicion, reports about the police culture. Observation techniques were used like direct observation and semi-structured interview to get to the answers of the questions undertaken in the construction of the object. This study shows that police violence and racialization are social phenomena correlated. The racialization of the social relations in Brazil expressed in a scathing way in the field of public security, since it is found the existence of a racial profiling in the famous “police raid”. Race/color, living place, age group and idleness work like identity deterioration of the addressed. The majority of the young interviewed here express the worse ratings about police. This shows the existence of a conflictual relation between police force and cited youth. The extermination, the violent police practice against the black poor young, and the mass incarceration of them, constitute the main settings of the social control in the current conjuncture, that conventionally is called punitive State.

**Key-words:** Youth. Stigmatized territory. Violence. Penal State. Police approach and suspicion. Police culture.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - O perfil da morte violenta no Ceará .....	33
FIGURA 2 - Em cada morro uma história diferente de que a polícia mata gente inocente .....	41
FIGURA 3 - Atos infracionais cometidos por adolescentes .....	45
FIGURA 4 - A situação dos Centros Socioeducativos no Ceará .....	47
FIGURA 5 - Sociedade que clama por mais repressão .....	51
FIGURA 6 - Policial do Programa Ronda do Quarteirão realizando uma abordagem .....	112
FIGURA 7 - Anatomia do “Piranqueiro” .....	123
FIGURA 8 - Cartaz racista da PM de São Paulo para a prevenção contra roubos .....	134
FIGURA 9 - “Somos condenados desde o ventre materno” .....	160
FIGURA 10 - Invisibilidade Social .....	163
FIGURA 11 - Da invisibilidade à imposição do respeito por meio da arma .....	166
FIGURA 12 – “A quem temer, a quem admirar? ” .....	169
FIGURA 13 - Policiais do Ronda do Quarteirão atuando no Projeto Ronda Cultural .....	227
FIGURA 14 - Fotos da 1ª Marcha Contra o Extermínio da Juventude Pobre e Negra em Fortaleza .....	303
FIGURA 15 - Fotos do Seminário Pela Vida da Juventude: debatendo o Mapa da Violência .....	306

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL-CE	Assembleia Legislativa do Ceará
AVVIPEC	Associação das Vítimas de Violência Policial no Ceará
BOPE	Batalhão de Operações Policiais Especiais
BPCOM	Batalhão de Policiamento Comunitário
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASE	Comunidade de Atendimento Socioeducativo
CCBJ	Centro Cultural Bom Jardim
CDVHS	Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa
CECAL	Centro Aloísio Lorscheider
CFSdF	Curso de Formação de Soldados de Fileiras
CEPA	Centro Educacional Patativa do Assaré
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CESA	Centro de Estudo Sociais Aplicados
CESeC	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
CESPE	Centro de Seleção e de Promoção de Evento
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COVIO	Laboratório de Estudos e Pesquisas Conflitualidade e Violência
COTAM	Batalhão de Polícia de Choque
CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
CUCA	Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte

CUFA-CE	Central Única das Favelas do Ceará
CVLIs	Crimes Violentos Letais Intencionais
DCA	Delegacia da Criança e do Adolescente
DJ	Disc Joquei
DDHH	Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EEFM	Escolas de Ensino Fundamental e Médio
FFAA	Forças Armadas
FNSP	Fórum Nacional de Segurança Pública
Fórum DCA	Fórum Permanente de Entidades de Defesa de Direitos de Criança e Adolescentes
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GATE	Grupo de Ações Táticas Especiais
GBJ	Grande Bom Jardim
GEVAC	Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos
GGIM	Gabinete de Gestão Integrada do Município
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDJ	Índice de Desenvolvimento Juvenil
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM-B	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - por bairro
IFCE	Instituto Federal do Ceará
IHA	Índice de Homicídios na Adolescência

INFOPEN	Sistema Integrado de Informações Penitenciárias
INESP	Instituto de Estudo e Pesquisa para o Desenvolvimento do Estado do Ceará
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
JAP	Jovens Agentes da Paz
LA	Liberdade Assistida
LABVIDA	Laboratório de Direitos Humanos Cidadania e Ética
LEV	Laboratório de Estudos da Violência
LSN	Lei de Segurança Nacional
MASS	Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MJ	Ministério da Justiça
MS	Ministério da Saúde
NEV/USP	Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo
NUD*IST	Non- numerical unstructured data indexing, searching and theorizing
NUPEVI	Núcleo de Pesquisa das Violências
NUPES	Núcleo de Pesquisas Sociais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização não Governamental
OPS	Organização Pan-americana da Saúde

PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PIA	Plano Individual de Atendimento
PL	Projeto de Lei
PLS	Projetos de Lei do Senado
PM	Polícia Militar
PM-CE	Polícia Militar do Estado do Ceará
PPMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PMA	Planejamento, Monitoramento e Avaliação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNSP	Política Nacional de Segurança Pública
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POG	Policamento Ostensivo Geral
PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PRVL	Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
PROTEJO	Proteção de Jovens em Territórios Vulneráveis
RAIO	Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas
RC	Ronda Cultural
RAP	Rhythm and Poetry
RQ	Ronda do Quarteirão
Rede Dlis	Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
REJAN	Rede de Articulação do Jangurussu e Ancuri

ROTA	Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar
RS	Representação Social
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado
SEDUC	Secretaria de Educação
SER's	Secretarias Executivas Regionais
SESEC	Secretaria Municipal de Segurança Cidadã
SIM/ Datasus	Sistema de Informações sobre Letalidade
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SIPS	Sistema de Indicadores de Percepção Social
SSPDS-CE	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UIs	Unidades de Internação
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNB	Universidade de Brasília
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFOR	Universidade de Fortaleza
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>20</b>
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO.....	28
1.2 APROXIMAÇÕES AO OBJETO.....	52
<b>1.2.1 Perfil dos interlocutores da pesquisa .....</b>	<b>57</b>
1.3 A PESQUISA E O MÉTODO: PARTES QUE SE COMPLETAM.....	59
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	65
<b>2“POLÍCIA PARA QUEM PRECISA DE POLÍCIA? ”: AS PRÁTICAS POLICIAIS NO ESTADO PENAL BRASILEIRO</b> .....	<b>69</b>
2.1 APONTAMENTOS SOBRE O ESTADO PENAL, CRIME E VIOLÊNCIA .....	70
2.2 NATUREZA DO TRABALHO POLICIAL .....	88
<b>2.2.1 Cultura policial, <i>ethos</i> e violência policial .....</b>	<b>96</b>
<b>2.2.2 Polícia espelho da sociedade?.....</b>	<b>107</b>
2.3 ABORDAGENS POLICIAIS E FORMAÇÃO DA (IN)FUNDADA SUSPEITA.....	111
<b>2.3.1 Quem é o “elemento suspeito”? .....</b>	<b>119</b>
<b>2.3.2 Crônica de uma culpa anunciada: raça/cor como elemento estruturante da suspeição</b> .....	<b>131</b>
<b>3 JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS</b> .....	<b>146</b>
3.1 A DESCONSTRUÇÃO DO BINÔMIO JUVENTUDE- VIOLÊNCIA .....	146
<b>3.1.1 Jovens PPP’s: “Somos todos bandidos até que se prove o contrário? ”</b> .....	<b>152</b>
<b>3.1.2 “Violentamente pacíficos” .....</b>	<b>160</b>
<b>3.1.3 O fenômeno tráfico de drogas .....</b>	<b>166</b>
<b>3.1.4 O significado de ser jovem em territórios estigmatizados .....</b>	<b>170</b>

3.2 O BAIRRO DO “VICHE”: “A FAMA DO LUGAR COMO “VIOLENTO E PERIGOSO”	181
3.2.1 Grande Bom Jardim: um lugar estigmatizado escolhido como “Território da Paz”	186
3.2.2 Jovens Agentes da Paz (JAP): resistência em meio a uma sociabilidade violenta	198
3.3 POLÍCIA E JUVENTUDE: UM EMBATE SOCIAL	205
3.3.1 Experiências juvenis com a abordagem policial no Grande Bom Jardim	208
4 PROJETO RONDA CULTURAL: UMA EXPERIÊNCIA DE “PACIFICAÇÃO” NAS RELAÇÕES JUVENTUDE E POLÍCIA?	226
5 CONCLUSÃO	249
REFERÊNCIAS	263
APÊNDICES	288
ANEXOS	293

## 1 INTRODUÇÃO

Toda investigação, como bem diz Minayo (2007, p.16), inicia-se por um problema, uma inquietação, uma dúvida; e nada pode ser “intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”.

Dito isto, o interesse pela problemática advinda das relações conflituosas que se estabelecem entre juventude e polícia durante as abordagens policiais se dá, inicialmente, pelo fato de esta me instigar como pessoa, e, em seguida, como assistente social, uma vez que o objeto de intervenção do Serviço Social é a “questão social”<sup>1</sup> e suas múltiplas expressões<sup>2</sup>; e, como pesquisadora, chamou-me atenção os elevados índices de mortalidade juvenil, nos espaços periféricos das cidades brasileiras, em que a maioria são jovens vítimas, também, da violência policial<sup>3</sup>.

Em linhas gerais, as minhas inquietações para a elaboração deste estudo consistem em saber quais significados justificam ser os jovens<sup>4</sup> moradores de territórios estigmatizados<sup>5</sup>, especialmente aqueles que residem no Grande Bom Jardim (GBJ), identificados como suspeitos pela polícia, já que eles são quase sempre o público-alvo das abordagens policiais.

A suspeita para estes sujeitos seria percebida como algo naturalizado? E, se não, como se portam frente a essa realidade?

---

<sup>1</sup> A “questão social” elementarmente determinada pela peculiar relação entre capital e trabalho, pela sociabilidade erguida sob o comando do capital. Para uma melhor compreensão da “questão social” ver Netto (2009), *Cinco notas a propósito da “questão social”*.

<sup>2</sup> Esta temática insere-se no conjunto das expressões da “questão social”, as quais são absorvidas, em sua grande maioria, pelo atual processo de judicialização, que se concretiza via encarceramento. Ver Garland (2008) e Wacquant (2001).

<sup>3</sup> De acordo com números oficiais do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, pelo menos seis pessoas foram mortas por policiais no Brasil, a cada dia, no ano de 2013. O Brasil é um dos países em que os policiais mais morrem e mais matam. O racismo institucional na segurança pública é expressado visivelmente no extermínio sistemático dos jovens negros de territórios estigmatizados sob a autoria dos policiais militares. E, “[quanto maior o número de mortes produzidas pela atividade policial, mais evidente a filtragem racial de negros se torna, especialmente entre os jovens” (SINHORETTO *et al.*, 2014, p.153).

<sup>4</sup> A faixa etária considerada como jovem nesse trabalho é a mesma da definição existente de jovem que foi delimitada e estabelecida pela Política Nacional da Juventude (2005) e do Estatuto da Juventude (2013): de 15 a 29 anos. Segundo dados do Censo de 2010 do IBGE, Fortaleza tem 718.613 pessoas nessas idades.

<sup>5</sup> Conforme Wacquant (2005, p.08) estes são considerados “territórios de privação e abandono a serem evitados e temidos, porque têm ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, de violência, de vício e de desintegração social.”

A reflexão sobre a suspeição<sup>6</sup>, abordagens e violências policiais, tendo como público-alvo jovens daqueles territórios, está presente na ordem do dia e desafia vários setores da sociedade. Logo, a problemática se revela bastante atual, e, mesmo existindo uma produção considerável sobre ela, o intuito do estudo é trazer algumas particularidades sobre as experiências juvenis relacionadas à atuação da polícia nos espaços estigmatizados de Fortaleza; e, mais especificamente, como se dão as abordagens policiais aos jovens residentes nesses espaços, considerando a realidade local.

Essa atividade, tão corriqueira das forças policiais, pode se constituir como um dos pontos mais tensos da ação policial militar<sup>7</sup>, uma vez que são nas decisões discricionárias adotadas pelos policiais que seus atos podem assumir feições preconceituosas e discriminatórias em relação aos segmentos mais vulneráveis da sociedade.

Os abusos e as práticas de violência podem ser verificados durante as abordagens policiais. É nessa hora que os agentes podem demonstrar o despreparo técnico e emocional, o que os leva a praticar ações desastrosas e truculentas. É também durante esta ação que o *modus operandi* da polícia brasileira se impõe.

Sinhoretto *et al.* (2014) asseveram que a racialização das relações sociais no Brasil se expressa de maneira contundente no campo da segurança pública, já que é constatado a existência de uma filtragem racial na abordagem policial. Eles enfatizam que a filtragem racial está entranhada nas próprias estratégias do policiamento.

Assim, a cor se constitui como um dos elementos de deterioração da identidade do abordado, “reiterando a lógica da suspeição policial, transformando o estado de sua identidade: de cidadão a potencial suspeito” (Ibidem, p.137).

---

<sup>6</sup> É o ato de suspeitar de alguém ou de algo. Reiner (2004, p.39) diz que os policiais a realizam como forma de lidar com diferentes comportamentos e pessoas e se constitui como “[...] produto da necessidade de manter certa atenção para a sinalização de problemas, de perigo potencial e de pistas de crimes. É uma resposta ao perigo, a elementos de autoridade e eficiência no ambiente, e também um efeito do sentido de missão”.

<sup>7</sup> A Polícia Militar, segundo o Art. 144 da Constituição Brasileira de 1988, é responsável pelo policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. O policiamento ostensivo é aquele que se mostra, é visível. O policial é facilmente identificado pela farda que ostenta, como principal aspecto de identificação, além do uso de equipamentos, armamento e meio de locomoção. Seu objetivo básico é a prevenção, ou seja, os policiais, que estão em constante vigilância, atuam para evitar o cometimento de delitos e de violações de normas.

As estatísticas que inferem a existência da filtragem racial na seleção de “suspeitos” seriam, então, as mortes produzidas por policiais e as taxas de encarceramento, segundo cada grupo de cor/raça.

A divulgação, através dos meios de comunicação, das denúncias sobre as práticas abusivas e discriminatórias cometidas pela polícia brasileira, durante abordagens policiais, contra os possíveis suspeitos de práticas delituosas, tornaram-se rotineiras, demonstrando que a atuação policial permeia a linha tênue entre as fronteiras do legal e do ilegal (TELLES, 2010).

O Ronda do Quarteirão (RQ) foi o principal programa na área de segurança pública do Ceará, implementado pelo Governo Cid Gomes (2007-2010), o qual foi o “carro chefe” de sua primeira campanha eleitoral. Criado como uma “nova” estratégia de policiamento, vinculado inicialmente à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS-CE), foi nomeado de “polícia da boa vizinhança”, já que tinha como uma de suas premissas o desenvolvimento de relações de proximidade e cooperação com a população.

Este Programa objetivava conter o avanço da criminalidade e da violência no Estado do Ceará por meio de ações mais preventivas que repressivas, além de resgatar a imagem da polícia. Dentro dessas prerrogativas, deveria ser orientado pelos paradigmas da cidadania e dos direitos humanos, ou seja, pelo modelo de polícia baseado na filosofia do policiamento comunitário, diferenciando-se, assim, do sistema de abordagens utilizado pelo policiamento tradicional ou Policiamento Ostensivo Geral (POG) executado no Ceará. Desde 2010, passou a ser chefiado pelo Comando Geral da Polícia Militar, aliando-se ao POG, como Batalhão de Policiamento Comunitário (BPCOM), no combate ao crime.

Contudo, o RQ, que teve sua formação orientada pelo paradigma da Segurança Cidadã<sup>8</sup>, com pouco tempo de atuação, passou a ser denunciado pelo

---

<sup>8</sup> Freire (2009), em seu artigo intitulado *Paradigmas de Segurança no Brasil: da Ditadura aos nossos dias*, realizou uma análise histórica sobre os 3 (três) paradigmas que influenciaram a formulação de políticas de Segurança no Brasil, no período compreendido entre a Ditadura Militar (1964-1985) aos dias atuais (as cinco últimas décadas), a saber: a **Segurança Nacional**, a **Segurança Pública** e a **Segurança Cidadã**, dando ênfase ao debate sobre os desafios e limites à aplicação prática desta última tendência paradigmática. Ela destaca que os paradigmas não são estáticos e nem excludentes. Eles podem coexistir mutuamente. Por isso, as características de um podem ser identificadas na vigência do outro, especialmente em períodos de transição. No primeiro paradigma, a

envolvimento de policiais rondantes<sup>9</sup> em práticas de violações de direitos, tais como: abuso de poder, invasão de domicílio, execuções, estupros e agressões físicas; como foram apresentadas em matérias no Jornal O Povo, em julho de 2009<sup>10</sup>, tornando público a existência de 211 casos na Corregedoria Geral dos Órgãos de Segurança Pública.

Dentre as várias denúncias apresentadas, foi divulgado que policiais do RQ teriam cometido crime de lesão corporal dolosa a quatro jovens, num bairro periférico de Fortaleza (Jardim América)<sup>11</sup>, atestando, assim, como os agentes de segurança pública agem nessas localidades e quem são as pessoas visadas pelo braço armado estatal.

Pode-se afirmar que as práticas ilegais da polícia ainda persistem, mesmo com as propostas de mudança formuladas por diretrizes, planos e pela própria Política Nacional de Segurança Pública (PNSP), o que demonstra existir um descompasso entre as leis e as práticas cotidianas destes policiais.

Os mesmos meios de comunicação que denunciam a violência policial apresentam, constantemente, discursos que associam criminalidade, pobreza, cor, local de moradia, segmento etário e ociosidade. Diante disso, Bezerra (2011) informa que as imagens e discursos midiáticos, em tom de espetacularização e exacerbação, corroboram para a construção da visão de que as periferias são espaços onde reina a violência e a periculosidade, por isso podemos denominá-las de territórios estigmatizados (WACQUANT, 2005).

---

atuação estatal era incisivamente repressiva para preservar o poder e a defesa contra qualquer inimigo, o que justificou o uso de inúmeros meios violadores dos direitos humanos. “Na perspectiva da Segurança Nacional, o protagonismo era conferido às forças armadas (FFAA), de organização federal. Na Segurança Pública, as polícias, principalmente civis e militares, de responsabilidade dos estados, assumem esse papel preponderante” (FREIRE, 2009, p.55). Conforme a Constituição Federal de 1988, no Art. 144, a Segurança Pública é dever estatal e direito e responsabilidade de todos, cujo objetivo é a “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. É voltada à manifestação da violência no âmbito interno. Já a intervenção da Segurança Cidadã envolve as várias instituições públicas e a sociedade civil, e não somente a ação policial, como é enfatizada no paradigma da Segurança Pública. A implementação de ações, tendo como objetivo o controle e, sobretudo, a prevenção da violência, são planejadas “a partir dos problemas identificados como prioritários para a diminuição dos índices de violência e delinquência em um território, englobando iniciativas em diversas áreas, tais como educação, saúde, lazer, esporte, cultura, cidadania, dentre outras” (Ibidem, p.52).

<sup>9</sup> Referente aos policiais do Programa Ronda do Quarteirão.

<sup>10</sup> Ronda sob investigação. **JORNAL O POVO**. Fortaleza. 13 jul. 2009, p. 8.

<sup>11</sup> Agressão em praça pública. Fortaleza. **JORNAL O POVO**. 14 jul. 2009, p. 08.

As mídias (televisivas, fonográficas e impressas) são capazes de fortalecer uma dupla imagem dos residentes de áreas periféricas, as quais são frequentemente veiculadas:

[...] a **do pobre perigoso**, violento e potencialmente suspeito em relação ambígua com **o pobre vulnerável**, necessitado e de vida precária. Ambos são postos na condição de risco, no sentido de tornarem-se “vítima” ou “protagonista” de violências/violência urbana e da criminalidade (BEZERRA, 2011, p.04, grifo nosso).

Num depoimento de um jovem interlocutor, ele revela que a mídia é coparticipante da construção da estigmatização e criminalização de certas localidades e pessoas.

[...] eu não vou sair de casa por medo de andar na periferia, porque a mídia me mostra que na periferia tem muita morte, que na periferia os jovens são assassinados, na periferia os jovens matam, que o tráfico de drogas é a cada esquina, que as pessoas passam na sua porta vendendo droga. E acaba que esses preconceitos acabam sendo criados a partir de uma mídia que vem monopolizando as pessoas. E a grande massa de Fortaleza as vezes se entregam um pouco ao pensamento que a mídia prega (Jovem 02).

Isso é consubstanciado na declaração de um policial militar rondante que atua em um dos bairros do GBJ e que reproduz, em sua fala, aspectos preconceituosos e racistas.

Eu vejo o elemento que tem suas características já. Eu conheço pela característica dele. **Na nossa área tem uma característica do elemento infrator:** ele usa boné, no topo da cabeça aqui, não entra todo o boné; tem uns riscos aqui na cabeça, uns caminhos de rato aqui, no cabelo que ele faz. Roupas da Smolder, roupas da Cyclone, short Cyclone veludo, chinela, as vezes andando com bicicleta com um radinho dentro da cestinha [...] esses já são elementos que assaltam na nossa área. Quando eu vejo um elemento desse eu abordo. **E na maioria das vezes, moreno, negro. É esse aí a [...] quando eu vejo ele eu já abordo. Que eu sei que esse aí são os elementos da nossa área (POLICIAL ALFA).**

Nesse sentido, é importante discutir a problemática das abordagens preconceituosas e violentas a determinados segmentos populacionais que, dentre a pluralidade de jovens, são os suspeitos preferenciais. Ou seja, a atuação policial é baseada em um conjunto de estereótipos que define quem seria o cidadão de bem e o “elemento suspeito” (RAMOS; MUSUMECI, 2005), bem como a ação dispensada para cada um desses.

Para isso é necessário pensar os preconceitos e discriminações sociais e raciais como um *habitus* (disposição de práticas) que se expressa de forma objetivada em determinados lugares e indivíduos. O que estaria, então, enraizado na cultura policial para que o processo de suspeição se vinculasse principalmente naqueles jovens já estigmatizados, como se pode constatar no depoimento de certos policiais? O que a abordagem policial, com base em critérios de suspeita, revela sobre a cultura do policial e de seus agentes? Seria a polícia o espelho de uma sociedade rígida e violentamente hierarquizada? (BATISTA, 2003).

Sendo o *habitus* um sistema de disposições adquiridas pelo indivíduo durante o processo de socialização, Bourdieu (2003) destaca que um de seus componentes, o *ethos*, corresponde aos valores interiorizados e não conscientes da moral que irão direcionar a conduta cotidiana de um agente.

O *ethos* da Polícia Militar (*ethos* militar) apresenta traços do *ethos* guerreiro (DIÓGENES, 2011; KANT DE LIMA, 2002; SOUZA, 2012), que enfatiza a luta e o emprego de táticas combativas voltadas para a eliminação do inimigo. A função policial, como “braço forte” do Estado, que está assentada na Segurança Nacional (paradigma vigente durante a Ditadura Militar), aparece ainda muito presente nas atuais configurações da força policial militar no atual Estado Democrático de Direito. A configuração do sistema público de segurança, apesar das inúmeras tentativas de mudança em prol de um modelo de polícia cidadã, ainda guarda traços de autoritarismo.

Aquele inimigo interno é submetido a um processo denominado de **sujeição criminal**. Misse (2009, p.213) define sujeição criminal como

[...] um processo social que incide sobre a identidade pública e muitas vezes íntima de um indivíduo. Para que haja sujeição criminal, é preciso que certos tipos de curso de ação, representados não apenas como desviantes, divergentes, problemáticos ou ilegais, mas interpretados principalmente como criminais, inclusive pelo agente, se reiterem na expectativa social a propósito desse agente.

Aplica-se uma potencialidade de todos os indivíduos que possuam atributos próximos ou afins ao tipo social acusado. “Ou seja, os indivíduos identificados pelo processo de sujeição criminal generalizada, fundada na ideia de

territórios ou grupos perigosos, são vistos como potencialmente dotados de uma disposição para o cometimento de ações criminosas” (PAIVA, 2014, p.101-2).

Nesses territórios estigmatizados, o Estado de Exceção, segundo a definição de Agamben (2010), ainda se faz permanente. Na guerra contra as drogas, modelo de controle social vigente nas periferias (tida como lócus do mal e da criminalidade), ele transforma os espaços estigmatizados em verdadeiras arenas de guerra.

O “medo branco”, numa sociedade violentamente hierarquizada, tal como cita a historiadora social Batista (2003), infunde e difunde, por meio de representações do consciente e inconsciente (representações sociais), o terror e o medo do outro, justificando e defendendo políticas autoritárias de controle social.

Aqui o “**outro**” são os habitantes mais pobres das cidades, ou seja, aqueles em que se evita e que são objetificados, mediante a ótica perversa construída pela cultura do medo, como “marginais”, criminosos (CALDEIRA, 2000).

Posto isto, a pesquisa em tela focaliza-se nos sujeitos principais da abordagem policial: a polícia militar (policiais rondantes) e os jovens, sobretudo os que residem no Grande Bom Jardim.

A relevância do presente estudo está em abordar realidades que revelam a população jovem como alvo prioritário da violência policial em “batidas policiais”, trazendo algo que já se tornou banal para a população brasileira: a criminalização e discriminação dos jovens pobres e negros moradores de periferia, durante abordagens policiais, fatos estes que são obstáculos à universalização da cidadania.

Destaca-se mais uma vez que diversos estudos, tanto nacionais como internacionais, têm abordado o tema ao longo do tempo. Contudo, esta não é uma problemática esgotada e que já se tenha dito tudo sobre ela. E como nos ensina Osterne, Brasil e Almeida (2013, p.166), a realidade social é, por demais, complexa e a interpretação do mundo e das interações sociais são diversas. Assim sendo, o conhecimento sempre será provisório e a construção do objeto, uma ação contínua: “[dessa forma, a marca da provisoriedade, do dinamismo e da especificidade estão

presentes em qualquer questão social com fortes reflexos sobre a sua possibilidade de explicação”.

Aqui a intenção é fazer uma investigação local e datada de uma realidade micro que tem conexões com realidades macros e, portanto, interlocuções universais. A particularidade deste estudo é trazer depoimentos de policiais e jovens da cidade de Fortaleza.

Ao abordar os problemas vivenciados por jovens moradores do GBJ, mais especificamente sobre suas experiências com as práticas de abordagens dos policiais rondantes, buscamos compreender esse fenômeno por meio do mundo de vida desses sujeitos concretos, específicos e históricos. Enfim, quais são as condições e possibilidades que estão sendo dadas (ou não) para o enfrentamento ou superação dessa realidade?

A relevância de estudar a presente temática na academia relaciona-se à necessidade de investigações mais detalhadas acerca dos mecanismos de discriminação e violação de direitos configurados pelo aumento de casos de policiais envolvidos em ações violentas contra jovens pobres das periferias. A partir disso, serão lançadas bases de discussão dessa problemática para se buscar possibilidades de desenvolver ações que possam ajudar a dirimir tais casos, mediante políticas de recrutamento, formação e treinamento dos agentes de segurança pública.

Além do que foi exposto até aqui, este trabalho pretende dialogar com outros estudos que abordam políticas públicas, tendo como tema central a(s) juventude(s), além de superar a figura do jovem como problema, compreendendo este como sujeito de sua história e cidadão que deve ser respeitado em sua dignidade humana.

## 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO

“O bandido é preto. O mendigo é preto. O desempregado é preto. O PM é preto. O fuzil é preto. O camburão é preto. É preto. São... eram. A página do jornal é **vermelha**.”

(A Vítima Negra - PINHEIRO, 2010).

A epígrafe acima traduz a seleção do suspeito, orientada pelo preconceito contra o jovem, sobretudo do sexo masculino; pelo racismo contra os negros e pelo estigma aplicado aos pobres, traduzindo um racismo institucional dos setores da polícia; e pelo sensacionalismo da mídia que corrobora para a fixação e rotulação do perfil da “classe perigosa” de nossa sociedade. Tais formatações vão se compondo em regras e valores socialmente construídos e impostos.

Historicamente a juventude é retratada como sinônimo de problemas sociais. Esta compreensão permanece arraigada na sociedade contemporânea e é reforçada diariamente pela mídia quando associa os jovens à transgressão e delitos.

Os jovens, costumeiramente, são associados ao tema da cidadania quando estão em privação e/ou são alvos de denúncias, e, raramente, como sujeitos capazes de participar dos processos de definição, garantia e promoção de seus direitos. Os jovens são configurados como “sujeitos incompletos”, gerando grande dificuldade em considerá-los efetivamente como sujeitos.

O foco dado pela mídia é a violência entre adolescentes e jovens. Isso tem consequência não só nas atuações policiais direcionadas a estes sujeitos como nas formulações de políticas de controle social e penal<sup>12</sup>, sobretudo se aqueles forem pobres e residirem em bairros populares.

Há, portanto, uma associação direta entre pobreza e violência, constituindo-se em um elemento de ódio dispensado contra os que não têm acesso

---

<sup>12</sup> Wacquant (2007, p. 23) afirma que a criminalização da insegurança social implica na gestão policial e carcerária como remédio e caminho ideal para a “restauração da ordem sociomoral na cidade, senão o único meio de garantir a ‘segurança’ pública, e que não dispomos de nenhuma outra alternativa para conter os problemas sociais e mentais provocados pela fragmentação do trabalho assalariado e pela polarização do espaço urbano”.

aos bens de consumo, que se vislumbra numa sociedade fundada em desigualdades, pois grande parte da população brasileira é alvo desta criminalização.

Wacquant (1994, p.18) diz que há uma “maldição [em] ser pobre no seio de uma sociedade rica, na qual a participação ativa na esfera do consumo tornou-se um *sine qua non* da dignidade social – um passaporte para a cidadania, mesmo entre os despossuídos”.

O que tem preocupado é que, de fato, a violência torna-se fonte de significações culturais, que tem sua gênese no processo irregular de urbanização. A falta de acesso de uma grande parte da população a bens de consumo, valores e produtos midiáticos, muitas vezes, incita a angústia e o ódio, tendo como resposta à violência e o acirramento das tensões (Projeto Casadinho/PROCAD, 2011, p.54).

Esta ótica de “não cidadãos”, de seres “problemáticos” e “perdidos”, apontada pelos dados divulgados por pesquisas que versam sobre a realidade dos jovens brasileiros e de movimentos sociais, que lutam contra o extermínio da juventude, não traduz a real situação deste segmento populacional, pois eles são mais “vítimas” que protagonistas da violência na sociedade em que vivem.

O medo da juventude pobre e negra como “classe perigosa” faz surgir um processo de acusação social constante contra este segmento populacional. A acusação, conforme Misse (1999, p.56), cumpre uma função autorreguladora e faz com que o sujeito seja perseguido pela acusação, e não apenas pela transgressão; reunindo o transgressor e a transgressão numa forma de subjetividade.

[...] a acusação se emancipa da transgressão (que se torna no mínimo moralmente ambivalente ou duvidosa) para se dirigir à subjetividade do transgressor, à sua desnormalização, à sua incivilidade, às suas “fraquezas”. Ao investir no acusado uma posição de fraqueza (moral, social, de caráter) aumenta-se o investimento de poder do acusador. A acusação, nessas condições, pode servir de fio condutor para dispositivos que “neutralizem” essa disparidade entre as forças (MISSE, 1999, p.59).

São introduzidos no veredito do ato criminoso não só os elementos circunstanciais do ato (crime), mas aquilo que não pode ser codificável: "o conhecimento do criminoso, a apreciação que dele se faz, o que se pode saber sobre suas relações entre ele, seu passado e o crime, e o que se pode esperar dele no futuro" (FOUCAULT, 1986, p.22).

Molda-se uma categoria sujeita à incriminação por meio da criação de certos “tipos sociais” determinados a partir de alguns estereótipos sociais, tais como: escolaridade; gênero; idade; local de moradia; modos de vestir, andar, falar; raça/cor; situação socioeconômica; regularidade de emprego; etc.

Misse (1999, p.176) nos alerta que quando

[...] o crime sai da esfera individual da pura incriminação para servir à construção de tipos sociais de sujeição criminal, constitui-se, na representação social dominante, o que se poderia chamar de um fantasma social, um inimigo interno específico cujo perigo será representado como tanto maior quanto maior for sua incorporação por membros da sociedade.

A sujeição criminal se configuraria como um processo

[...] por meio do qual um cidadão incriminado é transformado num não-homem, em que o criminoso é transformado em “bandido”, isto é, num tipo social cuja afinidade com outros tipos e camadas sociais está estabelecida no tempo de longa duração de nossa história. Em nome de uma atitude racionalmente preventiva, construímos todas as condições através das pessoas que, mesmo não estando a cometer nenhum crime, são suspeitas de serem potencialmente propensas a cometê-lo. **Bandidos metafóricos, bandidos metonímicos, bandidos que são os presos de sempre. Mas, no limite, pessoas que “podem” ser mortas, pessoas que se deseja que sejam mortas** (MISSE, 2008, p.10, grifos nossos).

São classificados como potenciais criminosos por possuírem atributos próximos ou semelhantes ao tipo social acusado<sup>13</sup>, até conseguirem provar o contrário. Até mesmo mortos, sem poderem se defender, são acusados moralmente.

Embelece-se um conjunto de dispositivos e falas que torna estes jovens passíveis de vigilância, punição e até de morte, já que são sujeitos sociais potencialmente criminais. Traduzindo isso em números, as estatísticas revelam que aquele público é o mais abordado pelos policiais, sofrem mais violência destes agentes; constituem a população majoritária do sistema socioeducativo e carcerário; e são vítimas preferenciais dos homicídios, ou ainda, rotulados como “descartáveis”.

---

<sup>13</sup> O tipo social acusado lembra o estudo do cientista social Howard Becker, onde ele diz o que seria desvio social ou desviante, a partir do termo norte-americano “*outsiders*”. Becker (2008) teve como consideração que o desvio e a rotulação são próprios do processo de acusação. A nomenclatura “*outsiders*” significa “marginais e desviantes”, ou seja, alguém que está do lado de fora de determinada fronteira ou limite social. Ele define o desvio como um produto social. “Não digo isso no sentido em que é comumente compreendido, de que as causas do desvio estão localizadas na situação social desviante ou em outros ‘fatores sociais’ que incitam sua ação. Quero dizer, isto sim, que **grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio**, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders” (p. 21-2, grifo nosso).

A mortalidade juvenil vem crescendo historicamente, contrariando as tendências do restante da população, e a principal causa da mortalidade de nossa juventude brasileira é encontrada nas denominadas mortes violentas.

O Mapa da Violência de 2013 – *Mortes matadas por armas de fogo* – ao analisar o avanço da mortalidade por armas de fogo, nos períodos de 1980 a 2010, confirma esta tendência.

**[...] o crescimento da mortalidade entre os jovens [15 a 29 anos] foi bem mais intenso que no resto da população.** Se para todas as idades os números cresceram 346,5% ao longo do período, entre os jovens esse crescimento foi de 414,0%. Também os homicídios juvenis cresceram de forma mais acelerada: na população total foi de 502,8%, mas entre os jovens o aumento foi de 591,5% (WAISELFISZ, 2013a, p.55, grifo nosso).

Ainda no mesmo ano, foi lançado outro mapa intitulado *Homicídios e Juventude no Brasil*<sup>14</sup>, o qual indicava que a taxa de homicídios juvenis era de 27,4 homicídios por 100 mil habitantes e 54,8 por 100 mil jovens. O Brasil ocupa a sétima posição no conjunto dos 95 países do mundo. Este índice já foi pior em 1999, quando ocupávamos o segundo lugar no *ranking*.

A cidade de Fortaleza teve 129,7 assassinatos de jovens por grupo de 100 mil habitantes em 2011. Em 10 anos, o índice subiu 148,4%. A capital cearense é oitava capital com maior taxa de homicídios de jovens. O Ceará é o 11º na mesma estatística entre os estados com índice de 32,7 mortes por 100 mil habitantes em 2011 – no total, foram 2.788 assassinatos. Se as taxas já eram inaceitáveis, elevaram-se ainda mais. Em 10 anos, o índice quase dobrou: em 2001, a taxa era de 17,2 homicídios por 100 mil pessoas<sup>15</sup>. O aumento na década foi de 90,1% (WAISELFISZ, 2013b).

---

<sup>14</sup> O estudo apresenta dados atuais sobre os homicídios no Brasil, focalizando especialmente na juventude. Os números se baseiam no Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde (MS).

<sup>15</sup> A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera como epidemia de violência o valor acima de 10 homicídios por 100 mil habitantes. O canal de notícia Tribuna do Ceará diz que de janeiro de 2007 a março de 2014, foram registrados 20.740 homicídios no Ceará (sendo 2.860 por ano). Esta estatística praticamente se iguala ao número de soldados mortos durante os oito anos e nove meses de guerra no Iraque (2003-11), de todas as nações em combate, com 21.428 (sendo 2.448 por ano). In: Violência no Ceará: mais homicídios que soldados mortos na Guerra do Iraque. 28 mar. 2014. Disponível em: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/policia/violencia-no-ceara-numero-de-homicidios-se-igual-a-guerra-do-iraque/>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

O programa Fantástico, da Rede Globo, apresentou, no domingo, 23 de março de 2014, uma reportagem<sup>16</sup> sobre as três cidades do Brasil que figuram entre as dez mais violentas do mundo. Esta estimativa foi obtida mediante estudo realizado em 2013 pela Organização não Governamental (ONG) mexicana<sup>17</sup> – Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal. Nessa mesma reportagem, foi veiculado que a maior parte das vítimas são jovens pobres e moradores de periferia, alvos de homicídios dolosos<sup>18</sup> por parte, também, de policiais.

Das dezesseis cidades brasileiras, seis são da região Nordeste. Maceió, capital de Alagoas, aparece como a mais violenta, ocupando, respectivamente, o quinto lugar no *ranking* internacional (e o terceiro lugar nacional); seguida de Fortaleza (7<sup>o</sup>/2<sup>o</sup>) com a taxa de 72,81 homicídios por 100 mil habitantes; e João Pessoa (9<sup>o</sup>/3<sup>o</sup>).

Segundo levantamento<sup>19</sup> feito pelo Jornal O Povo, em 17 de março deste ano, no caderno especial intitulado: *Perfil dos homicídios*<sup>20</sup>, a maioria das vítimas de morte violenta no Ceará são homens jovens, com idade entre 15 e 29 anos. Das 772 pessoas assassinadas nos dois primeiros meses de 2014, 400 (51%) têm esse perfil. Foram 381 vítimas do sexo masculino e 19 do sexo feminino, nessa faixa etária.

As mortes do sexo masculino chegam a 93% dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs). Esta notícia mostra ainda que os crimes foram cometidos

---

<sup>16</sup> Esta matéria limitou-se apenas em trazer os dados da pesquisa da ONG mexicana para questionar sobre a capacidade de uma destas três cidades em sediar os jogos da Copa de 2014.

<sup>17</sup> A lista com as 50 cidades mais violentas do mundo, elaborada pela ONG do México está disponível em: < <http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/sala-de-prensa/941-por-tercer-ano-consecutivo-san-pedro-sula-es-la-ciudad-mas-violenta-del-mundo>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

<sup>18</sup> Conforme Muchembled (2012, p.273), a noção de homicídio resulta de uma construção social e legal. Os dados da reportagem serviram mais para amplificar o medo e a insegurança do que para uma análise mais complexa da problemática.

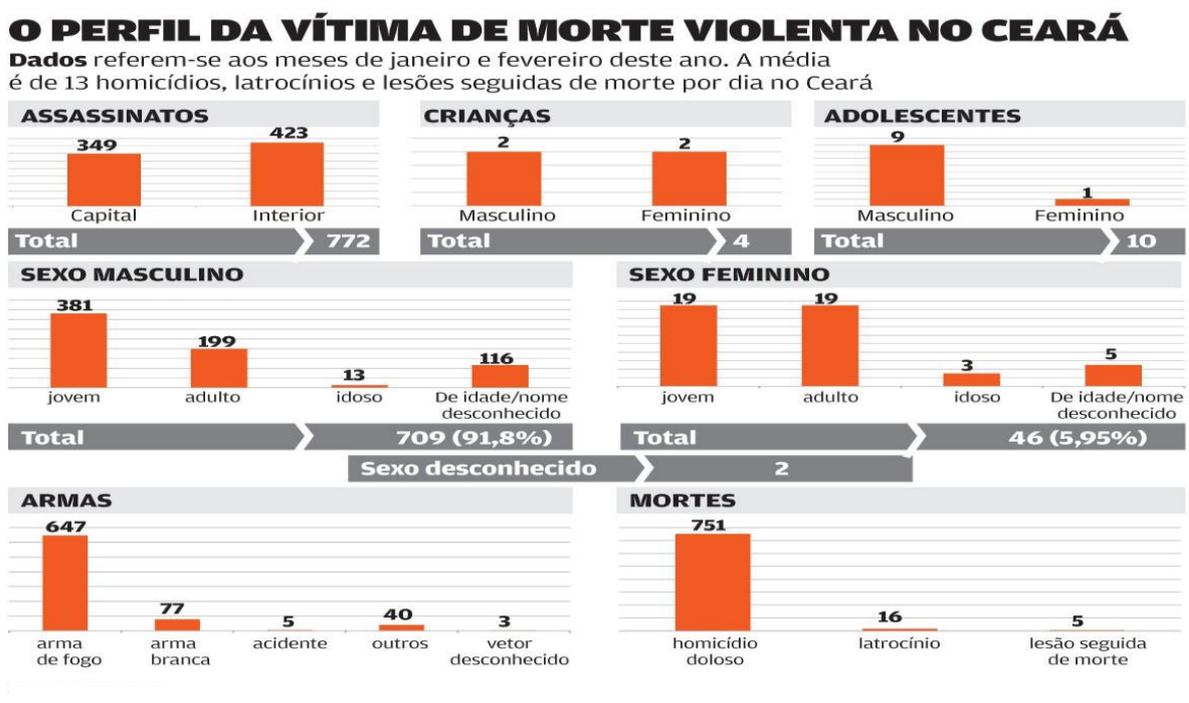
<sup>19</sup> Com base em relatórios da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS-CE), os dados dos Crimes Violentos Letais Intencionais são publicados na Internet e incluem homicídios dolosos (com intenção de matar), latrocínios (roubos seguidos de morte) e óbitos decorrentes de lesão.

<sup>20</sup> In: Homens jovens são a maioria das vítimas de morte violenta no Ceará. **Jornal O Povo**, 17 mar. 2014. Caderno: Cotidiano, p. 05. Especial – Perfil dos homicídios. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/03/17/noticiasjornalcotidiano,3221360/homens-jovens-sao-maioria-das-vitimas-de-homicidio-no-ceara.shtml>>. Acesso em: 29 mar.2014.

majoritariamente com armas de fogo (83%). Quase metade destas mortes aconteceu na cidade de Fortaleza, onde se concentra cerca de um terço da população do Ceará.

A média de homicídios registrada nesse estado, nos meses de janeiro a fevereiro, foi de 13 (treze) por dia (JORNAL O POVO, 2014, p. 5).

Figura 1 – O perfil da morte violenta no Ceará



Fonte: Jornal O Povo, 2014, p. 5.

Ainda na mesma página deste jornal, o titular da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude da Prefeitura, Élcio Batista, confirma os dados acima e afirma que a seletividade destas mortes violentas, além de atingir homens e jovens, tem como vítima majoritária dos homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte o negro morador de periferia.

Os índices de violência contra a juventude, sobretudo a negra e pobre, expressam um verdadeiro extermínio<sup>21</sup>. O *Mapa da Violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil* traz informações sobre a disposição crescente da mortalidade seletiva.

Nessa cartografia, Waiselfisz (2012) problematiza a associação entre homicídio, cor da pele e faixa etária. Em todas as regiões do país, enquanto o número de homicídios de jovens brancos caiu 33%, o de jovens negros cresceu 23,4%, ampliando ainda mais a brecha histórica entre brancos e negros<sup>22</sup>, em uma nação que se diz “harmoniosa” e tolerante no que diz respeito às relações étnico-raciais<sup>23</sup>.

Entre 2002 e 2010, segundo os registros do Sistema de Informações de Mortalidade, morreram assassinados no país 272.422 cidadãos negros, com média de 30.269 assassinatos ao ano. Só em 2010 foram 34.983. Esses números já deveriam ser altamente preocupantes para um país **que aparenta não ter** enfrentamentos étnicos, religiosos, de fronteiras, raciais ou políticos: representa um volume de mortes bem superior à de muitas regiões do mundo que atravessam conflitos armados internos ou externos (WAISELFISZ, 2012, p. 38, grifos nossos).

O ordenamento das taxas de homicídio na população jovem por 100 mil habitantes, em 2011, segundo raça/cor era de 17,8 para brancos e 59,0 para negros (WAISELFISZ, 2013b, p. 89).

---

<sup>21</sup> No sentido de supressão, dizimação, o número da mortalidade violenta é alarmante, podendo ser apenas comparada a uma epidemia próxima a parâmetros mundiais de intensas catástrofes. Estudos revelam (WAISELFISZ, 2013b; VERMELHO; MELLO JORGE, 1996) que existe um “novo padrão da mortalidade juvenil”. As epidemias e doenças infecciosas eram as principais causas de morte entre os jovens, isso a cinco ou seis décadas atrás. Essas foram sendo progressivamente substituídas pelas denominadas causas externas (acidentes e violências), principalmente em relação aos acidentes de trânsito e aos homicídios. Neste novo padrão há, de acordo com Waiselfisz (2013b), um processo de interiorização, ou seja, o surgimento de novos polos dinâmicos da violência no interior dos estados; e a disseminação dos eixos da violência para as Unidades Federativas ou áreas tradicionalmente tranquilas ao longo de todo o país: dos municípios de grande porte para os municípios de pequeno e médio porte, considerados periféricos.

<sup>22</sup> Neste relatório, o uso da categoria negro resulta do somatório das categorias Preto e Pardo utilizadas pelo IBGE.

<sup>23</sup> O Brasil se autoarfirma como nação harmoniosa e sem preconceitos de classe, e, sobretudo, de cor. Contudo, Da Matta (1986) expõe de maneira muito irônica sobre o nosso conhecido, dissimulado e disseminado “racismo à brasileira”, num sistema que se diz teoricamente composto por “iguais”, mesmo ainda tendo muito forte os traços de hierarquia e escravidão.

O Índice de Homicídios na Adolescência<sup>24</sup> (IHA, 2009) reafirma, por meio de seus indicadores, que a maior letalidade atinge a população jovem masculina e negra, e que a grande parte dos homicídios é cometida por armas de fogo.

O valor médio do IHA para os 267 municípios considerados é de 2,03 adolescentes mortos por homicídio antes de completar os 19 anos, para cada grupo de 1.000 adolescentes de 12 anos. Considerando que, numa sociedade não violenta, os valores são próximos de zero, a cifra é bastante elevada.

Ainda segundo este estudo, a probabilidade de ser vítima de homicídio é quase doze vezes superior para o sexo masculino, se comparado com o feminino, e mais que o dobro para os/as negros(as) em comparação com os/as brancos(as). O risco de homicídio cresce até a faixa de 19 a 24 anos e vai declinando posteriormente com a idade (IHA, 2009, p.08). Este índice, em 2009, na cidade de Fortaleza, foi de 3,5; e em 2010, 5,16. A previsão de mortes nas idades de 12 a 18 anos foi, sequencialmente, 1.130 e 1.600.

Os resultados aqui expostos trazem mais do que números estatísticos frios, pois se constituem em um verdadeiro chamado de alerta. As altas taxas de mortalidade juvenil, em consoante o que foi exposto, demonstram o caráter epidêmico da violência letal. Contudo, a violência em seu extremo grau representa apenas a ponta visível do *iceberg* de muitas outras formas de violência que permeiam cotidianamente a nossa sociedade.

Numa Roda de conversa sobre “O que é ser jovem na periferia”, promovida pelo Seminário intitulado *Pela Vida da Juventude: debatendo o Mapa da Violência 2014*<sup>25</sup>, realizado no Cuca (Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e

---

<sup>24</sup> O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) estima o risco que adolescentes, com idade entre 12 e 18 anos, têm de perder a vida por causa da violência. E avalia os fatores que podem aumentar esse risco, que variam de acordo com raça e gênero, além da idade. As fontes para o cálculo do índice são SIM do Ministério da Saúde e os dados populacionais são do IBGE. Este objetiva alertar a sociedade para a gravidade da letalidade juvenil, além de contribuir para o monitoramento do fenômeno no tempo e no espaço e para as avaliações de políticas públicas nesta área, tanto locais quanto estaduais e federais. Nesta apresentação, este índice foi calculado para todos os municípios de mais de 100.000 habitantes no Brasil em 2006.

<sup>25</sup> Este Seminário ocorreu no dia 13 de setembro de 2014, em um dos três (3) equipamentos da Rede Cuca, os quais são mantidos pela Prefeitura de Fortaleza. Os Cucas são espaços onde se desenvolvem atividades artísticas, culturais e esportivas dirigidas à população jovem na faixa etária de 15 a 29 anos. Ver Anexo H e Figura 15.

Esporte) do bairro Mondubim, em Fortaleza/Ce, alguns jovens disseram que viver nas periferias é ser diariamente estigmatizado, seja pela vestimenta, pela cor, pela condição social, dentre outros motivos.

Além da “**violência que sangra**” (relacionada aos altos índices de mortalidade deste segmento etário e à banalização desta deste fato), estes jovens e os demais residentes dos bairros estigmatizados sofrem constantemente com a “**violência que não sangra**”, ou seja, aquela que pode ser traduzida como a violação constante de direitos sociais, políticos, econômicos e humanos, tais como: o direito à cidade, à acessibilidade, à segurança pessoal e social, etc.

Conforme depoimentos desses jovens, é preciso resistir: aos estereótipos impostos; à força da imposição da predestinação à criminalidade; à estigmatização do território; aos medos; à vergonha de morar na periferia; à abordagem policial truculenta.

A chamada “violência que não sangra” relaciona-se ao que Bourdieu (2005) denominou de violência simbólica. Esta se expressa na imposição “legítima” e dissimulada da cultura<sup>26</sup> da classe dominante aos dominados, reproduzindo as relações do mundo do trabalho.

A violência simbólica é assegurada por meio de sistemas simbólicos que

[...] **cumprem a função política** de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim [...] para a ‘domesticação dos dominados’” (BOURDIEU, 2005, p.14, grifo nosso).

Ela é simbólica pelo fato de que se invisibiliza, podendo somente ser exercida com a “cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Ibidem, p. 8). Um exemplo disso é a estigmatização do jovem pobre feita pela mídia por meio do mito da periculosidade.

A ficção midiática contribui para desenvolver na população uma crescente crença neste imaginário. As pessoas passam, então, a reproduzir esse discurso que exerce a força da palavra, fazendo com que a violência seja

---

<sup>26</sup> Sahlins (2003) entende a cultura como um sistema que se manifesta em todas as esferas sociais e defende a interpretação simbólica da cultura acima de quaisquer variedades de utilitarismos.

considerada como algo comum e necessário para controlar jovens (SOUZA; MENDES, 2014, p. 1).

Os discursos midiáticos e sociais são capazes de revelar coordenadas de percepção e classificação do mundo social. Sahlins (2004, p.306) defende que

nada é socialmente sabido ou comunicado, exceto na medida em que é englobado pela ordem cultural existente. Desde o primeiro instante, a experiência passa por uma espécie de cooptação estrutural: a incorporação de percepto em um conceito do qual aquele que percebe não é autor. [...] A percepção é, instantaneamente, um re-conhecimento, uma equiparação do percepto com alguma categoria social convencional. [...] A consciência humana ou simbólica, portanto, consiste em atos de classificação que envolvem a subsunção de uma percepção individual numa concepção social. Logo, assim como o percepto pertence ao conceito do modo como o exemplo pertence a sua classe, também a experiência pertence à cultura.

A violência se mostra como um fator estruturante da sociabilidade brasileira. Dito isto, este fenômeno multicausal e não linear é constituído por aspectos histórico, social, cultural e econômico. Os dados descritos acima são sintomas de uma sociedade “violentamente hierarquizada” e, por isso, injusta e desigual, que nega aos seus cidadãos o direito à vida digna e à morte honrosa (BATISTA 2003; SOUZA, 1993).

O racismo, a violência social e policial são problemas para políticas públicas de educação, cultura, moradia, saúde, segurança, trabalho, de maneira que possam atuar articuladas e sintonizadas com a realidade social. Entretanto, as refrações da “questão social”<sup>27</sup> são canalizadas, em sua grande maioria, pela atual política de controle social, a qual, conforme Misse (2008), e Batista (2003), é herdeira do modelo jurídico-penal da inquisição ibérica<sup>28</sup>. As refrações da contradição entre capital e trabalho são tratadas como “questão de polícia”, exigindo do sistema um domínio rigoroso, criminalizante e neutralizador das massas excluídas.

---

<sup>27</sup>A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da **contradição entre o proletariado e a burguesia [trabalho e capital]**, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção além da caridade e repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p.77, grifos nossos). A pobreza, a miséria, as desigualdades sociais, econômicas e raciais são algumas de suas mais importantes expressões.

<sup>28</sup> Conforme Batista (2003), é produzido no Brasil um modelo de direito penal que se baseia na intervenção moral realizada a partir da confissão oral e no dogma da pena. A matriz de combate ao crime é feita como se fosse uma cruzada, e o extermínio é utilizado como método contra o diferente que ameaça a ordem.

A incriminação do suposto indivíduo potencialmente perigoso tende a aumentar quanto maior for a distância social do possível acusado, ou seja, quanto maior for o seu grau de exclusão e segregação social<sup>29</sup> (BEZERRA, 2011).

A associação juventude-violência, de acordo com Trassi e Malvasi (2010, p.81), é uma construção social que “é sustentada historicamente para encobrir aspectos problemáticos e constitutivos das dificuldades da convivência humana e de um modo de organização econômica e política produtora de desigualdades e intolerante com as diferenças”.

A mídia reforça permanentemente a associação entre jovens, desvios e delitos. Segundo Rolim (2006), os meios de comunicação de massa têm oferecido representações sobre os fenômenos da violência e da criminalidade ao influenciar a percepção do público, funcionando como formadores de opiniões.

Veicula-se constantemente que o crime está fora de controle pela convicção de que as sociedades modernas experimentam uma “onda de violência juvenil” sem precedentes. Os discursos equivocados e preconceituosos a respeito da violência tendem a superdimensionar e associar esse fenômeno ao protagonismo dos jovens, criminalizando este segmento.

Quando os governos cometem atrocidades, quando policiais torturam suspeitos pobres, quando grandes banqueiros promovem fraudes, quando empreiteiros corrompem políticos, quando políticos abusam do poder econômico ou “compram” votos, quando pais espancam suas crianças, quando empresas poluem rios, quando madeireiras derrubam o que resta das florestas [...] quando cidadãos “de bem” sonegam impostos, quando se explora a mão-de obra infantil, estamos sempre diante de tipos penais, mas normalmente eles não aparecem como “crimes” e raramente promovem algum tipo de consternação ou alarme público (ROLIM, 2006, p.165).

Nos famosos “baculejos policiais” existe uma filtragem social, etária e racial, a qual nos faz compreender que, em pesquisas<sup>30</sup> feitas com jovens negros, pobres e moradores de territórios estigmatizados, a maioria expressa as piores

---

<sup>29</sup> Isso ocorre, como defende Bezerra (2011, p.03), devido à “desqualificação social do ‘pobre’ encarnada na imagem do suspeito-perigoso-violento”, potencialmente criminalizável, que se dá através de uma representação oficial, a qual ganha força no imaginário social, e que promove uma associação perversa entre camadas pobres e “classes perigosas”.

<sup>30</sup> Uma delas é a pesquisa intitulada *Abordagem Policial, Estereótipos Raciais e Percepções da Discriminação na Cidade do Rio de Janeiro*, realizada em 2003 e publicada em 2004 por Ramos e Musumeci, com apoio da Fundação Ford.

avaliações sobre a polícia. Isso demonstra que há **relação conflituosa** entre a força policial e a juventude citada.

Existe um verdadeiro genocídio<sup>31</sup> dissimulado praticado pelo Estado e seus agentes contra o segmento juvenil. Misse (2011), a partir de sua pesquisa<sup>32</sup>, constatou que o principal alvo de violência institucional e seletiva são os jovens do sexo masculino, moradores de favelas, negros, egressos (ou não), ou seja, são oriundos dos setores marginalizados socialmente. Estas pessoas são ceifadas em nome do chamado “autos de resistência”<sup>33</sup> – resistência seguida de morte.

As taxas de homicídios, resultados dessas “resistências”, são mascaradas por causa do status dos agentes que se utilizam da força extrema em nome da “lei” e da “ordem”. Os mortos são sempre os culpados e os crimes dos PM’s, em sua maioria, são encobertos.

Vários inocentes são torturados e exterminados pela ação violenta dos policiais. São Amarildos<sup>34</sup>, Douglas<sup>35</sup>, Bruces<sup>36</sup>, Franciscos<sup>37</sup>, Eduardos<sup>38</sup>. Homens

---

<sup>31</sup> Genocídio é o assassinato sistemático de pessoas motivadas por critérios étnicos, de nacionalidade e de religião, cujo objetivo é eliminar “minorias”. Difere-se de etnocídio, que é a destruição da cultura de um povo. Foi uma expressão criada pelo jurista polonês Raphael Lemkin, em 1944. Os números contextualizados por vários estudos revelam a persistência de uma política de extermínio causada e/ou permitida por instituições públicas no Brasil. Isto se revela seja pelo desinteresse em atender ocorrências que têm pretos e pardos como vítimas, da parca investigação criminal ou pela ação letal da polícia quando esses cidadãos estão envolvidos ou são suspeitos de participar de ações criminais. Na verdade, esta política trata-se de uma seqüela que resiste desde o fim da escravidão oficial (1530-1888). Esse termo, assim como extermínio, é utilizado comumente pelos movimentos sociais e alguns órgãos governamentais para remeter aos assassinatos em massa de um perfil específico: homens, jovens e negros.

<sup>32</sup> Ver Relatório Final de Pesquisa – “Autos de resistência”: *Uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011)*. Fomentado pelo CNPq por meio do Edital nº 14/2009.

<sup>33</sup> “Autos de resistência” é a designação dada para uma morte praticada legítima e legalmente por policiais. Este ato é justificado através do artigo 292 do Código Processual Penal (CPP) que autoriza o uso de meios necessários para defenderem-se ou para vencer resistência. E também pelo artigo 23 do Código Penal (CP) que prevê a não ilicitude (crime) nos casos de legítima defesa, estado de necessidade e em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular do direito. A maior parte desses homicídios é praticada, segundo Misse (2011), por policiais militares, pois eles são encarregados pelo policiamento ostensivo (aquele que se faz visível e mais próximo – distância física – das pessoas). Entre os anos de 2001 a 2011, a partir dos casos registrados com “autos de resistência”, os dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro mostram que mais de 10 mil pessoas foram mortas em confronto com a polícia nesse estado. A “apuração” dessa forma de resistência passa por uma avaliação moral para definir se o policial agiu ou não, de fato, em legítima defesa diante de uma suposta resistência: “a história pessoal da vítima pode transformar-se em argumentos legais e morais, os quais podem contribuir para que policiais sejam ou não punidos” (Ibidem, p. 11).

<sup>34</sup> Amarildo Dias de Souza tinha 43 anos, era ajudante de pedreiro e residia na favela da Rocinha no Rio de Janeiro. Sumiu inexplicavelmente no dia 14 de julho de 2013 após ser detido por Policiais

pobres e negros exterminados por um sistema autoritário e preconceituoso, em que a pobreza é criminalizada e a polícia é utilizada como um instrumento repressivo e seletivo. A força policial atua nos bairros pobres como contenção da população

---

Militares (PMs) da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) durante a operação batizada de “Paz Armada”, que mobilizou 300 policiais na Rocinha e prendeu suspeitos sem passagem pela polícia. Seu desaparecimento tornou-se símbolo de casos de abuso de autoridade e violência policial e ganhou tanta repercussão que foi criada uma campanha mundial “Onde está o Amarildo?”. Vinte e cinco (25) policiais foram denunciados. Segundo o Portal de Notícias G1: “Enquanto o ajudante de pedreiro foi torturado por quatro policiais, outros 12 ficaram do lado de fora, de vigia. Oito PMs que estavam dentro dos contêineres, que servem de base para a UPP, foram considerados omissos porque não fizeram nada para impedir a violência. Outros cinco policiais que decidiram colaborar com as investigações disseram que o major Edson, então comandante da UPP, estava em um dos contêineres, que não tem isolamento acústico, e podia ouvir tudo.” In: Três PMs do caso Amarildo se entregam após ter prisão decretada. Portal de Notícias G1, 23 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/10/pms-do-caso-amarildo-se-entregam-apos-ter-prisao-decretada.html>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

<sup>35</sup> Douglas era um jovem de 17 anos que foi assassinado por um PM com um tiro no peito no dia 28 de outubro de 2013 quando passava com o irmão de 13 anos em frente a um bar, na Zona Norte de São Paulo, após uma abordagem policial. Ao ser alvejado, o garoto perguntou: “Por que o senhor atirou em mim?” O agente de segurança alegou disparo acidental e uma semana depois foi solto. In: Jovem de 17 anos é assassinado por Policial Militar, na Zona Norte de São Paulo, por Douglas Belquior, Carta Capital, 28 out. de 2013. Disponível em: <<http://negrobelchior.cartacapital.com.br/2013/10/28/por-que-o-senhor-atirou-em-mim/>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

<sup>36</sup> Outro caso bastante emblemático, que mostrou o despreparo e arbitrariedade dos policiais do Ronda do Quarteirão (PM-CE), foi o Caso Bruce. Um adolescente de 14 anos que foi morto em 2010 por policiais do Ronda, num bairro nobre da cidade de Fortaleza: “Por acreditar que Francisco e Bruce parecessem suspeitos, e também porque não haviam parado a moto quando lhes fora pedido isso, o soldado Silveira, da turma de 2007 do programa e ainda em estágio probatório, disparou o tiro que atingiu a nuca de [Bruce] Cristian”. Jornal O Povo. “Tiraram a vida de um inocente”. Fortaleza, 26 jul. 2010, p. 3.

<sup>37</sup> Francisco Ricardo Costa de Souza, pedreiro, 41 anos, foi torturado e morto por policiais no bairro da Maraponga, em Fortaleza, no dia 13 de fevereiro de 2014, após ser confundido com um assaltante. Os três soldados envolvidos eram do Programa Ronda do Quarteirão e foram presos desde o dia do óbito da vítima, sendo expulsos da Corporação após o resultado da investigação da Controladoria. “No laudo pericial, o pedreiro teve edema cerebral, fratura em sete costelas do lado direito e seis do lado esquerdo, hematomas ou escoriações em braços, pernas, tórax, abdômen, perfuração do fígado, lesão pulmonar. Tudo provocado por um objeto contundente, que se acredita ter sido cassetete ou confa (semelhante ao cassetete, mas com o apoio para a mão)” (JORNAL O POVO, 12.09.14). A morte deste pedreiro teve bastante repercussão na cidade, talvez por se assemelhar ao Caso do Amarildo. In: Jornal O Povo Online. PMs acusados de espancar e matar pedreiro são expulsos. Fortaleza, 12 set. 2014. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/09/12/noticiasjornalcotidiano,3313553/pms-acusados-de-espancar-e-matar-pedreiro-sao-expulsos.shtml>>. Acesso em: 12 set. 2014.

<sup>38</sup> Eduardo de Jesus Ferreira, de dez anos, foi morto por um policial militar do Batalhão de Choque do Rio de Janeiro. Foi baleado na porta de casa no fim da tarde do dia 2 de abril, no Conjunto de Favelas do Alemão, Zona Norte do Rio. A mãe da criança, Terezinha Maria de Jesus, diz não ter dúvidas de que foi um PM e que ainda foi ameaçada pelo policial: “Eu marquei a cara dele. Eu nunca vou esquecer o rosto do PM que acabou com a minha vida. Quando eu corri para falar com ele, ele apontou a arma para mim. Eu falei ‘pode me matar, você já acabou com a minha vida’”, contou. “Ele estava sentado no sofá comigo. Foi questão de segundos. Ele saiu e sentou no batente da porta. Teve um estrondo e, quando olhei, parte do crânio do meu filho estava na sala e ele caído lá embaixo morto”, lembrou. In: G1 – Rio de Janeiro. Mãe de morto no Alemão acusa: 'nunca vou esquecer o rosto do PM'. 2 abr. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/mae-de-morto-no-alemao-acusa-nunca-vou-esquecer-o-rosto-do-pm.html>>. Acesso em: 4 abr. 2015.

indesejada. Esta é a frequente resposta governamental à polarização social e política.

**Figura 2- Em cada morro uma história diferente de que a polícia mata gente inocente.**



**Fonte:** Feminismo à Esquerda (3 abr. 2015)

A figura acima lembra uma música de Chico Science e Nação Zumbi *Banditismo Por uma Questão de Classe*: “Em cada morro uma história diferente/ Que a polícia mata gente inocente/ E quem era inocente hoje já virou bandido/ Pra poder comer um pedaço de pão todo fudido/ Banditismo por pura maldade/ Banditismo por uma questão de classe!”.

A classe dominante segue agarrada às ferramentas institucionais, que sobreviveram ao fim da ditadura. A vitimização é a lógica narcísica da classe dominante: o outro é sempre uma ameaça. Para solucionar essa “ameaça”, a classe dominante não está disposta a ceder privilégios para garantir direitos. Mas está disposta a vitimar meninos de 10 anos, como Eduardo de Jesus Ferreira (FEMINISMO À ESQUERDA, 2015).

A sociedade acredita mais em um sistema falido (o carcerário) do que no investimento e garantia do acesso a todos no que se refere à cultura, educação, moradia, lazer, saúde; assim como na distribuição da riqueza socialmente produzida, como solução para os problemas sociais.

Casos esporádicos de violência praticada por jovens alimentam o sentimento de insegurança (desproporcional à realidade), movendo o vasto mercado de segurança privada; sustentando desastrosas políticas de segurança pública; aumentando o número de encarceramento; e contribuindo para a aprovação de leis que criam novos tipos penais e sanções mais duras, como, por exemplo, a redução da idade penal (PEC 33/2012)<sup>39</sup> embasada no mito da impunidade.

Pretende-se não escamotear o problema da delinquência juvenil. Ela existe sim, mas não na amplitude que é divulgada. Rolim (2006, p.162) nos alerta sobre esse processo de exacerbação: “A preocupação com a violência juvenil nas sociedades modernas é, de qualquer modo, desproporcional à gravidade e à incidência dos atos infracionais praticados pelos adolescentes – o que é verdadeiro, principalmente, para países como o Brasil”.

Uma realidade pouco divulgada e, conseqüentemente, pouco conhecida é que os adolescentes não são os principais responsáveis pelos assassinatos no Brasil. Caco Barcellos (2014), em seu artigo publicado no portal G1, sintetiza, em poucas linhas, sobre a reportagem que foi ao ar no Programa Profissão Repórter, em 12 de agosto de 2014.

Neste artigo, ao indagar “quem é o vilão da violência na cidade de SP: o adulto ou o adolescente?”<sup>40</sup>, ele, a partir de uma pesquisa realizada por sua equipe de profissionais, sobre o envolvimento deste segmento etário em assassinatos, no

---

<sup>39</sup> É uma medida de caráter moral que expressa a necessidade constante de punição severa, e da “expição dos bodes expiatórios” descartados do consumismo capitalista. Eles constituem a superpopulação de trabalhadores (exército industrial de reserva) que são impedidos de ter acesso ao trabalho e à riqueza socialmente produzida. (Ver o Capital de Marx, Capítulo XXIII). Essa tendência à punição passa a ser adotada mais fortemente em países com fortes desigualdades e desprovidos de uma tradição efetivamente democrática, como o caso brasileiro. Alguns candidatos (as) à Presidência, ao Governo estadual, Senado, e demais cargos para as Eleições de 2014, prometem, como saída para a diminuição dos elevados índices de violência e da criminalidade, rever o Código Penal e reduzir a maioria penal. A segurança pública, para esses políticos, se resume ao endurecimento de leis, construção de mais prisões, incentivo de ações policiais mais violentas e investimento em grupamentos policiais “especiais”: tais como o RAI0, BOPE, GATE, ROTA. Na verdade a agenda política desses agentes públicos se pauta conservadoramente pela primazia dos direitos civis sobre os direitos sociais, das políticas compensatórias sobre as políticas universais e o Estado penal máximo sobre o Estado social mínimo (WACQUANT, 2007).

<sup>40</sup> Quem é o vilão da violência na cidade de SP: o adulto ou o adolescente?. **Portal de Notícias G1**, 14 ago. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2014/08/quem-e-o-vilao-da-violencia-na-cidade-de-sp-o-adulto-ou-o-adolescente.html>>. Acesso em 03 nov. 2014.

ano de 2005<sup>41</sup>, na cidade de São Paulo, prova que os adolescentes não são tão violentos como muitos acreditam. Os dados trazidos por Barcellos (2014) mostram que,

- dos 2.233 homicídios e latrocínios de 2005, 1,9% foram cometidos por adolescentes com menos de 18 anos de idade;
- dos adolescentes envolvidos em 61 assassinatos, 4 foram mortos.
- no mesmo ano de 2005, 264 assassinatos foram de autoria de policiais militares, ou seja, 11% (S.P.).

Curioso notar que estes jovens são oriundos de uma população com baixa renda, apresentando também baixo nível de escolaridade, sem contar que a maioria mora na periferia urbana. Todos são vistos, sob imagens homogeneizadoras, como indesejáveis, a serem mantidos à distância. A distinção territorial culmina com um processo de marginalização avançada das camadas mais pobres (WACQUANT, 2005).

Geralmente, nas metrópoles brasileiras, os bairros classificados como “violentos” ou “barras-pesadas” são carregados desses estigmas. Os pobres urbanos são duplamente excluídos. São classificados como “os outros”, como também “incultos e perigosos”, marcando profundamente uma nova forma de sociabilidade e de conflitualidade. Essas classificações segregam e delimitam espaços, como conhecidos ou desconhecidos, seguros ou inseguros. A “territorialização” ou delimitação do “campo” configura o fato dos jovens residentes em bairros classificados como nobres não passarem para o “lado de lá”, pobre da cidade, nem os jovens deste lado poderem ultrapassar suas barreiras territoriais, pelo fato de não conhecerem as “regras”, “códigos” e “protocolos”, recebendo a classificação de “áreas perigosas”. [...] **As classificações de “áreas perigosas” configuram os estigmas e as barreiras sociais que são fruto dessas representações realizadas sobre os espaços sociais** (Projeto Casadinho/PROCAD, 2011, p.57).

Em uma fiscalização, realizada por um promotor de justiça, em Minas Gerais, e registrada por esta reportagem, foi flagrada a prisão irregular de 67 adolescentes em cadeias públicas, contrariando o que a lei que criou o Estatuto da Criança e do

---

<sup>41</sup> Este repórter e sua equipe de profissionais escolheram esta data para poderem avaliar, dentro de um período longo (9 anos), a qualidade do trabalho realizado pelo Sistema Judiciário na recuperação dos 78 adolescentes acusados, em 2005, de cometerem assassinatos na cidade de São Paulo. Nesta reportagem sobre a delinquência juvenil, apenas 40 adolescentes, dos 78, foram localizados pela equipe. E pelo menos 25, desses 40, voltaram a cometer crimes (principalmente roubos e tráfico de drogas). Inclusive, 16 destes estão atualmente presos. Ou seja, para mais da metade dos 40 adolescentes, 25 são reincidentes. Isso revela que a maioria não foi recuperada pelo sistema penal vigente. Ver: Profissão Repórter – Adolescentes no crime – Edição de 12/08/2014 [26 min. 21s.]. Disponível em: <<http://globoTV.globo.com/rede-globo/profissao-reporter/t/para-assinantes/v/profissao-reporter-adolescentes-no-crime-edicao-de-12082014/3559477/>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

Adolescente (ECA)<sup>42</sup> determina que os adolescentes em conflito com a lei devem ser encaminhados para os Centros Socioeducativos. Porém, verificou-se que há o descumprimento da lei, pois quando estes adolescentes não estão presos ilegalmente no sistema penitenciário, muitos deles estão amontoados em Centros “Socioeducativos”, vivendo um cotidiano de superlotação.

Outro dado importante trazido pelo Programa Profissão Repórter (2014) mostra que 60% dos adolescentes que estão abrigados na Comunidade de Atendimento Socioeducativo (CASE), da cidade de Salvador, foram internados por roubo ou tráfico de drogas, e apenas 4% cometeram homicídios.

A Campanha Direitos Humanos Brasil, da Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH do Governo Federal Brasileiro, publicou, em sua página no Facebook, folders que abordam a não redução da maioridade penal. O folder traz dados sobre os atos infracionais praticados por adolescentes, desmitificando o que vem sendo divulgado sobre eles nos grandes meios de comunicação.

Assim, longe de serem os autores principais de crimes hediondos e violentos, a maioria dos adolescentes cometem atos de vandalismo contra o patrimônio público ou atos relacionados com o tráfico de drogas. Isso só confirma os dados apresentados pela reportagem do Programa Profissão Repórter (2014).

---

<sup>42</sup> As medidas socioeducativas são medidas aplicáveis aos (as) adolescentes autores (as) de atos infracionais e estão previstas no art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a saber: medidas em meio aberto (advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade (PSC) e liberdade assistida – LA) e as medidas em meio fechado (inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional). Estas levam em conta a capacidade daqueles (as) em cumpri-las, as circunstâncias e a gravidade da infração. As de meio fechado devem ser aplicadas em caráter excepcional e todas as medidas devem ter um caráter socioeducativo e não punitivo. De acordo com a Lei 12.594/2012 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e a Lei 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, as unidades de internação precisam possuir espaços adaptados às necessidades de cada atividade (educacional, psicológica, assistencial, acompanhamentos familiares, visita) garantindo o cumprimento da medida socioeducativa e assegurando aos adolescentes dignidade, respeito e a garantia dos direitos humanos. E, conforme os dados trazidos pelos debatedores do Seminário *Pela Vida da Juventude: debatendo o Mapa da Violência 2014*, há cerca de 1,5 mil adolescentes para serem encaminhados para os núcleos de LA em Fortaleza (ou seja, média de 300 adolescentes por núcleo), o que torna quase impossível a realização de um trabalho efetivo.

Figura 3 – Atos infracionais cometidos por adolescentes



Fonte: Facebook Direitos Humanos Brasil (5 abr. 2015).

Na Oficina intitulada *A mídia e seu olhar sobre adolescentes em conflito com a lei*, realizada em Fortaleza, em 4 de junho de 2014, no Auditório da Procuradoria Geral da Justiça, foi lançado um relatório prévio de monitoramento das Unidades de Internação de adolescentes na referida cidade: *Como anda o Sistema Socioeducativo*<sup>43</sup> (Fórum DCA, 2014). Este documento mostra o cenário de graves violações de direitos dos(as) adolescentes, autores(as) de atos infracionais, que vão desde a não aplicação e cumprimento das medidas e condições de salubridade a um cenário de tortura nas unidades de internação do Estado.

O referido documento revela que, segundo o levantamento realizado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência República em 2010, o Ceará

<sup>43</sup> O referido documento foi construído a partir do Observatório de Justiça para os Direitos da Infância e Adolescência: pela implementação do SINASE, cuja proposta de monitoramento foi lançada pelo Fórum Permanente de Entidades de Defesa de Direitos de Criança e Adolescentes (Fórum DCA). Durante visitas as Unidades de Internação (UIs) de Fortaleza (Centro Educacional Patativa do Assaré, Centro Educacional Dom Bosco; Centro Educacional São Francisco; Centro Educacional São Miguel; Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider; Centro Educacional Aldaci Barbosa; Centro Socioeducativo Passaré) foram observados alguns aspectos como: lotação, infraestrutura, acesso a água, direito a educação, à saúde, integridade física, convivência familiar e as condições de trabalho dos (as) profissionais que atuam nesses locais. (Fórum DCA, 2014, p. 06). Os dados apresentados foram resultantes do monitoramento realizado ao longo de 2013 e início de 2014, o qual consiste em uma ação sistemática e que tem continuado no decorrer deste ano.

ficou na quarta posição do panorama nacional na execução das medidas socioeducativas de internação, e foi o estado que mais apresentou superlotação, com 221% da taxa de ocupação das unidades. O Nordeste é a região que revelou os estados como maior sobrecarga de internação (Fórum DCA, 2014, p. 5).

São altos os índices de internação de adolescentes por atos infracionais não gravosos, tais como furto, direção sem habilitação, uso de drogas. Porém, em relação à drogadição, de acordo com o Relatório, esta “sequer se configura como ato infracional e requer medidas protetivas e encaminhamento a rede de saúde e assistência para atendimento psicossocial” (Ibidem, p. 8).

A Oficina também divulgou o perfil dos adolescentes em conflito com a lei, internados nas Unidades da cidade de Fortaleza, em que retrata uma realidade nacional. A maioria dos adolescentes é do sexo masculino (1.018 dos/as 1.074); as faixas etárias estão entre 14 anos (39), 15 anos (104), 16 anos, (208) e 17 anos (479). Apenas 63 jovens possuem o Ensino Médio completo; e grande parte responde por roubo, uso ou tráfico de drogas e descumprimento de medida. Outro dado notório é que a maioria dos(as) internos(as) são negros(as).

Outro dado destacado – além do perfil destes jovens, foi a execução inadequada do Plano Individual de Atendimento (PIA)<sup>44</sup> em mais da metade das UIs. Verificou-se inadequação das condições arquitetônicas (ou seja, insalubridade e espaços impróprios para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e aprendizagem dos adolescentes); ausência de uma efetiva articulação da rede de saúde com esse público; carência de ações voltadas à drogadição; a não continuidade da oferta do sistema regular e médio de educação e/ou o não cumprimento da jornada completa de ensino (carga horária mínima estipulada em lei). Além disso, o número reduzido de profissionais nas equipes técnicas é insuficiente para o atendimento adequado dos adolescentes, bem como para a realização e execução do PIA. Há também a ausência de um programa de formação contínua dessas equipes, o que resulta na

[...] má execução da medida socioeducativa pelos[as] adolescentes podendo impactar no **aumento da reincidência** em atos infracionais tendo em vista que

---

<sup>44</sup> O PIA, de acordo com o SINASE, em seu artigo 52, é definido como um “instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o(a) adolescente.” Este é de fundamental importância ao cumprimento da medida, conforme prevista em lei, a qual tem em vista a ressocialização daquele/a adolescente.

o período de internação não promoveu atividades adequadas e suficientes para que os/as adolescentes cumprissem a medida da internação e tivesse oportunidades reais de educação, capacitação, dentre outros para o bom retorno a comunidade e desenvolvimento de sua cidadania (Fórum DCA, 2014, p.10, grifo nosso).

As unidades visitadas, sem exceção, não possuem uma infraestrutura adequada para acolher os(as) adolescentes. Todas estão funcionando acima da capacidade. Portanto, não é de se admirar que pelo menos 12 rebeliões<sup>45</sup> ocorreram nesses locais durante o ano 2014. A última rebelião noticiada ocorreu no dia 12 de agosto, no CEPA, centro socioeducativo que possui, atualmente, 170 jovens internados, quando a capacidade máxima é de 60.

**Figura 4 – A situação dos Centros Socioeducativos no Ceará**



**Fonte:** Diário do Nordeste 27.07.14 – "Muito pior do que imaginamos". À esquerda, no Centro Educacional Dom Bosco, jovens fazem refeições os dormitórios; à direita, acima, utensílios sujos utilizados no Centro Patativa do Assaré (CEPA). Abaixo, espaço em dormitório do Centro Aloísio Lorscheide (CECAL).

∩

Os dados que foram expostos sobre o Sistema Socioeducativo Cearense mostram a inviabilidade da proposta pedagógica defendida pelo ECA e pelo SINASE. Na prática, estes Centros "socioeducativos" transformaram-se em cadeias funcionando na mesma lógica punitiva dos estabelecimentos voltados para os adultos, os quais também se mostram como uma estratégia ineficiente de punição, recuperação e ressocialização.

<sup>45</sup> "Os locais, que deveriam servir para reeducar e devolver os jovens em conflito com a Lei em condições de iniciarem uma nova caminhada na sociedade, clamam por ações urgentes. O resultado do que se vê nos Centros, segundo a Justiça, é refletido nos altos índices de reincidência dos seus egressos – quase 100%, segundo dados próprios – além das inúmeras fugas e rebeliões." In: Diário do Nordeste (Online). "Muito pior do que imaginamos", 28 jul. 2014. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/muito-pior-do-que-imaginamos-1.1066840>>. Acesso em: 12 set. 2014.

Foucault (1986, p. 253) dizia que, desde o nascimento das prisões, elas estavam fadadas ao “fracasso”, mas que isto teria uma função numa sociedade de classes: procurar isolar o crime como monstruosidade e fazer “cair todo o seu escândalo sobre a classe mais pobre”. Dessa forma, a prisão não desfaz desigualdades, pois funciona numa sociedade do controle (GARLAND, 2008) como uma das formas de contenção e armazenamento dos “párias sociais”.

A partir dos dados expostos acima em relação ao Sistema Socioeducativo, pode-se aferir que a agenda conservadora dos políticos para a delinquência juvenil se pauta apenas na defesa de um sistema punitivo mais austero. Além de que é perceptível a falta de compreensão e de uma leitura panorâmica da realidade da juventude brasileira.

O sistema prisional brasileiro traz em números os resultados da filtragem social e racial das abordagens policiais, já que a grande maioria da população carcerária é composta por jovens negros e pobres. Tal realidade não se distingue tanto do perfil e situação dos espaços das UIs. Essa é uma tendência não só regional, mas nacional.

De acordo com o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen<sup>46</sup>, 2012), a população carcerária cearense<sup>47</sup> era essencialmente masculina (16.493 dentre 17.320 presos); 7.356 são jovens na idade entre 18 a 29 anos; 9.398 se autoafirmam negros e pardos; e a maioria possui baixa escolaridade. A principal causa de encarceramento é o crime contra o patrimônio e tráfico de drogas.

Em junho de 2013, o estudo mais recente do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias diz que, atualmente, a população carcerária brasileira gira em torno de mais de 574.027 presos(as) abrigados(as) em 1.482

---

<sup>46</sup> O InfoPen é um programa de computador que coleta e elabora um banco de dados federal e estadual sobre os estabelecimentos penais e populações penitenciárias.

<sup>47</sup> No dia 12 de dezembro de 2014 foi lançado, no Auditório Castelo Branco da Universidade Federal do Ceará (UFC), o Censo Penitenciário do Ceará (2013-14), o qual trouxe informações relevantes sobre o perfil carcerário cearense, confirmando a estatística já elaborada pela INFOPEN. Os principais dados destacados mostram **que menos da metade dos presos adentrou no mundo do crime ainda na adolescência** e que a maioria destes são provisórios, ou seja, ainda não foram julgados. Ver: CEARA. Censo Penitenciário do Ceará (2013-2014).

estabelecimentos cadastrados (penitenciárias, colônias agrícolas e industriais, cadeias públicas, dentre outros).

Percebe-se um aumento de 4,66% (24.292 presos) da referida população em relação aos registros de dezembro de 2012. Daquele total, 537.892 são do **sexo masculino**. Em relação ao nível escolar, aproximadamente 236.519 (45%) informaram ter o **ensino fundamental incompleto**, enquanto que 64.879 afirmaram ter completado o ensino fundamental. Já 41.311 concluíram o ensino médio e somente 2.153 (0,02%) representam aqueles que têm o ensino superior. Já no que diz respeito aos **crimes contra o patrimônio**, estes ainda encabeçam a quantidade de crimes consumados e/ou tentados (270.247), seguido de tráfico de entorpecentes (146.276). Nota-se que tal estudo não informou as idades dos presos e nem a cor.

O uso excessivo do encarceramento como política penal no Brasil é crescente. Além disso, as diversas formas de violências, inclusive as mortes<sup>48</sup> dentro das prisões, são cada vez mais frequentes e consideradas como normais.

Segundo os dados atualizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e divulgados pelo *Novo Diagnóstico de Pessoas Presas no Brasil* (2014), o Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo (com o perfil supracitado acima). O site da Justiça Global Brasil, em 23 de janeiro de 2014<sup>49</sup>, fez um breve resumo da situação desse sistema em números e características.

Cerca de 550 mil pessoas estão presas no Brasil, em meio a superlotação, maus-tratos, doenças, rebeliões e mortes. Tal quadro é agravado pelo aumento expressivo de presos, reflexo do **super encarceramento seletivo de jovens pobres e negros**. Os locais de privação de liberdade do Brasil são marcados pela prática sistemática da tortura e outras formas de violência. O Estado não possui dados consistentes das mortes sob custódia e tortura, embora as organizações que atuam nos presídios denunciem com frequência homicídios, espancamentos e coações, que, muitas vezes, contam com a participação direta ou indireta de agentes públicos. Soma-se a este quadro a morosidade da justiça e assistência jurídica precária, que

---

<sup>48</sup> Em 2013, de acordo com um relatório elaborado pelo CNJ, pelo menos 60 presos morreram no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, Maranhão. Este local foi também palco de rebeliões, violência sexual contra visitantes e denúncias de práticas de tortura. In: Relatório do CNJ sobre prisões do Maranhão prevê maior cobrança às autoridades do estado, 31 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/27282-relatorio-do-cnj-sobre-prisoes-do-maranhao-preve-maior-cobranca-as-autoridades-do-estado>>. Acesso em: 12 set. 2014.

<sup>49</sup> Ver Sistema Prisional Brasileiro: crônica de chacinas anunciadas. Disponível em: <<http://global.org.br/programas/sistema-prisional-brasileiro-cronica-de-chacinas-anunciadas/>>. Acesso em: 13 set. 2014.

perpetuam um grande número de prisões arbitrárias (SITE JUSTIÇA GLOBAL, 2014, S. P., grifo nosso).

Com efeito, a partir do trecho citado, pode-se inferir que o sistema prisional brasileiro reflete uma realidade social injusta, em que o Estado, em nome da segurança do mercado e do estabelecimento da “lei da ordem”, tem tornado mais austera a punição e o controle daqueles jovens.

Os presídios, nas configurações atuais do capitalismo, funcionam como uma “fábrica de exclusão” (BAUMAN, 1999, p.121), ou, melhor dizendo, como um depósito daqueles que são transformados em lixo ou refugio da globalização. Nesses espaços, a vida é desprovida de qualquer qualificação, e os que habitam este lugar subsistem apenas enquanto mero viver biológico.

Nesse sentido, prevalece em nosso país uma cultura da violência que culpabiliza os segmentos mais desfavorecidos e privilegia uma elite autoritária que “naturaliza” a violência e demanda o recrudescimento da força estatal (aparatos jurídicos e policiais) como contenção das expressões da “questão social”. Nessa configuração, o paradigma do Estado Penal prevalece sobre o Estado Social (WACQUANT, 2007).

O diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil, Atila Roque, apontou, numa entrevista referindo-se aos homicídios de jovens e adolescentes, que tal configuração se dá porque

o Brasil convive, tragicamente, com uma espécie de “epidemia de indiferença”, quase cumplicidade de grande parcela da sociedade, com uma situação que deveria estar sendo tratada como uma verdadeira calamidade social. Esses jovens em risco são submetidos cotidianamente a um processo que os transforma em ameaça, os desumaniza, viram “delinquentes”, “traficantes”, “marginais” ou, às vezes, nem isso, apenas “vítimas” de um contexto de violência e discriminação ao qual a sociedade prefere virar às costas e olhar para o outro lado, com raras exceções. Isso ocorre devido certa naturalização da violência e a um grau assustador de complacência do estado em relação a essa tragédia. É como se estivéssemos dizendo, como sociedade e governo, que o destino desses jovens já estava traçado. Estavam destinados à tragédia e à morte precoce, violenta porque nasceram no lugar errado, na classe social errada e com a cor da pele errada, em um país onde o racismo faz parte do processo de socialização e do modo de estruturação do poder na sociedade. [...] Precisamos criar alternativas, abrir canais de conversação na sociedade sobre essa tragédia, combater a violência armada, inclusive policial, estabelecer instrumentos de participação e controle cidadão sobre o desenho e implementação das políticas públicas de segurança. Reconhecer que isso é uma questão nacional, um problema do estado e central à

consolidação da democracia. Precisamos quebrar a apatia, o silêncio e a cumplicidade passiva com o extermínio dos jovens brasileiros (PRVL<sup>50</sup>, 2012).

A sociedade exige do Estado uma resposta mais severa, assim como a atuação arbitrária dos agentes de segurança pública para conter os índices crescentes de criminalidade. Tudo isso em nome da “paz e harmonia social”.

[...] observam-se duas modalidades principais por meio das quais a política de criminalização da juventude pobre opera: a primeira, menos visível, consiste em transformar os serviços sociais em instrumentos de vigilância e de controle das novas classes perigosas; e segundo, através da contenção repressiva dos pobres pelo recurso do encarceramento (Projeto Casadinho/PROCAD, 2011, p.58).

**Figura 5 – Sociedade que clama por mais repressão**



Charge de Maringoni/Fonte: Observatório de violência policial: [http://www.ovp-sp.org/lista\\_mortos\\_1.htm](http://www.ovp-sp.org/lista_mortos_1.htm).

Dito isto, é oportuno afirmar que a atual política de segurança se mostra completamente incapaz de resolver o problema da violência. Além disso, é necessário desconstruir os seguintes mitos: de que os/as jovens são naturalmente conflituosos, e que os/as jovens pobres são “suspeitos em potencial”.

<sup>50</sup> Entrevista intitulada *Anistia Internacional e o compromisso do Brasil com os direitos humanos*, realizada com o Atila Roque, diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil e concedida após o lançamento do relatório Informe 2012 – *Anistia Internacional: O Estado dos Direitos Humanos no Mundo*. Foi postada no site do Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens (PRVL) no dia 26 de jun. 2012 por Raika Julie Moisés. Disponível em: <<http://prvl.org.br/noticias/anistia-internacional-e-o-compromisso-do-brasil-com-os-direitos-humanos/>>. Acesso em: 7 de jan. de 2014.

Este último discurso corrobora para o processo de criminalização da pobreza. Dessa maneira, mais do que pensar a juventude como “fator de risco”, faz sentido pensar as condições que apresentam “riscos” para estes.

Diante do exposto, interessa-nos saber: como os jovens dos territórios estigmatizados, mais especificamente os residentes do Grande Bom Jardim, vivenciam as abordagens policiais do RQ? Como se dá a relação entre os policiais do RQ e aqueles jovens durante as situações de abordagens? Quais as experiências juvenis em relação à violência e à polícia? O que essa abordagem policial, com base em critérios de suspeição, comunica? O que ela que dizer sobre a cultura policial e seus agentes?

A partir dessas indagações, fomos ouvir os jovens moradores do GBJ e os policiais do Programa Ronda do Quarteirão, buscando entender a visão desses dois agentes, personagens principais de uma abordagem policial.

É importante compreender tais questões uma vez que é comum a associação estigmatizada entre jovens, pobreza, periferia, criminalidade e violência, que legitimam e justificam, muitas vezes, as práticas policiais, como forma de conter o aumento da criminalidade e da violência, assim como as políticas de controle dispensadas para esse problema.

## 1.2 APROXIMAÇÕES AO OBJETO

“Todo começo é difícil, e isso vale pra toda ciência.” (MARX, 2013).

Essa epígrafe de Marx, em o *Capital* (2013), retrata as diversas dificuldades que temos em iniciar qualquer pesquisa, seja na hora da delimitação do tema, da inserção no campo, na escolha do método e na iniciação da escrita da dissertação, enfim, em todas as etapas da construção de conhecimento.

Na verdade, o início do trabalho em tela é uma extensão de pensamentos embrionários que venho desenvolvendo desde a minha graduação quando resolvi

tratar da relação entre a formação<sup>51</sup> e as práticas policiais, bem como os critérios de suspeição utilizados pelos policiais do Programa Ronda do Quarteirão durante as abordagens policiais.

Geertz (2008, p. 18) explica que

os estudos constroem-se sobre outros estudos, não no sentido de que retomam onde outros deixaram, mas no sentido de que melhor informados e melhor conceitualizados, eles mergulham mais profundamente nas mesmas coisas. [...] Um estudo é um avanço quando é mais incisivo — o que quer que isto signifique — do que aqueles que o precederam; mas ele se conserva menos nos ombros do que corre lado a lado, desafiado e desafiando.

Portanto, essa dissertação é o aprofundamento de algo já iniciado quando trago não apenas a visão dos policiais rondantes, mas as falas e as experiências dos jovens com a polícia durante uma abordagem policial; além das situações de interação ou confrontos entre ambos, entre o agente que aborda e aquele que é considerado “suspeito”. Dessa forma, expõem-se dois olhares, os dois lados dessa inter-relação.

Como foi citado nessa seção, sobre a construção/desconstrução do conhecimento, é necessário mergulhar “mais profundamente nas mesmas coisas” (GEERTZ, 2008, p. 18). Logo, meu desafio nesta dissertação é dar continuidade e reforçar o estudo de um objeto por mim já discutido na graduação, abordando-o de maneira diferenciada: trazendo sujeitos novos, leituras e objetivos distintos.

A escolha em estudar a instituição policial deve-se ao fato de que Polícia e policiamento, conforme Muniz e Machado (2010), são fenômenos complexos que, mesmo com tantas inter-relações (controle e coerção), constituem um terreno de pesquisa fascinante e desafiadora. Assim, diante da configuração assumida pela segurança pública no Estado Democrático, a solicitação crescente de medidas de

---

<sup>51</sup> O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desenvolvido anteriormente por mim, intitulado, *Formação Policial e Práticas Discriminatórias: a construção da suspeição nas abordagens policiais do Ronda do Quarteirão aos jovens das periferias da cidade de Fortaleza*, trata também sobre a formação profissional e a sua influência decisiva na constituição de mentalidades e no desfecho de uma determinada ação. Ver Santiago (2013). Para este estudo, pode-se inferir que a formação está intrinsecamente ligada à construção da identidade policial, e, para fortalecer tal afirmativa, Cruz (2013a, p.17) demonstra que aquela não é apenas responsável pela transmissão das competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, mas, especialmente, na incorporação de um “*habitus*” profissional que condiciona o agir do soldado que passa também a seguir os valores e crenças que permeiam o seu ofício.

recrudescimento penal, de redução da maioridade, do crescimento das taxas de homicídios, de encarceramento e da violência policial exigem reflexões mais complexas para esses fenômenos.

A minha trajetória no universo da pesquisa se deu quando entrei no Laboratório de Direitos Humanos Cidadania e Ética (LABVIDA)<sup>52</sup>, nos anos 2009/2010. Posteriormente, fui convidada a ser bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no Projeto de Pesquisa intitulado: *Os Limites e Potencialidades da Nova Formação Policial nas Parcerias das Academias de Polícia com a Universidade no Ceará* (2008-2012).

No meu ingresso no Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS/UECE), eu resolvi dar continuidade aos estudos sobre a abordagem e suspeição policiais, iniciados no Laboratório, destacando o lado dos jovens e a relação destes com os policiais, especialmente com os do RQ.

Como hoje integro a pesquisa *Políticas de segurança pública, trabalho policial e conflitualidades* (MCT/CNPq/CAPES- 2012-2015)<sup>53</sup>, agrego à dissertação, de forma breve, um exemplo de tentativa de aproximação de policiais do Programa Ronda do Quarteirão com os jovens. Isso é algo relevante diante da constante recorrência de práticas policiais discriminatórias e arbitrárias em relação ao segmento juvenil.

Durante a pesquisa de campo do Projeto (*Os Limites e Potencialidades da Nova Formação Policial nas Parcerias das Academias de Polícia com a*

---

<sup>52</sup> LABVIDA é um órgão vinculado ao Curso de Serviço Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), criado pela Resolução nº 2222/CEPE, de 21 de março de 2000. As áreas temáticas trabalhadas pelo Laboratório são: Direitos Humanos e Cidadania, Criminalidade e Violência; Crianças e Adolescentes Vítimas da Violência; Polícia, Justiça e Sistema Penitenciário; Estado e Segurança Pública; Poder e Violência; Minorias Homossexuais; Juventude, Cultura e Violência; Ética e Direitos Humanos; Loucura e Cidadania; Racismo e Discriminação; Sexualidade, Gênero e Geração; Políticas Públicas e Direitos Humanos; Sociedade Civil e Segurança Pública. Disponível no site: <<http://www.uece.br/labvida/index.php/o-que-e-labvida/historico>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

<sup>53</sup> O fio condutor desta pesquisa é a segurança pública e se orienta pela transversalidade de temas multidisciplinares que envolvem categorias como conflitualidades e trabalho policial. Seu objeto de estudo são as polícias militares dos Estados do Rio Grande Sul e do Ceará e tem como especificidade quatro eixos de investigação, a saber: I- formação e práticas de policiamento comunitário; II- condições e organização do trabalho policial; III- configuração dos papéis das mulheres policiais no exercício laboral, frente ao dos seus pares masculinos e ao público por elas atendido; e, por fim, **IV- práticas policiais em relação às práticas juvenis em comunidades de periferia** (Projeto Casadinho/PROCAD, 2011, p.14).

Universidade no Ceará), tive a oportunidade de acompanhar a realização de um Grupo Focal com alguns jovens moradores do GBJ. O encontro foi mediado por um integrante do Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS) e o local escolhido foi o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ). No entanto, o Grupo Focal não pôde ser realizado, pois somente três jovens compareceram.

Enquanto aguardava os jovens moradores do GBJ, observei alguns policiais do Programa Ronda do Quarteirão adentrando no refeitório do Centro Cultural. Na ocasião, aproveitei a oportunidade não só para conversar com dois policiais rondantes, mas para apresentar a minha proposta de trabalho, tentando, logo em seguida, marcar um dia para conversar com eles, fora do turno de trabalho, mas no referido equipamento. A partir do contato com esses dois primeiros policiais, consegui outros para a realização das entrevistas. Todos eles atuavam nos bairros do Grande Bom Jardim<sup>54</sup>.

Realizei entrevistas semiestruturadas com seis policiais do RQ no mês de novembro de 2012. Os critérios para a escolha foram: os policiais tinham que trabalhar em territórios estigmatizados; e o outro se referia aos anos de formação, uma vez que um dos objetivos da pesquisa do meu TCC era relacionar a formação profissional (orientada por conteúdos éticos e humanísticos, em parceria com a Universidade) com as suas práticas cotidianas. Então, foram dois profissionais de cada turma, desde a primeira, formada em 2007<sup>55</sup>, seguindo-se com a de 2008/2009 e a de 2010. Inicialmente, seriam quatro policiais de cada ano de formação, mas, no decorrer das entrevistas, percebi que as informações começaram a ficar repetidas.

---

<sup>54</sup> O Grande Bom Jardim é uma área que abrange cinco bairros (Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira), os quais são considerados, pela mídia sensacionalista e pelos segmentos sociais dominantes na hierarquia cultural e social da cidade de Fortaleza, como locais **violentos e perigosos**, e, por isso, o poder público mais atuante nesses bairros é a polícia.

<sup>55</sup> Com a criação do Programa Ronda do Quarteirão, em 2007, todos os candidatos aprovados na prova objetiva do Concurso Público para Soldado de Fileira da Polícia Militar do Ceará (PMCE), que teve Edital publicado desde 2006, foram lotados nas fases posteriores, para o Curso de Formação de Soldados de Fileiras (CFSdF) de 2007. O segundo concurso voltado para o Programa foi realizado em 2008 com a formação de duas turmas. A primeira, com Curso de Formação em 2008/2009, e a segunda turma em 2010, após a chamada dos classificáveis do Concurso de 2008. Em novembro de 2011, a Polícia Militar do Ceará (PMCE) abriu um novo edital para concurso público para soldados. O CFSdF foi uma parceria iniciada em 2000, através do convênio estabelecido entre a Academia de Polícia Militar, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) e Universidade Estadual do Ceará (UECE) para formar os Soldados de Fileiras da Polícia Militar. Esta experiência continuou nos anos de 2003, 2005 e 2007. A partir de 2008/2009, o Centro de Seleção e de Promoção de Evento (CESPE-UNB) passou a ser a instituição conveniada com a Academia.

É interessante destacar, aqui, que a área de formação dos policiais entrevistados é, em sua grande maioria, da área de humanas<sup>56</sup>. Contudo, foram identificadas, em suas falas, algumas contradições e preconceitos que desvalorizam o ser humano em sua essência. Isto foi percebido quando estes reproduziram discursos do senso comum e com forte influência da cultura profissional (ou militar).

Para a realização das entrevistas com os policiais, fiz uso de dois gravadores (por precaução) e de um roteiro de perguntas<sup>57</sup> para nortear a conversa com os interlocutores, além do uso de um diário de campo para registrar minhas impressões, outros detalhes e informações.

Como alguns policiais, interlocutores da pesquisa, atuaram no GBJ, e por minha proximidade, durante todos esses anos (principalmente durante o Mestrado), a estes bairros, tanto via catalogação de notícias em jornais sobre o GBJ e o “Território da Paz” quanto minha participação em reuniões, manifestações e palestras<sup>58</sup>, em que, de forma direta ou indireta, o Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS) e os Jovens Agentes da Paz (JAP)<sup>59</sup> se faziam presentes, resolvi me aproximar de um dos jovens que compõe este grupo e que participou da Audiência Pública<sup>60</sup> *Juventudes, Justiça e Cultura de Paz: violações de direitos e alta letalidade juvenil no Grande Bom Jardim*, realizada no dia 8 de novembro de 2013, no Centro Cultural Bom Jardim, com a presença de um membro da Assembleia Legislativa do Ceará (AL-CE), e que também participei como ouvinte e pesquisadora de campo.

Foi a partir das conversas com aquele jovem que comecei, de fato, a entrar em contato e conhecer o CDVHS, bem como a participar dos encontros semanais do JAP (de janeiro a abril de 2015). Essa foi uma forma de vivenciar com os jovens interlocutores e de observar o cotidiano deles. As entrevistas foram realizadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2015, com seis jovens, de idades

---

<sup>56</sup> Ver perfil dos policiais entrevistados do Programa Ronda do Quarteirão na p. 59.

<sup>57</sup> Ver Roteiro de Entrevista Apêndice C.

<sup>58</sup> Ver Anexos B, C, D, E, F, G, H, I, J e as Figuras 14 e 15.

<sup>59</sup> O JAP é um grupo formado por 120 (cento e vinte) adolescentes e jovens que atuam nas ruas de sua comunidade, escolas, instituições, procurando conscientizar outros jovens para uma cultura de paz e para a transformação pacífica dos conflitos por intermédio do diálogo. Seus encontros acontecem todas as segundas-feiras, a partir das 18h, no CDVHS, com suas principais lideranças (aproximadamente 20 pessoas).

<sup>60</sup> Ver anexo B.

entre 17 a 22 anos, de acordo com a disponibilidade e interesses deles em participar. Como as informações foram se repetindo, resolvi deixar somente seis jovens.

Na pesquisa, para a escolha dos jovens, foi levada em consideração a heterogeneidade dos membros participantes, como: idade dos entrevistados (a faixa etária de acordo com a definição de juventude presente na Lei nº12852 de 5 de agosto de 2013 – 15-29 anos); aspectos socioeconômicos e culturais; de gênero, diversidade étnico-racial; profissional; e a participação em movimentos sociais e políticos.

O número de interlocutores (amostragem), portanto, foi definido por saturação. O fechamento amostral por saturação teórica é operacionalmente definido como "a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição" (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008, p. 1). Então, foram seis jovens e seis policiais rondantes entrevistados<sup>61</sup>, cujas narrativas e experiências vão se entremear nesse estudo.

### 1.2.1 Perfil dos interlocutores da pesquisa

Por questões éticas e para manter em sigilo a identidade dos interlocutores, foram utilizados nomes fictícios. Nos depoimentos dos policiais, bem como nos conteúdos e metodologia da formação e ações destes, foi perceptível a presença marcante do *ethos* militar, numa atividade que deveria ser eminentemente civil.

Dessa forma, utilizaram-se algumas letras do alfabeto grego (Alfa ( $\alpha$ ), Beta ( $\beta$ ), Gama ( $\gamma$ ), Delta ( $\delta$ ), Teta ( $\theta$ ) e Ômega ( $\omega$ )), as quais são comumente

---

<sup>61</sup> Pode existir alguns questionamentos sobre a quantidade de sujeitos interlocutores, mas ir além desse número não iria trazer dados novos para a pesquisa, já que, como foi dito, as falas foram começando a se repetir. Como a natureza dessa pesquisa é essencialmente qualitativa, embora use de alguns dados quantitativos, prezou-se pela análise dos aspectos subjetivos presentes nos depoimentos, os quais têm grande força no mundo objetivo das pessoas em suas práticas, experiências e visões.

utilizadas pelo Serviço Militar para atribuir codinomes aos aspirantes a oficiais do Exército.

Para a identificação dos jovens, foram utilizados os números de 1 – 6, que remetem, apenas, a ordem em que foram realizadas as entrevistas. A seguir estão dispostas as caracterizações dos interlocutores.

<b>Caracterização dos Policiais Rondantes</b>						
<b>Nome Fictício</b>	<b>Alfa</b>	<b>Beta</b>	<b>Gama</b>	<b>Delta</b>	<b>Teta</b>	<b>Ômega</b>
<b>Sexo</b>	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino
<b>Idade</b>	29 Anos	26 Anos	24 Anos	31 Anos	30 Anos	32 Anos
<b>Cor/ Raça</b>	Negra	Parda	Negra	Pardo	Pardo	Moreno
<b>Escolaridade</b>	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Incompleto (Direito)	Ensino Superior Incompleto (Geografia)	Ensino Superior Completo (Administração)	Ensino Superior Incompleto (Direito)
<b>Curso de Soldado de Fileira</b>	CSdF de 2008/2009	CSdF de 2007	CSdF de 2008/2009	CSdF de 2007	CSdF de 2010	CSdF de 2010
<b>Data da Entrevista</b>	Novembro de 2012	Novembro de 2012	Novembro de 2012	Novembro de 2012	Novembro de 2012	Novembro de 2012

<b>Caracterização dos Jovens</b>						
<b>Nome Fictício</b>	<b>Jovem 01</b>	<b>Jovem 02</b>	<b>Jovem 03</b>	<b>Jovem 04</b>	<b>Jovem 05</b>	<b>Jovem 06</b>
<b>Sexo</b>	Feminino	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino
<b>Idade</b>	22 anos	17 anos	18 anos	18 anos	20 anos	22 anos
<b>Cor/Raça</b>	Parda	Negra	Parda	Branca	Parda	Negra
<b>Escolaridade</b>	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Superior Incompleto	Ensino Médio Incompleto
<b>Ocupação</b>	Assessoria	Produtor Cultural	Desempregado	Malabarista	Assessor Parlamentar	Teatro
<b>Participação em Movimentos Sociais e/ou Culturais</b>	CDVHS/ JAP/ Projeto Pela Vida da Juventude	Movimento de Direitos Humanos e Artísticos	JAP	JAP	JAP	JAP/ Rede DLIS/ Ponto de Memória
<b>Bairro</b>	Bom Jardim	Bom Jardim	Bom Jardim	Granja Lisboa	Jóquei Clube	Bom Jardim

### 1.3 A PESQUISA E O MÉTODO: PARTES QUE SE COMPLETAM

A pesquisa realizada neste estudo é essencialmente de natureza qualitativa, apoiando-se numa abordagem crítica como forma de interpretação e investigação do assunto aqui proposto, sendo, ao mesmo tempo, um estudo compreensivo e crítico da realidade social.

Para uma melhor compreensão da problemática proposta nesse estudo, inserida em seu espaço e tempo, a pesquisa foi dividida em algumas etapas importantes.

A primeira etapa se caracterizou pela utilização das pesquisas bibliográfica e documental. Aquela consistindo no levantamento da literatura que informa sobre o estudo em tela, a partir de suas categorias (Juventude (s), Territórios estigmatizados, Violência, Estado Penal, Abordagens e suspeição policiais e Cultura policial).

A ênfase desse levantamento bibliográfico foi dada mediante pesquisas realizadas em artigos científicos, monografias, dissertações e teses. Além disso, fez-se também uma pesquisa no âmbito da hemeroteca, considerando a temática trabalhada nesse estudo, para acompanhar o que era produzido sobre os territórios estigmatizados de Fortaleza, sobretudo os bairros do GBJ.

A veiculação de dados sobre violência corrobora, conforme Paiva (2007, p.16), “para a sedimentação da ideia do Bairro ser o local não apenas violento, mas, também, de pessoas violentas e perigosas”, muitas vezes traduzidas nos jovens de periferia homogeneizados como “problemas sociais”.

A matéria veiculada pelo Jornal *O Povo*, um dos jornais de maior circulação no Estado do Ceará, no dia 23 de março de 2015, trouxe o tema *Os territórios onde se mata mais em Fortaleza*, que seriam aqueles bairros mais distantes do Centro e das áreas consideradas nobres. O Bom Jardim apareceu em 1º (primeiro) lugar no *ranking*. As áreas em que mais ocorreram homicídios foram denominadas de “cinturão vermelho da criminalidade”.

Nos jornais de maior circulação do estado do Ceará, também encontrei matérias sobre as performances dos policiais rondantes, sobretudo as abordagens

policiais truculentas, e sobre o “Território da Paz” em Fortaleza. O especial *Ronda sob investigação*, do Jornal O Povo (jul. 2009), e *Tiraram a vida de um inocente* (JORNAL O POVO, JUL. 2010) foram as que mais me chamaram a atenção para estudar o Programa Ronda do Quarteirão.

As perguntas trazidas naquela última matéria sobre o caso Bruce: “O que pode ser entendido como atitude suspeita para a Polícia? Em uma abordagem policial, é correto apontar a arma para a cabeça do suspeito? Por que o pai não foi levado à delegacia se ele era tratado como suspeito durante a perseguição? ”. Esses questionamentos foram um dos motivos que me levaram a iniciar as leituras sobre suspeição e abordagem policial.

A consulta aos documentos oficiais (Estatutos, Planos, Projetos, Decretos, Programas, Estatísticas etc) esteve sempre relacionada às juventudes e à segurança pública. Dessa forma, a consulta aos dados estatísticos secundários<sup>62</sup> me auxiliaram tanto na identificação do fenômeno estudado como um problema (FLICK, 2009) de relevância social quanto na utilização dos dados qualitativos primários de modo a compreender os “indivíduos em seus próprios termos” (GOLDENBERG, 2007, p. 53).

Todo este percurso exploratório teve como finalidade subsidiar as falas e discussões teórico-empíricas deste trabalho. Essa seria a importância da teoria que “pré-estrutura o nosso olhar e sofisticada a nossa capacidade de observação” (OLIVEIRA, 2000, p.21).

Para uma melhor apreensão da realidade, os instrumentos utilizados para a pesquisa em tela, como forma de investigação empírica, foram: roteiro de perguntas para a entrevista, diário de campo e gravador. Este último, com o intuito de se registrar com mais fidedignidade as falas dos entrevistados.

O diário de campo foi fundamental para anotar alguns apontamentos obtidos, por meio da observação direta, durante o acompanhamento dos encontros do JAP, bem como nos diversos eventos em que fui como ouvinte.

---

<sup>62</sup> O uso de dados secundários em pesquisas é uma das estratégias mais antigas utilizadas pelos sociólogos para dar conta dos fenômenos da realidade social ou para ampliar seus próprios campos de observação. “[...] los datos secundarios sirven también para la formulación de hipótesis de investigación; pero para utilizarlos se necesita de una capacidad para formular muchas y distintas preguntas relacionadas con el problema de investigación (SCRIBANO; DE SENA, 2009, p.103).

A inserção no campo se deu principalmente no segundo momento da pesquisa, em que foram aplicadas as entrevistas semiestruturadas<sup>63</sup> com os adolescentes integrantes dos Jovens Agentes da Paz. A escolha desses interlocutores<sup>64</sup> foi feita ora aleatoriamente, de acordo com a disponibilidade deles; ora intencionalmente, como no caso da escolha de uma jovem negra, por ela estar à frente de alguns assuntos do grupo, bem como por ela, no universo do perfil abordado por policiais (jovens negros e pobres), se destacar por ser do gênero feminino. A jovem trouxe alguns relatos sobre as abordagens truculentas em que seus conhecidos foram vítimas.

Zaluar (2007), numa pesquisa<sup>65</sup> realizada em 2006, pelo Núcleo de Pesquisa das Violências (NUPEVI) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), sobre vitimização policial no Rio de Janeiro ter cor e endereço, afirmou que as mulheres negras teriam, em proporção, três vezes mais chances (7%) de serem vítimas da violência policial do que as brancas (2,2%), e duas vezes mais do que as pardas (3,8%).

[...] são as mulheres faveladas as que menos confiam pessoalmente nos policiais, em todas as idades. São elas também, em todas as idades que afirmam em mais altas proporções que a população da cidade não confia na PM. Como são elas as que menos se locomovem fora da vizinhança, é possível que observem mais vezes as ações policiais que empregam a força excessivamente e injustamente, atingindo pessoas inocentes (ZALUAR, 2007, p. 546).

---

<sup>63</sup> Em todas as entrevistas foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este documento é de grande importância para os participantes da pesquisa (pesquisador e informantes), pois constitui uma das formas de preservação dos sujeitos envolvidos no processo deste trabalho. Ver Roteiro de entrevista no Apêndice A e o TCLE, no Anexo A.

<sup>64</sup> Digo interlocutores, pois, como nos ensina Becker (1999), é necessário construir uma relação dialógica com os sujeitos deste estudo, quebrando o campo de possível relação de poder/autoridade entre entrevistador e entrevistados, para estabelecer uma verdadeira interação, tomando cuidado, é claro, para não contaminar os discursos. Um fator ético e profissional, que é garantido neste estudo, é o sigilo, o qual zela pela não identificação (com exceção daqueles que pedem pra se identificar) dos depoentes, bem como pela manutenção das citações sem modificações das falas dos entrevistados no corpo do trabalho, além da devolução dos resultados aos sujeitos/instituições envolvidas com a pesquisa.

<sup>65</sup> O universo da pesquisa da Zaluar (2007) foi a população de jovens de 15 anos, selecionadas aleatoriamente, num universo de 4.000 pessoas, mediante sorteio domiciliar e aplicação de questionário. Buscava-se, assim, apurar informações sobre: as vítimas dos crimes; o perfil dos agressores; as circunstâncias em que os crimes ocorreram; as condições de infraestrutura urbana dos locais onde os crimes ocorreram; **as experiências das vítimas com o sistema de segurança pública** e de atendimento de emergência hospitalar; as medidas tomadas pelas pessoas objetivando a prevenção dos crimes.

O intuito da realização das entrevistas é compreender, a partir dos depoimentos e narrativas dos sujeitos interlocutores da pesquisa (os jovens residentes do GBJ, os policiais do Programa RQ e os profissionais envolvidos no Projeto Ronda Cultural), como os jovens dos territórios estigmatizados, mais especificamente os residentes do Grande Bom Jardim, vivenciam as abordagens policiais do RQ; e como se dá a relação entre os policiais do RQ e os jovens durante as situações de abordagens. Além disso, pretende-se: identificar as experiências juvenis com a violência e a polícia; investigar como se dá a abordagem policial e o que os critérios de suspeição comunicam, ou seja, o que a abordagem pode dizer sobre a cultura dos policiais e de seus agentes; e, por fim, entender como se deu a experiência do Projeto do Ronda Cultural<sup>66</sup> como tentativa de aproximação dos policiais do RQ com os jovens, via ações culturais.

Sobre o espaço amostral, é importante destacar alguns aspectos preliminares. A escolha do GBJ se deu tanto das minhas aproximações anteriores com esta área quanto pelo fato de ter sido o território escolhido, pelo governo federal, para ser o “Território da Paz” do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)<sup>67</sup>. A Prefeitura Municipal de Fortaleza assinou, em 2008, um convênio com este Programa. A cidade de Fortaleza foi a quarta capital do Nordeste a receber o programa.

O PRONASCI, porém, foi uma iniciativa federal, desenvolvida pelo Ministério da Justiça, em 2007, para combater os índices crescentes de criminalidade e violência no país e articular políticas de segurança com ações sociais. Contudo, este programa, assim como outros, não teve prosseguimento, sendo dissolvido no início do mandato da Presidenta Dilma Rousseff (2010–2014).

---

<sup>66</sup> O Ronda Cultural foi uma tentativa de aproximação entre polícia e juventude por meio da cultura, mais especificamente pelo *Hip Hop*; e está intrinsecamente associado ao Programa Ronda do Quarteirão, já que os policiais do RC são todos policiais rondantes.

<sup>67</sup> O Programa tinha como público-alvo jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, que estavam em situação de rua, em conflitos com a lei ou expostos à violência. Assim, esses jovens foram encaminhados aos cursos de qualificação e capacitações, bem como a participarem de programas que visavam valorizar e estimular os profissionais para uma ação e uma formação policial cidadã e participativa. Uma das prioridades desse programa foi estimular a constante integração entre a polícia e a comunidade, baseada num modelo de policiamento comunitário em que laços de confiança e proximidade deveriam prevalecer.

O “Território de Paz”, em Fortaleza, ficava localizado no Grande Bom Jardim, o qual é composto por cinco bairros, Canindezinho, Bom Jardim<sup>68</sup>, Granja Portugal, Granja Lisboa e Siqueira. Foi instalado no dia 1º de dezembro de 2009, na Praça Central da Granja Portugal. O intuito deste era implementar, simultaneamente, ações de prevenção e repressão à violência para garantir a Segurança Cidadã na comunidade do GBJ.

O Bom Jardim é considerado o bairro mais populoso de Fortaleza, com aproximadamente 230 mil habitantes (Censo 2010–IBGE), e está localizado na Regional<sup>69</sup> V. Além disso, é considerado como um dos mais violentos e perigosos da cidade (PAIVA, 2014). Aquela Regional possui 21,1% da população fortalezense e é a mais pobre da capital. Segundo uma reportagem do Jornal o Povo<sup>70</sup> (20.1.13), este bairro aparece em 10º lugar no ranking da pobreza na cidade.

Outro dado a destacar é que, segundo o Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza, a Regional V é uma das Regionais mais jovens de Fortaleza: 44% da população têm até 20 anos (LABVIDA, 2011, p. 4).

Conforme os dados do site Fundo Brasil de Direitos Humanos (2013)<sup>71</sup>,

entre 2007 e 2010, 491 pessoas morreram em decorrência de causas violentas. **Somente o Bairro Bom Jardim figurou, entre 2007 e 2009, no topo dos bairros em que mais acontecem assassinatos.** Além dos altos índices de homicídios, preocupa a centralidade desses casos na juventude: **186 jovens, de 15 a 29 anos, foram assassinados**, o que corresponde a 60% dos 312 casos de assassinatos registrados no período.

Captar o que se busca e saber como transmitir, entre os ditos e os não ditos, é necessário ao entendimento do objeto. Isso não é uma tarefa fácil, mas, nem por isso, é impossível.

---

<sup>68</sup> O Bom Jardim é um território extremamente explorado por pesquisadores.

<sup>69</sup> Regional é uma espécie de divisão criada no mapa da cidade de Fortaleza como forma de melhor gerenciar os bairros desta. Fortaleza está dividida em sete Secretarias Executivas Regionais (Regionais I, II, III, IV, V, VI e Centro), também conhecidas como "SER's", que são uma espécie de subprefeituras.

<sup>70</sup> Notícia intitulada: *O preocupante quadro da desigualdade social em Fortaleza*. Esta retrata a desigualdade social extrema ao afirmar que Fortaleza ocupa o 5º lugar na posição entre as cidades mais desiguais do mundo, onde apenas 7% da população fortalezense detém 26% de toda a riqueza da cidade. In: Jornal O Povo Online (20 jan. 2013).

<sup>71</sup> Disponível em: <<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/v2/pt/projects/view/rede-desenvolvimento-sustentavel-do-grande-bom-jardim-ceara>>. Acesso em: 1º abr. 2014.

Oliveira (2000) destaca que a escrita não é uma simples forma de exposição e, por isso, é preciso aprofundar-se nas análises e consolidar alguns argumentos. O escrever, para ele, se faz em duas etapas: o “estando lá” (*being there*) e o “estando aqui” (*being here*): “o escrever ‘estando aqui’ portanto fora da situação de campo, que cumpre sua mais alta função cognitiva” – textualização dos fenômenos socioculturais observados “no estar lá”: trazendo os fatos observados (vistos e ouvidos) (Ibidem, p.25).

Essa difícil empreitada só se fez possível porque tentei seguir as três etapas de apreensão dos fenômenos sociais para o exercício da pesquisa e da produção de conhecimento: o saber olhar, o ouvir e o escrever.

O primeiro exercício que tentei fazer no campo foi “domesticar” o meu olhar, já que é amplamente difundido, pelo senso comum, sobre periculosidade da área do GBJ, ressaltada especialmente pela mídia. Essa realidade que “[...] mostra que na periferia tem muita morte, que na periferia os jovens são assassinados, na periferia os jovens matam, que o tráfego de drogas é a cada esquina, que as pessoas passam na sua porta vendendo droga” (JOVEM 2).

A “fama” dos bairros adjacentes do GBJ, sobretudo o Bom Jardim, onde reside a maior parte dos jovens entrevistados, faz com que os moradores das áreas classificadas como perigosas enfrentem uma depreciação inerente ao estigma de ser residente de um lugar reconhecido, socialmente, como degradado pela violência e onde supostamente residem os “elementos perigosos”.

A estigmatização do local e dos que lá residem tem impactos objetivos e subjetivos, principalmente na representação social do bairro e na vida de todos(as) que lá residem.

O estigma é um atributo depreciativo que, como explica Goffman (2008), deteriora a identidade social, expressando uma linguagem de relações e não apenas de características. Dessa forma, os atributos produzem um amplo descrédito na vida do sujeito, já que caracteriza a normalidade de outrem. Portanto, os atributos indesejados são considerados estigmas.

Diante disso, tive que romper essa barreira para entrar em contato com o cotidiano dos jovens. Alguns parentes e conhecidos comentavam que eu deveria

estudar outra coisa ou evitar ir ao Bom Jardim. Até mesmo em mim havia um “preconceito” e certo receio de visitar, sozinha, lugares sem ter muito contato ou convivência; seja pelo medo do desconhecido, seja pelo estigma do lugar veiculado constantemente pela mídia como área extremamente *violenta e perigosa*, o bairro do “viche”!

O interessante foi que, já no primeiro dia de entrevistas, eu consegui registrar uma denúncia de violência policial cometida por alguns agentes do Ronda de Ações Intensivas e Ostensivas (RAIO) a três jovens<sup>72</sup>. As entrevistas iniciaram um pouco atrasadas devido eu ter acompanhado, na sala de reuniões do CDVHS, o depoimento de moradores do entorno dessa Instituição. Os policiais invadiram a casa dos avós das vítimas sem nenhum mandato judicial e sem identificação, além de estarem mascarados e apontando suas armas.

Não menos importante que o olhar, foi o ouvir. Foi nessa hora que pude observar (e, posteriormente, analisar) os ditos e os não ditos que se exprimiram por meio de gestos, comportamentos e silêncios dos interlocutores. A análise das falas é feita durante toda a escrita do trabalho.

#### 1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

“Periferia e Polícia, um embate social mais será verdade? Será verdade esse caminho, caminho imposto por essa sociedade hipócrita. Ops! Desculpe-me, desculpe-me se por um instante eu pareci tão suspeito. Mas espera aí! Suspeito a que seu Doutor? Suspeito a quê? Se tá falando sério escuta aí vou te falar. Outra noite veio uns cara sério aí de apavorar sei lá da intensões aí fazer o quê? Fazer o quê? Pois me fizeram essa pergunta pra mim jhãõ um outro dia viver realidade da periferia ai mo estia.

---

<sup>72</sup> Os jovens foram espancados em um beco (Beco da Raposa), perto da casa das vítimas, e a tia de um deles foi agredida verbalmente e ameaçada. Além disso, ela teve seu celular tomado por um dos agentes. Aqueles foram supostamente levados para a Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), mas, até o momento da denúncia, não se tinha notícias deles.

Polícia um braço do sistema veio pra aniquilar. Aê liga os brothers lá das áreas que o sistema tá que tá, tá que tá, ai ligo um taliba que colou na área.

Um outro dia disse para a mulecada sair da esquina cada curva é perigosa ai falou abertamente depois das agressões e claro “se eu pegar um de vocês aqui de novo aí levo para o camburão”. Última viagem da sua vida! Aí, se liga então! Entraram atirando na repressão e uma dessas balas atravessou a cabeça do meu irmão. Sistema opressão da mão de ferro transforma a realidade da periferia aí verdadeiro inferno.

Hipocrisia aí da sociedade magnatas operações políticas. É, não sei se pra você, mas pra mim mó palhaçada. Palhaçada fizeram com o dinheiro do mensalão. Nem por isso estão presos e, quando acaba, nós é que somos tachados de “ladrões”. Gente suja, sem estudo, sem perspectiva de vida cuja saída só tem um caminho: aterro sanitário social, a ferida do sistema para eles; a raíz de todo o mal. “Quem dera aniquilarmos todos num sóopro!” Aí golpe fatal. Explode favela desaparece, desaparece que você tá manchando o mapa. “Sai daí, Bom Jardim, se toca!” Desde a Grécia antiga que levaste no rabo uma bota. Esse discurso me revolta repetido diariamente nas bocas desses idiotas.

Não veem que todos somos filhos da mesma Nação. Mãe Brasil estende teu manto e enxuga o meu pranto, minhas lágrimas de sangue que me sufocam. Sufocado, abandonado, despedaçado.

Lamentavelmente desprezado. “Encosta na parede malandro!” E começa o baculejo. “Aproveita e vê se ele não tem nada. Essa gente sempre anda sobre efeito, não esquece nada aproveita e vê se não está faltando nada.” Se roubaram a Casa da Moeda nem um disparo.

Perfeitamente plano arquitetado. Passa os malotes, boa sorte! Num golpe roda roleta e faz a soma na ponta da caneta salário mínimo, trabalhador. Milhões de zero enche os bolsos empresariais. Eu tô falando, e sério Brasil! Da periferia sofrida que pisa com os pés descalços no chão. No canto da feira vi um menino comendo com a mão. Pastor alemão, dois rottweilers. O menino jogado no chão e a socialite esbanjando milhares.

‘Eu posso e vocês não podem’. Quem pode e quem não pode se vira do jeito que pode. Se trombar as viaturas aí, verdadeiro sacode! Muito azar ou muita sorte? Aí, deixa pra lá! Por enquanto eu vou me virando do jeito que dá. Sei que estou num pesadelo, mas quero acordar.

Acorda Brasil e grita teu nome Brasil! Das mulheres e dos homens que diariamente milhares morrem de fome assassinados pela própria

Nação. Nação onde os políticos repogiam a  
 igualdade e pregam a discriminação.  
 Discriminando mulheres, adolescentes nos  
 hospitais tratadas como indigentes e as crianças  
 nas casas de recuperação que não recuperam  
 nem um cachorro quanto mais um cidadão.

Caráter se faz. Não vem na criança. Educação,  
 esportes, meras lembranças. Quando fui  
 trancafiado aqui, assassinaram os meus sonhos  
 de criança. Eis a pergunta como se faz um  
 caráter? Espancando? Creio que não. Por causa  
 disso, trago mágoa no meu coração.  
 Brasi!!! Eu falo e cê não me ouve. Eu grito, eu  
 chamo teu nome e você me some do mapa.  
 Desde que os portugueses andaram por aqui, que  
 não nos resta nada, se, até os restos, nos estão  
 sendo tirados.

Brasil da ordem e progresso, aproximar polícia e  
 periferia, por enquanto, inúmeras tentativas sem  
 sucessos.”

Periferia e Polícia, um Embate Social – JOVEM 06

Esse texto é de autoria de um dos jovens entrevistados, e foi elaborado após o nosso diálogo sobre as práticas de abordagem e suspeição dos policiais do Programa Ronda do Quarteirão no bairro desse jovem e quais as experiências vividas por ele nesse tipo de prática. Ele trouxe em seus versos a relação dos jovens residentes em bairros estigmatizados com os “taliba” (policiais), a qual é conflituosa.

Esta composição traduz, de modo poético, a realidade que procuro apresentar aos leitores nesse estudo em tela. O jovem 06, com sua linguagem juvenil, faz uma boa leitura do mundo social em que vive. Mesmo possuindo o Ensino Médio Incompleto, não precisou ir à Universidade para saber ler com a alma e descrever, de forma tão singela, o cotidiano da periferia que, segundo ele, é “mo estia”, cujo significado é “algo que incomoda”.

O mundo da Arte, do Teatro, seu envolvimento com os movimentos sociais e seu cotidiano como jovem morador de espaços considerados como violentos e perigosos, trouxe com ele essa sensibilidade no olhar.

Assim, esses versos subsidiam os três capítulos que compõem esse trabalho, os quais estão correlacionados. O primeiro, por exemplo, é composto por sete tópicos, os quais tratam sobre as configurações do Estado Penal no Brasil e no

mundo; a sociedade brasileira em seus aspectos culturais (conservadora e preconceituosa); bem como o medo como indutor de práticas repressivas.

A “guerra contra as drogas”, que impulsiona o exercício do controle policial e penal sob determinado segmento populacional, considera como “elemento suspeito” aquele que apresenta características muito claras quando é abordado pela polícia: ou seja, é o jovem, o negro e o morador de territórios estigmatizados. Nesse sentido, faz-se uma problematização da cor como elemento estruturante das suspeições e abordagens policiais. Assim, como a polícia é uma instituição criada socialmente, esta pode reproduzir aspectos culturais e demandas das classes dominantes. Por isso se questiona se as forças policiais são um reflexo da sociedade brasileira. Além disso, será tratado, nesse espaço, sobre a natureza do trabalho social e a influência da cultura profissional nas práticas policiais, que se têm mostrado truculentas e arbitrárias, mesmo sob o regime democrático. As diversas expressões de violência também são trabalhadas nesse capítulo no sentido de desmistificá-las.

A desconstrução da associação do binômio juventude e violência é realizada no segundo capítulo. Exponho aqui o significado de ser jovem em um território estigmatizado, no caso, o Grande Bom Jardim, por este ter sido escolhido para ser o “Território da Paz” na cidade de Fortaleza. Realizo ainda uma discussão sobre a relação conflituosa entre polícia e juventude nesse território, trazendo, a partir das falas dos jovens interlocutores, suas experiências com a abordagem policial e as formas de resistência desenvolvidas por eles em meio a uma sociabilidade violenta.

Apresento, no último capítulo, “para ultrapassar o monopólio de estudos das manifestações negativas dos conflitos violentos socialmente construídos na relação com a juventude” (Projeto Casadinho/PROCAD, 2011, p.61), uma proposta inovadora de aproximação dos policiais rondantes com os jovens de territórios estigmatizados: O Projeto Ronda Cultural<sup>73</sup>, o qual funcionou como uma tentativa de “pacificação” juvenil.

---

<sup>73</sup> Tinha como objetivo principal aproximar a juventude e a polícia, como ponto facilitador para a diminuição da violência, por meio da cultura e da arte. Ver mais sobre este Projeto no Anexo K. Este contraexemplo da histórica relação conflituosa entre aqueles dois sujeitos coaduna com a perspectiva

## 2 “POLÍCIA PARA QUEM PRECISA DE POLÍCIA?”<sup>74</sup>: AS PRÁTICAS POLICIAIS NO ESTADO PENAL BRASILEIRO

A polícia, num Estado democrático de direito, deveria ser uma instituição eminentemente civil, ou seja, suas atividades deveriam estar voltadas para a promoção do bem-estar da coletividade e proteção dos direitos humanos. Ela teria que ser efetivamente um órgão de defesa, promoção e garantia de direitos em benefício de todos os cidadãos, independentemente da classe, cor, raça/etnia, escolaridade, religião e orientação sexual. Contudo, existe um fosso entre aquilo que ela deveria ser e o que ela é, atuando quase sempre nas fronteiras tênues entre o legal e o ilegal, sobretudo nos territórios estigmatizados.

Logo, percebe-se que a polícia se encontra, ao mesmo tempo, dentro e fora da lei. Telles (2010, p. 262) afirma que os sentidos de ordem (e seu inverso) encontram-se cada vez mais em disputa: “[...] talvez seja nisso que se possa apreender o que está em jogo nesses espaços produzidos como espaços de exceção e que estão no cerne dos modos de funcionamento do Estado, nessas pontas em que sua presença afeta as vidas e as formas de vida”.

Um lado da cidade vive de modo sistemático com as práticas de abuso de poder da polícia. Neste lado, a população convive num misto de terrorismo e proteção dos traficantes ao lado da corrupção policial. Existe uma frequente negação de direitos básicos a estas pessoas, que vivem o contínuo abandono por não haver políticas sociais, convivendo, assim, em espaços que são considerados “vazios de cidadania” (PINHEIRO, 2013, p. 8).

O *modus operandi* policial continua o mesmo com a tomada de consciência das próprias comunidades e pelo avanço das exigências dos direitos civis. “O desrespeito aos direitos civis é a regra que rege a relação entre a polícia e

---

do paradigma da Segurança Cidadã, e com o IV eixo do Projeto Casadinho/PROCAD (2011), que diz respeito às práticas policiais em relação às práticas juvenis em comunidades de periferia, em especial aquelas experimentadas pelos jovens no campo das políticas de cultura e arte, nas realidades das cidades de Fortaleza e de Porto Alegre.

<sup>74</sup> Trecho da música dos *Titãs*, “Polícia”. Esta foi escrita por Tony Bellotto após ter sido preso junto com o cantor e compositor, Arnaldo Antunes, por porte de heroína. Sem antecedentes criminais e trabalho declarado, ambos cumpriram a pena em liberdade.

os pobres” (Ibidem, p. 13-4). A violação da vida, da intimidade e da inviolabilidade do domicílio e da pessoa são situações recorrentes nesses espaços.

Mas porque será que a Polícia, no caso aqui, a Militar, historicamente tem violado direitos, esquadrinhado territórios, agindo com preconceito e discriminação durante as abordagens policiais? O que tudo isso significa?

## 2.1 APONTAMENTOS SOBRE O ESTADO PENAL, CRIME E VIOLÊNCIA

Foucault (1986, 2001) elaborou algumas discussões sobre a produção da categoria delinquência<sup>75</sup>, bem como a sua normalização e a sua disciplinarização, revelando que existe uma espécie de mitologia construída em torno do personagem delinquente, a qual confirma a atemorização deste e desperta, na população, a demanda pelo controle policial ostensivo.

A normalização da delinquência, conforme Candiottto (2012, p.22), funcionaria não só como um preciosíssimo instrumento político e econômico na sociedade como também serviria “[...] como justificativa para a atuação, recorrentemente excessiva, por parte dos aparelhos de controle e regulação estatais”.

Dito isto, esse autor soube trazer, com maestria, a relação estreita entre crime, polícia, política e repressão. A repressão e a vigilância dos delinquentes seriam realizadas pela presença da polícia; e a prisão seria o meio de recrutar os delinquentes, mantê-los na delinquência e continuar a vigiá-los.

Em outras palavras:

Frequentemente a população pensa que o policiamento e o encarceramento são mecanismos de combate à delinquência. Raramente levam em conta que eles são mecanismos produtores da insegurança ao se valerem da

---

<sup>75</sup> A delinquência é um produto institucional e é sancionada pela prisão. É tida como um "desvio patológico da espécie humana, e pode ser analisada como síndromes mórbidas ou como grandes formas teratológicas" (FOUCAULT, 1986, p. 225). O criminoso pertence a uma tipologia ao mesmo tempo natural e desviante, e a criminologia é oriunda da necessidade de qualificar "cientificamente o ato enquanto delito e principalmente o indivíduo enquanto delinquente", que se enquadra em um núcleo de "periculosidade" e representante de um tipo de anomalia" (Ibidem, p. 225-6).

normalização e regulação da delinquência para gerir e pulverizar as manifestações políticas e sociais, mas também para legitimar de fato a atuação, muitas vezes ilegal, do estado e seus aparelhos repressivos. Grosso modo, se pelo aprisionamento se produz e se normaliza o delinquente, já quando ele retorna à sociedade passa a ser objeto de uma maneira de gerir e controlar que dele extrai proveitos econômicos e benefícios políticos. Se **dentro** da prisão o delinquente é fabricado pelas disciplinas, **fora** dela ele é governado por dispositivos de segurança (CANDIOTTO, 2012, p. 23, grifos do autor).

Foucault (1986), ao desmitificar a prisão, diz que ela, em vez de reprimir a delinquência, a produz e a organiza. Por isso, tem uma utilidade à ilegalidade, a qual é, economicamente, lucrativa. Podemos dizer, então, que a racionalização e os discursos sobre a ordem pública estão na permissividade da circulação da delinquência, ou seja, a normalização e a regulação da delinquência encontram-se a serviço de uma economia de poder.

A modernidade, com seu ideal de “humanidade”<sup>76</sup>, ocultou, numa instituição austera e complexa, uma nova forma de controle exercida pelo aprisionamento. A prisão é uma forma de poder utilizada pela sociedade moderna para lidar como os “problemas sociais”, para dividir e separar do meio social aqueles considerados como escórias, constituindo-se como uma prática de sujeição numa sociedade de vigilância ou disciplinar.

A produção da delinquência se faz, mas dentro de uma normalidade aparente e suportável para a moral social. Que instituição pode melhor exercer tal função? A prisão, esse aparelho correccional e normalizador, que nasceu para regular e controlar a escória periculosa que pode arrancar a estabilidade da ordem social. [...] é ela que superlota os presídios, [...] os espaços segregados pelos altos muros da divisão de classes (BRASIL, 1989, p. 227).

A prisão celular, com suas cronologias marcadas, seus trabalhos obrigatórios, suas instâncias de vigilância constantes, é uma das responsáveis pelo processo para repartir os indivíduos, “[...] fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus

---

<sup>76</sup> A instituição prisão surgiu antes que esta fosse prevista em lei como pena por excelência, mas tornou-se ao longo dos séculos XVIII e XIX “peça essencial no conjunto das punições, marca certamente um momento importante na história da justiça penal: seu acesso a ‘humanidade’ [...] constituindo-se como uma “pena das sociedades civilizadas” (FOUCAULT, 1986, p.207). A sua dupla função (jurídico-econômica e técnico-disciplinar) a fez “[...] aparecer como forma imediata e mais civilizada de todas as penas” (Ibidem, p. 208), introduzindo processos de dominação característicos de um tipo particular de poder. Surgiu, dessa maneira, ligada, em profundidade, com o próprio funcionamento da sociedade burguesa.

corpos, codificar seu comportamento contínuo [...]" (FOUCAULT, 1986, p. 207). Desse modo, a prisão se constitui como instrumento, um saber que se acumula e se centraliza, para torná-los dóceis e úteis.

A passagem do castigo corporal à penalidade incorpórea foi resultado de uma transformação na maneira como o próprio corpo foi investido pelas relações de poder. O corpo do condenado já não era mais objeto de suplício, mas a sua alma<sup>77</sup>. Esse foi diretamente alcançado por relações de poder e de dominação. Sobre ele faz-se uso de uma violência "violenta" e não mais sangrenta como era antigamente. Na verdade, como revela Foucault (1986, p.21),

[...] o objeto "crime", aquilo a que se refere à prática penal, foi profundamente modificado: a qualidade, a natureza, a substância, de algum modo, de que se constitui o elemento punível, mais do que a própria definição formal [...] **juagam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade** (grifos nossos).

São introduzidos, no veredito do ato criminoso, não só os elementos circunstanciais do ato (crime), mas aquilo que não pode ser codificável: "o conhecimento do criminoso, a apreciação que dele se faz, o que se pode saber sobre suas relações entre ele, seu passado e o crime, e o que se pode esperar dele no futuro" (FOUCAULT, 1986, p. 22). Aqui não é julgado somente o ato ou infração em si, mas os indivíduos (o que eles são, serão ou o que possam ser).

A operação penal inteira carregou-se de elementos e personagens extrajurídicos que participam, de alguma forma, da liberdade do dito "infrator", tais como: peritos, policiais<sup>78</sup>, psicólogos, dentre outros. A mídia e a sociedade também

---

<sup>77</sup> Foucault (1986) considera a palavra alma como sinônimo de consciência, de subjetividade, distinguindo-se da concepção teológica cristã. Sobre o termo alma, várias técnicas e discursos científicos foram edificados.

<sup>78</sup> Para Marx, nos textos denominados Teorias da Mais-Valia, traduzido por Brant (1994), o crime tem uma função específica no modo de produção capitalista. A luta contra o crime detém uma quantidade de mão de obra supérflua, ao retirar do mercado de trabalho o excesso de população. Além disso, cria dispositivos de segurança, como a polícia. "Um filósofo produz idéias, um poeta poemas, um pastor sermões, um professor tratados, etc. Um criminoso produz crimes [...] O criminoso não produz somente crimes, ele produz também o Direito Penal e, em consequência, também o professor que produz cursos de Direito Penal [...]. O criminoso produz, além disso, toda a polícia e toda a justiça penal, os beaguins, juizes, carrascos, jurados etc. [...] Enquanto o crime retira uma parte da população supérflua do mercado de trabalho e assim reduz a competição entre os trabalhadores [...] a luta contra o crime absorve outra parcela dessa mesma população [...]. O crime, pelos meios sempre renovados de ataque à propriedade, dá origem a métodos sempre renovados de defendê-la e, de imediato, sua influência na produção de máquinas é tão produtiva quanto as greves" (*apud* BRANT, 1994, p. 31-6).

são vistos como elementos não jurídicos. Nesse sentido, o “poder de julgar” e/ou punir alguém é fracionado, para evitar que essa operação seja pura e simplesmente uma punição legal; para escusar o juiz de ser pura e simplesmente aquele que castiga.

A ilegalidade concentrada e controlada é diretamente útil, pois é voltada a uma "criminalidade violenta, cujas primeiras vítimas são muitas vezes as classes pobres, açoadas de todos os lados pela polícia, expostas a longas penas de prisão, depois a uma vida definitivamente ‘especializada’" (FOUCAULT, 1986, p. 245, grifos nossos).

A gestão diferencial das ilegalidades, por meio do encarceramento, faz parte de mecanismos de dominação. Tal gestão contribui para a generalização de discursos que esquadrinham territórios e definem a classe social perigosa. A etnografia empírica do crime parte da ideia de uma classe fadada à desordem: “classe degradada pela miséria cujos vícios se opõem como um obstáculo invencível” (FOUCAULT, 1986, p. 243).

A questão do fracasso das prisões, dessa forma, passa a ser algo desejável, já que a reincidência e a circularidade da delinquência são resultados esperados pelo sistema penal.

[...] qual a utilidade desses fenômenos que a crítica continuamente denuncia: manutenção da delinquência, indução em reincidência, transformação do infrator ocasional em delinquente habitual, organização de um meio fechado de delinquência. Talvez devamos procurar o que se esconde sob o aparente cinismo da instituição penal que depois de ter feito os condenados pagarem continua a segui-los através de toda uma série de marcações e que persegue assim como infrator? Não podemos ver aí, mais uma contradição, uma Conseqüência? (FOUCAULT, 1986, p. 239-40).

A polícia e a prisão funcionam como dispositivos que se utilizam da delinquência e se apoiam um sobre o outro (polícia-prisão-delinquência). Dessa maneira, "a vigilância policial fornece à prisão os infratores que esta transforma em delinquentes, alvo e auxiliares dos controles policiais que regularmente mandam alguns deles de volta à prisão" (Ibidem, p.248).

Sendo um meio aparentemente marginalizado, mas centralizado e controlado, produz delinquentes como sujeitos patologizados e estabelece a

oposição estratégica que ocorre entre as ilegalidades e a delinquência. Não é à toa que o sistema prisional, mesmo em seu "fracasso", continua a existir, produzindo os mesmos efeitos.

A internação em celas prisionais não diminui a criminalidade e nem a violência, no entanto, segundo Scarano (2013) a prisão ainda continua sendo um dos meios mais utilizados como forma de fazer justiça diante da violência. Embora sabendo que é perigosa e inútil, Foucault (1968, p.208) diz que "não 'vemos' o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão".

No mundo ocidental, por exemplo, o aumento da violência, nas décadas 70 e 80 do século XX, teve como resposta um maior investimento no sistema punitivo em contraposição a um menor emprego do orçamento público em políticas sociais, tais como: saúde, educação, assistência, dentre outras. Isso se intensificou, sobretudo, a partir da década de 1990, quando o sistema neoliberal exigiu um sistema recrudesciente e repressivo em contraposição ao Estado de bem-estar social<sup>79</sup>. Dessa forma, o tempo social atual é marcado pela **seletividade punitiva** e focalização das políticas sociais.

As democracias contemporâneas têm investido, em ordem crescente, no combate ao crime sob a forma de um **Estado Penal** que ajusta as suas políticas criminais às transformações econômicas vigentes. A onda punitiva contra os pobres, conforme Wacquant (2007), é uma resposta direta da demissão social do Estado contemporâneo, quando aqueles são separados do sagrado direito do consumo e da subexploração dos donos do capital.

Se as mesmas pessoas que exigem um Estado mínimo, a fim de "liberar" as "forças vivas" do mercado e de submeter os mais despossuídos ao estímulo da competição, não hesitam em erigir um Estado máximo para assegurar a "segurança" no cotidiano, é porque **a pobreza do Estado social sobre o**

---

<sup>79</sup> O Estado Keynesiano (1945-1973) teve como traço marcante a forte intervenção estatal na economia, correspondendo ao modelo de acumulação vigente, o fordismo. Na área social, o Estado intervencionista apresentou respostas peculiares que resultaram da luta social da classe trabalhadora. Segundo Nobre (2001, p. 14), aquele passou a garantir, por meio de uma rede de políticas sociais compensatórias, uma distribuição de renda pelos acordos corporativos estabelecidos entre CAPITAL e TRABALHO. Behring e Boschetti (2009) discorrem que o *Welfare State* foi uma forma de dirimir os conflitos, a partir de um acordo entre a classe trabalhadora, o Estado e a burguesia. Desta maneira, os trabalhadores conseguiram o atendimento de exigências mínimas, por meio de reformas imediatas, viabilizadas pelas políticas sociais. Então, podemos afirmar que esse Estado de bem-estar não foi um estado voltado exclusivamente para a classe trabalhadora, pois mesmo com adoção de certas medidas sociais, este, porém, não perdeu seu caráter capitalista.

**fundo da desregulamentação suscita e necessita da grandeza do Estado penal** (Ibidem p, 48, grifo do autor).

Garland (2008) analisou o cenário contemporâneo da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos (EUA) e a tendência crescente do controle social desenfreado, que é um dos pilares dos governos neoliberais. Os espaços públicos, na configuração liberal, são segmentados e certos grupos segregados.

E por que não considerar, de certa forma, tal contexto como similar a realidade brasileira, já que vivemos em um mundo globalizado, e os EUA funcionam como o celeiro do mundo (WACQUANT, 2007) espalhando tendências autoritárias e práticas penais mundo a fora, ganhando ressonância em nosso continente<sup>80</sup>, principalmente por conter elementos que reforçam a adoção de medidas de recrudescimento penal, que são as divisões raciais e sociais.

As características das políticas repressivas adotadas pelo Brasil se relacionam diretamente com os aspectos políticos, culturais e de interesses econômicos do país, e sempre são ocultados no trato daquelas políticas. Essas estão em constante tensão com algumas políticas preventivas adotadas.

O debate sobre a questão da segurança pública, no Brasil, intensificou-se, conforme Adorno (2015)<sup>81</sup>, a partir da década de 1970, com o crescimento da violência urbana pelo desenvolvimento do crime organizado, sobretudo em torno do tráfico de drogas. Nesse sentido, existe uma crença que a violência é um fenômeno recente e que a sociedade, antes desse período, era pacificada. Contudo, a violência no Brasil não é um fenômeno recente, pois a sociedade brasileira é violenta desde a sua invasão.

No processo de colonização, os nativos brasileiros foram mortos e obrigados a internalizar culturas estrangeiras diferentes do seu mundo de valores.

---

<sup>80</sup> “A crônica do presente britânico e, especialmente, norte-americano é em ampla medida a crônica do nosso futuro próximo” (NASCIMENTO, 2008, p. 30). O ápice da reação penal nestes países ocorreu no meio e no final dos anos 1990 e as políticas penais geram vultosos custos, aumentando o fardo tributário e ou reduzindo gastos públicos com educação, saúde, assistência social, dentre outras políticas. Porém, os EUA se aprofundaram nessa direção.

<sup>81</sup> Aula sobre "As raízes históricas e sociais da violência no Brasil", ministrada pelo Professor Sérgio Adorno, gravada no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP) e publicada em 28 jan. 2015. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=PkTdCtZReX8>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

Negros e índios também não foram considerados como seres humanos, e, portanto, não eram portadores de dignidade. Frequentemente eram punidos por métodos cruéis. O preconceito e a discriminação, ainda muito presentes, constituem uma forma de violência simbólica, dentre os vários tipos de violências existentes.

A violência faz parte da história da humanidade, do seu processo civilizador (ELIAS, 2011). Ela esteve presente nos principais momentos de mudança política e histórica da humanidade. Segundo Maffesoli (1987, p. 21), a violência tem um caráter ambíguo e dinâmico, já que é tida como uma das responsáveis pelo dinamismo das sociedades, pois se apresenta sobre o conceito de construção e destruição; é “reveladora de uma desestruturação social relativamente manifesta, e que ela invoca uma nova construção”.

Assim, a violência surge nas “maneiras pacíficas, como a diplomacia, a negociação, a regulação, etc., ou ainda sob a forma de concorrência nos seus aspectos comerciais, culturais, científicos; não é menos verdadeiro que ela sempre remete à ‘seleção’ que opõe os indivíduos ou grupos entre si” (MAFFESOLI, 1987, p.14).

Esta categoria, em suas diversas faces, é um fenômeno social que interessa outras áreas do conhecimento, sobretudo a área de ciências sociais, quando esta é compreendida como uma categoria sociológica. Não é algo recente, também não é específico dos países pobres (BARREIRA, 2010).

Tavares dos Santos (2009) trabalha com o exercício sociológico de construir o conceito de violência em sua expressão difusa (política, social, de gênero, racial, simbólica, dentre outras). Para isso, recorre à ideia de Foucault (1984) de microfísica do poder, ou seja, o mesmo abandona a concepção soberana do poder, e aponta para a existência de uma rede de poderes que permeia todas as relações sociais, marcando a interação entre os grupos e as classes sociais.

A violência, portanto, manifesta-se em diversos espaços cotidianos de forma polivalente, configurada pela microfísica da violência. Esta significa “[...] uma rede de exercício do poder marcado **pela força, pela coerção e pelo dano**, em relação a outro; não deixando de considerar as composições macrossociais de tais

relações **de excesso de poder** [...] (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 40, grifos nossos).

A prática da violência está presente nas relações de poder tanto no nível macro (do Estado) como no nível micro (entre grupos sociais). É uma relação social inegociável, já que atinge as condições de sobrevivência materiais e simbólicas daquele percebido como o outro – o desigual – pelo agente da violência<sup>82</sup>. Logo, a violência é, inelutavelmente, social, cultural e histórica, e, portanto, os atos de violência são definidos em relação às normas sociais pertinentes a cada sociedade em um determinado período histórico.

Michaud, (1989, p. 11) afirma que a violência existe quando

[...] numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Neste sentido, a violência está intimamente ligada à violação dos direitos, considerando suas diversas expressões. Ela também alicerça uma sociedade dividida e sua prática se insere em uma rede de dominações de vários tipos (seja de classe, gênero, cor, raça, etc). É **“antecedida, ou justificada, prévia ou posteriormente por uma violência simbólica**, que se exerce mediante modos de subjetivação dos agentes envolvidos na relação” (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p.40, grifo nosso).

Desse modo, ao impedir o reconhecimento do **outro**, provocando algum tipo de dano, seja físico, simbólico ou material; apresentando visibilidades e invisibilidades, configura-se como o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea. Logo, percebe-se que o que ocorre aí é uma institucionalização da violência. É a prática autoritária e violenta que se incorporou nas instituições policiais e que perdura até os dias atuais no Estado brasileiro, que se diz Democrático de Direito.

---

<sup>82</sup> Tavares dos Santos (2009, p. 41) faz uma breve distinção entre conflito, poder e violência. O primeiro consiste em um processo em classes, grupos sociais que implica a possibilidade de negociação entre as partes, mesmo em intensa interação. Já o poder, para se estabelecer com legitimidade e de modo hegemônico, pressupõe a possibilidade de negociação de um consenso.

Assim, “a fala do crime <sup>83</sup> – ou seja, todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates, brincadeiras que têm o crime e o medo como tema – é contagiante” (CALDEIRA, 2000, p. 27). E, a cada dia, se amplia e toma conta do imaginário brasileiro comum.

A narrativa do crime, portanto, alimenta um círculo vicioso em que o medo é trabalhado e reproduzido. Nessa narrativa, a violência que é, ao mesmo tempo, combatida, é ampliada; pois, além de criar estereótipos, ajuda a legitimar ações privadas, ilegais e repressoras. Esta fala é instrumental e intensificadora de preconceitos.

A exploração do medo do crime torna-se, muitas vezes, uma arma política que desqualifica a questão dos direitos humanos e dá a polícia um espaço maior para atuar ilegalmente, com uma permissão conivente para matar em nome da “ordem” e da “segurança”. Os desejos de paz se misturam aos desejos de morte.

[...] o sonho de uma cidade a salvo transfigura-se em uma mentalidade que é leniente com a “permissão para matar” exercida pelos organismos de repressão ao crime. Essa pena de morte, consagrada na prática no combate à delinquência, conta com a tolerância de grandes parcelas da população e não é repelida de forma enérgica pela justiça, pelos meios de comunicação de massa ou por uma parte dos formadores de opinião. O *slogan* “bandido bom é bandido morto”, que repercute a décadas e inclusive ajudou a eleger representantes políticos, captura mentes de indivíduos com medo. Ricos e pobres partilham esse valor. Para os ricos, além da óbvia integridade física, significa manter a distância as ameaças à propriedade, a “limpeza das ruas” e o convívio “adequado” com os desvalidos da ordem econômico-social, aceitando aqueles que exercem a dura e mal remunerada labuta que caracteriza a desigualdade brasileira. Os pobres lançam um grito desesperado contra a manifestação extrema de sua destituição pelos criminosos, que se soma à exploração e à predação a que estão submetidos rotineiramente (FRIDMAN, 2008, p. 77).

---

<sup>83</sup> Durkheim (2007, p. 82-4) trouxe uma nova concepção de crime distinta das já formuladas anteriormente quando discorre sobre a “normalidade” do crime qualificando-os como um fato social não patológico, presente em todas as sociedades. “Não há, portanto, um fenômeno que apresente de maneira tão irrefutável como a criminalidade todos os sintomas da normalidade, dado que surge como estreitamente ligada às condições da vida coletiva. Transformar o crime numa doença social seria o mesmo que admitir que a doença não é uma coisa acidental mas que, pelo contrário, deriva em certos casos da constituição fundamental do ser vivo; consistiria em eliminar qualquer distinção entre o fisiológico e o patológico. O crime é portanto necessário; está ligado às condições fundamentais de qualquer vida social e, precisamente por isso, é útil; porque estas condições a que está ligado são indispensáveis para a evolução normal da moral e do direito”. Além de normal considerou o crime como útil à regulação social. Contudo, se a criminalidade atingir níveis elevados, podemos estar em uma situação de anormalidade. A penalização para ele seria uma forma de manter intacta a coesão social mantendo toda a vitalidade da “consciência coletiva” e não teria a funcionalidade socializadora e preventiva.

O crime, como questão de autoridade (CALDEIRA, 2000), começa a ser considerado como um sinal de autoridade fraca, mesmo que esta venha da família, igreja, governo, polícia ou sistema judiciário, que são os responsáveis por controlar a difusão deste mal.

Uma consequência importante [...] do fracasso das autoridades em controlar o mal é que as pessoas intensificam suas próprias medidas de encerramento e controle, de separação e construção de barreiras, tanto simbólicas (como preconceito e estigmatização de alguns grupos) como materiais (muros, cercas e toda parafernália eletrônica de segurança). Além disso, elas tendem a apoiar medidas privadas de proteção que são violentas e ilegais, tais como a ação de justiceiros e abusos da polícia (Ibidem, p.90).

Diante disso, vem se estimulando uma agenda pública voltada para o agravamento de penas, o encarceramento e o fortalecimento de mecanismos de controle repressivos e punitivos. “O fato é que oscilamos da indiferença ao desespero, nas emergências, ou do imobilismo à improvisação voluntarista, que termina por preservar e fortalecer as velhas estruturas” (Ibidem, p. 10).

Conforme Misse (2006, 2008) e Telles (2010), o tráfico de drogas<sup>84</sup> e o crime organizado<sup>85</sup>, por exemplo, aparecem como o grande fantasma, aos quais são atribuídas todas e quaisquer mazelas de nossas cidades, apresentando-se, desse modo, como o epicentro da violência urbana e, conseqüentemente, como um inimigo o qual deve ser combatido mediante estratégia de guerra (extermínio) e/ou englobado pelo Estado Penal.

A “guerra contra as drogas” se encarrega de aviltar o extermínio sistemático nos centros urbanos. O medo do crime e da violência retroalimenta a demanda por medidas mais recrudescentes. Há um índice assustador de pessoas mortas em razão do crime ou de sua repressão, e uma “concepção dos pobres como subclasse social não merecedora de apoio” (GARLAND, 2008, p. 38).

---

<sup>84</sup> O tráfico de drogas é divulgado constantemente como responsável pelo aumento da criminalidade que, segundo Bauman (1998), seria produto próprio da sociedade de consumidores.

<sup>85</sup> Há uma relação estereotipada entre drogas e crimes. Ver Misse (2006, 2008), Telles (2010) e Zaluar (2004). Alves e Evanson (2013, p.31) enfatizam que a violência criminal – em particular, a que está ligada ao tráfico de drogas e às milícias – não é intrínseca aos morros, favelas e demais territórios estigmatizados, mas faz “parte da dinâmica social da cidade e das suas estruturas políticas e policiais”.

Apenas três delitos (todos relacionados ao acesso forçado à renda): furto, roubo e tráfico de drogas são responsáveis pela prisão de muitas pessoas. O número ultrapassa a incidência de homicídios.

Estes dados só revelam uma realidade que é por demais óbvia, mas que o senso comum criminológico tenta escamotear: **o sistema penal criminaliza a pobreza e, como o neoliberalismo multiplica a pobreza, o número de criminalizados cresce e crescerá na mesma proporção** (NASCIMENTO, 2008, p. 20).

Cheibub (2006, p. 551) deixa claro que a “[...] droga é mais um veículo, quiçá um dos principais atualmente, para o exercício de gestão de controle através do sistema carcerário e de todos os dispositivos nele incluídos”. Wacquant (2007, p. 114) também enfatiza que o crescimento vertiginoso da população carcerária<sup>86</sup> é a “guerra contra as drogas”. Este aumento indica mais uma espécie de “varredura” em relação aos possíveis delinquentes do que a ampliação da criminalidade.

O que se verifica também é que há, como foi tratado na introdução deste trabalho, uma seletividade nessa população, ou seja, os jovens e negros, com baixa escolaridade, e moradores de territórios são estigmatizados. Este segmento é o mesmo abordado pela polícia e alvo do olhar perscrutador da sociedade.

A seletividade penal e a superlotação carcerária são uma tendência do Brasil e do mundo. “Isso confirma que o Estado penal é mais agressivo para com as camadas inferiores do espaço social urbano” (Ibidem, p. 132).

Nascimento (2008, p.08) sintetiza o contexto penal brasileiro e mundial afirmando que

---

<sup>86</sup> O colapso do sistema penitenciário brasileiro está em evidência, pois o crescimento da população carcerária, nos últimos 23 anos (1990-2013), chegou a 507% (de 90 mil presos passamos para 574.027), enquanto a população brasileira nos anos indicados cresceu 36%. O Brasil, com adoção da cultura de encarceramento, ultrapassou a Rússia e ficou atrás apenas da China e dos Estados Unidos, que lidera o ranking. “O Brasil é um dos poucos países do mundo que está fechando escolas para abrir presídios. [...] no período compreendido entre 1994 e 2009 houve uma queda de 19,3% no número de escolas públicas do país, já que em 1994 tínhamos 200.549 escolas públicas contra 161.783 em 2009. Em contrapartida, no mesmo período, o número de presídios aumentou 253%. Em 1994 eram 511 estabelecimentos, este número mais que triplicou em 2009, com um total de 1.806 estabelecimentos prisionais. O encarceramento massivo no Brasil é aloprado porque 51% dos presos não praticaram crimes violentos [...]. Mais de 40% dos presos hoje são provisórios. [...] o número de presos provisórios cresceu 13x, enquanto o de presos condenados aumentou apenas 4x”. INSTITUTO AVANTE BRASIL: Colapso do sistema penitenciário: tragédias anunciadas. 9 fev. 2014. Disponível em: <<http://institutoavantebrasil.com.br/colapso-do-sistema-penitenciario-tragedias-anunciadas/>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

[...] a política criminal, marcada agora, mais do que nunca, **pelo medo do crime**, o retorno da vítima no centro dos acontecimentos, a retórica da proteção do interesse público, a politização do tema – não no sentido da reflexão sobre o conteúdo e os objetivos políticos da pena, o que é desejável e salutar, mas no sentido da **apropriação do tema pela classe política para fins eleitorais**, – **a reinvenção da prisão como pena** e a transformação do pensamento criminológico, **com a ascensão dos discursos da “lei e ordem”**, **que moldaram políticas criminais visceralmente repressivas como “tolerância zero”** [...] (grifos nossos).

O papel da mídia na dinamização do sistema penal se faz mediante a fabricação e representação popular para a lógica do crime e do castigo, e seu interesse nisso é cada vez mais crescente. “Pode-se afirmar que a mídia hoje é o elemento que mais alavanca o poder punitivo, através da disseminação maciça do discurso único segundo o qual todos os conflitos devem ser resolvidos pelo sistema penal” (Ibidem, p. 28).

Além do reforço dos meios midiáticos, as experiências coletivas do crime no cotidiano desenvolvem medidas práticas de proteção e de alarde social. Tais medidas, conforme Garland (2008), fornecem a base social para muitas políticas criminais e moldam a formação cultural do “complexo do crime”<sup>87</sup>.

A nova cultura do controle do crime e da justiça criminal envolve um complexo de políticas, práticas e instituições, que se constituem como repostas contemporâneas às relações sociais com o crime. Elas não são determinadas aleatoriamente, mas são social e culturalmente correlacionadas entre o mundo dos fatos sociais e o mundo jurídico. As modificações na estrutura e nas sensibilidades culturais viabilizam políticas de controle penal.

As sentenças condenatórias, o encarceramento em massa, o regime carcerário mais austero, as penas corporais, a multiplicação de crimes punidos com pena de morte, o encarceramento de adolescentes e jovens, as políticas de “tolerância zero” são ações desenvolvidas pela estratégia da **segregação punitiva**.

---

<sup>87</sup> O processo histórico que afirmou uma formação cultural erguida em torno dos fenômenos das altas taxas de criminalidade e de insegurança, conferiu a experiência coletiva do crime consolidada sobre uma forma institucional. Garland (2008, p. 346) afirma que tal formação pode ser chamada na pós-modernidade de “complexo do crime” que é caracterizado por um conjunto específico de atitudes e crenças tais como: altas taxas de criminalidade tidas como fato social normal, disseminação do investimento emocional no crime, preocupação com as vítimas, visão do sistema penal como ineficaz, rotinas defensivas privadas e a consciência que o crime está institucionalizado na mídia, na cultura popular. Enfim, no ambiente circundante.

Segundo Garland (1999), são mais valorizadas do que as políticas preventivas<sup>88</sup> e estão concentradas nos efeitos do crime (vítimas, medo, custos, etc) e não nas suas causas.

Em sua análise, esse autor expõe que o Estado Penal é uma forma de atuação simbólica de um Estado soberano que, sob a velha retórica da “lei e da ordem”, se utiliza de punições mais duras para reconfortar o público (canalizar o sentimento do público em face do crime e da insegurança), como uma forma de “justiça repressiva”, pois

o novo ideal penal é que o público seja protegido e que seus sentimentos sejam expressados. [...] Os modos favoritos de expressão punitiva são, também e principalmente, modos de **segregação e de estigmatização penal**” (GARLAND, 2008, p.316, grifo nosso).

A postura de compreender os criminosos foi progressivamente substituída pela postura de condená-los, já que a possibilidade de ressocializá-los é cada vez menos vislumbrada.

Nesse sentido, no núcleo do previdenciarista penal<sup>89</sup> – o criminoso individual – prevalecem os apontamentos dos especialistas dessa área, que adotavam uma atitude mais civilizada quanto ao crime e ao criminoso. Entretanto, na contemporaneidade, o discurso penal derrubou as penas mais justas e retributivas e

[...] foi rapidamente apropriado por políticos eleitos e legisladores linha-dura que num cenário de alta criminalidade e pânico social – aumentaram as apostas no punitivismo e a quantidade de pena para além de qualquer limite preconizado pela crítica liberal à reabilitação (Ibidem, GARLAND, 2008, p.329).

---

<sup>88</sup> Suas práticas são coordenadas de maneira a prevenir o crime e aumentar a segurança da comunidade. As políticas preventivas não têm alta visibilidade, nem demandam muito em termos eleitorais, despertam acaloradas discussões e jamais podem operar sem a adesão popular.

<sup>89</sup> "Uma estrutura [...] híbrida, que combinava o legalismo liberal do devido processo legal e da punição proporcional com um compromisso **correcionalista de reabilitação**, bem-estar e o saber criminológico especializado" (GARLAND, 2008, p. 93). Este modelo revitalizou a conexão entre políticas penais e sociais, o que impactou também os discursos e as práticas penitenciárias. Destacava-se, então, as circunstâncias sociais da prática do crime e não a responsabilização individual desta, preconizando tratamentos curativos e, não meramente, os castigos e expurgos corporais. Longe de ser ideal, constituiu-se como uma forma mais humana e “civilizada” de lidar com os criminosos. Os grupos que apoiaram (com devidos interesses) este compromisso foram as classes médias instruídas e profissionais do setor público no período pós-guerra.

Mesmo sendo a distribuição de vitimização desigual, as classes médias e altas começaram a se tornar vulneráveis aos crescentes níveis de crime e de violência. O medo do crime foi se tornando um dado indissociável da existência diária e virou

[...] rotina, parte do *habitus* da vida cotidiana, especialmente nas grandes cidades. A distância social entre as classes médias e o crime se reduziu significativamente, afetando, assim, os pontos de vistas e as perspectivas. [...] As crescentes taxas de criminalidade deixaram de ser uma abstração estatística e assumiram um significado pessoal real na consciência popular e na psicologia individual (GARLAND, 2008, p.330-1).

Os bodes expiatórios foram nomeados por essas classes que, nas situações de vítimas, seus algozes seriam aquela “subclasse” indesejada, financiada por políticas previdenciárias. Neste contexto de mudanças culturais, econômicas e sociais, os pobres, sob um amplo processo conservador, passaram a ser alvos constantes de controles mais agressivos.

As políticas neoliberais intensificaram ainda mais a exclusão e a privação deste segmento populacional, e, além disso, trouxeram consigo o risco da insegurança – não apenas para os mais desfavorecidos por ela –, e a tentação de responder à insegurança com mais violência e repressão.

A indústria midiática, em sua atitude profilática e conservadora, transforma o crime e a violência

[...] em assuntos de interesse nacional [fixou-os] como canais para a expressão de medos mais difusos. Imagens da mídia de jovens revoltosos, “drogados” violentos e de uma subclasse alienada, irascível e autodestrutiva eram especialmente eficazes em aprofundar o alarme sentido pelas classes médias, assim como em vincular o crime a questões de classe e raça. O medo do crime está intimamente relacionado com o medo de estranhos, e a dinâmica de classes sociais dos anos 1980 e 1990 (nos quais se deu a concentração de pobreza e do desemprego na juventude urbana, especialmente entre homens negros, intensificando sua exclusão social e cultural e construindo a percepção de constituírem uma nova classe perigosa, alienada) contribuiu para exacerbar tais medos (GARLAND, 2008, p. 332).

A ameaça real ou potencial do **outro** reorganizar as ações governamentais e institucionais, e os meios de comunicação, manipula terrores cotidianos que reforçam o uso da violência como meio de combate à escalada da violência. Com isso, “[...] os problemas da segurança ganham resposta perversa que

postula, em vez da segurança **com** os outros, a segurança **apesar** dos outros” (FRIDMAN, 2008, p.81).

A segurança pública viabiliza a fúria contra o “inimigo próximo”, tornando-se concebível pelo aniquilamento do “**outro**”. A relação imaginária provoca a suspeição de todos como universo de precaução pessoal e os jovens pobres tornam-se os principais suspeitos.

Os mais pobres, comumente, são os considerados marginais ou bandidos per si, pelo simples fato de serem pobres. O que equivale à visibilidade concreta da barreira social que está presente de modo claro, separando os que têm algum acesso aos benefícios sociais, culturais e econômicos de um cidadão e os que simplesmente ousam existir (a maioria da população). Os demais, das classes médias (baixa, média e alta e suas variações em torno de cada faixa) e da classe alta, são suspeitos uns em relação aos outros, provocando um medo generalizado sobre as ações possíveis que envolvam cada jovem em particular como vítima ou autor de um ato de maldade (KOURY, 2011, p. 480).

Diante da insegurança social e da **cultura do medo**, em consonância com o encarceramento em massa, opta-se pelo crescimento das funções de controle social repressivo da polícia, com apoio da violência ilegal e ilegítima da polícia, consubstanciando em experiências de barbárie. Demanda-se uma política de segurança pública “mais dura” no combate à criminalidade; e mais dura significa mais violenta.

“A política do medo” (FRIDIMAN, 2008, p.78) fermenta, numa guerra contra o terror, a frenética busca por “inimigos próximos”, que são basicamente os pobres e os residentes das periferias e favelas. Tal política, legitimada pelo medo, vem mantendo a sociedade em eterno suspense, favorecendo um cenário de violação de direitos, inclusive, e principalmente, do direito à vida.

Aqueles, consoante Fridiman (2008), vivem sob um triplo cerco: dos traficantes que dominam seus locais de moradia; da permissão estatal para matar, sob o tratamento permanente de “gente sob suspeita”; e do não reconhecimento de que o problema da violência pertence a todos (Ibidem, p. 79). A criminalização dos pobres como bandidos, ou quase bandidos, resulta no sacrifício adicional de vidas de quem já tem pouco para viver.

O uso da força é, não somente legitimado, como é cada vez mais solicitado em função do panorama da insegurança, mesmo virtual, mas que ainda é visto como crescente na sociedade em que vive a população. A polícia, que também é absorvida pela política<sup>90</sup>, se alimenta do tema de insegurança e de violência, já que aquela instituição social não é neutra e nem apartidária.

Nota-se que é ainda mais marcante, em tempos de crises ou conflitos econômicos políticos, o impacto desigual do policiamento, o que se atenua numa sociedade violentamente hierárquica como o Brasil.

Numa sociedade que é dividida em classes, etnias, gênero e outras dimensões de desigualdade, o impacto das leis, mesmo quando formuladas e aplicadas de forma imparcial e universal, vai reproduzir divisões. [...] o impacto da lei e sua aplicação em uma sociedade desigual vão ser objetivamente políticos, até mesmo no sentido mais limitado de partidarismo, favorecendo alguns grupos às custas dos outros. [...] **Em nossa sociedade, o policiamento recai mais pesadamente em grupos mais marginais ou no mínimo mais pobres, aos quais é de fato negado o completo status de cidadania** (REINER, 2004, p. 29, grifo nosso).

Reiner (2004) afirma que a demanda por uma polícia dura, orientada pela noção de “tolerância zero”, nas democracias de todo o mundo, mantém uma falsa promessa de uma solução para os problemas do crime e da desordem.

O declínio aparente da eficácia e da legitimidade da polícia desde o final dos anos 1960 **foi devido, apenas superficialmente, a falhas na política e nas táticas da polícia**. As principais mudanças ocorreram no contexto social mais amplo, sobretudo na adoção das políticas neoliberal e de livre economia de mercado, com uma retração (mesmo lenta e espasmódica) de tendência a aumentar a igualdade social e a solidariedade que haviam predominado desde o século XVIII e o Iluminismo. Interdependente da recente transformação da estrutura política econômica e social, houve uma revolução cultural, o aumento de um individualismo cada vez mais rude e a celebração de um neodarwinismo social em que os mais adaptados é o que sobrevivem. Policiar esse mundo pós-moderno ou moderno tardio, sempre mais fragmentado e pluralista, tem se tornado um empreendimento cada vez mais problemático (Ibidem, p.15, grifo nosso).

---

<sup>90</sup> Reiner (2004, p. 28-9) destaca a relação entre polícia e política, ao afirmar que: “em um sentido muito amplo, todos os relacionamentos que têm uma dimensão de poder são políticos. Nesse sentido, a polícia é, inerentemente e sem escapatória, política [...]. Declaradamente, algumas atividades da polícia dizem respeito ao controle do comportamento que é explicitamente político, na motivação e no impacto desejado”. O policiamento é uma atividade inerentemente política em termo de seu impacto social desigual.

Muniz e Paes Machado (2010, p. 445) lembram que: “à medida que a polícia possui atribuições e poderes para usar a força e manejar instrumentos visando ao seu exercício, ela pode facilmente praticar, nos mais diversos contextos nacionais, abusos ou excessos contra os cidadãos”.

Grande parte das atividades policiais de imposição destina-se não à imposição efetiva de regras, mas ao respeito das pessoas com que eles lidam. "Isso significa que uma pessoa pode ser rotulada de desviante não porque realmente infringiu uma regra, mas porque mostrou desrespeito pelo impositor da regra" (BECKER, 2008, p. 163).

Contudo, a imposição desse respeito geralmente é feita pelo uso de um meio ilegal, ou seja, pelo poder discricionário do policial que acaba por se tornar autoritário.

[...] as pessoas deveriam respeitar mais a polícia, porque eu não sou a favor de violência, mas às vezes, a gente, é necessário usar da violência. Quando a pessoa que vem me desrespeita, porque acha que eu sou do Ronda eu sou abestado, aí nessa hora, eu não vou mentir não, eu uso da violência. Se eu for desacatado, tentar prender ele resistir [...] Na resistência eu posso usar de força... (POLICIAL ALFA).

O exemplo acima é sintomático e revela muito sobre a polícia militar brasileira que, em seu cotidiano discricionário, tem se utilizado do poder de polícia, confundindo-o como poder da polícia, nas suas funções cotidianas. Ao ser apropriado indevidamente pela força policial aquele é resumido como o “poder da polícia”.

O poder de polícia é exercido por todas as esferas da Federação, ou seja, é um dispositivo da Administração Pública que “lhe permite condicionar, restringir, frenar o exercício da atividade de direitos pelos particulares em nome do interesse da coletividade” (CEARÁ, 2010a, p. 9). Ou seja, é um mecanismo utilizado para coibir os abusos do direito individual. Dessa maneira, não existe o poder da polícia, já que esta se configura como excesso de poder, uso ilegal e personificado do monopólio legítimo da força.

A polícia não tem essencialmente monopólio da força, mas o Estado Democrático o concede. Na verdade, a instituição policial é um instrumento do poder

estatal de vigilância e controle social, ou, como disse Sá (2002), a polícia seria um “filho do Estado”.

Monjardet (2002) diz que o que diferencia a polícia de outras instituições de controle social (prisões e família, por exemplo) é que ela detém o monopólio do uso da força física no ambiente público. A força pública é o que dá monopólio da polícia em regular aqueles que detêm o uso da força privada.

As polícias realizam, assim, o controle social por parte do aparato estatal, mas o seu poder coercitivo deve ser limitado em virtude do arcabouço de leis e códigos de conduta. O poder de polícia tem, contudo, atributos específicos ao seu exercício, que são: a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade.

O poder discricionário (discricionariedade) é aquele em que o agente tem a liberdade (livre escolha) de exercer o poder de polícia “para atuar de acordo com um juízo de conveniência e oportunidade” (CEARÁ, 2010a, p. 08) dentro dos limites da lei. E é este último fator que diferencia a discricionariedade da arbitrariedade (atuação fora dos limites da lei).

A autoexecutoriedade é a “faculdade da Administração de decidir e de executar diretamente a sua decisão através do ato de polícia”; e a coercibilidade “é a possibilidade da imposição da força pela Administração para o seu cumprimento” (Ibidem, p.10).

O uso legítimo da força não deve ser confundido com truculência; embora seja legitimada, sua aplicação é delimitada. Assim, a PM é instruída, oficialmente, a não utilizar a força de forma excessiva, mas parece que esse “excessivo” não foi definido cautelosamente. “A fronteira entre a força e a violência é delimitada, no campo formal, pela lei, no campo racional, pela necessidade técnica e, no campo moral, pelo antagonismo que deve reger a metodologia de policiais e criminosos” (ALVES; EVANSON, 2013, p. 9).

## 2.2 NATUREZA DO TRABALHO POLICIAL

Na obra *Sobre a Questão Judaica* (2010), Marx, dentre muitos apontamentos sobre a sociedade capitalista, ao fazer uma crítica ao conceito de polícia e sociedade, afirmou: “a segurança é o conceito social supremo da sociedade civil [burguesa], o conceito de polícia, segundo o qual toda a sociedade somente existe para garantir a cada um de seus membros a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade” (p. 50).

No que diz respeito ao controle social, as polícias desempenham diferentes papéis:

[...] podem assumir o papel central em detrimento dos outros mecanismos de controles existentes no Estado e na Sociedade; podem tomar uso da força como seu principal instrumento de atuação; podem desempenhar papel complementar ao controle social promovido pela sociedade civil (COSTA, 2004, p. 46).

A propósito, na obra de Foucault, *Segurança, território, população* (2008a), o papel que era atribuído a “polícia” se distingue do que mais tarde iria ser dado à instituição policial. Antes do século XVIII, ela era concebida como uma espécie de “tecnologia das forças estatais”, ou seja, designava um programa de racionalidade governamental, a partir de um

[...] conjunto de técnicas que asseguram que viver, fazer um pouco melhor que viver, coexistir, comunicar-se, tudo isso será efetivamente transformável em forças do Estado. A polícia é o conjunto das intervenções e dos meios que garantem que viver, melhor que viver, coexistir, será efetivamente útil à constituição, ao aumento das forças do Estado (FOUCAULT, 2008a, p. 438).

A partir de meados do século XVIII, esse programa desarticulou-se e foi tomando corpo em instituições. A polícia passou a ter uma função meramente repressiva e ostensiva.

[...] a instituição da polícia, no sentido moderno do termo, será simplesmente o instrumento pelo qual se impedirá que certo número de desordens se produza. Crescimento dentro da ordem, e todas as funções positivas vão ser asseguradas por toda uma série de instituições, de aparelhos, de mecanismos, etc., e a eliminação da desordem – será essa a função da polícia. Com isso, a noção de polícia se altera inteiramente, se marginaliza e adquire o sentido puramente negativo que conhecemos (Ibidem, p. 475-476).

Decompondo-se o antigo projeto de polícia, ainda segundo Foucault (2008a), quatro elementos irão constituir a “nova razão governamental”<sup>91</sup>: sociedade, economia (mercado como lugar de justiça e como princípio de verificação); população (como realidade natural e viva, que apresenta características biológicas e patológicas específicas); segurança (em relação à insegurança e ao perigo); e liberdade (em relação à regulamentação estatal para alcançar determinados fins no liberalismo), cujas formas ainda conhecemos em suas modificações contemporâneas.

Então, qualquer pessoa que vive em uma sociedade moderna tem uma noção “intuitiva” do que é polícia. “As sociedades modernas são caracterizadas pelo que pode ser denominado ‘fetichismo da polícia’, a pressuposição ideológica de que a polícia é um pré-requisito essencial para manter a ordem social, e que, sem a força policial, o caos vai instalar-se” (REINER, 2004, p. 20).

“Em si, a polícia desenvolveu-se como uma instituição chave nas sociedades modernas, sendo um dos aspectos do surgimento das modernas formas de Estado. [...] Dito isto, a polícia está no coração do funcionamento do Estado” (Ibidem, p. 27-8). Contudo, nem toda sociedade tem ou teve “polícia”. Nesse sentido, o autor vem esclarecer a diferença das ideias de “polícia” e de “policimento”.

Como o conceito de controle social está muito próximo ao de policimento, estes estão sujeitos, portanto, às mesmas interpretações e variações de uso. Porém, tais conceitos não devem ser confundidos e interpretados como

---

<sup>91</sup> A nova razão de governar (governamentalidade) teve como marco geral o liberalismo, o qual tem como questão, a frugalidade do governo, ou seja, “a razão do governo mínimo como princípio de organização da própria razão do Estado” (FOUCAULT, 2008b, p. 41). A não- intervenção do governo é absolutamente necessária e “o limite da razão do governo é definido pelas fronteiras da utilidade de uma intervenção governamental” (Ibidem, p. 55). A biopolítica, cuja emergência foi em meados do século XVIII, constitui-se como o “poder sobre a vida”. As disciplinas do corpo e as regulações da população são os dois polos em que se desenvolveram o bio-poder da espécie humana. “Este bio-poder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo [...]”. Mas este exigiu procedimentos múltiplos capazes de majorar as forças e manter as relações de produção. A bio-política esteve presente “[...] em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a **polícia**, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos se sustentam; **operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tantos de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia [...]**” (FOUCAULT, 1988a, p.132-133, grifos nossos).

sinônimos (“cotermino”), já que o “policiamento” é um aspecto dos processos de controle social.

Policiar, conforme Reiner (2004, p.22), não abrange todas as atividades dirigidas à obtenção da ordem social. Porém, implica um conjunto de processos com funções específicas:

[...] ocorre universalmente em toda as situações sociais onde houver, no mínimo, potencial para conflito, desvio ou desordem. Envolve vigilância para descobrir infrações existentes ou previstas, e ameaça ou mobilização de sanções para garantir a segurança da ordem social. A ordem em questão pode estar baseada no consenso, ou no conflito e opressão, ou em algum amálgama ambíguo de ambos, o que é geralmente o caso das sociedades modernas (Ibidem, p. 27).

O que acontece, porém, é que o controle social, na configuração social brasileira, acaba sendo apenas e exclusivamente uma questão de polícia, assim como a segurança pública se resume, exclusivamente, à atividade. No entanto, a violência, de acordo com Soares (2007, p. 79), não é somente caso da política de segurança pública, ou das polícias. Estas não podem “[...] mais do que reduzir danos ou limitar consequências negativas”.

Essa violência não é só questão de polícia. Não adianta só a polícia entrar só no Barroso e prender todo mundo suspeito não adianta. Porque infelizmente hoje, o único poder público atuante 24 horas em periferia é a polícia. Cadê hospitais? Cadê médicos, professores? Cadê assistente social? Né? Você entra no Barroso você não tem a presença do poder público fora a polícia (POLICIAL ÔMEGA).

Como a instituição policial é qualificada para a manutenção da ordem pública, por meio da prevenção e repressão de delitos, volta-se, preferencialmente, para a criminalidade, violências e conflitos. Ela pode desempenhar uma miscelânea de tarefas. Por isso, Reiner (2004) questiona se polícia seria uma função ou força.

Ele explicita que as forças policiais

[...] são instrumentos para a emergência e proteção de sistemas estatais mais centralizados e dominantes. [...] Todas elas “[...] têm se caracterizado pelo poder discricionário exercido pelos níveis mais baixos de sua hierarquia organizacional, um poder discricionário facilitado, acima de tudo, pela natureza básica do trabalho policial como distribuidor de vigilância (Ibidem, p. 27).

A autorização do uso da força física para regular as relações interpessoais nas comunidades é, segundo Bayley (2006, p.117)<sup>92</sup>, a única característica exclusiva da polícia, contudo, mesmo que seja autorizada a usá-la, nem sempre ela emprega ou deve empregar o uso da força. Neste sentido, **“a repressão é inerente à presença policial mesmo quando não aplicada abertamente”**<sup>93</sup> (Ibidem, p.122, grifo nosso), ou seja, é sua característica definidora.

A polícia é a única instituição autorizada a limitar a liberdade fisicamente. No entanto, não seria isso uma descrição de tudo que ela faz. Porém, delimitar com que frequência ela o faz de modo explícito, é importante para compreender em que consiste o trabalho da polícia.

O que distingue a polícia é a autoridade que advém do potencial para o uso legitimado da força (REINNER, 2004). Desta forma, a polícia deve desenvolver sua atividade dentro dos limites de uma legislação que proíbe o uso abusivo da força por seus integrantes. Isso não significa dizer que o trabalho policial não a utilize de forma ilegal e que isso não seja rotineiro no cotidiano policial.

Bittner (2003) enfatiza que, mesmo com a concepção enraizada no pensamento das pessoas, de que a polícia tem que utilizar a força para alcançar um determinado objetivo, nem sempre isso se faz necessário.

Com a concepção da centralidade da capacidade do uso de força no papel da polícia não se pode chegar à conclusão de que as rotinas ordinárias da ocupação policial são constituídas pelo exercício real dessa capacidade. É muito provável, embora nos falte informação a esse respeito, que o uso real da coerção física e da repressão sejam raras para os policiais como um

---

<sup>92</sup> Bayley (2006, p.118) estudou os confrontos da polícia com o público em nove países desenvolvidos e em desenvolvimento (Índia, Japão, Cingapura, Sri Lanka, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos), tendo em vista compreender o trabalho policial na sociedade contemporânea. Contudo, ele afirma que este estudo “não permite generalizações sobre o trabalho policial representativo quer global, quer nacionalmente”.

<sup>93</sup> O autor supracitado diz que pode não ser tão claro se a repressão física está sendo aplicada, nas situações de imposição de um determinado comportamento a fim de evitar a violação da lei, as advertências, que podem ser interpretadas como um conselho não obrigatório ou como uma ameaça velada (BAYLEY, 2006, p.122). Para Soares (2003), a categoria repressão está muito associada à negatividade, ao período ditatorial brasileiro, ou seja, a um universo ideológico. Porém ela precisa ser vista também como algo necessário para o “represamento de energias, forças, movimentos – individuais, subjetivos e coletivos –, e como controle social” (p. 83), entendendo o papel do seu uso comedido na construção da paz e na manutenção da ordem pública democrática. “Lamentavelmente, o senso comum das esquerdas tende, com frequência, a repelir genericamente a “repressão”, como se toda repressão fosse negativa e criticável (ética, social e politicamente), e como se fosse possível preservar a ordem democrática sem controle, polícia e repressão. O trabalho policial é visto como essencialmente sujo e repugnante, com o que se desestimulam e menosprezam os investimentos reflexivos e políticos na área da segurança e se estigmatizam os policiais” (Ibidem, p. 87).

todo, e que muitos policiais nunca estiveram praticamente na posição de ter que recorrer a elas. O que importa é que o procedimento policial é definido pela característica de não se poder opor-se a ele durante seu curso normal e, se acontecer tal oposição, a força pode ser usada. Isso é o que a existência da polícia disponibiliza para a sociedade (Ibidem, p. 132-3).

Legalmente, os policiais são agentes que estão autorizados a usar a força quando necessário, e, por isso, o seu dever de lidar com criminosos. “Qualquer que seja o vestígio de significado do termo ‘legal’ ligado ao uso da ‘força’ estará confinado à lei [...] de que os policiais não podem cometer crime de violência” (BITTNER, 2003, p. 129).

Ela e nenhuma outra instituição social ou pessoa deve fazê-lo com amparo e nos limites das regras legais, porque seus agentes são os únicos autorizados e equipados para fazerem o uso da força e adequar a conduta daquele que viola a legislação criminal às exigências da lei (DIÓGENES, 2011, p. 22).

Devemos distinguir diferentes significados para “trabalho” ou “funções” policiais. Há uma enorme variação no trabalho executado pela força policial ao redor do mundo, bem como padrões de comportamento e ações que podem ser analisados a partir das variações no volume e natureza dos confrontos da polícia com o público. Portanto, definir o que a polícia faz, não é uma tarefa fácil. A natureza do trabalho policial pode ser descrita de modo variado em termos de atribuições, situações e resultados.

“O **trabalho policial** pode se referir, primeiro, ao que a polícia é designada para fazer [atribuições]; segundo, a situações com as quais ela tem que lidar; terceiro, às ações que ela deve tomar ao lidar com as situações” (BAYLEY, 2006, p. 118, grifo do autor). São indicadores conceitualmente distintos, mas interdependentes. O trabalho daquela não é, de modo algum, igual em todos os lugares” (Ibidem, p. 142).

À Polícia Militar do Ceará, vinculada operacionalmente à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, compete: exercer as funções de **polícia preventiva** e de segurança; as atividades de segurança interna do território estadual e de policiamento ostensivo fardado, destinado à proteção e defesa social, à **manutenção da Lei e da ordem**, e à **prevenção e repressão imediata da criminalidade**; a guarda e vigilância do patrimônio público e das vias de circulação; a garantia das instituições da sociedade

civil; a defesa dos bens públicos e privados; a proteção e promoção do bem estar da coletividade e dos direitos, garantias e liberdades do cidadão; estimular o respeito à cidadania, através de ações de natureza preventiva e educacional; manter intercâmbio sobre assuntos de interesse policial com órgãos congêneres federais e de outras unidades da Federação e exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos do Regulamento (CEARÁ, 2007, grifos nossos).

Reiner (2004, p. 166) diz que “a maior parte do trabalho policial não é nem serviço social, nem de aplicação da lei, mas de **manutenção da ordem** – a decisão de conflitos por outros meios que não a aplicação formal da lei” (grifo nosso). Ao perguntarmos aos policiais a importância da atuação deles para a sociedade<sup>94</sup>, eles disseram o seguinte:

É de suma importância, né? Com relação ao trabalho que muitas vezes não é reconhecido, mas... é de fundamental importância. Porque para manter, ou pelo menos tentar manter a ordem e a disciplina é muito difícil. Então é um trabalho que, a princípio é de suma emergência (POLICIAL DELTA).

Eu diria não acabar, mas... Até porque é impossível, mas reduzir o índice de criminalidade... (POLICIAL TETA).

A minha importância? A minha importância ela se define em tentar manter a paz, a ordem, [...] através disso prevalecer o convívio social. Acho que mais ou menos é isso aí (POLICIAL ÔMEGA).

Rapaz, essa pergunta é difícil porque cada pessoa é individualizada, é muito difícil estar na sociedade e ser o melhor. Mas eu faço a minha parte. [...] eu prendo, abordo, faço o certo. Pronto. [...] Muito! Muito importante. [...] Como é que você quer sair da sua casa sem ter polícia? Você tem que ter polícia. Nem que aparente ter polícia. Se só aparentar você já sai de casa. Mesmo que... (POLICIAL BETA).

A maioria dos policiais respondeu que a função primordial da polícia é manter a ordem, assim, podemos dizer que o núcleo do mandato policial é a sua manutenção emergencial, a principal *raison d'être* [razão de ser].

[...] Dizer, porém, que o papel principal da polícia é o de manter a ordem, é não dar a ela a responsabilidade por todos os elementos da ordem social. A tarefa da polícia é a da manutenção emergencial da ordem, não a criação de suas pré-condições, como buscam as filosofias mais difundidas de policiamento comunitário” (REINNER, 2004, p.168).

---

<sup>94</sup> O sentido de missão é um elemento central na cultura policial, pois é considerada não apenas como um meio de trabalho, mas um meio de vida, com propósito útil, na proteção da sociedade. A missão de proteger servir e manter a ordem é essencial.

Somente o policial Gama expressou a importância da filosofia da polícia comunitária na mediação de conflitos.

Na resolução de conflitos, né? Na questão de... orientação que muitas vezes são casos que nem precisa da presença da polícia. Um simples fato de se dirigir a um tribunal de pequenas causas ou então um simples B.O. (Boletim de Ocorrência) no caso resolveria. Mas o pessoal tem a cultura de tudo chamar a polícia. A gente dá esse... essas informações, esse apoio. [...] É mais essa parte de mediar conflitos, no caso de briga de família é o que mais acontece, né? As chamadas que mais ocorrem são por brigas de família, som alto... para ter um controle, para tentar trazer um pouquinho mais de paz para a população.

A função policial é, pois, ampla e complexa. Como disserta Kant de Lima (2003, p. 75), o maior número de atendimento da Polícia Militar se refere a outras atividades distintas ao combate direto com o transgressor, aquelas consideradas de menor importância, tais como brigas entre vizinhos ou casais, dentre outras, classificadas como “assistenciais”<sup>95</sup>, ou seja, nada mais são do que conflitos cotidianos. É exatamente em relação a isso que foi exigido um treinamento complexo e diversificado de seu contingente.

Sendo uma atividade que enfrenta problemas sérios, necessita de conhecimento e habilidades, por isso se faz grandes exigências em termos de experiência e de julgamento. Além disso, os policiais, em seu trabalho do dia a dia, frequentemente lidam com assuntos em relação aos quais outras pessoas respondem com medo, raiva ou repugnância. Poder-se-ia dizer que o trabalho policial consiste em proceder metodicamente nas ocasiões em que a norma seria ter uma reação impulsiva. “[...] o trabalho policial é totalmente exposto, o que torna difícil para eles não perceberem o que devem perceber e não fazerem o que devem fazer” (BITTNER, 2003, p. 313).

Para o autor, a polícia tem uma ocupação extremamente exigente, portanto aqueles que aspiram fazer parte deste trabalho dependem principalmente

---

<sup>95</sup> Bittner (2003, p. 268) destaca que o policiamento não constitui uma função simplesmente assistencial e, por isso, não pode ser desempenhada sem nenhum treinamento e/ou por qualquer pessoa com porte físico acima da média ou com inteligência razoável. Ainda conforme o autor, o público e a polícia compartilham a concepção de que o controle do crime é a parte central do trabalho da polícia, mas é importante observar que tanto o policiamento como o controle do crime são atividades que não têm extensões iguais.

de seus próprios conhecimentos, habilidades e julgamentos, devendo estar sempre preparados para terminar o que começaram por si mesmos.

O princípio do uso mínimo da força, delimitado nos parágrafos anteriores, estaria direcionado na tentativa de prevenção da delinquência, de maneira a não violar os direitos humanos. Contudo, o *ethos* policial militar e a sociedade em geral orientam os agentes da PM num sentido distinto.

Diógenes (2011, p. 24) escreve que, embora o ordenamento jurídico e as limitações ao uso desmedido da força estejam previstos também na Constituição Federal, há um universo amplo de práticas submetidas à “discricionariedade” dos agentes da PM.

Bittner (2003) já afirma que seria um equívoco considerar controlável o alcance do poder discricionário ou o “arbítrio” policial pelas formulações de normas adicionais. A liberdade discricionária de julgar é ampla, e o uso arbitrário da força se traduz, conforme Kant de Lima (2003), no “uso legítimo da discricionariedade”.

Dependendo de como os resultados são descritos, (legalidade, rudeza, uso da força), pode-se inferir que o estilo policial é representado pela pluralidade de resultados diferentes em semelhantes situações. Nesse sentido, **as situações são o lugar onde se pode começar a entender o trabalho policial em toda a sua complexidade** (BAYLEY, 2006, p. 143).

A estrutura das atribuições afeta os tipos de situação com os quais a polícia se envolve; as situações influenciam o espectro de resultados prováveis; os resultados dão a forma às situações que o público é encorajado a levar até a polícia; e as situações ajudam a determinar as atribuições formais dentro da organização policial (Ibidem, p. 120).

A patrulha uniformizada continua sendo a base do policiamento e se preocupa mais com a manutenção da ordem do que com a investigação criminal (REINER, 2004). Neste sentido, o patrulhamento é a atribuição policial dominante, pois é “a atribuição mais numerosa em todas as forças policiais, respondendo pela vasta maioria de confrontos com o público, bem como pelo grosso das prisões” (BAYLEY, 2006, p.128).

É a atividade das mais diversas em termos de situações encontradas e é nelas que os policiais, ao realizarem a abordagem por meio de critérios de suspeição, cristalizam a sujeição criminal e a biopolítica estatal.

Os determinantes dos confrontos policiais, ainda conforme Bayley (2006), resultam das três maneiras pelas quais o trabalho da polícia pode ser operacionalizado: as atribuições, as situações e os resultados. O que pode também prevalecer, fora a dinâmica estabelecida entre o policial e o público, seria **a cultura policial**.

### 2.2.1 Cultura, *ethos* e violência policial

Cultura policial não significa simplesmente atitude da polícia. Denota, na verdade,

[...] complexos conjuntos de valores, atitudes, símbolos, regras e práticas, que emergem quando as pessoas reagem às exigências e situações que enfrentam, interpretadas através de estruturas cognitivas e de orientações que trazem consigo de experiências anteriores. As culturas são modeladas, mas não determinadas, pelas pressões estruturais do ambiente dos atores [...]. Elas se desenvolvem quando as pessoas respondem de várias maneiras significativas, por sua vez, criam situações dentro das quais outros atuam (REINER, 2004, p.132).

A cultura policial militarizada, a presença do discricionarismo, a exaltação à disciplina e o modo militar de hierarquia expressam, de acordo com Tavares dos Santos (2009), o anacronismo com os princípios e os valores de uma democracia.

A cultura policial influencia o *habitus*<sup>96</sup> policial militar. O *habitus* é uma subjetividade socializada; é um sistema de esquemas individuais, socialmente construído e adquirido nas experiências práticas, ou seja, é estruturado no social e estruturante nas mentes.

Existe a percepção de que *habitus* se aparenta com aquilo que evoca a noção de hábito. Contudo, *habitus*, para Bourdieu (2003, p.140), remete a tudo

---

<sup>96</sup> Bourdieu e Elias mobilizam o *ethos* como categoria analítica, mas o primeiro autor utiliza tão somente a palavra *habitus*. É primordial esclarecer a diferença entre as duas categorias, sendo assim, *ethos* não deve ser confundido com *habitus*, contudo, aquele é um componente deste. Na verdade, o *ethos* se relaciona com a moral, ou seja, com o modo de ser e os valores de um determinado grupo.

aquilo o que se “[...] adquiriu, mas encarnou de modo duradouro no corpo sob a forma de disposições permanentes e [...] se apresenta sob as aparências exteriores do inato”.

O *habitus* é um sistema de esquemas geradores de práticas e de esquemas de percepções de práticas, e também de adaptação. Já o hábito “é considerado espontaneamente como repetitivo, mecânico, automático, mais reprodutivo que produtor” (Idem). O *habitus* é, então, um produto histórico.

Suassuna (2008) analisa o conteúdo expressivo dos valores e símbolos da cultura policial. Nesse sentido, o *habitus*, para ele, é entendido

[...] como composição social dos indivíduos biológicos, ou um conjunto de disposições individuais produzidas no âmbito da realidade objetiva. Admite-se que o *habitus* policial militar, as disposições a eles subjacentes sejam expressões de valores e conceitos próprios da **cultura policial**. Além disso, pressupõe-se que os mecanismos de controle e outras necessidades da realidade objetiva contribuam para a formação do *habitus* policial militar, cujas distinções, por sua vez, dão sentido e significados ao controle e outras coações objetivas (SUASSUNA, 2008, p. 8, grifo nosso).

As PMs, desde sua origem, tiveram um forte vínculo com a ideologia militar,

[...] absorvendo sua organização e sua liturgia, o que as torna ligadas à história das Forças Armadas no país. [...] De modo similar, elas continuam convergentes à defesa do Estado e de um sentido cambiante de ordem – onde o respeito aos direitos civis e às garantias individuais são facilmente ultrajados por interesses políticos – e também à defesa de vontades pessoais dos governantes e não da coletividade (SOUZA, 2012, p.163).

O Código que regula as ações no âmbito interno é o mesmo do Exército, expressando o grau de conservadorismo<sup>97</sup> da instituição. Dessa forma, a proximidade que marca as relações entre a Polícia Militar e as Forças Armadas é um aspecto importante também para perceber a relação entre o policial e o outro, bem

---

<sup>97</sup> Existência de códigos internos que reforçam os preceitos do militarismo, da tradição e do universo masculino. Em relação a este universo sexista, o policial é visto como arquétipo (modelo padrão) de virilidade, força e masculinidade, aproximando-se do ideal guerreiro associado à atividade de policiamento. Em relação à questão de gênero associada à presença feminina numa instituição que se estruturou masculinizada, “[...] reserva as mulheres o luar de instrumento para ‘atestar’ o caráter ‘moderno’ da corporação, enquanto ao serem consideradas mais ‘frágeis’, ‘despreparadas’, [...] geralmente lhes é reservado os ‘tranquilos’ setores da administração, desde os soldados até aos oficiais superiores” (SOUZA, 2012, p. 220). A desmilitarização das ações dos policiais seria para muitos, baseando-se no *ethos* guerreiro, uma evidente ameaça de corte de poder e desorganização.

como da realidade civil e da militar, fundamentados em linguagens e comportamentos distintos de uma realidade social “comum” (o “espírito militar”).

De modo mais preciso nas PM's, durante os treinamentos é incentivada a separação entre o mundo da caserna e o dos “paisanos”, para quem a possibilidade de “folgar” é uma ameaça constante e que em algumas situações obedece a uma lógica de guerra, onde a meta é o combate aos inimigos sociais, genericamente chamados de bandidos. Essa distinção entre paisanos e militares é operada de maneira evidente com treinamentos físicos realizados no ambiente externo dos centros de formação, onde os pelotões formados por alunos saem sob um comando [...] pelas ruas cantando hinos e “canções” militares que expressam a natureza de sua missão. [...] Verdadeiros gritos de guerra, as canções seguem repletas de palavras de “ordem”, costumam falar da missão dos militares na luta contra a marginalidade e da distinção clara entre policiais e o mundo civil (SOUZA, 2012, p.167).

Seria, então, por meio do cultivo da cultura do inimigo que se pretende afirmar a diferença do outro, do marginal que traduz o mal e é ameaça para a sociedade, a qual é objeto de proteção da polícia (herói, representante do bem).

A lógica da Guerra Fria, aliada aos anos de Chumbo<sup>98</sup>no Brasil, encarregou-se de solidificar a visão de que a polícia, sobretudo, a militar, é um grupo a parte da sociedade, encarregado pelo enfrentamento do “inimigo interno”, e que, “mesmo após o encerramento desses anos de paranóia, seqüelas ideológicas persistem indevidamente, obstaculizando, em algumas áreas, a elucidação da real função polícia.” (BALESTERI, 1998, p. 8).

Portanto, os Direitos Humanos é um assunto espinhoso na segurança pública. Resultado de uma cultura violenta e de um passado autoritário, a velha cultura policial e social maniqueísta de antagonizar polícia e DDHH cindiu a sociedade da polícia, como se essa não fosse parte daquela.

Segundo Souza (2012, p. 168), o bandido é aquele que deve ser odiado em conformidade com o princípio e o sentido da guerra. Isso se identifica em relação ao **ethos guerreiro**, que promove, mediante suas ferramentas simbólicas, a constituição mística das organizações militares.

A obediência irrestrita do soldado às ordens do comandante, juntamente com a resistência honrosa aos extenuantes treinamentos, celebram a formação do “guerreiro” e a sua passagem simbólica ao universo militar,

---

<sup>98</sup> Referente ao período da Ditadura no Brasil (1964-1985).

que é, antes de tudo, respeito e obediência a hierarquia e a disciplina (SOUZA, 2012, p. 168).

O cumprimento das normas da corporação é um fator necessário para que os policiais reforcem o compromisso com o *ethos* guerreiro, que se sustenta na coragem e no compromisso com a unidade de seu grupo (Ibidem, p. 246).

Não somente a ritualística, como os símbolos da polícia militar, se aproximam da cultura militar do Exército Brasileiro. As cenas de humilhação, constrangimentos verbais e punições estão presentes no processo de treinamento como uma “pedagogia de formação” aos aspirantes a oficial da PM, reduzindo estes à condição de “pré-humanos”, “bichos”, sendo esta formação utilizada como estratégia para adentrar no mundo da caserna.

O *ethos* compreende um conjunto de regras, valores e crenças geradoras dos hábitos fundamentais de uma instituição. Neste sentido, o *ethos* policial “[...] é o elo que liga os indivíduos policiais militares, normas jurídicas, elementos materiais e imateriais da instituição, projetando-a para a realização de um determinado ofício – o policiamento” (DIÓGENES, 2011, p. 44).

Diógenes (2011, p.85) define o *ethos* policial militar como um “*ethos* de sujeição no qual há uma ênfase moral na autoridade, na disciplina, na obediência, na ordem e na segurança interna da própria instituição policial militar”. E, por isso, o *ethos* policial é mais autoritário e menos crítico e democrático. Ele está entre os *ethos* (valores e regras) das polícias civis e o do Exército.

O *ethos* policial militar surge da combinação da ênfase moral na obediência, própria do *ethos* militar, com a ênfase na luta e no emprego de táticas combativas, própria do *ethos* guerreiro. Contudo, não é fácil fazer essa distinção, já que, tanto elementos de um como de outro aparecem entrelaçados nos comportamentos concretos dos agentes da PM (DIÓGENES, 2011, p. 44).

Os referidos valores, tais como o respeito à autoridade, disciplina e enfrentamento ao inimigo, são priorizados para a subsistência da instituição policial militar em contraposição ao zelo dos direitos humanos dos cidadãos.

Dessa forma, é perceptível a existência de uma formação inspirada num modelo militarista e guerreiro que valoriza um exercício “heróico” da atividade e que

incentiva a permanência da alta letalidade das forças policiais no combate ao inimigo.

Ao serem questionados sobre a existência de resquícios da formação tradicional na nova formação, tendo agora a parceria da Universidade, todos os policiais rondantes entrevistados comentaram de forma direta ou indireta sobre o **militarismo** ainda ser muito forte em todos os âmbitos da polícia, inclusive na formação.

Existe. Resquícios justamente nessa palavra que eu te falei militarismo. Eu sempre falo pros meus colegas que na polícia, dentro da polícia, acontece uma guerra. Primeiro a gente tem que resolver a nossa guerra interna para aí sim, a gente poder resolver a nossa guerra lá fora. E a guerra de divisão de egos entre divisões de oficiais e nós soldados em que na grande maioria os oficiais, por ter aquela formação da época da Ditadura, acham que são os deuses, acham que são os donos do mundo, acham que vivem numa sociedade e que só porque você tá fardado você pode mandar prender e soltar simplesmente acham que a metodologia deles de comando é dar um grito e você vai abaixar a cabeça e acatar; vai produzir a metodologia deles de perseguições. Muitos deles na sua maioria são demagogos e hipócritas em que eles tentam passar pra gente uma boa conduta uma ética que na maioria das vezes eles não têm no sentido de cometerem muitas formas ilícitas em várias situações que você pode imaginar e acham que ser líder é aquele que grita. E eu acho que ser líder é aquele que tem todo seu grupo ao seu favor sabendo gerir, comandar e não da maneira que eles fazem simplesmente em perseguir e usar o poder deles de oficial e abusar desse poder (POLICIAL ÔMEGA).

[...] a gente vê uma metodologia de polícia pacificadora, mas na prática você acaba sofrendo constrangimentos, perseguições dentro da Instituição. E como é que você pode produzir se dentro da Instituição você sofre perseguições, constrangimentos, torturas psicológicas? Como é que chego para entrar em serviço ver meu comandante fazer torturas psicológicas? Como é que eu vou poder passar 8 horas na rua desempenhando meu papel se ali já me abala psicologicamente no curso? Não foi outra formação não informaram pra gente isso foi superficial. Passou a trabalhar que a gente viu que é outra realidade totalmente diferente eu acho que o que atrapalha isso tudo se chama uma palavra “militarismo”. Ela é muito forte ainda. Ela te bloqueia, ela te priva. Você não pode expressar o que você pensa, o que você sente lá dentro, porque você é perseguido, você é punido, você sofre preconceitos, você sofre torturas psicológicas (Idem).

Como bem diz Barreira e Brasil (2002, p. 151), a “universidade é reinvestida de um lugar eminentemente civil, transmissor por excelência de um pensamento humanista. Esta qualificação vem, em grande parte, na contramão de uma formação militarista, resquício de um regime de exceção”.

Outros depoimentos são reveladores da presença marcante do militarismo na formação, porém há também declarações positivas em relação à aproximação das Universidades:

Em 2007 foi mais pesado. Os oficiais tinham liberdade para puxar mais. Agora, se um oficial fizer um aluno pagar, porque às vezes, é, apoio de frente, exercício físico e pronto. O cara do acesso, o fiscal da CESPE faz logo um relatório dizendo que aconteceu uma tragédia (POLICIAL BETA).

Se eu sofri em 2007 tu imagine aí, de 99 para baixo. Era muita humilhação. Ainda sofre, ainda sofre. Por mais que tenha essas estruturas e tudo, o pessoal ainda é muitas vezes colocado de uma forma humilhante. Ainda existe. Você manda quem pode e obedece quem tem juízo. Não tem esse negócio de estar questionando alguma coisa não (POLICIAL DELTA).

A constituição do “espírito militar” existente nesta instituição é fundamentada em símbolos e valores morais militares, tais como disciplina e hierarquia. Conforme o Código Disciplinar da Polícia Militar do Ceará (PMCE) e do Corpo de Bombeiros Militar (CBM) – Lei Nº 13.407 de 2003 –, a disciplina militar, em seu Artigo 9º, é definida como “o exato cumprimento dos deveres do militar estadual, traduzindo-se na **rigorosa observância e acatamento integral** das leis, regulamentos, normas e ordens, por parte de todos e de cada integrante da Corporação Militar” (grifos nossos).

No que diz respeito à hierarquia, esta se define como “a ordenação progressiva da autoridade, em graus diferentes, da qual decorre a obediência” (Art. 3º, Lei Nº 13.407 de 2003) dentro da estrutura institucional. São estes valores que compõem a base da organização da Corporação, sobretudo a hierarquia, que, dentro da estrutura militar (de caráter rígido e linear), independentemente da posição do indivíduo nesta, é um fator que torna possível uma identidade militarizada.

A disciplina, conforme Souza (2012), seria a manifestação mais direta da hierarquia.

[...] **a hierarquia juntamente com a disciplina atuam na formulação dos cosmos, dos comportamentos e, portanto, da identidade militar.** Contudo, a hierarquia ocupa um lugar de maior relevância, visto que ela é a base a partir da qual no cotidiano dos quartéis acontecem as manifestações de disciplina, liturgia, continências, comandos e que **também acompanham os militares nas suas experiências externas, firmando os limites com o mundo civil** (Ibidem, p. 172, grifos nossos).

No código disciplinar policial existe a possibilidade maior de o soldado ser punido (com confinamento no quartel por alguns dias) por chegar atrasado ao serviço; por apresentar-se indevidamente, com a barba por fazer, coturno sujo, roupa desalinhada e outros; ou por não saudar seu superior. Tudo isso caracteriza um desvio de conduta grave assim como os casos de violações dos direitos humanos.

O militarismo se faz presente desde a formação até as ações cotidianas dos policiais. Contudo, segundo relatos de Suassuna (2008, p. 55), “nas organizações policiais militares, o recurso a punições, tais como a pena prisão ou afastamento das funções, é utilizado com vistas à manutenção da disciplina interna.”.

A partir da configuração prática formada por essas políticas organizacionais punitivas, forma-se, no *habitus* dos policiais, a ideia da instrumentalidade da punição para a promoção e a manutenção da ordem pública. Os policiais militares de ponta veem o recurso à punição como meio efetivo para manutenção da ordem, de forma análoga a certos princípios administrativos das organizações policiais militares, que tem as punições como instrumentais para a disciplina interna (Idem).

[...] as necessidades práticas do militarismo chocam-se com aquelas do policiamento, o que se expressa pela afirmativa de que “o militarismo inibe um pouco o policiamento”. As características do *habitus* policial observadas no campo do policiamento, revelam que, quando no exercício dessa atividade-fim, as necessidades provenientes do militarismo organizacional têm pouca relevância na consideração pelos policiais, aparecendo, no máximo, como mais um conjunto de obstáculos a persecução de tarefas ligadas ao policiamento” (SUASSUNA, 2008, p. 59).

O Militarismo, e seu peso para os policiais, sobretudo os praças, sempre acarretou problemas sérios para a sociedade. Alves e Evanson (2013, p. 192) dizem que os defensores do modelo da Polícia Militar argumentam que a estrutura de comando hierarquizada e a organização militar são adequadas, pois permitem que a massa dos soldados mal remunerada ou mal treinada fique sob controle.

[...] diz respeito à percepção da realidade social a partir dos preceitos e da cultura militar. Na fala dos policiais militares, o militarismo se apresenta como um sistema, um modo de organização que confere atenção acentuada aos aspectos contidos nos regulamentos disciplinares e aos valores militares. Na polícia militar de Sergipe, embora existam defensores e críticos do militarismo tanto entre praças quanto no círculo dos oficiais, é mais comum entre praças ouvir queixas em relação ao militarismo, que é geralmente apontado como uma forma de organização que mesmo sustentada em princípios legítimos como disciplina e hierarquia serve em grande medida para estimular e aprofundar a existência de injustiças e

desigualdades no interior da instituição. Para uma parcela dos oficiais, ele aparece identificado como um mecanismo de proteção capaz de assegurar o funcionamento da instituição; uma forma de proteção diante das possíveis ameaças à sua ordem interna. Neste sentido, o militarismo, que diz respeito às tensões observadas entre o modelo de organização militar, sua tradição, e as demandas específicas de uma ordem democrática (ALVES; EVANSON, 2013, p. 178).

Uma formação militarizada e violenta pode ter consequências diretas na forma como o policial age com a sociedade. Um sujeito educado numa sociedade violenta e formado numa estrutura que detém o monopólio legítimo da violência e do uso da força legal, se não houver uma formação humanitária e legalista, reproduzirá do modo sistemática o uso da violência e do arbítrio na prática profissional.

O policial Delta afirmou que ser treinado como animal influencia muito na sua prática profissional

ser criado como animal num vai influenciar nada. Você cria um animal de baixo de porrada. Ele sai para a rua ele quer morder mesmo. Ele quer achar alguém que possa descontar, é... o que ele passou. Ou seja, se você passa por determinada situação, você sofre uns castigos, você quer castigar alguém. Então para mim seria um efeito cadeia, ou um efeito dominó.

A partir das considerações feitas sobre cultura, *ethos* e *habitus*, e após relacioná-las à violência policial, é oportuno destacar a atualidade da discussão sobre esse tipo de violência institucional. Pois esta se dá, aqui, mediante relatos de violências sofridas nas atuações das polícias militares (como agressões físicas e verbais, abuso de autoridade, etc), que são veiculadas pela mídia diariamente, cuja consequência se revela pela não confiança das pessoas em relação às instituições encarregadas legalmente de assegurar a ordem e de protegê-las.

Diante disso, é notória a dificuldade de garantir o respeito aos direitos humanos em todos os momentos da atividade policial. A proximidade com o público civil, de modo frequente, é apresentada como um processo perigoso (SOUZA, 2004) para a identidade profissional.

Alves e Evanson (2013, p. 193) retratam que as relações conflitantes – o muro construído – entre policiais militares e civis (o “outro” vizinho) é um exemplo de irracionalidade, já que nenhum deles realiza o ciclo completo do trabalho policial. Assim, “posturas de desconforto, desconfiança mútua, invasão da seara alheia” (SOUZA, 2012, p. 213) fazem com que, raramente, se tenha uma ação de

integração entre esses policiais. Ambos se esforçam para manter identidades distintas e desvinculadas.

A sua função, desempenhada na rua, com sua concreta presença na rua, impede o policial de relaxar, **pois quase todos são suspeitos** de um mal que a qualquer momento pode ocorrer, além do exercício de uma função que retira do policial a sensibilidade diante das situações como a violência e a morte. Vivendo sob o peso da rotina dura do trabalho policial, muitos policiais se ressentem do fato de terem perdido muitas vezes a ingenuidade e até mesmo a capacidade de se emocionar frente a situações dramáticas (SOUZA, 2012, p.201, grifo nosso).

Essa relação de desconfiança e distanciamento com o civil foi perceptível nas minhas aproximações com os policiais. Ao ir à busca deles, deparei-me com muitas resistências.<sup>99</sup> Quando um deles recebeu, no CCBJ, o convite para participar da pesquisa, este me respondeu da seguinte maneira: “é para quê? ”; “Me manda as perguntas por e-mail primeiro para eu entrar depois em contato com você”; “Vai revelar o meu nome? ” Houve até um que achou que eu era uma agente infiltrada do governo, e alegou essa sua desconfiança dizendo:

Você vai colocar o meu nome, não, né? [...] Porque esse governo é um governo omissivo e retalhador. Se ele souber que alguém falou essas coisas e divulgar, eu vou ter uma retaliação, posso ser transferido para o final do Ceará. Esse é o modo para punir os policiais ou então botar para trabalhar no presídio (POLICIAL ALFA).

Até como policial eu sou mais atento as coisas. Se eu for sentar numa cadeira num restaurante, não gosto de ficar de costas para a rua. Eu desconfio de todo mundo. [...] Por que posso achar um bandido que vai querer me assaltar, me matar, por eu ser policial. Apesar de no Ceará, não está assim ainda como está em São Paulo, mas eu não duvido não de vir para cá e está do mesmo jeito não. Então a eu fico até mais atento a tudo, que antes a gente não ficava. Eu era civil e não andava armado, nem nada. E hoje me dia a gente tem que ficar alerta 24 h. [...] eu confio nas pessoas que já eram meus amigos. Mas se algum estranho vier falar comigo, a tendência é desconfiar do que ele quer. Até você mesmo fazendo essa entrevista aqui, você poderia ser da Inteligência da Polícia querendo descobrir alguma coisa para falar para o governador (Idem).

A compreensão crítica do sentido que os policiais atribuem à violência como um aspecto emblemático na construção de sua realidade subjetiva é algo que

---

<sup>99</sup> Estas objeções podem ser traduzidas, de certa forma, pelo o que Bittner (2003, p. 297) disse: “a polícia é desconfiada quase a ponto de paranóia.” Esta desconfiança se manifesta na aversão que eles possuem em ter o seu trabalho observado por outrem que reconheça a existência de qualquer problema interno.

deve ser considerado pela razão da existência de conflitos abertos com o mundo externo à caserna<sup>100</sup>.

[...] persistem práticas de policiamento sendo orientadas pela ideia de combate, que visa ao aniquilamento do inimigo através do uso de instrumentos valorizados como a abordagem aos “suspeitos”, quase sempre moradores das regiões periféricas, símbolo da ausência de direitos, terreno livre para as ações policiais arbitrárias que encontraram nos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional um forte incentivo; uma herança dos tempos da ditadura ainda atuante nos discursos policiais [...] (SOUZA, 2012, p. 220).

Souza (2012), ao questionar seus interlocutores sobre o motivo da violência policial, obteve distintas explicações dos 20 policiais militares sergipanos de diferentes postos e patentes.

[...] com forte tom amenizador, também ressalva quanto ao sentido de violência policial, que para alguns poderia ser considerada simples manifestação de “excesso na atividade”, uma “forma mais dura de abordagem”, “falta de atenção” ou algo que “acontece nas melhores famílias”, **reflexo de uma violência que existe em toda a sociedade**. Um dado que ficou significativo foi o interesse de alguns policiais, um quarto dos entrevistados, em ressaltar que muitas vezes o que é tomado como violência policial não pode ser exatamente assim considerada, pois pode não passar do uso da força necessária na ação de “conter” os ânimos. **O que é percebido e repassado como violência seria violência segundo o tratamento “sensacionalista” dado pela mídia ou em razão da pouca compreensão da sociedade em relação ao trabalho policial** (SOUZA, 2012, p. 223, grifos nossos).

O que mais chamou atenção nos relatos desses policiais foram eles responderem que isso seria apenas um reflexo do meio social em que vive. Na ótica deles, o policial violento seria alguém despreparado, que traz da formação individual seu caráter violento inato ou aprendido na sociedade, a qual é considerada essencialmente violenta. Contudo, a maioria esboçou a opinião de que a formação militarizada nos cursos não ensinaria ninguém a espancar: “a formação conferida na instituição, seja por mecanismos formais ou informais, não teria relevância para explicar os casos de violência [...]” (SOUZA, 2012, p. 225).

A alegativa destes da não influência da formação na ação cotidiana policial foi distinta em relação àquelas que os policiais rondantes responderam,

---

<sup>100</sup> Alojamento de soldados em quartel e, por isso, relaciona-se à carreira militar que se submete a valores imperativos da instituição.

quando disseram que a presença do militarismo na formação influencia muito na ação ordinária deles.

Os oficiais entrevistados por Souza (2012) também se reportaram a dois fatores não condicionados à formação policial para explicar a violência policial, consubstanciando o que havia sendo defendido por outras patentes:

[...] os problemas pessoais e a existência de uma cultura violenta existente na sociedade, sendo nesse caso a polícia um reflexo direto da estrutura social. Do mesmo modo, o policial seria uma espécie de “vítima” do conflito de demandas vivido na sociedade, pouco consciente sobre a real função da polícia, na medida em que a população cobraria atitudes autoritárias ora em relação aos criminosos e ora em relação aos ditos “cidadãos de bem”. **Os policiais entendem que a sociedade reclama uma polícia “implacável”, “dura” com os “bandidos” e por outro lado respeitadora dos direitos humanos em relação a si mesmo e aos seus** (Ibidem, p. 225).

A violência policial, considerada ora como produto da natureza do indivíduo, ora como efeito de sua formação anterior ao ingresso na polícia, ou mesmo resultado cultural de uma sociedade, faz com que a instituição não reflita sobre os casos de violência internamente, e, assim, não pensa formas de mudança interna. Isso acaba por reforçar um quadro de impunidades, isentando a corporação de uma maior responsabilidade sobre o comportamento do policial violento. A ausência de debate também implica, tanto nos órgãos de segurança pública estadual quanto na sociedade, na melhoria da formação e atuação policial, bem como na criação de instituições independentes de controle da atividade policial.

A resistência na reforma das instituições policiais<sup>101</sup>, sobretudo com transformações mais profundas nos seus pressupostos de funcionamento e organização, tem relação com

[...] a formação histórica das forças policiais, sobretudo em sua expressão brasileira, de forte conteúdo autoritário, por outro lado, tem constituído obstáculo interno, sensível nas representações sociais dos policiais militares que resistem em colaborar mais diretamente na reformulação de seu modo de agir, de pensar a ordem democrática e a missão da polícia em contexto de legalidade e respeito às garantias individuais (SOUZA, 2012, p. 48).

---

<sup>101</sup> David Garland (2008, p. 395) defende que, em qualquer instituição, existem “receitas básicas” que guiam o pensamento e o processo de tomada de decisões. Elas se constituem como “hábitos de pensamento e estilos rotineiros de raciocínio que estão inseridos nos precedentes e nas práticas de determinada instituição. Novos recrutas aprendem estas maneiras de pensar ‘no trabalho’. Elas se tornam o senso comum entre os atores, cunhado pelas estruturas e pela cultura da organização. Estas receitas se enraízam nas instituições e nos indivíduos e não tendem a mudar rapidamente: uma vez aprendidas, é difícil desaprendê-las. Mas elas podem ser modificadas ao longo do tempo [...]”.

Deve-se destacar também o quanto as lógicas institucionais estão enraizadas no imaginário dos policiais e como estas influenciam as práticas e percepções dos policiais em seu cotidiano.

Suassuna (2008, p. 32) destaca

[...] mesmo que o *habitus* dos policiais seja formado no decorrer de suas biografias individuais, ele é, em parte, estruturado pelas necessidades imanentes a um campo policial militar, composto pelas coações específicas da atividade de policiamento, bem como daquelas próprias da estrutura organizacional.

Santiago (2013, p. 80) diz que, ao contrário do que se pensa, muito do comportamento autoritário e racista do policial não é formado somente na Academia, mas vem desde a convivência deste na sociedade, antes mesmo de ingressar na polícia, e permanece na sua prática profissional.

### 2.2.2 Polícia, espelho da sociedade?

Caldeira (2000) considera que, em parte, a persistência da violência policial e seu crescimento é consequência do apoio popular, mesmo daqueles que são vítimas preferenciais de ações policiais violentas, como a classe trabalhadora.

O comportamento da polícia parece estar em acordo com as concepções da maioria, que não apenas acredita **que a boa polícia é dura** (isto é, violenta) e que seus atos ilegais são aceitáveis [diante da cultura disseminada do medo e da insegurança], como também reluta em apoiar tentativas de alguns governantes de impor o estado de direito e o respeito dos direitos individuais. Assim sendo, **o apoio popular aos abusos da polícia sugere a existência não de uma simples disfunção institucional, mas de um padrão cultural muito difundido e incontestado que identifica a ordem e a autoridade ao uso da violência. A deslegitimação dos direitos civis é inerente a esse padrão** (CALDEIRA, 2000, p. 136, grifos nossos).

Quando perguntado se a nossa sociedade estava preparada para o policiamento comunitário, se dava para aplicar esse modelo no Ceará, um policial rondante tratou logo de falar sobre os traços do comportamento violento do brasileiro como empecilho para a aplicação dessa filosofia. Podemos ver sobre isso no depoimento a seguir.

Não, infelizmente, aqui a nossa população ela é uma população de muitas pessoas alienadas, muitas pessoas que não têm instrução. O pensamento deles é, não tem nada a ver com o pessoal do Canadá, que é um país de

primeiro mundo. Lá o policial não tira a arma do coldre, porque a população é uma população de primeiro mundo que estuda... Muito diferente daqui. Então, esse policiamento comunitário que o governador quis implantar e quis tirar lá do Canadá para cá, infelizmente isso não dá para ser implantado aqui, ainda não. **Ainda a população daqui, eles ainda querem que a gente seja truculento, eles pedem isso, que a gente seja truculento.** É tanto que as pessoas chegam para a gente “Mete a pêia ele estava me roubando, mete a sola nele!”, não sei o que..., “Quebre ele, mete a sola!” Aí eu digo: “não é assim não. Como eu vou meter a sola nesse bandido aqui que te assaltou para depois, tu amanhã vai me denunciar lá na Corregedoria, que eu quebrei o cara?!”. Então as pessoas são assim. [...] tem muita gente que quer fazer hora com a nossa cara, só porque a gente usa uma farda azul, bebê... azul bebê, né?! (risos). Aí tem muita gente que fala da nossa cara, porque a gente é polícia comunitária... e polícia comunitária não quer dizer que nós somos bestas não! Quer dizer que a gente vai tratar a população melhor. Porque antes a polícia da farda cinza tratava os cidadãos com truculência. Eu mesmo tinha medo de falar com policial antigamente. Se eu chegasse... Uma vez eu fui falar com o policial, “Quê que tu quer” ((ríspido)), desse jeito... “Não, eu queria perguntar um coisa, eu fui roubado e tal...” A gente nem podia perguntar uma coisa que o cara já vinha com truculência (POLICIAL ALFA, grifo nosso).

Souza (2012, p. 228) explica isso quando diz que a cultura da violência vem, antes de tudo, de uma sociedade,

[...] que reserva expectativas em torno do trabalho policial como marcado pelo uso reiterado da violência. Haveria assim uma expectativa difusa em torno do policial como o agente público que tem autoridade para bater e por vezes agir sem limites sobre alguns setores da sociedade.

Por isso, para falar sobre a violência da polícia, é necessário compreender a organização policial em uma sociedade que ainda está em processo de consolidação da ordem democrática (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 71):

[...] de sua formação na condição de aparelho do Estado de controle social formal e das estratégias de construção de um consenso acerca da função social da instituição policial nas sociedades modernas e contemporâneas, enfatizando o efeito da violência sobre tal processo de institucionalização de uma legitimidade política (Idem).

O capital da força física ou dos instrumentos de coerção (Polícia e Exército) é um dos capitais dispersos pelo Estado no espaço social (BOURDIEU, 2005) como forma de defesa da ordem social vigente e do exercício do monopólio da força física legítima.

Além dessa ambivalência do trabalho policial, Tavares dos Santos (2009, p. 77) ainda aponta que o ofício do policial na sociedade brasileira está contido na

“virtualidade da violência física ilegítima na condição de prática social que implica a possibilidade do excesso de poder”, realizando-se sempre a margem da vida, ou no limite da norma social, **exercendo um poder de modo mais próximo do excesso**.

O histórico da polícia e das políticas de segurança pública, até as mais recentes, indica claramente, conforme Caldeira (2000, p. 142), que **“os limites entre o legal e o ilegal são instáveis e mal definidos e mudam continuamente a fim de legalizar abusos anteriores e legitimas outros novos”** (grifos nossos).

Nesse contexto, as práticas de violência e arbitrariedade, o desrespeito aos direitos, o tratamento desigual para pessoas de grupos sociais distintos e a impunidade dos responsáveis dessas práticas, “são constitutivos da polícia brasileira, em graus variados, desde sua criação no começo do século XIX até os dias atuais” (Idem).

A tradição de injustiça e abuso de poder (sinônimo de autoridade) das instituições da ordem, embora venham de longa data, e ainda estejam presentes num Estado Democrático de Direito, atingiram níveis sem precedentes. O aumento dessa violência policial talvez tenha relação com as opções políticas e decisões administrativas<sup>102</sup> do padrão herdado do passado.

Pinheiro (2000, p. 1) diz que seria um dos enigmas da história republicana do nosso país a longa continuidade da violência ilegal do Estado contra seus cidadãos: “Caem regimes autoritários, instauram-se democracias, constituições se aperfeiçoam e a repressão fica cada vez mais letal”.

Independentemente do regime de governo, o mecanismo utilizado por meio da violência policial, como forma de controle, é uma tradição na sociedade brasileira. O trabalho policial é extremamente instável, já que vive no limiar entre o legal e o ilegal. As práticas ilegais nem sempre são percebidas como irregulares, mas como norma de atuação.

Segundo Lemgruber, Musumeci e Cano (2003, p. 23), “a tensão entre emprego da força e respeito aos direitos individuais e coletivos é constitutiva das

---

<sup>102</sup> O ciclo vicioso violência aumenta quando as “autoridades públicas, empresas privadas e cidadãos contribuem todos para o problema da violência [...] à medida que as pessoas buscam meios privados e frequentemente ilegais de proteção ao crime violento” (CALDEIRA, 2000, p. 204).

instituições policiais, está presente desde as suas origens e se manifesta de diferentes maneiras, nas polícias de todas as sociedades democráticas”.

Algumas práticas, que nem sempre foram ilegais, mas que, frequentemente, foram exercidas com um amplo apoio da população, estão profundamente enraizadas na história brasileira e se constituem como o *modus operandi* da força policial nos dias atuais. O relacionamento da polícia foi, desde o período escravocrata, de repressão violenta, e não de salvaguarda de direitos civis.

Alguns hábitos culturais e policiais, ainda existentes hoje, têm raízes na escravidão urbana no Brasil. De acordo com Algranti (1986, p.27), “o escravo urbano era alugado para serviços de rua e vigiado pela polícia no lugar do dono; daí a polícia comumente desconfiar até hoje dos negros e aplicar-lhes violência quando o prendem”.

Mesmo o castigo físico e a tortura terem deixado de figurar como uma forma aceitável de punição no Estado de Direito, “o único elemento sistematicamente ausente, segundo Caldeira (2000, p. 143), é “a vontade política das autoridades estatais e dos cidadãos de controlar<sup>103</sup> o comportamento abusivo da polícia”. Assim, a não responsabilização das práticas violentas enfraquece o Estado de Direito.

Apesar da transição democrática, leis de exceção ainda fazem parte de seu arcabouço constitucional. Dentre as diversas redefinições da instituição policial, foi o regime militar que moldou o que ela é hoje, já que traços deste período permanecem nas estruturas orgânicas e simbólicas das polícias brasileiras, principalmente nas PMs.

Esta violência é estruturada por uma sociedade hierarquizada, desigual e dividida, sendo que alguns grupos sociais são mais atingidos que outros. Nesse sentido, é interessante destacar que uma parte da população, pós-redemocratização, continuou a sofrer com as diversas desigualdades e alvos de

---

<sup>103</sup> A não diminuição da violência policial está diretamente relacionada ao sistema de *accountability* (responsabilização) e aos controles internos e externos da polícia. A impunidade estaria, dessa forma, intrinsecamente associada ao uso excessivo da força. E “quando os policiais não são responsabilizados e punidos por comportamentos extralegais ou ilegais, a violência e os abusos continuam a crescer” (CALDEIRA, 2000, p. 151).

abusos de forças policiais. E a maioria dessas vítimas são os pobres. “[...] vítimas da violência e dos crimes cometidos contra a pessoa, ao mesmo tempo em que são temidos por outros segmentos sociais das classes média e alta” (PAIVA, 2007, p. 21).

Vê-se que as práticas de violência se inserem em uma rede de dominações de vários tipos: de classe, gênero, cor, que resultam na fabricação de uma teia de exclusões que se sobrepõem. Daí o paradoxo brasileiro: “democratizam-se as estruturas políticas, simultaneamente cresce e atinge níveis que despertam o temor por toda a sociedade” (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 78).

A cultura da violência se funda na imagem do **criminoso virtual** (Ibidem, p. 94), que é o jovem pobre, negro, morador de territórios estigmatizados. Este criminoso sempre é o suspeito, o abordado, o alvo preferencial, a vida banalizada.

### 2.3 ABORDAGENS POLICIAIS E FORMAÇÃO DA INFUNDADA SUSPEITA

“[...] agora vou ter que levar uma dura como sempre acontece tapa no saco me chamam de preto abusado documento na mão, vinte minutos depois eu tô liberado. É complicado ser revistado por um mulato fardado que acham que o preto favelado é o retrato-falado. Sempre foi assim (sim), covardia até o fim (fim). A porrada que bate na cara não dói no playboy burguês só dói em mim programado pra matar pá pá, atire depois pra perguntar se ele trabalhava ou se traficava só sei que deitado no chão ele tá e gera revolta na cabeça da comunidade que é marginalizada pela sociedade que se cala escondida no seu condomínio.

**Na favela ainda impera a lei do genocídio 90% da população não anda de arma na mão não confiam na proteção medo de camburão.**

Vê cacete na mão fica jogado no chão

Autoridade vem e invade sem critério nenhum o som da sirene o cheiro de morte derrubaram mais um [...].

O Zé povinho fardado vem entra mata e sai sem ser julgado corrompido alienado revoltado fracassado vai pintando esse quadro o quadro de vidas e vidas da maioria esquecida [...]

Capitão do mato 5 pra atirar e não erra depois que descobre que o cara deitado no chão era inocente revolta na mente favela que sente, ódio toma conta de muita gente.

Todo mundo pra rua querendo bota fogo no pneu querem se manifestar por que alguém morreu. Batalhão de choque de porrete na mão tiro para o alto pra assustar multidão tira o pino da granada de efeito moral. Nessa hora todo mundo apanha igual marginal e xinga o pobre de preto botando geral pra correr”.

(CIDADÃO COMUM REFÉM – MV BIL)

**Figura 6 - Policial do Programa Ronda do Quarteirão realizando uma abordagem**



**Fonte:** Blog Amigos do Ronda- [www.amigosdoronda.net/](http://www.amigosdoronda.net/)

Existem estudos que focalizam a percepção, os valores e os procedimentos dos policiais na prática da abordagem (BARROS, 2008; PINC, 2007; RIBEIRO, 2009; RAMOS; MUSUMECI, 2005); e outros que identificam a percepção daqueles que são os alvos frequentes da abordagem policial por meio da filtragem racial (RAMOS; MUSUMECI, 2004; 2005). Todos eles estão, em geral, restritos, geograficamente, a uma cidade ou um estado, como as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Segundo Pinc (2007, p. 3), a abordagem policial é um dos momentos mais comuns de interface entre a polícia e o público. É nesse encontro que os procedimentos adotados pelos policiais variam de acordo com as circunstâncias e avaliação pessoal do policial sobre a pessoa com quem interage.

A partir disso, há de se questionar sobre quais critérios os policiais se utilizam para balizar a realização da busca pessoal. E como esses agentes de segurança pública decidem quem será ou não submetido a essa busca.

As experiências de abordagem são, potencialmente, uma fonte muito importante de geração de imagens e opiniões – positivas ou negativas – sobre as forças de segurança (RAMOS; MUSUMECI, 2005, p. 53).

É uma ação em que o policial faz uso da força não letal, mas que a utiliza letalmente em casos extremos e arbitrários. O uso da força, conforme Pinc (2007) está condicionada ao grau de resistência oferecido pelo “suspeito”.

A abordagem é a meta mais valorizada no âmbito do *habitus* policial militar, na representação da função policial. É uma ação altamente padronizada, com a mediação de técnicas policiais de autopreservação, nos diferentes locais e horários de policiamento, e com observação nas diferentes patentes que compõem a hierarquia policial militar. Estas técnicas servem como manutenção da integridade física dos agentes da lei, na busca da eficiência, na tarefa de prender criminosos e no autocontrole destes.

As abordagens são procedimentos de revista pessoal a um ou mais indivíduos. O desenho desse tipo de interação é fortemente pautado pelas técnicas policiais [...]. A abordagem é geralmente anunciada por um policial a certa distância, por meio de uma ordem de pôr as mãos na cabeça ou sobre um muro ou automóvel (SUASSUNA, 2008, p. 44-5).

Relembrando, o *habitus*, para Bourdieu (2004, p. 98), seria

[...] como **sistema de disposições para a prática**, é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas, e, se é possível prever as práticas (neste caso, a sanção associada a uma determinada transgressão), é porque o *habitus* faz com que os agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias. Dito isto, essa tendência para agir de uma maneira regular – que, estando seu princípio explicitamente constituído, pode servir de base para uma previsão (o equivalente científico das antecipações práticas da experiência cotidiana) não se origina numa regra ou numa lei explícita. É por isso que as condutas geradas pelo *habitus* não têm a bela regularidade das condutas deduzidas de um princípio legislativo: o *habitus* está intimamente ligado com o fluido e o vago. Espontaneidade geradora que se afirma no confronto improvisado com situações constantemente renovadas, ele obedece a uma lógica prática, a lógica do fluido, do mais-ou-menos, que define a relação cotidiana com o mundo (grifos nossos).

A excitação para a “caça” aos bandidos é tida como uma tarefa verdadeiramente policial.

Pode-se mencionar um exemplo disso quando o policial compara a prisão de criminosos à perseguição entre gato e rato, dentro de uma resposta sobre o que seria prazeroso dentro do trabalho policial: “O gostoso é isso: é

chegar e tirar aquele vagabundo que está 'aprontando', e acabou." [...]. Por outro lado, evidenciam-se também a frustração e o desprazer dos policiais ao terem que lidar com ocorrências que não são crimes, como aquelas de trânsito ou como a chegada dos policiais em momentos em que os criminosos já se dispersaram (SUASSUNA, 2008, p. 48).

Santiago (2013, p. 137), ao analisar os cursos de formação dos policiais rondantes, destacou que, pelo menos nos conteúdos das apostilas, elas aparentam não apoiar práticas violentas, discriminatórias. Entretanto, na atividade prática isso ocorre diariamente, até porque alguns têm metas de abordagem:

Houve um tempo que estabeleceram uma meta de dez abordagens num dia, mas só que aí, parece, que o Ministério Público, é o que a gente ouve dizer, entrou na questão e disse que era inconstitucional existir isso,...? Isso é coisa de oficial estabelecer dez abordagens isso não existe! Você pode fazer nenhuma abordagem e pegar uma arma e você pode ficar o dia abordando e não pegar nenhuma arma, em bairros extremamente perigosos: Bom Jardim, Vicente Pinzon. Você pode passar o dia todinho abordando e... Estabelecer meta, isso não existe. ((indignação)). Você nunca vai cumprir as metas e quem é ele para estabelecer uma meta? Hoje a gente tem que prender dois traficantes, isso não existe! ((indignação)). Ele não pode estabelecer uma meta até porque... (POLICIAL BETA).

O site *Abordagem Policial*<sup>104</sup> publicou, no dia 31 de março de 2011, uma notícia em que o Ministério Público criticava a meta de abordagem de um major da PM do Ceará, em que este determinou aos seus comandados a realização de 25 abordagens diárias, sob pena de sofrerem infração de disciplina grave.

[...] A abordagem sem critério fere garantias constitucionais da pessoa, tais como: o direito de locomoção, a intimidade, a dignidade e a imagem, notadamente quando estas abordagens são registradas pela imprensa. Na recomendação, os promotores de Justiça determinam a imediata revogação da ordem ilegal; a emissão de orientação a todos os oficiais para que se abstenham de adotar medida semelhante; a submissão de todos os policiais a curso de aperfeiçoamento em abordagens a pessoas; a revogação de qualquer sanção disciplinar que, porventura, tenha sido imposta ao policial que não tenha cumprido a tal determinação e, ainda, a apuração da conduta do oficial pela expedição da ordem ilegal (MINISTÉRIO PÚBLICO CRITICA META DE ABORDAGENS NA PM, S.P.).

A *Cartilha popular do Morro Santa Maria* (s.d.), a qual versa sobre abordagem policial, informa que os policiais civis ou militares somente poderão realizar uma busca mediante ordem do juiz, ou quando tiverem **fundadas suspeitas**

<sup>104</sup> **Ministério Público critica meta de abordagem da PM.** In: *Abordagem policial*. 31 mar. 2011. Disponível em: < <http://abordagempolicial.com/2011/03/ministerio-publico-critica-meta-deabordagens-na-pm/>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

de que alguém esteja escondendo armas, objeto destinado à prática de crimes ou drogas ilícitas.

Outra cartilha, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que versa sobre a *Atuação policial na proteção dos direitos humanos de pessoa em situação de vulnerabilidade* (2010, p. 17), expõe que a existência da fundada suspeita é o pressuposto inicial para que o policial realize a abordagem.

A SENASP baseia-se no conteúdo do Art. 244 do Código de Processo

Penal (CPP):

A busca pessoal independe de mandado, no caso de prisão ou quando houver **fundada suspeita** de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar (grifo nosso).

O Código de Processo Penal Militar (CPPM) de 1969 é similar ao Código de Processo Penal (CPP) quando se trata da busca pessoal. O Art. 170 do CPPM descreve que existem duas espécies de busca: a domiciliar e a pessoal. Já o Art. 180 diz que a busca pessoal “consistirá na procura material feita nas vestes, pastas, malas e outros objetos que estejam com a pessoa revistada e, quando necessário, no próprio corpo”. E o Art. 181 continua dizendo que a busca pessoal independe de mandato policial e “proceder-se-á à revista, quando houver **fundada suspeita** de que alguém oculte consigo: a) instrumento ou produto do crime; b) elementos de prova” (grifo nosso).

Entretanto, esses artigos, dentre outros, abrem um grande espaço para a **subjetividade do agente policial**, ou seja, para ele interpretar de sua forma, ou seja, por meio intuitivo ou por uma desconfiança ou suposição. A própria lei não estabelece parâmetros claros. Prova disso é que um policial revelou: “[...] isso é muito subjetivo essa questão de abordagem” (POLICIAL BETA).

Nas entrevistas com os rondantes, ficou claro que a experiência advinda da atividade policial pelo convívio numa determinada comunidade (policiamento em área fixa) é um fator preponderante para ser realizada a abordagem, como podemos observar nas respostas e depoimentos abaixo, quando foram perguntados se eles utilizam algum critério para realizar uma abordagem.

O critério básico é a questão da fundada suspeita... E... também, pelo fato de a gente já está trabalhando na área a um bom tempo, de está fixo naquela área a gente já tem uma noção, já conhece mais ou menos, pelo menos com relação a criminalidade a gente já conhece mais ou menos quem é e quem não é; quem é o traficante, quem é o avião, aquele que vai ali só transportar a droga; quem é o simples usuário. Enfim... Então o critério que a gente utiliza é procurar além da questão da fundada suspeita, mas abordar essas pessoas, esses elementos porque ele é um potencial maior de tá, é... favorecendo o crime ali na localidade (POLICIAL TETA).

No caso a gente detecta essas pessoas pelo convívio mesmo (POLICIAL GAMA)

A abordagem policial ela precisa ser feito só que como eu falei foi passado pra gente uma metodologia de abordagem, mas que alguns companheiros nossos que por um momento de fraqueza fogem de si e usam mais a emoção que a razão e nessas abordagens acabam se excedendo (POLICIAL ÔMEGA).

A revista policial constitui-se num tema muito polêmico em relação à legalidade da ação policial. É muito constrangedor passar por uma abordagem policial, pois qualquer pessoa que é vítima de uma situação vexatória é alvo subjetivo dos olhares perscrutadores dos agentes de segurança ao ser considerada como “suspeita”.

Normalmente, a construção dos suspeitos é operacionalizada não por critérios objetivos, mas subjetivos, os quais contribuem para a seletivização penal. Aqui se tem uma experiência subjetiva de violência.

O policial precisa estar bem fundamentado e agir dentro dos limites legais da discricionariedade, porém, deve estar certo e seguro de que a desconfiança de que alguém é “bandido” há que ser avaliada em dados concretos, até que se prove o contrário.

A fundada suspeita resulta da análise da existência de elementos concretos e sensíveis que indiquem a necessidade da abordagem. Não tem como direcionador simplesmente a desconfiança ou perspicácia do agente público. Assim, o policial deve nortear sua conduta por dados concretos (CARTILHA SENASP, 2010, p.17).

Mas, como o policial rondante diz,

infelizmente o policial não tem bola de cristal. Não é nenhum argumento não, mas é o que a gente costuma falar: “Eu não tenho bola de cristal. Eu não tenho como adivinhar se o senhor é criminoso ou não. O fato é que eu tô fazendo aqui meu trabalho, eu não estou fazendo nada demais, eu apenas abordei o senhor, porque de alguma forma ou de outra, nós suspeitamos de alguma coisa, e daí resolvemos abordá-lo” (POLICIAL TETA).

O módulo *Técnica Policial Militar* é um manual que estabelece uma conduta padrão para o policial militar. Tem como propósito “unificar as técnicas de abordagem policial, buscando um modelo único de abordagem para que todo policial militar possa fazer uma abordagem uniforme, a luz dos Direitos Humanos” (CEARÁ, 2010b, p. 5).

O mesmo módulo afirma que o policial militar, no exercício profissional, por meio do condicionamento psicológico, atuará **sem** demonstrar emoções ou concepções pessoais.

Não deverá haver preconceitos quanto à profissão, nível social, religião, raça, condição econômica ou posição política das partes envolvidas. À PM cabe observar a igualdade do cidadão quanto ao gozo de seus direitos e cumprimento de seus deveres perante a lei, agindo sempre com imparcialidade e impessoalidade (CEARÁ, 2010b, p. 16).

Essa passagem demonstra que o policial deve estar isento de preconceitos ou estereótipos pré-concebidos. Contudo, precisa estar atento especialmente aos seguintes eventos e **comportamentos** (atitudes) definidos como incomum:

- pessoa encostada em carro, altas horas da noite;
- pessoa retirando-se furtivamente por ruas mal iluminadas;
- estabelecimentos comerciais às escuras, quando normalmente permanecem iluminados, ou vice-versa;
- aglomeração em torno de pessoas caída em via pública;
- veículos estacionados de maneira irregular ou abandonados;
- elementos em terrenos baldios;
- elementos rondando escolas, parques infantis etc (CEARÁ, 2010, p. 20).

Mesmo tendo um recurso teórico metodológico na formação, que incita valores e práticas corretas que coadunam com a proteção e promoção dos direitos humanos, as falas dos policiais se mostraram contraditórias e preconceituosas, levando-nos a pensar na existência de um **currículo oculto**<sup>105</sup>.

---

<sup>105</sup> Faz-se necessário enfatizar que o processo educacional está associado à reprodução cultural (BOURDIEU; PASERON, 2000). As escolas e centros de formação, através do **currículo oculto**, influenciam o aprendizado de valores, atitudes e hábitos, exercendo um papel importantíssimo na reprodução da cultura. Muito do que se aprende nas instituições de ensino não tem nada a ver com o conteúdo formal das aulas. Na contramão da tentativa de repensar uma formação mais humanística, existe uma subcultura que, embora não formalizada, ainda parece permanecer durante a formação e se estende no exercício da atividade policial militar.

Pressupõe-se a existência de um currículo oculto, já que é difícil os policiais narrarem como são construídos os critérios de suspeição, se há um conjunto específico de formulações sobre tais critérios durante a formação policial.

É surpreendente, para não dizer espantoso, que a instituição não elabore de modo explícito o que seus próprios agentes definem como uma das principais ferramentas do trabalho policial (a suspeita); que não focalize detidamente esse conceito nos cursos de formação, nas documentações e nos processos de qualificação, nem o defina de modo claro e objetivo, deixando-o à mercê do senso comum, da “intuição”, da cultura informal e dos preconceitos correntes (RAMOS; MUSUMECI, 2005, p. 54).

[...] nem sequer existe um discurso minimamente articulado sobre critérios de construção da suspeita que explique com nitidez o que leva um policial a bordar e revistar alguém num ônibus ou na rua. Falas quase sempre evasivas, defensivas sugerem a prevalência de critérios individualizados, “subjetivos”, “intuitivos”, não regulados institucionalmente – vale dizer, a ausência de parâmetros, até mesmo conceituais, que norteiem as decisões num espaço tão aberto ao exercício da discricionariedade policial. Mais do que uma **orientação deliberadamente discriminatória**, o que se percebe, assim, é a delegação dessas decisões à cultura informal dos agentes, a renúncia a impor-lhes balizas institucionais e, em consequência, um bloqueio de qualquer discussão interna ou externa sobre estereótipos raciais e sociais intervenientes no exercício cotidiano da suspeição (Ibidem, p. 213, grifo nosso).

Muitos deles confundem **atitude suspeita** com **pessoa suspeita**. Assim sendo, abrem-se caminhos para a subjetividade estigmatizadora do policial para guiar suas ações. Ao perguntar o que o rondante entendia por atitude suspeita, ele disse que

atitude suspeita é toda atitude que... que venha oferecer risco. No caso os locais, onde pessoas que agem em atitude suspeita onde elas estão transitando no momento. A quantidade de pessoas, os locais, por exemplo, em frente ao comércio; passa uma, duas ou três vezes observando sem consumir, sem comprar nada.... É, no caso de pessoas que já tem um histórico de criminalidade que transita por um certo local, possa vir a cometer um certo ilícito aí, de imediato, a gente já faz a abordagem a fim de precaver, que o ilícito seja consumado. [...] No caso atitude, a pessoa suspeita ela tem atitude suspeita, né? É correlacionado, a atitude da pessoa, né? (POLICIAL GAMA).

É necessário discorrer sobre quem são as pessoas que estão sendo submetidas à busca pessoal. Essa, na linguagem cotidiana do universo policial, é a famosa “geral”, “dura”. De acordo com Sá e Santiago Neto (2011, p. 147), “baculejo” é uma revista decorrente de uma abordagem, por meio da qual o policial utiliza-se de ações “enérgicas”, como bater, para “amaciar o vagabundo”.

As abordagens policiais são, conforme Ramos e Musumeci (2004), situações privilegiadas para se estudar a discriminação (racial e social) e a elaboração da suspeição por parte desses agentes em suas práticas rotineiras de policiamento, pois são seletivas ou abertamente discriminatórias. Nelas há uma prática recorrente de **incriminação antecipada** baseada em critérios seletivos, que corrobora para a criminalização de pessoas pobres e negras nas ações policiais.

A “sujeição criminal”, sob a tradição inquisitorial, seria uma ação de julgar alguém antecipadamente, já que, “[...] antes de qualificar o criminoso e o crime, qualifica a pobreza e o crime nas evidências que suscitam a suspeita e fornecem a ordem das razões para a intervenção violenta e, muito frequentemente, letal” (TELLES, 2010, p. 227).

### 2.3.1 Quem é o “elemento suspeito” <sup>106</sup>?

“[...] é mole de ver que em qualquer dura o tempo passa mais lento pro negão/Quem segurava com força a chibata agora usa farda engatilha a macaca escolhe sempre o primeiro negro pra passar na revista [...] Todo camburão tem um pouco de navio negreiro.”

(MARCELO YUCA)

Como se distingue um “bandido” de um “cidadão de bem”, um trabalhador de um “vagabundo”? Quais as estratégias/critérios utilizados nas abordagens para identificar o “suspeito”? Estas foram as perguntas norteadoras para saber como o policial “rondante” realiza a abordagem policial no seu cotidiano.

Os “elementos suspeitos”, no dizer de Ramos e Musumeci (2005, p. 15), são “pessoas com maior probabilidade de serem abordadas e revistadas pela polícia.

De acordo com Trassi e Malvasi (2010), há uma forte tendência em associar juventude à violência. Essa associação está presente em sociedades ricas e pobres e atravessa as classes sociais. Ela é mais intensa quando se trata de

---

<sup>106</sup> Ramos e Musumeci (2004).

jovens pobres, principalmente se estes vierem vestidos de “bandidos”: calção e blusa das marcas Cyclone, Smolder, Greenish e Pena; sandálias Kenner, boné, dentre outras indumentárias e trejeitos<sup>107</sup>.

Por detrás do desempenho policial, está uma dimensão recalcada e enraizada, mesmo que seja no imaginário dos indivíduos. A seleção do suspeito é “orientada pelo preconceito contra o jovem, sobretudo do sexo masculino, pelo estigma aplicado aos pobres, e pelo racismo contra os negros” (RAMOS; MUSUMECI, 2005, p. 11).

Não é à toa que o sistema penitenciário seja composto, em sua grande maioria (não por coincidência), por pessoas de cor, idade, gênero e classe social semelhantes, mesmo não sendo a mesma proporção da prática de crime destas na sociedade.

Toda sociedade possui seus respectivos filtros sociais como forma de controle social. Na sociedade brasileira, rigidamente hierarquizada, em que as desigualdades prevalecem, há uma tendência para se dividir as pessoas em normais (“cidadãos de bem” ou “bens”) e não normais (“criminosos”, “bandidos”, “não cidadãos”).

Nessa configuração de disparidades e desigualdades, Fernandes Neto (2011, p. 49) diz que “o futuro policial é recrutado junto à comunidade e em grande escala está permeado pelos conceitos ali arraigados [...]”, acabando por reproduzir o pensamento que predomina na sociedade em geral e o que é característico da **cultura policial**, a qual se configura como essencialmente racista, sexista e discriminatória.

Existe uma tendência social em classificar previamente indivíduos pertencentes a determinados grupos sociais como potencialmente criminosos. Assim sendo, a criminalização “é uma construção social que está em constante criação e que provém não das regras de Direito Penal, mas das **meta-regras** que

---

<sup>107</sup>As características que identificam o “suspeito” é aquilo que os policiais cearenses chamam de “piranguero”. Na gíria popular, são jovens que têm uma vestimenta e trejeitos próprios, tais como: vestir calções surfistas de marcas específicas (Cyclone, Smolder), mostrando a cueca, usar boné em uma determinada posição, andar e falar de forma “estranha”, dentre outros elementos que os identifiquem, tal como são expostos nas falas destes militares. Ver Figura 7 na p. 124.

condicionam a atividade de definição das instâncias de controle” (ALMEIDA, 2011, p. 1, grifo nosso).

As meta-regras são aquelas ações que não estão além das regras formais (legais). Elas expressam todos os preconceitos, estigmas, valores e estereótipos que as instâncias de controle social utilizam na definição dos “delinquentes”, importando nos mecanismos de seleção e no recrutamento da população marginalizada.

São valores que povoam o imaginário social e se fazem representar nos vários discursos formadores da concepção de mundo em um certo contexto histórico-social. Esses valores situam-se em várias esferas, atuando de um modo tão implícito que, por vezes, chegam a parecer inerente à própria natureza humana (ALMEIDA, 2011, p. 7).

Os estigmas<sup>108</sup> atuam como um fator de discriminação e reaparecem como determinantes, ou, melhor dizendo, como regras de incriminação (“etiquetamento” ou “rotulação”) de um determinado indivíduo, influenciando o comportamento das pessoas nas suas relações sociais.

Uma vez que são criados rótulos ou estigmas em torno de certos indivíduos (negros, pobres, jovens, moradores de periferia), estabelece-se na sociedade uma forma de segregação, que muitas vezes dificilmente podem se reverter.

---

<sup>108</sup> É uma criação grega que se referia a algo que deveria ser evidenciado e evitado ou o mau sobre o status moral de quem os apresentava. Trata-se de um elemento que sempre esteve presente na história do homem, já que a sociedade, conforme Goffman (2008, p. 11), sempre estabeleceu os meios de “categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”. É um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo e foi constantemente dotado de caráter depreciativo, e, somente na Era Cristã, foi considerado, em alguns casos, como sinal corporal de graça divina. Uma pessoa estigmatizada é reduzida a uma pessoa estragada, diminuída e considerada quase não humana: “Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui-se uma discrepância específica entre identidade social virtual e identidade social real” (Ibidem, p. 11). Algumas “teorias” são construídas para explicar a suposta inferioridade dos estigmatizados e justificar preconceitos, discriminações e o distanciamento social da pessoa estigmatizada. Tais “teorias”, como foi esclarecido acima, podem ser entendidas como representações sociais (explicações socialmente elaboradas e partilhadas). O referido autor ainda nos traz que a área de manipulação do estigma é a vida pública, mas isto não significa que no polo da intimidade o menosprezo seja reduzido; e que este é classificável em três tipos: primeiramente, os defeitos físicos ou abominações do corpo; em segundo lugar, as culpas de caráter individual, como desonestidade, prisão, vícios, homossexualidade, desemprego etc.; em terceiro lugar, estigmas relacionados às raças, nações e religiões (Ibidem, p. 14).

Bom Jardim é um canto que [...] não sei o que acontece aqui, tem muito roubo. Muito Roubo. Acontece porque adolescente é muito imediatista, quer tudo na hora. Como é que pode uma pessoa querer andar de moto com dezesseis anos? Ninguém compra uma moto com dezesseis anos. Aí faz o que? “Vamos roubar uma moto”. Ainda tem uns “gaiatim” que compra uma moto roubada por quinhentos reais. E tome sumir moto. Não aparece mais não. Moto roubada aqui não aparece mais. Difícil. Aí não tem condições. Tem coisa que você não faz com dezesseis anos. Como é que você vai comprar um videogame morando na favela? Tem que roubar. Roubar muito (POLICIAL BETA).

Tem umas faixas etárias que são nossos clientes, vamos dizer assim, que são as pessoas que cometem mais crime, que são entre catorze e dezessete anos, e tem as crianças mesmo. Se for falar de juventude de 14 a 17 anos não tem uma relação de confiança (Idem).

**A maioria dos jovens hoje, a maioria!** Não são todos, **principalmente na área em que eu trabalho...** eles são é [...] **predispostos a entrar no mundo do crime** por que? Porque eles convivem numa sociedade em que pra onde eles olham ele ver um crime. Ele ver tráfico, ele ver homicídio, ele ver roubo, furto. Enfim, todo e qualquer tipo de crime na frente deles. Para piorar a situação, nem eles têm interesse, nem os pais dão a educação suficiente, que tem também que partir da Família, Igreja nem se fala! o jovem tá ali ao lado do traficante, ele morra ali vizinho ao traficante, ele ver aquele traficante ali ostentando aquele luxo, né? Um carro potente, com um som cheio de mulher... Aí ele acha que aquela vida é a vida pra que ele deve seguir (POLICIAL TETA).

A força dos estigmas é algo muito marcante e presente no processo de suspeição e de abordagens policiais. Segundo Costa Andrade e Figueiredo Dias (1997, p. 452), os estigmas sociais levam o policial a acreditar, por exemplo, que “um jovem branco num bairro de negros procura ‘naturalmente’ sexo ou drogas; e que, inversamente, um jovem negro num bairro residencial elegante se prepara ‘naturalmente’ para qualquer crime patrimonial”.

Roupa da Smolder, roupa da Cyclone, short Cyclone veludo, chinela, as vezes andando com bicicleta com um radinho dentro da cestinha...esses já são elementos que assaltam na nossa área. Quando eu vejo um elemento desse eu abordo. **E na maioria das vezes, moreno, negro.** É esse aí a... quando eu vejo ele eu já abordo. Que eu sei que esse aí são os elementos da nossa área. Que faz assaltos, mas não quer dizer que não tenha elemento bem arrumado fazendo assalto, mas na minha área como são muitos assaltos a estabelecimentos, assalto as pessoas, estabelecimentos comerciais. Uma avenida com muitos estabelecimentos e tem muito assalto lá e tem elementos que têm elementos que tem a característica de bandido, pronto. Esse aí eu abordo que eu já vejo que está, no estabelecimento comercial, num local onde tem muita boca de fumo e tá andando por ali. Aí eu vejo que esse cara deve ser abordado. Já eu estou no local e o nível do local já tem muito dinheiro e eu vejo aquela pessoa pela minha visão ela é cidadão de bem, possa até estar enganado (risos). Pela veste dele, né? Aí eu já não abordo. Eu não fiz nenhum policiamento em bairros nobres, mas já passei... por exemplo: que a gente tem que ir muito pela Newland, já passei lá pela Washington Soares, aqueles bairros na Aldeota, no Iguatemi. Não sei como é o nome dali. Tem várias casas... e eu vejo pessoas saindo

dos prédios, entrando. Para mim aquelas pessoas não são suspeitas. A não ser que venha um telefonema com características. Mas, na minha opinião aquelas pessoas que estão ali, que tem aqueles prédios, não são suspeitas, dependendo do jeito que elas estão vestidas. Já se fosse **um pirangueiro**, com aquela roupa, aquele bonezinho lá, andando pela Aldeota, eu vou abordar ele. Ele pode tá querendo abordar alguém. Pode até ser que eu tenha até um preconceito com o pessoal pobre. **Eu sou pobre também, mas eu possa eu tá com preconceito, com a vestimenta deles, mas 99% dos caras desse ele vai tá lá para roubar.** Eu posso até está errado, eu posso até causar até uma polêmica sobre isso. Mas eu estou dizendo a verdade. Eu podia está mentindo, mas eu estou sendo sincero. O local influencia muito. Eu dou muito apoio no Bom Jardim. Aqui é um bairro onde tem muito bandido, muito elemento, muito pivete (POLICIAL ALFA, grifos nossos).

O bandido só que andar de calça da Cyclone, não a bermuda é da Cyclone, calça da Maresia... essas coisas. O vagabundo parece que segue uma moda só. Essas coisas assim já são suspeitas (Idem).

Os policias rondantes, no Ceará, chamam os elementos suspeitos de “pirangueiro”, conforme foi descrito no depoimento acima.

Figura 7 – Anatomia do “Pirangueiro”

# PIRANGUEIRO

reconheça um.. e faça carreira!



O habitat natural desse ser é bem diversificado.. se estende desde praças públicas como o north shopping até bairros como Antonio Bezerra, Pirambu, Messejana, barra do ceará, Alto do bode, Vila Velha, Serrinha, Pici, Parangaba, Monte castelo, Conj. Ceará, Metrópole, Jurema, Araturi e Tabapuá e outros.

Quando perguntados como são construídos os critérios de suspeição e quem os repassava (se era durante a formação policial e/ou era alguma instrução dada pelo comandante nas operações policiais cotidianas), eles tentavam fugir do assunto ou diziam que eram baseados em estatísticas.

Que eu me lembre, você tinha AQUELAS pessoas, o jovem, a pessoa mais jovem. Até porque você vai tendo uma certa idade, ou você parte para um lado pesado do crime ou você não faz mais nada. Ou a pessoa se ressocializa ou fica de vez no crime, ou sai do crime de vez (POLICIAL BETA).

Duas pessoas passam observando, de moto e de bicicleta a gente.... como a estatística mostra que a maioria dos crimes cometidos são dessa modalidade, moto ou então de bicicleta e de dupla, a gente trabalha em cima da estatística. Abordando para ver se não encontra ninguém armado, se não está portando drogas. [...] No caso é isso é debatido em cima de dados estatísticos. A modalidade de crime que é mais cometido, no caso é de moto. Tem também a orientação na forma como se abordada, né? Toda a técnica... (POLICIAL GAMA).

É necessário destacar que existe uma construção social do crime e uma contaminação de dados estatísticos<sup>109</sup> sobre a criminalidade “real”, em que retrata somente o volume relativo da criminalidade no Estado. Para Misse (2011b, p. 78), as estatísticas criminais são, na verdade, constitutivamente ambivalentes.

A maioria dessas estatísticas advém de registros policiais de crimes, cujas práticas e percepções criminais moldam a elaboração desses registros. Nesse sentido, as distorções não são apenas quantitativas, mas qualitativas.

Caldeira (2000, p. 102) expõe que as estatísticas seriam, supostamente, um instrumento neutro para o conhecimento da realidade social. Ao invés disso, vêm produzindo visões específicas dos traços gerais da sociedade, sobretudo as estatísticas criminais que geram visões particulares de um determinado segmento social. “Elas constroem imagens de padrões do crime e comportamento criminoso. Hoje, é difícil sustentar a ideia de que seja uma representação do crime ‘real’ – se é que ainda se pode falar nesses termos”.

Contaminada é também a imprensa como fonte contraditória.

---

<sup>109</sup> Foucault (1986) em *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* nos lembra que as estatísticas são cuidadosamente produzidas e fazem parte do poder disciplinar do Estado moderno, utilizada como tecnologia de poder deste.

[...] os próprios cidadãos percebem que não vivem numa sociedade culturalmente igualitária, eles próprios reforçam, numa hierarquização prática de suas escolhas racionais de punibilidade, a punição prioritária aos crimes que afrontam diretamente seus corpos e sai segurança-de-rotina, mais que quaisquer outros. O fantasma de uma violência criminal urbana crescente constitui o núcleo dessa seletividade criminal e, ao mesmo tempo, reforça a funcionalidade social das redes informais, pessoais e hierárquicas de poder. A política segue (e manipula) essa seleção já dada, não a inventa (MISSE, 2011b, p. 56).

Em relação à **fundada suspeita**, esta é originária do tirocínio policial, ou seja, da experiência que o policial adquire nas ruas para identificar um suspeito ao primeiro olhar e os signos da suspeição. “Nesse processo de escolha, quando tem que se explicar, o policial diz que o tirocínio é que decide a quem abordar ou não, num procedimento padronizado” (RIBEIRO, 2009, p. 83).

“Concretizar a suspeita” é uma competência inscrita num campo em que estão presentes tanto componentes objetivos, advindos de uma ordem técnica racionalizada e transmitida por meios institucionalizados, como por componentes que escapam à objetivação. Estes remetem a um saber informal, adquirido no cotidiano e construído “na rua”. A materialidade do *tirocínio* é expressada quando o policial tem a habilidade de mapear lugares, horários, condições em que é possível realizar uma operação policial “bem-sucedida”, bem como quando é capaz de avaliar a existência de armas ou de objetos ilícitos a partir de uma leitura dos movimentos corporais dos transeuntes ou dos motoristas [...] o *tirocínio* reconhece sutilezas em gestos e olhares que não são perceptíveis às pessoas comuns. E, ao **ser orientado pelo tirocínio**, o momento anterior à abordagem, ou seja, o processo de concretização da suspeição, **é algo dificilmente passível de ser regulado** (SINHORETTO *et al.*, 2014, p.133-4, grifos nossos).

Pensamentos preconceituosos e associações mecanicistas e naturalizantes (pobreza; cor; criminalidade) geralmente são justificados pelo **tirocínio policial**, que colabora por reforçar estes estigmas. Isto pode ser notado nos dois depoimentos de policiais rondantes, a seguir.

Não é porque a gente escolhe abordar esse tipo de gente o negro e o pobre não é porque queremos isso é porque na maioria das vezes aquela denúncia daquele suspeito vem geralmente nessas características negros e pobres. Não que um cara bem vestido branco dos olhos verdes cabelos lisos, num carro importado não possa ser também um suspeito, um criminoso. Mas, a maioria das vezes, são pessoas que nós conseguimos encontrar algo ilícito com ele, uma droga, uma arma, pessoas com mandado em aberto. Fugitivo de presidio... é nessas características Não é porque a gente escolhe (POLICIAL ÔMEGA).

O estereótipo conta muito. A vestimenta, o local onde mora, **a cor da pele**, influencia muito. Não tem como negar não... **Uma pessoa bem vestida num bairro mais estável, de maior... com a população com uma maior condição financeira, dificilmente o sujeito é abordado.** É mais na

periferia.... Existe um estereótipo. O pessoal estereotipa mesmo (POLICIAL GAMA).

A manutenção da filtragem na abordagem é operacionalizada, conforme Sinhoretto *et al.* (2014, p. 136), por um saber-fazer policial, que não está pautado em critérios objetivos, mas que está permeado por um conjunto de valores e moralidades.

O chamado “conhecimento da rua” compõe uma parte relevante para a aquisição do “saber-fazer” que orienta o procedimento dos agentes de segurança. Embora o conhecimento adquirido no interior da Academia de Formação Policial seja importante no que concerne à constituição de um *ethos* constitutivo da identidade policial, a atividade prática nas ruas é apontada como o meio pelo qual o fazer policial é atualizado e reatualizado através de um conhecimento sobre a conduta e o modo de ser do “tipo suspeito” (SINHORETTO *et al.*, 2014, p. 137).

Nas entrevistas, ao perguntar aos seis policiais quem era o alvo principal de suspeita, muitos quiseram se esquivar. Contudo, como podemos ver acima, alguns responderam, com veemência, que eram os jovens, negros, moradores de periferia, com vestimentas características de “pirangueiro” <sup>110</sup>, os maiores suspeitos a serem abordados. Naqueles depoimentos, podemos destacar, com clareza, o processo de estereotipização de alguns segmentos sociais, bem como o esquadrinhamento da cidade.

O jovem 05, que é filho de um policial militar, soube relacionar automaticamente a suspeição policial à cultura desses profissionais e à cultura social, desnaturalizando o que está posto.

**A cultura e o regimento da polícia. A cultura da sociedade!** A sociedade idolatra pessoas brancas, loiras, olhos claros. E quem é o grande marginal? É o jovem negro da favela. Culturalmente porque desde da colonização as pessoas negras sempre foram tratadas como uma segunda forma de sociedade. Hoje os negros ficam na favela e os ricos ficam nas grandes casas nobres, que aqui em Fortaleza é na Aldeota, Beira Mar etc. Quando a gente ver essa juventude sendo a mira da polícia, não só na questão racial, mas na questão geográfica. Os pontos mais perigosos de uma cidade é onde não tem políticas sociais. Quando a política do Estado é sua negligência e as pessoas se revoltam, o Estado manda seu braço opressor, a gente percebe que é uma política racial, demográfica e quem é negro e mora em periferia já está destacado a está na mira da polícia. Então para polícia eles são os candidatos para estar na mira de suas armas. E a outra é o **estatuto da polícia**, este estatuto tem determinadas coisas, meu pai é policial, e no modo geral é o seguinte, eles recebem um treinamento para serem violento. Na cultura é o jovem negro, pobre e da periferia. Então,

---

<sup>110</sup> Ver Figura 7 na p. 124.

atira-se primeiro, pergunta-se depois. Esse é o treinamento e o regimento da polícia. Juntando com a cultura, lascou-se o jovem da periferia. Se nesse atirar morrer, não tem problema, se tiver que matar outra pessoa que se mate. O engraçado que essas pessoas que estão no pelotão especial, que entra na periferia para matar, na sua trajetória policial já sofrem problemas psicológicos, já tem homicídios em suas costas. E se não tem, quando entra nesses grupos especiais, eles saem com esses problemas. [...]

Enquanto as armas forem miradas para aqueles que estão à margem de uma sociedade perfeita, que é como muitos projetam. Tudo muito limpo, arrumado, cheirosinho, com cabelo estirado, loiro, bem branquinha parecendo uma barbyzinha, certo? Quando isso permanecer culturalmente, aqueles jovens de boné, calção taktel, aqueles cabelos totalmente estilosos, branco, azul, verde, amarelo, tudo isso será marginalizado e botado a margem de uma sociedade perfeita. Então quando você me pergunta se é certo ou errado suspeitar de negros e pobres, nem é certo nem é errado, é um resultado. É um resultado do que já existiu e ainda permanece na sociedade (grifos nossos).

O Policial Alfa revelou que a suspeição passa pela subjetividade do policial e que o que é repassado durante a formação policial pode não ser um fator tão determinante para isso.

A abordagem policial é muito importante. A abordagem tem que ser feita com cautela, consciência, não exagerando na abordagem. Se tiver alguma resistência revidar a altura. Rapa se a formação influencia, é 5% só. O que influencia mais na abordagem é o elemento. Se o elemento tem característica bandida ou se não tem característica de bandido, ou se for conhecido pela gente. Se for um que tem característica de bandido a gente aborda diferente, se for conhecido também abordamos diferente. Se for uma pessoa pelas características eu acho que é um cidadão de bem eu já abordo mais diferente, com cautela. Não vou tão para cima como deveria ser.. Isso é o que eu faço. Meu mesmo, minha opinião. Porque eu acho que deve ser assim. Por exemplo, eu posso até falar e acha que vai ser racismo social... Se eu ver um cara bem vestido, de óculos e com livros na mão, eu já não vou abordar. Mas já abordaria um pirangueiro, que usa boné eu já abordo diferente do que aquele cara que tá com um bocado de livro na mão eu acho que ele é um estudante... tá com um bocado de livro, usando óculos...bem arrumado, tá vindo da faculdade. Deram a característica suspeita dele. Daí eu vou lá abordo ele.... "Você está com característica suspeita". Mas não vai ser já com tanta agressividade. Agora se for um bandido que a gente já conhece, um cara que já acho que é bandido agora eu já vou sendo mais agressivo. Agressivo assim.... verbalmente. Não para meter a porrada não. [...] É a minha opinião. Não é transmitido dessa maneira não. Muita gente age dessa forma, com sua maneira. Tem alguma que vem lá do curso mais é muito pouca.

A criação de estereótipos na suspeição é uma ferramenta inevitável no trabalho da polícia. Ela não se desenvolve apenas das condições inerentes ao trabalho policial, mas é também deliberadamente encorajada pelo treinamento:

[...] embora a suspeição e a estereotipagem da polícia sejam inevitáveis, as categorias específicas que geralmente as transmitem refletem as estruturas

de poder da sociedade. Isto serve para reproduzir tais estruturas através de um padrão de discriminação implícita (REINER, 2004, p. 140).

Tais estereótipos criados pela polícia têm sido de muitas críticas. Essas críticas se tornam profecias que se auto-realizam, na medida em que pessoas com aquelas características são interrogadas ou presas de forma desproporcional, levando a um ciclo vicioso de amplificação de desvios comportamentais (Ibidem, p. 139).

Reiner (2004, p.139) define a suspeição como

[...] um produto da necessidade de manter certa atenção para a sinalização de problemas, de perigo potencial e de pistas de crimes. É uma resposta ao perigo, a elementos de autoridade e eficiência no ambiente, e também um efeito do sentido de missão. Os policiais precisam desenvolver mapas cognitivos detalhados do mundo social, de forma a poderem prever e lidar rapidamente com os comportamentos de um grande número de pessoas, em diferentes contextos, sem perder a autoridade em nenhum desses enfrentamentos.

O padrão cultural de suspeição policial são distinções formadas a partir de necessidades práticas inter-relacionadas e que se ligam ao uso da autoridade coercitiva pelos policiais militares.

A categoria suspeição comporta um risco de ocorrência criminal que abrange alguns fatores, tais como: lugares, situações e, principalmente, os indivíduos concretos ligados a este risco; ou seja, o risco maior de crime é atribuído a um estereótipo específico de suspeito (características físicas, comportamento, forma de andar, idade, vestimenta) e território definido. A fala de um policial esboça isso a seguir.

As características dos caras com que nos defrontamos... Normalmente, você já conhece o tipo do cara. A polícia identifica-os pelo que a gente fala aqui como o "kit peba". Ele está com certo tipo de traje que quase sempre é igual: uma camiseta, um tênis ou um chinelo, um bermudão baixo, com um escrito "Racionais" nas costas. **Então você vai generalizando aquele tipo ali. Mas não tem só esse tipo não, tem bandido diferente também. Mas a maioria vai nesse sentido aí, e a maioria é de menor: são caras novos, na faixa de quinze a vinte e uns anos de idade, não passa disso** (SUASSUNA, 2008, p. 75, grifos nossos).

Portanto, as abordagens policiais estão inscritas como um *habitus*, uma disposição prática da cultura policial, mas não é somente esta. Nesse sentido, há uma valorização, típica do *habitus* policial (de caráter conservador), aos indivíduos e situações "no lugar" em contraposição aos "fora do lugar".

Aqueles considerados suspeitos (ou "pebas", conforme a linguagem própria dos policiais militares) são, em geral, jovens, do sexo masculino e que

circulam em locais periféricos do ponto de vista urbanístico, especialmente à noite, vestindo traje típico dos jovens desses locais, vestimenta cunhada como “kit peba”. O estereótipo “peba” compõe-se, assim, de uma classificação que envolve características objetivas de indivíduos concretos. (SUASSUNA, 2008, p.76-7).

Eu vejo o elemento que tem suas características já. Eu conheço pela característica dele. Na nossa área tem uma característica do elemento infrator: ele usa boné, no topo da cabeça aqui, não entra todo o boné; tem uns riscos aqui na cabeça, uns caminhos de rato aqui, no cabelo que ele faz. Roupa da Smolder, roupa da Cyclone, short Cyclone veludo, chinela, às vezes andando com bicicleta com um radinho dentro da cestinha... Esses já são elementos que assaltam na nossa área. Quando eu vejo um elemento desse eu abordo. E na maioria das vezes, moreno, negro. É esse aí a... Quando eu vejo ele eu já abordo. Que eu sei que faz assaltos, mas não quer dizer que não tenha elemento bem arrumado fazendo assalto, mas na minha área como são muitos assaltos a estabelecimentos, assalto as pessoas, estabelecimentos comerciais (POLICIAL ALFA).

Entre as características objetivas expostas na citação acima, que definem os suspeitos, segundo as distinções policiais, além daquelas gerais e fixas, têm-se também os atributos ligados ao comportamento do indivíduo quando se defronta com o policial. A atitude do indivíduo conta muito.

As situações ou atitudes suspeitas, segundo estes policiais seriam:

A atitude suspeita é uma atitude que foge do normal, se eu estou passando na rua, o sol tá quente, você passa a mão no rosto e tira o suor. Não é possível você tá usando um blusão de inverno. Pode ter alguma coisa aí debaixo do blusão, né? Você tá andando de forma diferente, você a vista a viatura e faz uma atitude diferente, se vira, atrasa a passada, anda mais rápido, olha para o chão, abaixa a cabeça, fica disfarçando fazendo uma coisa que não estava fazendo, então para numa casa e fica chamando alguém... ou então simplesmente corre, que é uma atitude mais perceptível, né? (POLICIAL BETA).

[...] o lado emocional da pessoa, muito forte, muito nervosa e a questão disso, dela não aceitar aquela abordagem. Porque que ela não aceitaria já que ela não está devendo nada? Está com duas semanas que eu estava lá em Caucaia e a gente recebeu uma denúncia que dentro de uma topic, um cobrador de ônibus ligou para a gente dizendo que tinha um cara que tinha reconhecido ele, que ele tinha assaltado esse mesmo cobrador e essa mesma topic. E que ele estava dentro da topic. Mas não passaram características, cor de pele nem nada. Quando a gente parou a topic, a maioria eram homens. Só tinha duas mulheres. Daí a gente não sabia quem era o cara. Então como eu vi aquela... **Por coincidência era preto, um pouco mal vestido. E como eu vi ele muito nervoso, tremendo, eu fui primeiro nele.** Mão na cabeça, e tal, aquele negócio. Abordar. Aí ele se identificou logo. ‘Olha, estou armado’. Pronto. Ele era o cara. Justamente por essa atitude dele, já forte ali, meio nervoso, se tremendo todinho, então esse foi o ponto principal em que eu optei por começar por ele. E deu certo (POLICIAL ÔMEGA, grifos nossos).

No caso os locais, onde pessoas que agem em atitude suspeita onde elas estão transitando no momento. A quantidade de pessoas, os locais, por

exemplo, **em frente ao comércio, passa uma, duas ou três vezes observando sem consumir, sem comprar nada....** É, no caso de pessoas que já tem um histórico de criminalidade que transita por um certo local, possa vir a cometer um certo ilícito aí de imediato a gente já faz a abordagem a fim de precaver, né? Que o ilícito seja consumado (POLICIAL GAMA, grifos nossos).

A expressão mais evidente do estereótipo encontra-se na aplicação de julgamentos categóricos que, frequentemente, se fundamentam em suposições sobre a existência de traços físicos ou psicológicos equivalentes entre os membros de uma mesma categoria social, num processo denominado de estereotipização<sup>111</sup>.

No cotidiano da sociedade brasileira, por meio de processos sutis e complexos, podemos presenciar – nos diferentes espaços sociais, no plano simbólico e nas práticas ordinárias – processos de desigualdades, discriminação e preconceitos. Tais categorias estão intrinsecamente ligadas.

O preconceito é algo conservador, e por isso se torna um obstáculo ao verdadeiro conhecimento e à transformação. Está profundamente arraigado e cristalizado no senso comum social, influenciando as práticas sociais e políticas. Muitas vezes justifica o tratamento desigual e a discriminação de indivíduos.

Os preconceitos são realidades historicamente construídas e dinâmicas, são reinventados e reinstalados no imaginário social continuamente. Os preconceitos atuam como filtros de nossa percepção, fortemente impregnadas de emoções, colorindo nosso olhar, modulando o nosso ouvir, modelando o tocar, fazendo com que tenhamos uma percepção simplificada e enviesada da realidade (CANDAUI, 2003, p. 17).

Discriminação<sup>112</sup> refere-se a tratamento diferenciado, fazer distinção entre coisas e realidades. Segundo Castel (2008), ela pode ser tanto positiva (tratamento favorável a um determinado grupo social), quanto negativa (tratamento desfavorável dado, habitualmente, a certas categorias de pessoas ou grupos).

<sup>111</sup> De acordo com o psicólogo e professor universitário da Bahia, Marcos Emanuel Pereira, estereotipização é o processo de aplicar um julgamento estereotipado a um indivíduo, cujo produto desse ato processual são os estereótipos. Ver: PEREIRA, M. E. **Psicologia social dos estereótipos**. São Paulo, SP: EPU, 2002 (Mimeo).

<sup>112</sup> Faz-se necessário diferenciar, nesse espaço, termos que, muitas vezes, são confundidos, a saber: preconceito, discriminação e racismo. Madeira (2008, p. 100-1), estudiosa das relações étnico-raciais, os diferencia: “preconceito define-se como opinião formada antecipadamente, sem conhecimento dos fatos. É uma idéia preconcebida e desfavorável a um grupo racial, étnico, religioso, [...]. Implica aversão e ódio irracional contra outras raças consideradas inferiores [...]. Enquanto a discriminação é tratamento desfavorável dado à pessoa ou grupo com base em características raciais ou étnicas, ou papéis de gênero [...]. O Racismo é uma doutrina que afirma haver relação entre características raciais e culturais e que algumas raças são, por natureza, superiores às outras.”

## A discriminação negativa

[...] marca seu portador com um defeito quase indelével. Ser discriminado negativamente significa ser associado a um destino embasado numa característica que não se escolhe, mas que os outros no-la devolvem como uma espécie de estigma. **A discriminação negativa é instrumentalizada da alteridade, constituída em fator de exclusão** (CASTEL, 2008, p. 14, grifos nossos).

O conceito discriminação, apesar de literalmente significar “tratar alguém de uma forma diferente”, pode ser definido como uma prática social concreta ou comportamento manifesto, geralmente apresentado por uma pessoa preconceituosa, que se exprime através da adoção de padrões de preferência em relação aos membros do próprio grupo e/ou de rejeição em relação aos membros dos grupos externos (PEREIRA, 2002, p. 12).

A discriminação e o racismo podem ser identificados facilmente nas falas dos policiais entrevistados e nas abordagens seletivas destes, em que a cor/raça funciona como elemento estruturante das suspeições.

### 2.3.2 Crônica de uma culpa anunciada: raça/cor como elemento estruturante da suspeição

"Basta um negro ser detido por qualquer coisa insignificante, assim como não ter uma simples carteira de identidade, para ser logo tratado como se já fosse um criminoso. Dir-se-ia que a polícia considera o homem de cor um delinqüente nato, e está criando o delito de ser negro."

(ABDIAS NASCIMENTO)<sup>113</sup>

Esta frase escrita em 1949, por Abdias Nascimento, foi uma carta aberta direcionada ao chefe de Polícia Militar carioca com o intuito de enfatizar a recorrência à cor como indício de culpabilidade e destacar o componente do viés racial na ação policial.

O racismo, sedimentado na sociedade brasileira, torna suspeita todas as pessoas com fenótipo negro. Aqui, pessoas morrem por ter a cor “errada”, ou é

---

<sup>113</sup> Apud SILVA (1998).

discriminado por ser potencialmente criminoso. O delito é de ser negro aos olhos do preconceito.

No artigo de Oliveira, Lima e Santos (1998), intitulado *a cor do medo: o medo da cor*, fala-se sobre as vítimas preferenciais da ação policial. A cor/raça negra seria, então, uma categoria social de violência letal. Mesmo vivendo num país miscigenado, a facilidade de identificar os negros é tão simplificada que

[...] a cor/raça da vítima é uma das variáveis determinantes da violência policial, e o biótipo 'negro' é o alvo predileto, e ao que tudo indica, de fácil identificação pela polícia. [...] Fica evidente que os negros e seus descendentes no Brasil são três vezes mais assassinados pela polícia que os brancos, ou seja, se no plano biológico, o da mistura racial, não é fácil saber quem é negro no Brasil, no plano das relações raciais, ou sociológico, a identificação parece ser bem simples e, na maioria das vezes, fatal para os negros (Ibidem, p.50).

O “suspeito-vítima” (OLIVEIRA; LIMA; SANTOS, 1998, p. 50) é resultado da ambivalência produzida pela cor. A depender do contexto, a cor pode se configurar como pertencente a alguém que se deve temer (“medo da cor”) ou que se deve abordar. Negro seria, então, “a cor do medo”.

Como observa Guimarães (1995), naturalizar alguma forma de discriminação e preconceito é fazer apelo a uma ordem natural que a justifique. O processo de naturalização de fenômenos sociais parece ser um traço comum a todas as hierarquias sociais e justificador de desigualdades.

[...] "natural" significa uma ordem a-histórica ou trans-histórica, [...]. Essa ordem natural presumida pode, contudo, assentar em bases tão diversas quanto a teologia (origem divina), a ciência (endodeterminismo), ou a civilização (a necessidade histórica justificando a subordinação de uma sociedade por outra) (Ibidem, p. 31).

No entanto, não há nada espontaneamente natural acerca dos traços fenotípicos ou da cor. Tais traços só têm algum significado no interior de uma ideologia preexistente: “Raça não é um conceito naturalizado e determinado biologicamente. Ao contrário, é uma categoria histórica [...]. Isso implica dizer que raça é uma categoria construída relacionalmente no processo que envolve dominação e ideologização” (ALBERTO, 1998, p. 63).

Nós não nascemos brancos, negros, indígenas, pardos; nós nos tornamos ou somos tornados, já que, a cor/raça é uma realidade social construída. Somos

todos da RAÇA HUMANA. Cientificamente, a raça não existe, mas, socialmente, sim, e por isso ela não é neutra.

No Brasil, esse sistema de hierarquização social – que consiste em gradações de prestígio formadas por classe social (ocupação e renda), origem familiar, cor e educação formal – funda-se sobre as dicotomias que por três séculos sustentaram a ordem escravocrata: elite/povo e brancos/negros são dicotomias que se reforçam mutuamente simbólica e materialmente (GUIMARÃES, 1995, p. 31).

As discriminações contra negros são, muitas vezes, atribuídas às diferenças socioeconômicas e não raciais (OLIVEIRA; LIMA; SANTOS, 1998, p.39). Dessa forma, *mutatis mutandis*, tornou-se lugar comum pensar que o preconceito que a “massa dos negros-mestiços”<sup>114</sup> sofre é devido muito mais a classe do que a cor/raça.

Os espaços de poder e prestígios são racializados. Ser negro, “pardo” é um fator que corrobora para o alijamento competitivo. Os “pardos” (mestiços com negros) não possuem uma melhor situação política e socioeconômica do que os negros. A igualdade, por conseguinte, também é racializada.

Aqui, as linhas (raciais) divisórias são bem nítidas e rígidas. Os “brancos” estão no topo do poder e do prestígio, e os “pretos” e os “pardos” estão excluídos, ou seja, esses dois últimos grupos étnico-raciais não participam plenamente do consumo do produto gerado nesse plano, estão alijados das vantagens e dos benefícios do mesmo (OLIVEIRA; LIMA; SANTOS, 1998, p. 55).

A violência racial é operada por diversos instrumentos de repressão, desde o simbólico (ausência ou situações depreciativas dos(as) negros(as)) até os físicos, como as torturas e violências praticadas por policiais. Assim sendo, desrespeita as garantias dos direitos humanos.

Para Sinhoretto *et al.* (2014), a racialização das relações sociais no Brasil se expressa de maneira contundente no campo da segurança pública, já que é constatada a existência de uma **filtragem racial na abordagem policial**. Logo, a racialização enfatiza que isto está entranhado nas próprias estratégias do policiamento.

---

<sup>114</sup> Termo utilizado por Oliveira; Lima; Santos (1998) para se referir aos negros e pardos (mestiços com negros).

Formiga (2010, p. 89) explica que o medo generalizado da violência e a sensação de insegurança também utilizam o componente racial para materializar o medo: “o medo tem um rosto, uma cor e é negra”. Sendo assim, os negros são alvos do controle e da tentativa de gerar segurança por serem, historicamente, associados à criminalidade. A humilhação e a mutilação acabam por caracterizar as ações “preventivas” do sistema de segurança pública.

Para exemplificar sobre a existência de filtragem racial e a criminalização da cor, trazemos uma situação que ocorreu em maio de 2014, quando cartazes de uma campanha da Polícia Militar, da cidade paulista, Ribeirão Preto, foram fixados em ônibus trazendo dicas de segurança para a prevenção de roubos.

**Figura 8 – Cartaz racista da PM de São Paulo para a prevenção contra roubos**



Fonte: Folha de São Paulo, 30 mai. 2014.

A figura mostra uma mulher branca com um telefone celular na mão; o outro personagem, escondido atrás de um poste, observa a mulher com um rosto de maldade. O suposto criminoso é caracterizado com o fenótipo de uma pessoa negra, tendo branco somente os dentes e os olhos.

A PM alegou em nota que o “criminoso” é representado pela caracterização de uma ‘silhueta’, por estar na penumbra, observando a sua vítima à espreita atrás de um poste, usando, para tanto, da sombra existente no local”.

Este cartaz reforça a estereotipização de que todo negro é bandido, e demonstra ainda o racismo institucional daqueles que deveriam proteger a todos. Tudo isto são produto e produtores de relações sociais e de estruturas históricas.

A cor negra é lida como significando risco e delinquência, e por isso determinante como signo de suspeição (FORMIGA, 2010). A cor foi uma das características mais citadas pelos jovens entrevistados como preponderante na seleção que os policiais fazem quando realizam uma abordagem.

O italiano Lombroso (1835–1909)<sup>115</sup> e o médico maranhense, Nina Rodrigues (1862–1906), elaboraram as bases teóricas da propensão genética, da inclinação constitutiva dos negros para a conduta criminosa, justificando, por exemplo, de forma rasteira, a taxa de representação de negros no sistema prisional.

Nina Rodrigues defende a ideia de que deveriam existir códigos penais diferentes para as mais diversas raças, por acreditar que a cor negra é uma “raça degenerada” e que os brancos teriam uma superioridade natural sobre os demais. Os negros teriam mantido vivazes os instintos brutais dos africanos, sendo violentos nas suas impulsões sexuais dada a embriaguez.

As afirmações fundamentadas por eles constituíram uma verdadeira tecnologia de poder/saber<sup>116</sup> e “verdades” sobre os negros. Todos esses saberes (racismo científico) foram decisivos para cristalizar noções e pré-noções que permeiam o sistema jurídico brasileiro e fundamentam as práticas racializadas que perduram até hoje. A conexão entre crime e cor/raça é tão naturalizada que a sociedade fica sensibilizada quando um branco rico comete algum ato ilícito, fazendo “vista grossa”.

---

<sup>115</sup> Cientista que criou a antropologia criminal procurando demonstrar, a partir de características físicas dos indivíduos, sua capacidade moral e atitudes morais com inclinação à criminalidade.

<sup>116</sup> O aspecto fundamental no pensamento de Foucault foi responder sobre o surgimento do saber, como estes se transformam (genealogia) e sua relação com o poder. Este é produtor direto do saber, pois “não há constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 1986, p. 30). Esta relação poder-saber não pode ser analisada a partir de um sujeito do conhecimento, até porque, “não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento”.

A seleção social e racial nas abordagens policiais é fundamentada em teorias criminais que norteiam as suas ações. Os postulados são de matiz lombroso/rodrigueana que inspiram tratados de criminologia.

Dependendo de como se estabeleça a relação entre sujeição criminal e distância social, podem se evidenciar importantes ambivalências na avaliação local do transgressor, como, de outra parte, podem se alargar extensões sociais da sujeição criminal que compreendam famílias inteiras, ruas, favelas, bairros ou uma parte inteira da cidade, bem como todos os traços sociais distintivos de classe, de gênero, de idade e de raça. **Acrescenta-se a isso o estoque ancestral de imagens lombrosianas que a polícia acumulou ao largo dos anos: os sujeitos “manjados” (e sua generalização para outros tipos sociais), que a polícia pensa que conhece e que, portanto, pode incriminar por “antecipação”** (MISSE, 1999, p. 71, grifo nosso).

Silva (1998, p. 71) destaca as três máximas secular dos órgãos de segurança pública e da justiça criminal brasileira, a saber:

1) a existência de criminosos natos; 2) a premissa segundo a qual é possível identificar o criminoso pelas suas características fenotípicas e 3) a associação automática dos atributos fenotípicos dos negros de qualquer tonalidade cromática com “atributos típicos de criminoso” ou, em outros termos, a consideração da cor como anúncio de culpa.

Contudo, o controle e a opressão da mente e do corpo do povo negro, no Brasil, têm origem antes dos postulados de Nina Rodrigues. Desde o período colonial, o escravo não era considerado sujeito de direitos. Somente era visto como pessoa para efeito da persecução penal: “[...] o escravo era considerado responsável, humano, isso caso figurasse como réu. [...] Numa palavra: sendo réu era uma pessoa, sendo vítima, coisa” (SILVA, 1998, p. 73).

O Código Criminal do Império (1830)<sup>117</sup> e o Código Penal da República (11 out. 1890) traziam um conjunto de normas destinadas à contenção dos escravos. No primeiro, apenas e tão somente a pena capital era aplicada aos escravos. Porém, a partir do segundo, aquela pena foi abolida, mas instaurou-se o regime penitenciário de caráter correccional.

A cultura negra era punida, no entanto, na prática da capoeiragem. O aprisionamento, segundo Foucault (1986), seria uma nova forma de vigiar, controlar e disciplinar os corpos, no caso, os negros, em corpos dóceis e úteis.

<sup>117</sup> Código Criminal do Império do Brasil. Lei de 16 de dezembro de 1830, que manda executar o Código Criminal.

O padrão de criminalização é, dessa maneira, bastante visível. A polícia do final do século XIX tinha como alvo

**escravos**, estrangeiros e indigentes [...]. Os comportamentos considerados como violação da ordem pública incluíam formas corriqueiras de aglomeração pública entre os **pobres** urbanos [...]. Uma das práticas perseguidas pela polícia era a capoeira. Apesar de não constar nos códigos penais de 1830 e 1832 e de ter sido considerada ilegal apenas em 1980 (o Código Republicano), a capoeira serviu para justificar não apenas altos números de detenções, mas também castigos físicos sumários (CALDEIRA, 2000, p. 145).

O controle do pobre por este ser considerado como pertencente à classe perigosa, desde sempre foi a atribuição fundamental da força policial. “Assim sendo, os principais alvos da violência policial não são adversários políticos, mas sim os ‘suspeitos’ (supostos criminosos), em sua maioria pobres e desproporcionalmente negros” (CALDEIRA, 2000, p. 158).

A suspeita, como já foi esclarecida anteriormente, é parte intrínseca do trabalho da polícia. As definições de elementos suspeitos coincidem com estereótipos negativos relacionados à idade, classe social, cor, local de moradia, gênero e raça.

[...] ser jovem é um fator-chave na experiência de ser considerado suspeito pela polícia. Independentemente de serem mais novos (15 a 18 anos) ou mais velhos (19 a 27 anos); de morarem em bairros da periferia [...] ou em bairros da classe média [...]; de cursarem o ensino fundamental, o médio ou a universidade; em escolas públicas ou privadas; de serem brancos, negros ou pardos; de serem rapazes ou moças, [...] (RAMOS; MUSUMECI, 2005, p. 75).

Todos estes fatores contam na hora do jovem ser parado e sofrer distintas formas de violência por parte do agente de segurança pública.

[...] esses agentes trazem signos corporais que comunicam uma “suspeita” de sua sujeição – sinais de perigo social –, signos que contextualizam idade, gênero e cor com sinais de sua classe social (ou “subclasse”), educação, descontrole moral, uso de convenções sociais, além de símbolos negativamente interpretados, como certos tipos de tatuagens, de cicatrizes, cortes de cabelo, de gestos e modos de andar, de olhar, de conversar, de se vestir. Tipos sociais e incriminação individual se intercambiam ou se complementam em várias áreas, produzindo com o tempo tipos sociais de **sujeição criminal historicamente fixados** (MISSE, 1999, p. 48, grifos nossos).

Na pesquisa de Ramos e Musumeci (2005, p. 81-2)<sup>118</sup>, diversas vezes a cor foi identificada como a característica “irredutível” (“que não dá para tirar). “O tratamento verbal dispensado pela polícia aos jovens negros (“vai saindo, negão”; “encosta, negão”) foi visto como óbvio indicador da existência de racismo na prática policial”.

Dessa forma, a cor constitui-se como um dos elementos de deterioração da identidade do abordado, “reiterando a lógica da suspeição policial, transformando o estado de sua identidade: de cidadão a potencial suspeito” (SINHORETO *et al.*, 2014, p. 137).

A discriminação em relação à cor e à classe social é tão clara que existem objetivos e formas distintas de abordagem policial segundo a classe social do jovem.

[...] as abordagens predominantemente sofridas por jovens da classe média, [...] teriam como objetivo principal encontrar drogas e extorquir o dinheiro do usuário, e aquelas que ocorrem nas favelas, onde o abordado é suspeito de ser traficante e assaltante é percebido pelo policial como potencialmente perigoso, podendo chegar a ser vítima de “esculacho”, isto é, de violência física e humilhações (Ibidem, p. 85).

As estatísticas que inferem a existência da filtragem racial na seleção de “suspeitos” certamente são comprovadas no aumento das mortes de jovens negros por policiais, e na taxa de encarceramento segundo cada grupo de cor/raça.

A população carcerária é predominantemente jovem e negra. Eles são sempre presos em flagrante. Isso aponta, então, para uma vigilância maior sobre a população negra. Na mesma linha, a letalidade cometida pela polícia contra a população juvenil negra é maior dentro de cada grupo de cor/raça.

A filtragem racial é mais pronunciada no Rio de Janeiro, estado com a maior letalidade policial, onde a chance de uma pessoa negra ser morta pela polícia é quase quatro vezes maior do que a de uma pessoa branca. Em São Paulo, a chance de um negro ser assassinado pela polícia é quase três vezes maior do que a de um branco. Em Minas Gerais, estado com menor

---

<sup>118</sup> Ver a pesquisa intitulada *Abordagem Policial, Estereótipos Raciais e Percepções da Discriminação na Cidade do Rio de Janeiro*, realizada em 2004 por Ramos e Musumeci, com apoio da Fundação Ford. Esta trata sobre as experiências da população carioca com a polícia militar, e teve como intuito conhecer os critérios ou filtros utilizados pelos policiais durante as operações. As pesquisadoras constataram que a cor da pele, a geografia do lugar, a faixa etária e o sexo dos indivíduos são alguns dos elementos que podem contribuir na definição do “elemento suspeito”.

letalidade policial, a desproporção é quase o dobro (SINHORETTO *et al.*, 2014, p. 132).<sup>119</sup>

Ainda que a prática da filtragem racial seja negada entre os policiais interlocutores, muitos dos elementos que compõem a chamada fundada suspeita remetem a um grupo social específico.

Eu que estou dizendo, que a maioria que eu abordo são morenos ou negros, mas eu não estou dizendo que eu vou abordar esse porque eu sou negro também, porque estaria com preconceito comigo mesmo. Mas na maioria da abordagem, isso é fato! Na maioria das abordagens são negros... Mas se for um cara branco, com as mesmas características, com as mesmas roupas eu abordo do mesmo jeito. [...] Não, não é porque as pessoas abordam mais os negros é porque tem mais negro fazendo isso. [...] Eu acho que a população pobre tem mais é negro ou morenos. É por causa disso... a maioria. Não é porque eles queiram, só porque ele é negro ele não vai fazer isso não, mas é porque são muitos, a população mais pobre. Você sabe, né? Que a população mais pobre, né? São mais negros e morenos, né? Pardos (POLICIAL ALFA).

Portanto, a população negra é a mais vigiada e abordada pelo sistema policial do que a população branca, já que a “justificativa simplista de que a maioria dos que cometem delitos é preta ou parda consolida o componente ideológico do ‘crime na cor’” (BARROS, 2008, p. 150).

A cor vigiada remete às seleções feitas no âmbito das relações a partir do significado atribuído a cor/raça negra enquanto signo, num jogo eterno de caracterizações nas quais condições estruturais colaboram para a configuração das mesmas. O resultado disso é, em muitas situações e contextos, negros sendo vistos enquanto suspeitos, uma vez que historicamente, estruturalmente e nas práticas cotidianas a cor/raça é um dos elementos estruturantes da suspeita. Os negros, portanto, participam nas relações de poder colonializadas brasileiras como sujeitos ameaçadores, desordeiros, e contaminantes, devendo ser controlados e vigiados enquanto tal. Os discursos expressos em enunciados e práticas sociais fazem parte dos mecanismos de controle de poder. Uma das formas atuais de controle é a partir da noção de risco e de prevenção como forma de aplacá-lo. O discurso preventivo, portanto, é aqui considerado como mecanismo de controle e como tal reatualiza, sob nova forma e com base em categorias estruturais da colonialidade, as relações de poder hegemônicas (FORMIGA, 2010,103).

---

<sup>119</sup> Embora não exista em Fortaleza um estudo específico sobre as chances de um jovem negro ser morto **pela polícia**, como em outros estados brasileiros, a estatística da letalidade juvenil negra mostra-se uniforme em todo o país.

Nesse sentido, Ribeiro (2009, p. 83-4) destaca que a escolha passa a ser seletiva e não aleatória e,

[...] depende de critérios prévios de suspeição: aparência física, atitude, local, horário, circunstâncias, mas existe um reforço de modelo discriminatório de abordagem policial, evidenciado pela maior incidência de buscas pessoais em determinados grupos sociais, notadamente jovens, pobres e afro-descendentes, delineando, assim, o jogo de expectativas, imagens e estereótipos que cercam os contatos entre cidadão e polícia na abordagem policial.

Ramos e Musumeci (2005, p. 17) também reconhecem que nada disso é aleatório e “depende em larga escala de critérios prévios de suspeição, sejam eles aparência física, atitude, local, horário, circunstâncias, ou algumas combinações desses e de outros fatores”.

Num diálogo com os policiais, tendo em vista identificar os critérios de suspeição e o perfil do suspeito, revelou-se uma prática de filtragem racial, mesmo que não seja tão explicitada. Em algumas falas predomina um preconceito de classe em detrimento do preconceito racial.

Eu acho que a população pobre tem mais é negro ou morenos. É por causa disso... a maioria. Não é porque eles queiram, só porque ele é negro ele não vai fazer isso não, mas é porque são muitos, a população mais pobre. Você sabe, né? **Que a população mais pobre, né? São mais negros e morenos, né?** Pardos (POLICIAL ALFA, grifos nossos).

Se, por um lado, os policiais negam ações discriminatórias a partir de categorias raciais, principalmente no que tange à abordagem; por outro, eles admitem haver um público preferencial das ações policiais. O fator pobreza e viver em territórios estigmatizados estão muito presentes no discurso sobre a suspeita.

A despeito da “cor da pele” ser explicitamente negada como critério para abordagem, são mencionados o território de residência, a vestimenta (“roupas estampadas” e de determinadas marcas), “estereótipos” explicitamente ensinados a policiais nos processos formais de treinamento (“cabelo descolorido”) e identificação de outras características que vinculam sinais culturais ao estilo de vida do jovem negro “periférico” (ou, ao menos, ao seu “estereótipo”) (SINHORETTO *et al.*, 2014, p.137).

A não explicitação do fator cor dá à ação policial uma aparência técnica e neutra e faz com que as instituições fiquem isentas de responsabilidades quanto à acusação de empreender filtragem racial na identificação do suspeito (BARROS, 2008, p. 137).

A experiência de ser selecionado para uma abordagem, em virtude da cor da pele, foi vivenciada, inclusive, por um dos policiais negros, mesmo não se reconhecendo assim. Porém, ele admite existir a preferência na abordagem a negros e declara que há policiais negros que também discriminam, mas ele diz não ser preconceituoso e que suas ações não são discriminatórias. Diz ainda que, em relação às brincadeiras sobre a sua cor na corporação, também não as considera como **racismo institucional**.

Na corporação... é, tem as brincadeiras, né? Mas é brincadeira, a gente leva na esportiva, não é nada com bullying, né? [...] Brincadeira mesmo... é tipo uma brincadeira que você faz com o gordo, né? Do mesmo jeito. Mas eu não acho... E também, na escola também, eu era... quando eu era adolescente, criança, eu achava ruim, as vezes eu achava ruim. Aí depois que a pessoa vai crescendo, mesmo assim... que faz essas brincadeiras num fundo não tem nada de racista não, é só brincadeira mesmo (POLICIAL ALFA).

Foi feita a seguinte pergunta ao policial rondante sobre sua cor: “Você se considera indígena, amarelo, pardo, amarelo, mulato, branco ou outros?” Ele protelou muito até dar a sua resposta.

Negro. Não, não deixa eu ver... (pensativo) depende do... porque tem... se for de mãe branca e de pai negro, é mulato é? Negro é o que? Mulato, mestiço?  
Porque tem algumas pessoas que falam de acordo com os pais, porque a minha mãe é branca e o meu pai é negro. Só se for por isso, né? Eu me considero negro, mas se for esse lado aí (POLICIAL ALFA).

Esse depoimento demonstra a dificuldade do policial negro se reconhecer como tal, apesar das formas de preconceitos veladas ou explícitas que ele vivenciou durante alguns momentos de sua vida.

Escamotear a discriminação e preconceito raciais como resultantes do racismo é algo frequente. As interações raciais são vistas como democráticas, diante do alto grau de miscigenação e isso é amplamente assimilado tanto pelo senso comum quanto no meio acadêmico. Estão tão presentes em nossa cultura e na vida da caserna que Caldeira (2000, p. 88) destaca: “a arte de discriminar e ao mesmo tempo negar que se faz isso só pode ser cheia de ambiguidades. Mas é uma arte em que os brasileiros são mestres”.

Na lógica uniformizadora da cultura militar, a “PM não tem cor, tem farda” (RAMOS; MUSUMECI, 2005, p. 83).

[...] a “cegueira” para a temática racial também bloqueia o debate sobre discriminações de que são vítimas policiais negros dentro e fora da corporação – como se o azul do uniforme e a hierarquia militar de fato apagassem os outros critérios de classificação e hierarquização presentes na sociedade. Problematizar a raça e o racismo, suspender esse “tabu da cor” e outros interditos corporativos permitiria, pelo contrário, abrir alguns caminhos para a democratização da PM e construir pontes de diálogo e solidariedade com a população (Ibidem, p. 216).

A não explicitação do fator cor dá à ação policial uma aparência técnica e neutra e faz com que as instituições fiquem isentas de responsabilidades quanto à acusação de empreender filtragem racial na identificação do suspeito (BARROS, 2008, p. 137).

A resistência da corporação em reconhecer o racismo institucional é grande. Sinhoretto *et al.* (2004, p. 157) destacam traços importantes sobre isto.

[...] a desigualdade produzida pela ação policial não é monitorada em dados, não se constitui em indicadores de avaliação das políticas de segurança e, portanto, não existe para os gestores. Também não existe como indicador de avaliação individual nas carreiras, não existe como falta disciplinar, portanto, não existe para os corregedores. [...] **O racismo na segurança pública não é apenas o reflexo de um racismo difuso da sociedade brasileira, de uma herança histórica supostamente em vias de desaparecimento. A desigualdade racial é, na atualidade, um dos principais produtos do modelo de segurança pública que ainda predomina nos maiores corpos policiais do país.** E matou em operações policiais centenas de pessoas negras antes que elas tivessem completado 25 anos [...] (grifos nossos).

O racismo institucional, na segurança pública, é expresso, de forma visível, no extermínio sistemático dos jovens negros de territórios estigmatizados sob a autoria dos policiais militares. E, “quanto maior o número de mortes produzidas pela atividade policial, mais evidente a filtragem racial de negros se torna, especialmente entre os jovens” (Ibidem, p. 153).

Longe de ser uma manifestação individual e pontual, aquele racismo está enraizado nas próprias organizações e no funcionamento de todo o sistema de justiça criminal brasileiro, “que identifica a população negra como alvo de necessário controle produzido mediante violência, perpetuando e atualizando práticas forjadas na colonização e na escravização de negros” (Idem).

Um caso emblemático, que ecoou na mídia e em meios jurídicos e governamentais, foi a morte de Flávio Santana, que, após uma abordagem truculenta, em fevereiro de 2004, foi acusado de roubar um carro. A vítima morreu, então, com dois tiros, e a alegação policial foi a de que agiram em legítima defesa, já que o suposto acusado tentou investir belicamente contra os agentes. Porém, Flávio era negro, mas tinha uma formação de elite, pois era dentista e filho de policial militar reformado. A sua morte teve grande repercussão interna e externa na corporação da Polícia Militar paulista por uma série de irregularidades.

[...] o caso reúne também elementos para refletir sobre outras tensões e contradições que circundam os debates sobre relações raciais e racismo institucional. Flávio era negro, mas não era pobre – categoria em que se enquadrariam as vítimas típicas destes abusos, segundo discursos de policiais –, possuía um carro próprio, portador de uma formação tida como de elite; era filho de policial e foi vítima de uma sequência de ilegalidades por parte dos colegas de seu pai: coação de vítimas, abusos de autoridade, forjamento de provas (SINHORETTO *et al.*, 2014, p.141).

Ribeiro (2009, p. 24) afirma que essa ocorrência foi o estopim de uma situação que é secular. “O grito contra a discriminação racial praticada pela polícia foi geral. Uniram-se todas as entidades paulistanas da comunidade negra para exigir um basta no racismo calado praticado pela sociedade contra o negro”.

Isso teve repercussão também na Academia de Polícia. Em 2005, foi implementada a disciplina “Ações Afirmativas e Igualdade Racial”, nos currículos de formação (de soldados, sargentos e oficiais), e aperfeiçoamento (de sargentos, capitães e tenentes-coronéis) da instituição militar paulista, sob a coordenação de professores ligados à comunidade negra. Inclusive Ribeiro foi elogiado, pela referida instituição, por ter colaborado para a implantação dessa disciplina.

As disciplinas de Direitos Humanos, Cidadania e Ética<sup>120</sup>, trabalhadas na formação policial em diversas regiões do país, como destacam Sinhoretto *et al.*

---

<sup>120</sup> Os mecanismos legais que direcionam a nova formação dos agentes de segurança pública em conteúdos mais humanísticos (ensino voltado para as disciplinas de direitos humanos, ética e cidadania), além da defesa de um sistema de segurança cidadã são: Plano Nacional de Segurança Pública (2000); Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão (2000); Projeto Segurança Pública para o Brasil (2003); Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública (2003); Matriz Curricular em Movimento, Diretrizes Pedagógicas e Malha Curricular (2006); Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos (2004); Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI – (2007); Sistema Único de Segurança Pública – SUSP – (2007) e o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH – (1996, 2002 e 2009).

(2014, p. 148), são usualmente marcadas apenas pela discussão jurídica, pela história da evolução das normas e por abrangências temáticas. Dessa forma, são raras as discussões de questões mais substantivas, bem como o aprofundamento destas.

Santiago (2013, p. 114) informa que, na formação dos policiais rondantes, a carga horária das disciplinas de cunho técnico-operativo foi maior do que as de cunho ético-humanístico. As apostilas dos Cursos de Formação de Soldados de Fileiras (CFSdF), ao longo dos anos 2007, 2008/2009 e 2010, foram sendo mais elaboradas. As do primeiro ano (com o “aligeiramento”<sup>121</sup> da formação) continham conteúdos humanísticos superficiais, e não se aprofundavam em leis essenciais de proteção a todos os segmentos populacionais.

Tanto a ementa do CFSdF quanto às apostilas não seguiram a linha pedagógica estabelecida pelas Bases Curriculares para a Formação de Profissionais da Área de Segurança do Cidadão (2000), a qual prevê a implantação da proposta de um novo currículo, a revisão da estrutura de ensino policial, relacionados à mediação de conflitos, às atitudes policiais, à valorização do aprendiz como sujeito crítico e do processo de aprendizagem, promovendo a participação dos discentes na construção do conhecimento. Deste modo, a formação ficou muito prejudicada devido o ensino ter sido fragmentado e sem muita interdisciplinaridade, além da carga horária ter sido reduzida. Percebeu-se que o conteúdo trazido nas apostilas de formação não condiz com os mecanismos normativos estabelecidos a nível federal.

Nos CFSdF da PMCE de 2008/2009 e 2010, a disciplina de Ordem Unida (40h/a) possuía uma carga horária maior do que a de Sociedade, Ética e Cidadania (20h/a). Os policiais rondantes entrevistados defenderam a extinção ou diminuição dos créditos daquela disciplina voltada ao *ethos* militar.

[...] essa coisa de Ordem Unida, tá ultrapassado isso aí. A gente não usa isso aí. E Ordem Unida seria mais para bater continência... aprender a marchar, a prestar continência [...] a gente não usa muito isso não quando a gente sai. Quem usa isso aí é o Exército. [...] É, isso deveria diminuir porque a polícia hoje, apesar de ser militar, não usa tanto isso. Então deveria diminuir essa carga de Ordem Unida (POLICIAL ALFA).

Todavia, em relação aos avanços observados, percebe-se que o ensino das polícias militares, via de regra, “ainda prioriza o adestramento e o

---

<sup>121</sup> Para atender as exigências políticas de implantação do Ronda e a pressão da população, o governador do Ceará necessitou dá início à formação e à contratação de um novo efetivo de policiais em um curto período, pois a data de implantação do Programa Ronda do Quartelão estava atrasada, por isso foi preciso reduzir a carga horária do Curso de Formação de Soldados de Fileiras – CFSdF de seis meses para três meses; de 1.078 horas/aula para 715 h/a.

condicionamento voltados para a constituição de uma força combatente, do *ethos* militar; sendo que a reflexão e crítica em sala de aula são constantemente constrangidas pelos princípios que os regulamentos militares impõem” (RIBEIRO, 2009, p. 149). Além disso, as repercussões do viés mais humanista e crítico no trabalho policial cotidiano, após o período formativo, ainda é tímido.

O Policial Alfa, que não reconhece a existência do racismo institucional e o seu preconceito em relação ao negro e ao pobre, quando indagado se seria importante a inserção da disciplina de *Ações Afirmativas e Relações Étnico-Raciais* na formação, ele demonstrou, em sua fala, que o preconceito e a discriminação são cristalizados na sociedade. No entanto, foi relutante em reconhecer que perpassam também nas suas instituições, no caso, na Instituição Policial.

Acharia muito importante também para acabar com o preconceito [...].  
Acharia muito importante também. [...] diminuir o preconceito de mundo mesmo. Acabar não, que não acaba não. Diminuir, né? De mundo mesmo, não na corporação, de mundo, geral.

### 3 JUVENTUDES, VIOLÊNCIA E TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS

#### 3.1 A DESCONSTRUÇÃO DO BINÔMIO JUVENTUDE–VIOLÊNCIA

Conforme enfatizado antes, a juventude está historicamente relacionada a problemas e transgressões. Contudo, não são quaisquer jovens enquadrados nessa concepção.

Dentre a pluralidade<sup>122</sup> de juventudes, trabalha-se, no estudo em tela, com um recorte sociocultural de classe, de etnia e de territorialidade; com aquela que constitui a “clientela” maior do controle penal e do olhar perscrutador da polícia e da sociedade, aqueles que denomino aqui de “jovens PPP’s” (**p**retos ou **p**ardos, **p**obres e moradores de periferia).

Segundo o Projeto Casadinho/PROCAD (2011, p. 53), a categoria juventude é uma **representação social**<sup>123</sup>. E, por isso, de acordo com Muchembled (2012) e Levi e Schmitt (1996, p. 08), é um “objeto de uma atenção ambígua”.

Desta forma, há inúmeros problemas, dificuldades e intenções na construção dos modelos conceituais sobre a(s) juventude(s): a profunda ambivalência da juventude e dos jovens [...] levou a tentativas de identificar os jovens, institucionalizá-los, atribuindo-lhes definições rigorosamente delimitadas pela idade e pelo direito (LEVI; SCHMITT, p. 13).

Nesta visão ambígua, faz-se importante percebê-la como uma categoria social com características específicas. A intenção aqui não é percorrer todos os ciclos da vida de um indivíduo, desde o nascimento, passando pela infância<sup>124</sup> e

---

<sup>122</sup> Groppo (2000, p. 15) alerta-nos que há uma **pluralidade de juventudes** oriunda de “cada recorte sócio-cultural – classe social, estrato, etnia, religião, mundo urbano ou mundo rural, gênero, etc. – da qual saltam subcategorias de indivíduos jovens, com características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios”.

<sup>123</sup> Guareschi (2002, p. 250) é um autor de destaque no estudo das Representações Sociais (RS). A RS é delimitada dialeticamente por estas duas dimensões: uma individual, que se expressa “[...] na medida em que ela necessita ancorar-se em sujeitos para que possa ser entendida como existente: mas ela é, igualmente, social [...]. Ela está na cabeça das pessoas, mas não é a representação de uma única pessoa; para ser social, ela necessita ‘perpassar’ pela sociedade, existir em certo nível de generalização”.

<sup>124</sup> Ariès é um importante estudioso da história da infância. *Na história Social da Criança e da Família* (1981), ele demonstra que o surgimento de um discurso sobre aquela fase de vida está vinculado à emergência da percepção da especificidade do infantil na modernidade. Nas sociedades dos séculos

adolescência, a juventude, até à vida adulta. O que é importante, neste trabalho, é pôr em evidência **as especificidades de ser jovem** encobertas por uma categoria ampla como é juventude<sup>125</sup>.

No que diz respeito aos aspectos conceituais relativos à juventude, foi somente a partir do século XX que este termo passou a ser amplamente utilizado (GONÇALVES *et al.*, 2008; RAITZ; PETTERS, 2008; CIDADE, 2012). Pois a juventude ainda se apresenta como uma questão posta pela modernidade, um fato contemporâneo, que se coloca como uma permanente “questão pública” (FROTA; MELO; COSTA, 2011, p.05).

A juventude se caracteriza como uma categoria que nasce com a modernidade. Apresenta-se como uma construção social que povoa o imaginário da sociedade moderna, com estereótipos pré-estabelecidos, imagens formadas e atitudes que são incorporadas a discursos que ecoam em todas as gerações, tribos, comunidades [...]. (Ibidem, p. 2).

A modernidade seria também um processo histórico-social de construção das juventudes como hoje a conhecemos. Muchembled (2012) a ver como uma “fábrica” ocidental que remodelou os comportamentos individuais, e, em particular, entre os jovens.

A concepção da juventude no século XIX até o início do século XX foi “engendrada pelas práticas e discursos das instituições oficiais, estatais, liberais, burguesas, capitalistas, etc., noção legitimada pelas ciências modernas<sup>126</sup>” (GROPPO, 2000, p. 18).

Dessa maneira, há muitas divisões e subdivisões do curso da vida social, a saber: nascimento-ingresso na sociedade, fase de transição e maturidade foram criadas, suprimidas ou recriadas de acordo com as mudanças e mentalidades sociais e culturais.

---

XVI e XVII ainda não existia uma demarcação nítida entre infância, adolescência e juventude. A adolescência não era algo conhecido, tal como temos hoje.

<sup>125</sup> A temática da(s) juventude(s) vem se consolidando com área específica do conhecimento na chamada Sociologia da Juventude. Este tema é, portanto, “[...] bastante antigo na antropologia e nas ciências sociais em geral [...] e o tratamento que vem recebendo reflete o próprio desenvolvimento das diferentes escolas e correntes dentro das ciências sociais” (CARDOSO; SAMPAIO, 1995, p. 12).

<sup>126</sup> As ciências, que se fizeram bastante presente, nos séculos XIX e XX, na busca pela definição e delimitação das fases da vida anteriores à vida adulta, foram a medicina e a psicologia. Outros saberes empíricos e ciências fizeram-se presentes na elaboração do moderno conflito entre o papel social oficialmente posta à juventude e os comportamentos juvenis desviantes. Tais como: a criminologia, a pedagogia, a psicanálise e linhas teóricas da sociologia.

A categoria juventude se concretiza em fenômenos sociais, pois

as RS são, pois, realidades “sociais” e culturais, e não apenas meras produções simbólicas de indivíduos isolados. [...] Elas não poderiam existir sem serem coletivamente percebidas e sentidas. Elas expressam e estruturam tanto a identidade, como as condições sociais dos autores que as reproduzem e as transformam (GUARESCHI, 2002 p. 251).

As representações sociais possuem determinada concretude, mas não podem ser delimitadas, medidas, desenhadas. Elas aparecem sem ser vistas; influenciam, sem que as identifiquemos claramente. O “senso comum” apoia-se em representações sociais reconstruídas pelo pensamento acadêmico, retrabalhadas e difundidas pelos meios de comunicação, e pelos agentes e instituições de segurança pública.

Os autores a seguir compartilham da concepção de juventude como sendo resultante histórica, social e cultural. Souza (2005, p. 94) defende que a emergência quase abrupta da “juventude”, como uma fase da vida, tem, na sua origem, a eclosão das contradições entre indivíduo e sociedade.

Müller (2005) reafirma tal assertiva e defende que cada cultura ver as fases da vida (infância, adolescência, juventude, vida adulta e velhice) de forma diferente. Além do dado biológico (mudança do corpo com o passar do tempo), existem dados construídos socialmente que funcionam como critério de localização dos sujeitos na hierarquia social. Na verdade, muitas vezes, são classificações arbitrárias e artificiais, simplesmente acopladas ao indivíduo.

Nessa variedade de classificações ao longo da história, a categoria juventude constitui-se como um tema de difícil compreensão, pois sempre foi marcada por uma ideia de transitoriedade, relacionando-se ao período histórico e político vigente. Monteiro (2010, p. 4) destaca a flexibilidade que permeia tal categoria e a defende, como os anteriores, como um “conceito socialmente construído e dotado de flexibilidade cultural e histórica”.

Por ter sido uma noção legitimada pelas ciências modernas, Müller (2005) acredita que o conceito juventude é abordado sob uma categoria essencialmente sociológica, o qual indica o processo de preparação para o indivíduo assumir o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional.

Groppo (2000, p. 9) expõe que as definições sociológicas de juventude transitam por dois critérios inconciliáveis: o **critério etário** e o **sociocultural**. O primeiro cai no que ele denomina de “mito da juventude”, ou seja, baseado em conceitos aculturais biopsicológicos, e denomina a juventude como uma classe social definida, coesa. O segundo desliza no extremo relativismo, não conseguindo definir o “objeto” social que se propôs a estudar.

Nesse sentido, existem divergências na identificação de juventude também quando relacionada à faixa etária. A Organização Pan-americana da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS)<sup>127</sup> diferencia a adolescência e a juventude pelas suas especificidades fisiológicas, psicológicas e sociológicas. A adolescência constituiria um processo fundamentalmente biológico durante o qual se acelera o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade, abrangendo as idades de 10-19 anos.

A faixa etária compreendida entre 15 e 24 anos é utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e estabelecida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Contudo, a definição de juventude utilizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Organização das Nações Unidas (ONU) é a faixa etária de 15 a 29 anos<sup>128</sup>. O Estatuto da Juventude (Lei nº 12852 de 5 de agosto de 2013) também considera este intervalo de faixa etária.

Groppo (2000, p. 8) compreende, entretanto, a juventude como algo além do critério etário, e a concebe como uma categorial social, ou seja, uma representação sociocultural “fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuído”.

As faixas etárias não seriam, então, algo tão natural como se apresentam, porém, são um constructo social. Dessa forma, devemos desmistificá-la como um dado natural e evolutivo.

---

<sup>127</sup>OPS/OMS. La salud del adolescente y el joven en las Américas. Washington. D.C.,1985.

<sup>128</sup> A faixa etária aqui trabalhada está de acordo com a definição delimitada e estabelecida pela Política Nacional da Juventude (2005) e do Estatuto da Juventude (2013).

A categorização dos indivíduos em grupos etários e fases de vida estão intrinsicamente ligadas ao status e ao poder. Sendo assim, Bourdieu (1983), a partir de suas contribuições sobre juventude e *habitus*, afirma que a posição subordinada da juventude em relação aos mais velhos acaba por impor limites e produzir uma ordem em que cada um deve se manter em seu lugar, atribuindo-se, assim, uma série de comportamentos e posicionamentos adequados e/ou esperados. Dessa maneira, o autor defende que as divisões entre as idades são arbitrárias e complexificam as relações entre idades social e biológica.

Nesse sentido, a questão da idade aparece socialmente manipulada e manipulável, pois a juventude é apresentada como uma categoria social potencialmente delinquente, por sua própria condição etária. Segundo Müller (2005, p. 77), em geral, define-se juventude por meio da exclusão de elementos que constituem a vida adulta (racionalidade, responsabilidade e maturidade).

Se, por um lado, esteticamente o indivíduo ocidental precisa ser jovem – corpo em forma, vivacidade, saúde, enfim, elementos que distanciem da imagem da morte – por outro lado, a juventude também está ligada a uma série de valores tidos como negativos: irresponsabilidade, instabilidade, volubilidade (Ibidem, p. 72).

A perspectiva idealizada dessa passagem para a idade adulta, sem dificuldades e de desorganização temporária, está distante do que realmente existe. Pois essa passagem é utilizada para que o indivíduo se ajuste ao grupo em que pertence de forma coesa e sem maiores conflitos. Porém, a condição da adolescência “perfeita” (ou quase) evoluiria para o seu oposto, ou seja, “a identidade plena, a segurança e a autodefinição – a maturidade” (GROPPO, 2000, p. 63).

A partir das contradições e conflitos das juventudes reais em relação à identidade adulta ideal, é que, historicamente, os jovens são vistos como potenciais ou verdadeiros problemas que devem ser controlados e institucionalizados, estabelecendo a culpa no indivíduo juvenil da “anormalidade” e no seu “desajustamento”.

Entretanto, conforme enfatiza Müller (2005, p. 82), “[...] não podemos esquecer que os recortes que, enquanto seres sociais e culturais, criamos sobre nosso curso de vida são arbitrários”, e que ninguém é completamente vítima nem

completamente bandido no tecido social. E conforme Goffman (2008), na encenação da vida social, é preciso

entender que a juventude é uma representação do meio em que vive ou mesmo a expressão do grupo a que pertence. **Uma pré-concepção construída socialmente** através de símbolos e ritos que lhe cedem um espaço único na sociedade. **É uma compreensão se faz necessária, também, para desmistificar ou desvencilhar o jovem de sua usual identificação como transgressor.** Enquadrá-lo dessa forma é contribuir para a compreensão transicional, **dando vasão à moratória social** que permite uma visão deturpada da sociedade e livre de responsabilidades sociais em relação aos jovens, pois estão em um período de preparação para a vida adulta, e os direitos e deveres ainda não se fazem cumprir por não se adequarem a essa geração (FROTA, MELO, COSTA, 2011, p. 7– 8, grifos nossos).

A atribuição da perversão ou periculosidade real ou possível da juventude e/ou fontes poderosas de energias, a tornou cerceada em vários níveis: policial, político e moral. Assim, ser jovem significa ser colocado num progressivo processo de vitimização,

[...] no qual está presente desde o agravamento de questões como a violência, o abandono e a negligência até uma conseqüente diminuição de sua autonomia, participação e cidadania, justificadas sobre a argumentação de sua suposta incapacidade de responder às expectativas sobre eles investidas (CIDADE; XIMENES, 2011, p. 11).

Os jovens frequentemente são vistos como uma subcultura ou contracultura, ou, ainda, como um problema social a ser enfrentado pela sociedade adulta. Eles são associados à criminalidade e à violência, e neles são ressaltados aspectos de transgressão e patologia.

De acordo com Abramo (1997, p. 29),

a tematização da juventude pela ótica do “**problema social**” é histórica e já foi assinalada por muitos autores: a juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social – por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social –, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõem ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameaça romper com a transmissão da herança cultural (grifo nosso).

Frota, Melo e Costa (2011, p. 5) coadunam com Abramo (1997) quando expõem que a juventude, na contemporaneidade,

[...] é sinônimo de questão social, isso por (...) motivos bem claros no imaginário social. (...) pelo fato da associação **problemas** e juventude, há uma ligação, quase que natural, entre o fator ser jovem e fator desordem social. A delinquência, as revoltas, os atos rebeldes sempre estão associados à categoria juventude, que se apresenta como mais um dilema da sociedade, passível de doutrinação para obedecer às ordens e costumes “naturais” a todos (grifo dos autores).

Os meios midiáticos<sup>129</sup> têm contribuído, repetidas vezes, para a construção de uma “opinião pública” desfavorável ao segmento juvenil, como problema para si mesmo e para a sociedade.

Soares (2004, p. 141), contudo, nos faz notar que “curioso e paradoxal é que, no Brasil, para os jovens pobres, não há adolescência, [...] salta-se da infância ao mundo do trabalho (ou do desemprego)”.

É importante destacar que há oposições entre as juventudes de diferentes classes sociais. Os jovens da classe dominante possuem oportunidades e privilégios para ter acesso ao ensino de qualidade, e para adentrar, mais facilmente, no mundo formal do trabalho e no “direito” a ter infância e adolescência. Já os jovens pobres se veem privados da escola, do emprego, bem como são limitados aos meios para sua participação efetiva no mercado de consumo, no lazer e na limitação de vivenciar sua própria juventude.

### **3.1.1 Jovens PPP's: “Somos todos bandidos até que se prove o contrário?”**

As diferenças de concepções e tratamentos dispensados às juventudes de classes sociais, cor/raça e local de moradia distinto, podem ser traduzidas em dados concretos. Os jovens PPP's são segregados social e espacialmente.

O Relatório de Desenvolvimento Juvenil<sup>130</sup> de 2007, a partir de dados da PNAD/IBGE<sup>131</sup>, mostra que a taxa de analfabetismo na faixa etária entre 15 a 24

<sup>129</sup> A mídia sensacionalista, sobretudo os programas policiais, trata a violência como solução para o problema da violência urbana. Muitos dos jargões dos apresentadores resumem claramente a defesa pela radicalização da repressão (pena de morte, castração química), resumindo a culpa do crescimento deste fenômeno à “complacência com os autores de crimes ou atos infracionais” (CEDECA, 2011, p. 69). A solução seria o endurecimento da lei e a “tolerância zero”.

<sup>130</sup> Este traz elementos referentes ao indicador sintético Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ), o qual é baseado nos critérios utilizados pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e expressa, em dados, as condições e as dificuldades dos jovens no Brasil (na faixa etária de 15 a 24 anos) de ter acesso a direitos

anos decresceu (em 1993, era 8,2%; em 2006, passou a ser 2,4%), contudo, a disparidade entre regiões e as unidades federativas é grande; e quanto mais próximo ao limite etário, quase que triplica este número (de 2,9% passa para 6,1%). Ou seja, mais da metade destes jovens não cursava a série correspondente à idade, e a qualidade de ensino a qual estavam inseridos era inferior. No Nordeste, continuava a apresentar as mais altas taxas – mais do que dobro da média nacional (acima de 2/3).

Segundo análise do analfabetismo referente à situação por sexo e cor/raça, ainda em 2006 no Brasil, embora reduzido, o analfabetismo entre os jovens negros (3,3%) é duas vezes e meia maior do que o existente entre os jovens brancos (1,4%). A diferença do tempo de estudo entre a cor branca era 16,7% menor em relação à cor negra (WAISELFISZ, 2007). Fortaleza tem o segundo pior desempenho no índice de educação entre os municípios cearenses e é a sétima capital com a maior proporção de analfabetos (IPECE, 2012).

A diferença econômica, segundo WAISELFISZ (2007, p. 147), reforça ainda mais a discriminação racial. Entre os jovens brancos e negros das camadas ricas, as diferenças de escolaridades são reduzidas. Neste sentido, o fator educacional acaba por interferir sobre as oportunidades no mercado de trabalho, tanto na empregabilidade quanto nas condições salariais. As limitadas condições de inserção e progressão educacional de amplos setores da juventude vêm marcando de forma indelével o seu destino social.

Badaró (2013, p.175) afirma que

[...] fatores ligados a preconceitos étnico-raciais, de gênero e de classe, ou mesmo relacionados à escola onde estudaram ou local onde moram também dificultam a entrada do jovem pobre no mercado, realidade já tão agravada pela globalização e pela precarização das relações de trabalho.

---

considerados básicos. As dimensões selecionadas para compor o IDJ foram: educação (indicado pela taxa de analfabetismo), saúde (indicada pela taxa de mortalidade por causas violentas e pela taxa de mortalidade por causas internas), renda e ocupação (indicadas pela renda familiar per capita dos jovens nas unidades federadas). Tal relatório é o terceiro da série, a saber: 2003, 2005 e 2007. Waiselfisz (2007, p. 14) expõe que a composição do IDJ, mesmo seguindo um modelo de formulação semelhante ao do IDH, foi adaptada para expressar questões específicas referentes à juventude, bem como à configuração de tais questões na realidade brasileira.

<sup>131</sup> A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) é uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A taxa de desemprego para este segmento etário é maior do que entre os adultos e, segundo o Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – *Tendências Mundiais do Emprego Juvenil 2013: Uma Geração em Perigo* – está subindo drasticamente. Calcula-se que, em 2013, 73,4 milhões de pessoas, com idades entre 15 e 24 anos, estavam sem trabalho no mundo (3,5 milhões a mais do que em 2007).

Para Madeira (2013)<sup>132</sup>, o racismo tem estruturado violências que restringem oportunidades de desenvolvimento de negros (as).

No Brasil com a abolição da escravidão a população negra não conseguiu uma inserção qualificada no mercado de trabalho, por inúmeros motivos, dentre eles a presença do estigma de seres inferiores, perigosos ou criminosos, sujeitos destituídos de ética e moralidade no trabalho, trabalhadores braçais desqualificados e ignorantes, o que acabou por bloquear oportunidades de crescimento profissional; bem como não logrou êxito em elevar o nível de escolaridade em igualdade com as populações não negra. Esses dois aspectos foram fundantes para a reprodução histórica das desigualdades raciais, retraduzidas em baixo nível de escolaridade, baixo status socioeconômico, racismo institucional, perda de expectativa de vida e outras violências (S.P.).

Groppo (2000, p.116) destaca que, sendo a juventude representação e/ou situações sociais, esta é vivida diversamente na realidade cotidiana, combinando diferenças culturais, territoriais, étnicas, de gênero e de classe social.

**A juventude – e, antes, a infância – foi vivida primeiro pelas classes burguesas e aristocratas, para depois tornar-se um direito das classes trabalhadoras. [...] À juventude ideal e primitivamente construída – urbana, ocidental, branca e masculina – outras juventudes vieram (ou tentaram) juntar-se – rurais, não-ocidentais, negras, amarelas e mestiças, femininas, etc. São outras juventudes que construíram para si representações e relações sociais concretas distintas, em diversos graus, do padrão considerado ideal ou típico da juventude em sua época (grifos nossos).**

O ideal de juventude, criado historicamente pela sociedade moderna, encontrou dificuldades para sua aplicação à realidade sociocultural múltipla, complexa e contraditória. Neste sentido, Cidade e Ximenes (2011, p. 11) colocam que a existência de uma multiplicidade de aspectos necessários para a compreensão da juventude, a partir de um conjunto de dimensões sociais e

<sup>132</sup> Depoimento publicado em sua página pessoal do Facebook no dia 20 de novembro de 2013 como reflexão do Dia Nacional da Consciência Negra, intitulada: *Dia da Consciência Negra: reflexões sobre vulnerabilidades e resistências da população negra*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/zelma.madeira>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

econômicas, “[...] permitem focalizar as situações de segregação, exclusão e vulnerabilidade a que nossos jovens se encontram” (WASELFISZ, 2004, p. 28).

A juventude, em condições de pobreza, tem seus caminhos previamente anunciados no mundo da criminalidade. O senso comum conservador a aprisiona no emaranhado do fatalismo.

Costumeiramente associados à vitimização pelo envolvimento com drogas, práticas ilícitas e atos violentos, experienciam no cotidiano inúmeros desafios como a necessidade de superação das adversidades e privações cotidianas e a busca pelo alcance dos ideais a eles destinados de obtenção de realizações pessoais e profissionais (CIDADE, 2012, p. 11).

Diante disso, é construída uma rede de relações intrínsecas aos jovens pobres quando estes são sempre associados à criminalidade, ao aumento da violência e aos tráficos de drogas e armas.

A vulnerabilidade social decorrente da pobreza é vista como condição de desenvolvimento da juventude e utilizada como legitimação da visão dos sujeitos nessas condições como potencialmente incapazes de transpor as barreiras econômicas, sociais e políticas as quais são submetidos (Ibidem, p. 65).

O ser jovem na periferia, como é exposto na fala de um jovem, a seguir, é ter um destino já traçado socialmente:

Você é um alvo para tudo! **Você é um alvo para se tornar um viciado** nas drogas, se torna alvo de exigência da sociedade, alvo de negligência do Estado. Isso é muito difícil. A regra geral é: que o círculo vicioso perdure, continue. Você teve determinadas negligências, e mediante essas negligências **você não teve oportunidade de sair desse círculo vicioso**. Necessitando pelo menos terminar o Ensino Médio para você ir para o mercado de trabalho, para você não entrar em gangue ou para não se envolver com drogas. Isso é a regra geral, mas tem as ramificações. Se na periferia você não conseguir virar esse cidadão que é exigido pela sociedade, você acaba caindo na marginalidade. [...] **Não só a marginalidade do tráfico, mas você acaba sendo o ruim da sociedade, acaba sendo usuário de drogas, que muitas vezes acabam indo para o sistema carcerário. Que acaba sendo uma morte social, pois é muito difícil encontrar alguém que queira contratar um ex-presidiário** (JOVEM 05, grifos nossos).

A rotulação de criminosos homogeneiza visões e tratamentos, além de efetuar um isolamento compulsório. Os que “caem” nessa vida de bandido, “essa vida fácil, porém mais trágica e curta que a do trabalhador” (ZALUAR, 1994), têm um destino traçado: cadeia, caixão ou quebrar o “círculo vicioso diabólico” que a própria sociedade violentamente hierarquizada o aprisiona.

A barreira mais mencionada é a do preconceito e da imagem negativa dos moradores de locais que são considerados como antros de marginais e de bandidos. Aqui opera a identificação trabalhador-bandido inversa, pois vem de fora: "você pobres são todos perigosos". Um espelho negativo nesta fase da vida em que as identidades estão mal definidas e que, se eficaz, torna-se um fator a mais na inclinação do jovem pelo crime. Um **círculo vicioso que atua como obstáculo efetivo à obtenção de emprego e como mecanismo psicológico na construção da identidade do jovem** (Ibidem, p. 154, grifo nosso).

Muitos dizem que é “sina” ou “é da pessoa” (teoria fatalista); outros dizem que é a pobreza, ou que é a revolta. Todas essas visões são, conforme Zaluar (1994), “teorias sociológicas” do senso comum para a explicação da criminalidade. Todas têm em comum a culpabilização do indivíduo e não tentam entender o contexto de vida dos jovens. Afinal, “ninguém é bandido porque quer”.

[...] solucionar esses casos de violência que existem, que não é só de violência, que se a gente for analisar um jovem que ele é vítima da violência, ou ele está à mercê dessas mazelas sociais existentes, a gente... **se a gente for apurar mesmo tem toda uma questão, né, por trás, né?! Por que esse jovem, ele tá roubando, né? Por que que esse jovem ele tá na droga?** Tem uma série de coisas atrás, sabe, que era interessante, a própria polícia e os órgãos verificarem isso. Que não é: “Ah, o jovem é traficante, merecia morrer!”, “Ah, merece tá preso!”. Não é isso, é vê o porquê que esse jovem ele tá ali, né, porque que ele tá nessa situação atual? O que fez esse jovem? Será que falta políticas públicas pra esse jovem? Tanto de educação quanto de saúde... será que ele teve um acesso? Onde é que esse jovem morava? Esse jovem tinha moradia? Ele tinha um convívio familiar, né? É todo essa questão... e é isso... (JOVEM 01, grifo nosso).

Coimbra (2001), em seu livro intitulado *Operação Rio*, trata sobre as chamadas “classes perigosas” e as áreas que estas residem, os “territórios de pobreza”. Tanto esta classe como seus locais de moradia representam ameaças para as classes dominantes, e, por isso, são alvos de medidas de controle ou de eliminação. Sob o mito da periculosidade, são desqualificados, desrespeitados, enclausurados, exterminados, violentados; enfim, considerados como não humanos.

O olhar pejorativo da sociedade e das instituições de controle social tende a enquadrar alguns membros populacionais mediante um discurso culpabilizante que funciona, na realidade, “como sistema de designação de um bode expiatório” (MUCHEMBLED, 2012, p. 274).

Conforme Zaluar (2004, p. 8), são facilmente culpados pelo sofrimento e o mal que acometem as coletividades e os indivíduos nesse imenso país,

aumentando, assim, o preconceito e a discriminação contra os pobres, que são constantemente rotulados de criminosos antes de sê-los.

A autora demonstra que é baixo o percentual de pobres entre aqueles que optam pela carreira criminosa, e que a pobreza não é a única explicação para o aumento da criminalidade violenta. Os jovens pobres, na verdade, seriam as principais vítimas dos crimes violentos (Ibidem, p. 34). Ela defende ainda que há uma integração perversa entre pobreza e tráfico de drogas. Os pobres, vítimas vulneráveis e protagonistas do estigma de eternos suspeitos, têm suas vidas ceifadas precocemente, e são alvejados e exterminados na “guerra contra as drogas”<sup>133</sup>, ou seja, os *homo sacer* (vidas matáveis) da contemporaneidade. (AGAMBEN, 2010).

Desse modo, Zaluar (2007, p. 534) apresenta alguns argumentos para sustentar a ideia de “integração perversa” da pobreza ao sistema econômico.

**Não que a pobreza explique o ato desviante, mas ela pode, em conjugação com as falhas do Estado na criação de possibilidades de ascensão social ou de aquisição de respeito, às quais deve se adicionar a nova cultura hedonista que faz parte da cultura jovem, facilitar a adesão às práticas de uso de drogas ilícitas, tidas como sub-culturas marginais** (grifos nossos).

Sem perder de vista que a categoria pobreza é altamente diferenciada, esta impõe uma série de dificuldades no cotidiano e propicia a marginalização do jovem.

Jovens de famílias com renda abaixo do nível da pobreza tornam-se vulneráveis por conta de uma combinação do abismo entre adultos e jovens, do sistema escolar ineficaz, da falta de treinamento profissional, com os postos de trabalho insuficientes, acrescidos das miragens das identidades globais e do mercado onde se compete sempre para separar “vencedores” e “perdedores” (ZALUAR, 2007, p. 536).

Uma vez dentro de grupos criminosos, jovens, destituídos ou não, ficam à mercê das rigorosas regras que proíbem a traição e a evasão de quaisquer recursos, por mínimos que sejam. **Entre esses jovens, no entanto, são os mais destituídos que portam o estigma de eternos suspeitos, portanto incrimináveis, quando são usuários de drogas, aos olhos discriminatórios das agências de controle institucional** (grifos nossos).

Quando envolvidos em algum ato ilícito, como o uso abusivo de drogas, a tendência é demonizá-los, facilitando o isolamento social deles. O Estado e os

---

<sup>133</sup> Conforme a política de controle penal detalhado no Capítulo 1.

setores conservadores da sociedade acabam tratando-os com maior repressão e, muitas vezes, deixando-os nas mãos de policiais corruptos ou de traficantes. Estes usuários,

por causa da cadeia de vinganças que são prisioneiros, especialmente cruel entre os traficantes de drogas. Por causa da falta de recursos políticos e econômicos que lhes garantiriam acesso à segurança, à Justiça e ao atendimento médico enquanto usuários abusivos de drogas. Hoje, é fato aceito que necessidade de pagar ao traficante leva o usuário a roubar, assaltar e algumas vezes escalar o seu envolvimento no crime, especialmente quando ele não tem uma família de classe média que pague sua estada em centros de recuperação de drogados ou um bom advogado para livrá-lo de um curso de violência e crime numa das penitenciárias do país. **A ilusão do “dinheiro fácil” revela sua outra face: o jovem que se encaminha para a carreira criminosa enriquece não si próprio, mas a outros personagens que quase sempre permanecem impunes e ricos:** receptores de produtos roubados, traficantes do atacado, contrabandistas de armas, **policiais corruptos** e, por fim, advogados criminais sem escrúpulos. Estes dois últimos são os que terminam com os poucos bens móveis e imóveis que os jovens traficantes e assaltantes conseguem comprar. **Combater o mal do tráfico de drogas não pode ser reduzido a trancafiar as suas modestas engrenagens** (ZALUAR, 2004, p. 34, grifos nossos).

A forma negativa que a tematização daquela juventude tem sido divulgada na sociedade ocidental contemporânea corrobora para sua estigmatização e revolta, pois são alvos frequentes de acusações, “baculejos”, denúncias e discriminação pela faixa etária, pela cor/raça e pelo local onde habitam.

Outro vértice da questão da violência, segundo depoimento de um jovem, é sentir na pele, literalmente, a construção social e perversa entre cor, local de moradia e criminalidade: “Aí eu senti isso, até quando a gente vê, a gente sente na pele, né, que é uma coisa totalmente diferente... ‘Olhaí, branco dos olhos verdes, branco dos olhos azuis...’, ‘É branquinho, ah não vou, não vou nem revistar” (JOVEM 01).

Um professor da Escola Eudes Veras, que fica localizada no GBJ, denuncia a dura realidade vivida pelos jovens pobres nos territórios estigmatizados. Esses são constantemente considerados os “bodes expiatórios” do crescimento vertiginoso da violência ao mesmo tempo em que são os mesmos que têm seus direitos básicos negados pelo “Estado Democrático de Direito”.

[...] os programas policiais, e a bancada da bala, na Assembleia Legislativa faz isso de culpabilizar o indivíduo por esse aumento da violência. Ele é bandido porque quer.

**Eu moro na comunidade pobre também e eu não sou bandido, então, ele é bandido porque quer, e nós não vemos assim.** O que nós temos feito na escola, na última semana, dentro da oficina de cartazes, esses cartazes para vir para cá, nas discussões em sala, percebemos que não é assim. **De uma forma ou de outra, ou por ação, ou por uma omissão, o responsável pela violência é o Estado, que é violento.** Por quê? Ele é violento em dois sentidos: No primeiro momento, quando ele omite a essas populações que moram no entorno de Fortaleza, como coloca o mapa.

Você percebe que é quase um castelo, a região vermelha onde tem o IDH alto, cercada de bolinhas amarelas. Então, a essas comunidades que moram no entorno, a essas comunidades, é omitido o direito de tudo, tudo. Não estamos falando aqui do direito a educação, a saúde, estamos falando de tudo. Na comunidade em que nós moramos e trabalhamos, nós não temos saneamento básico. Nós só temos uma Escola de Ensino Médio que é a nossa.

Nós não temos Posto de Saúde, porque ninguém sabe se é de Maracanaú ou Fortaleza. Você tem que chegar ao posto, apresentando o comprovante, de residência, se você for de uma área ou de outra, não é o bandido que faz a divisão, é o próprio Estado. Porque se você for de uma determinada área, você não pode ir naquele Posto de Saúde. O Posto de Saúde não atende.

Nós temos uma linha de ônibus que faz a linha do bairro com o Centro, e ela não funciona aos domingos, então, as pessoas ficam encasteladas em suas casas nos domingos. Nós não temos áreas de lazer. Não temos espaços de convívio público popular. Não há atividade esportiva, não há atividades culturais, a não ser as que são levadas a frente, por livre e iniciativa da própria juventude, da escola e das organizações que existem no bairro.

**Então, eu fico me perguntando: Será que a culpa de quem se envolve com o crime é da pessoa ou será que louco é quem não se envolve com o crime?** Eu acho que louco é quem não se envolve com o crime numa realidade como essa. Isso eu falei aos meus alunos. **Culpabilizar o indivíduo pela violência dentro dessa realidade, é um crime, principalmente que ele é muito valorizado pelo pessoal que mora nas áreas em vermelho, nas áreas de IDH alto** (Audiência Pública – *Juventudes, Justiça e Cultura de Paz: violações de direitos e alta letalidade juvenil no Grande Bom Jardim*, nov. 2013, grifos nossos).

Estes jovens, em condições de pobreza e opressão, são afetados, antes mesmo de seu nascimento, e submetidos, desde o útero materno, à criminalização, às diversas privações<sup>134</sup> e à invisibilidade.

---

<sup>134</sup> No grupo dos JAP tem uma jovem grávida que deixou de ser vacinada porque não tinha seringa no posto, e de realizar regularmente o pré-natal devido à falta de vagas. A partir de inúmeros casos parecidos com esse e da não conclusão de reformas de vários postos, os moradores e conselheiros dos Postos de Saúde do Grande Bom Jardim fizeram uma denúncia coletiva, em março, para tratar sobre as deficiências materiais, estruturais e de recursos humanos nestes equipamentos. Numa reportagem do Jornal O Povo Online, de 13 de março de 2015, trouxe que “os 20 postos de saúde da Regional V, área de Fortaleza com cerca de 570 mil habitantes, mas estão com apenas 27% do total de medicamentos que deveriam oferecer. O percentual corresponde a 47 dos 168 itens que as unidades precisariam disponibilizar aos pacientes. A previsão é de que, em abril, estejam disponíveis 71 itens e, até outubro, a situação se normalize. A justificativa para o problema está na falta de repasse de recursos. Por mês, o orçamento para compra de remédios para os postos da Capital é de R\$ 1,1 milhão.” In: Falta de remédios em postos da SER V só deve se normalizar em outubro. 13 mar.

Figura 9 - “Somos condenados desde o ventre materno”



Fonte: Negro Belchior/Carta Capital

Neste sentido, Soares (2004, p. 137), ao problematizar o processo de invisibilização daqueles, lança um questionamento: “o que significa para um adolescente<sup>135</sup> esse desaparecimento, esse não reconhecimento, essa recusa de acolhimento por parte de quem olha e não vê?” Para embasar a sua resposta, esse autor trata sobre a identidade, expondo que esta só existe no espelho e este significa o olhar e o reconhecimento dos outros.

### 3.1.2 “Violentamente pacíficos”<sup>136</sup>

Os “jovens de periferia” “se assemelham’ ao estereótipo do ‘criminoso’, sofrem o preconceito e as diversas expressões da violência – a repressão, o

2015. **Jornal O Povo Online.** Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/03/13/noticiasjornalcotidiano,3406446/falta-de-remedios-em-postos-da-ser-v-so-deve-se-normalizar-em-outubro.shtml>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

<sup>135</sup> Essa etapa da vida é algo extremamente difícil. Cobranças inquietam os indivíduos de todos os lados já que não se é mais criança e porque ainda não se é adulto. “A formação da identidade para os jovens é um processo penoso e complicado. As referências positivas escasseiam e se embaralham com as negativas. A construção de si é bem mais difícil que escolher uma roupa, ainda que a analogia não seja de todo má, uma vez que o interesse por uma camisa de marca, por um tênis de marca, corresponde ao esforço para ser diferente e para ser igual [...]” (SOARES, 2004, p. 137).

<sup>136</sup> Ver TRASSI; MALVASI (2010).

encarceramento e o extermínio – revelando o estigma que o ‘jovem da periferia carrega’” (TRASSI; MALVASI, 2010, p. 60, grifo nosso).

Complementando o pensamento acima, Castel (2008, p. 10) expõe que a

[...] evocação conhecida destes jovens faz deles os símbolos da inutilidade social (eles seriam incapazes de integrar-se à ordem produtiva) e da periculosidade (são considerados como os principais responsáveis pelo crescimento da insegurança). **Se existe em nossa sociedade um grupo colocado em situação de alteridade total sobre o qual se cristalizam os medos e as rejeições, é exatamente junto a estes ‘jovens da periferia’ que se deve procurar tal grupo** (grifos nossos).

A identidade negativa desses seria, de acordo com Zaluar (1994, p. 168), uma construção e uma das expressões de dominação do dominador sobre os dominados.

E uma das técnicas repressivas é a estigmatização de quem se quer reprimir. **O espelho que se constrói agora no Brasil é este: pobre, criminoso, perigoso.** Pela prisão por vadiagem de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada. Pelas constantes narrativas de crimes e da morte de criminosos nos bairros pobres da cidade que toda a imprensa diária fornece, mas que toma conta quase que inteiramente dos jornais que são lidos pelos próprios membros das classes populares urbanas. Pela recusa de emprego feita pelo patrão ou empregador ao candidato pobre, quando toma conhecimento do local onde este mora. **O espelho não é bonito, ao contrário.** E corre o risco de estar sendo levado ao pé da letra por um número cada vez maior de jovens, apesar dos esforços de muitas pessoas ligadas as organizações populares no sentido de mudá-lo com a construção de uma identidade positiva feita por eles mesmos.

A identidade, no caso aqui, a juvenil, seria algo que depende de uma coletividade. É pela mediação do olhar alheio que permite ao ser humano se encontrar com sua humanidade. Se o olhar alheio não é acolhedor, os jovens não são vistos e, assim, não “valeriam nada”, caindo, portanto, na invisibilidade.

Ainda segundo Soares (2004), uma das formas mais eficientes de invisibilizar alguém é projetar sobre ele(a) um estigma, um preconceito. Tudo aquilo que o(a) distingue, desaparece. Esta é uma das formas de violência contra o(a) outro(a).

O estigma dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhe impomos. Quem está ali na esquina não é o Pedro, o Roberto ou a Maria, com suas respectivas idades e histórias de vida, seus defeitos e qualidades, suas emoções e medos, suas

ambições e desejos. Quem está ali é o “moleque perigoso” ou a “guria perdida”, cujo comportamento passa a ser previsível. **Lançar sobre uma pessoa um estigma corresponde a acusá-la simplesmente pelo fato de ela existir. Prever seu comportamento estimula e justifica a adoção de atitudes preventivas. Como aquilo que se prevê é ameaçador, a defesa antecipada será a agressão ou a fuga, também hostil. Quer dizer, o preconceito arma o medo que dispara a violência, preventivamente.** (Ibidem, p. 133, grifos nossos).

Assim, tornamos turva a nossa visão seletivamente, perdemos a nossa consciência crítica, criamos uma imagem caricata de que todo negro, pobre, vestido com bermuda e blusa da Smolder, Cyclone (dentre outras marcas) é criminoso. Esta criminalização repressiva o estigmatiza, o demoniza e o condena ao círculo vicioso das **profecias que “se autocumprem”**.

As instituições públicas, nesse processo, acabam sendo cúmplices da criminalização destes sujeitos. O preço da condenação à morte simbólica e moral, do esmagamento da autoestima dos jovens que erraram é a violência. A sociedade dá continuidade à violência dispondo de seus “algozes” para expiar seus males e exorcizar sua insegurança.

Pois é aí que as instituições que dirigem a sociedade metem os pés pelas mãos. Quando seria necessário reforçar a auto-estima dos jovens transgressores no processo de sua recuperação e mudança, as instituições jurídico-políticas os encaminham na direção contrária: punem, humilham e dizem a eles: “Vocês são o lixo da humanidade”. É isso que lhes é dito quando são enviados às instituições “socioeducativas”, que não merecem o nome que têm – o nome mais parece uma ironia. Sendo lixo, sabendo-se lixo, pensando que é este o juízo que a sociedade faz sobre eles, o que se pode esperar? Que eles se comportem em conformidade com o que eles mesmos e os demais pensam deles: sejam lixo, façam sujeira, vivam como abutres alimentando-se do lixo e da morte. As instituições os condenam à morte simbólica e moral, na medida em que matam seu futuro, eliminando as chances de acolhimento, revalorização, mudança e recomeço (SOARES, 2004, p. 144–145).

Põe em marcha a máquina da violência que começa com cárcere privado do estigma internalizado, prendendo cabeça e coração na armadilha do preconceito, segue pelas trilhas de gato e rato – a polícia atrás –, e culmina com a morte ou com a sentença que o condena à morte simbólica: a pena. O ciclo frequentemente replica-se nas sucessivas reincidências. Nada se aproveita. O sofrimento espalha-se por todo lado, perde-se muito dinheiro, desperdiça-se vidas, e é só. **O jovem não se sente nem um pouco melhor com o crime que comete** (Ibidem, p. 147, grifo nosso).

Uma maneira de invisibilizar outrem seria também permanecer indiferente e negligente à perversa desigualdade social que assola mais da metade da

população brasileira. A seguir, uma charge do Blog Olho da Rua, a qual retrata a invisibilidade dos jovens negros e pobres.

**Figura 10 - Invisibilidade social**



**Fonte:** Blog Olho da Rua – Centro de Comunicação e Cultura popular

Infelizmente, o que acontece é que esta invisibilidade geralmente só é notada por meio da violência, como, por exemplo, pelo poder da arma. O sujeito, que antes não era visto, impõe-se a nós, exigindo que o tratemos como sujeito. Antes deste artefato, o indivíduo seria apenas mais uma peça do cenário urbano, e não uma pessoa<sup>137</sup>. Esse instrumento bélico também pode destacar simbolicamente a virilidade masculina<sup>138</sup> (ZALUAR, 1994, 2004).

A arma na cintura passa a ser um passaporte para a visibilidade.

<sup>137</sup> Não faço aqui apologia à violência e muito menos apoio certos atos. Mas, o nosso propósito é interpretar e compreender uma dada realidade, que se mostra totalmente dilaceradora aos jovens abordados como vítimas e vitimizadores da violência.

<sup>138</sup> Robert Muchembled (2012, p.14), em a *História da Violência*, aborda sobre a virilidade masculina e sua função simbólica como condição de existência e reconhecimento da condição masculina. Ele defende que, mais do que uma determinação biológica, a violência é uma construção cultural e histórica. Sendo assim, “o elo primordial não se estabelece entre a violência e a masculinidade, porque esta é um dado biológico. Liga-se, com a virilidade, uma noção definida por cada sociedade, no quadro da determinação dos ‘gêneros’ sexuais de que ela reconhece a existência”. A violência juvenil é exacerbada pela exigência de demonstrar um poder dominador, e por isso, em nossa sociedade patriarcal, é considerada uma “questão de gênero”, especificamente masculina; em que a mulher, considerada como sendo o “sexo frágil”, quando a prática é enquadrada em padrões de anormalidade (p. 274). Ver também Zaluar (1994).

Por força da projeção de preconceitos ou por conta da indiferença, perambulam invisíveis pelas grandes cidades brasileiras muitos jovens pobres, especialmente os negros – sobre os quais se acumulam, além dos estigmas associados à pobreza, os que derivam do racismo. Um dia, um traficante dá a um desses meninos uma arma. Quando um desses meninos nos parar na esquina, apontando-nos esta arma, estará provocando em cada um de nós um sentimento – o sentimento do medo, que é negativo, mas é um sentimento. Ao fazê-lo, saltará da sombra em que desaparecera e se tornará visível. A arma será o passaporte para a visibilidade (SOARES, 2004, p. 141).

Esta solução, infelizmente, é a pior possível, pois se mostra destrutiva e autodestrutiva:

Quando se ergue da sombra com a arma, o jovem veste a carapuça que o preconceito lhe pespegara e compra o pacote completo de culpas e maldições, porque, agora, com a arma em punho, ele é alguém. Mas quem? Que tipo de pessoa? Impondo que tipo de “respeito”? Ele é alguém a quem a sociedade indagará, provocativamente: “Quem você pensa que é?”. Afirma-se, mas pelo negativo de si mesmo, cavando o pior na alma dos outros (SOARES, 2004, p. 143).

[...] o jovem invisível que recorre à arma para pedir socorro e reconquistar a visibilidade, afirmando-se pelo avesso, só pode fazê-lo porque esta é uma das hipóteses que nossa sociedade colocou a sua disposição e a cultura sancionou. [...] A sociedade brasileira banaliza o delito e se aprimora na arte de desmoralizar alguns limites que nossa própria tradição cultural reverencia, pulverizando referências, diluindo critérios, relativizando responsabilidades e sedando o espírito crítico. O diletentismo **blasé** com que muitas vezes lidamos com as questões éticas consagrou uma bizarra combinação entre paternalismo e rigor punitivo (Ibidem, p. 157, grifo do autor).

Existe fome física, miséria. Porém, além disso, há carências imateriais. Necessidade de emprego, renda e vestuário. Este último é marcado pelo fetichismo e pela procura desenfreada por pertencimento. O modo de se vestir funciona como um modo de distinção, isto é, de valorização: “quando o jovem compra o tênis de marca ganha de brinde um ingresso no grupo – no grupo dos que reconhecem a marca e valorizam a moda de que ela é sintoma” (SOARES, 2004, p. 149).

Na sociedade contemporânea, em que ter é sinônimo de possibilidades e que as necessidades do capital prevalecem sobre as humanas, as noções de cidadania, liberdade, igualdade, direitos humanos são esvaziadas de sentido pleno. O ato de consumir passa a ser uma condição de vida e de visibilidade. Neste sentido, “os adolescentes existem na exata medida em que consomem, visto que só

a posse de produtos e marcas ‘jovens’ lhes assegura visibilidade” (ROLIM, 2006, p. 182).

Por tudo o que foi brevemente exposto, sobre visibilidade social e garantia de reconhecimento, ainda que o crime, por motivos ilusórios e passageiros, proporcione a fruição do respeito, o pertencimento a um grupo, ele também funciona como ingresso ao mundo do consumo negado aqueles que não têm meios materiais para usufruir.

Além de vítimas da pobreza, como resposta e oposição a esta e como uma maneira de afirmar sua masculinidade, a virilidade do “sujeito homem”, o envolvimento com o varejo de drogas se torna uma possibilidade de enriquecer rapidamente e, assim, ter acesso ao consumo e a ostentação (ZALUAR, 2007).

Na sociabilidade capitalista, regulada pelos interesses do capital, o consumo, nas palavras de Luiz Fábio Paiva<sup>139</sup> (2014), representaria uma experiência social com sentidos e significados que compõem a identidade do cidadão-consumista. Porém, a ideologia do ter e do prazer constitui-se sob uma lógica excludente, pois, dificilmente, os jovens da periferia, a quem se nega o acesso aos mercados de consumo e do trabalho, poderiam ter uma “vida fácil” ou produtos

---

<sup>139</sup> Palestra realizada no Auditório Castelo Branco do Instituto Federal do Ceará (IFCE–FORTALEZA), no dia 31 de janeiro de 2014, sobre os “Rolezinhos” e a criminalização da Juventude negra e da periferia. Os debatedores foram o Preto Zezé (Coordenador nacional da Central Única das Favelas), Luiz Fábio Paiva (Professor do Laboratório de Estudos da Violência), Fernando Castelo Branco (Professor e advogado) e o Márcio Renato (Sociólogo). O debate foi organizado pelo sindicato da referida instituição (SINDSIFCE). Foram encontros marcados a partir de dezembro de 2013, via redes sociais, pelos jovens, sobretudo pobres e negros, que, sem opção de lazer em seu entorno, se reúnem para dar “uma volta” (rolezinho) nos shoppings. Inicialmente ocorrido em São Paulo, este movimento se espalhou pelo restante do país. Em Fortaleza, a versão cearense foi chamada de “Vamos dar um balãozinho” e foi marcado para acontecer no Shopping Iguatemi, um dos mais elitizados na cidade fortalezense. Contudo, esse movimento, que pode assumir um caráter de protesto, foi reprimido pelas forças de segurança (pública e privada) por se constituírem como uma ameaça à propriedade privada e às ordens e paz sociais nesses espaços de consumo. Os discursos preconceituosos e as medidas tomadas para contenção do público citado revelam as atuais reconfigurações dos espaços públicos, em que a elite mundial tende a se isolar e a se distanciar cada vez mais daqueles, costumeiramente, considerados como “perigosos”. Fernando Castelo Branco (2014) e Preto Zezé (2014) afirmam que os “Rolezinhos”, sem dúvida, constituem-se como um fenômeno político, mas isso não significaria que seja conscientemente político. Eles lutam por algo mais imediato, um modo de “inclusão” ao modelo de consumo. Estes não seriam tão revolucionários, mas é originalmente um movimento dos jovens das classes populares. O direito ao consumo, aqui posto, funcionaria como um instrumento de integração e visibilidade social, uma forma de existência e resistência social. Os “Rolezinhos” são, de certa forma, uma reivindicação à participação no mundo consumista, e, portanto, não necessariamente se contrapõe ao modo de produção capitalista. Ver Santiago (2014) e Anexo G.

simbolicamente veiculados com *status*, sucesso, felicidade, ou seja, símbolos que os “incluem” socialmente.

O mundo do consumo é, nesse sentido, um instrumento que serve para marcar a diferença social e o fosso que separa os que têm poder aquisitivo do restante da população.

A partir do exposto, pode-se afirmar que a moda e a arma funcionam como recursos de poder, “objetos economicamente úteis e instrumentos simbólicos de distinção, de valorização e pertencimento [...]. Calçam a identidade, empinam a autoestima, selam um pacto de admissão ao grupo, bombeiam a autoconfiança [...]” (SOARES, 2004, p. 151–52).

Figura 11 – Da invisibilidade à imposição do respeito por meio da arma



Fonte: Caravana da Periferia/Facebook/ 15 jan. 2014.

### 3.1.3 O fenômeno tráfico de drogas

Um mercado próprio e bastante lucrativo é o tráfico de armas e de drogas. É uma dinâmica criminal que mais cresce nas regiões metropolitanas brasileiras, mas organicamente se articula à rede do crime organizado, e mais

[...] influi sobre o conjunto de criminalidade e mais se expande pelo país, tiranizando comunidades pobres e recrutando seus filhos. As drogas financiam as armas e estas intensificam a violência associada às práticas criminosas, e expandem seu número e suas modalidades (SOARES, 2004, p. 132).

No Brasil, a violência criminal alcançou patamares insuportáveis, cuja gravidade não deve ser subestimada. Notadamente o tráfico de armas e entorpecentes é a dinâmica criminal que mais se expande nas regiões metropolitanas brasileiras. “A relação entre armas e drogas é conhecida: as drogas financiam as armas e estas intensificam a violência associada às práticas criminosas e expandindo seu número e suas modalidades. ” (SOARES; GUINDANE, 2007, p. 06).

Zaluar (2007) realiza, em seu artigo intitulado *Polícia e Juventude na era da globalização*, uma análise sobre os efeitos da globalização em seus aspectos ambivalentes e paradoxais. Destaca, sobretudo, o seu “lado obscuro” e pouco abordado, o qual faz regredir o processo civilizatório.

O domínio da lógica do mercado sobre as demais instâncias da vida social e política, a divisão de nações, grupos e pessoas entre vencedores e perdedores fazem da competição uma inexorável e interminável atividade humana. O jogo soma zero que se segue afeta não apenas os sistemas de proteção social já estabelecidos, mas também a vida pessoal de cada ser humano (Ibidem, p.531).

As microrregulações deste mercado ressoam e se capilarizam nas redes sociais, nas quais se ancoram e se entrecruzam com as circunstâncias da vida local: “O mercado, também o de bens ilícitos, não é uma entidade abstrata, regida por uma razão instrumental desencarnada: supõe e, ao mesmo tempo, produz, engendra uma trama complexa de relações, interações e intercâmbios sociais” (TELLES, 2010, p. 251).

Zaluar (2007) focaliza o comércio ilegal (invisível) e transnacional de drogas e armas que afetam diretamente a vida dos jovens “vulneráveis, especialmente do sexo masculino”, que “são os atores no varejo do tráfico, que ficam na ponta final das extensas redes de envolvidos nessa atividade econômica, **os que continuam sendo o alvo principal das políticas de segurança pública repressivas levadas a cabo nos estados brasileiros**” (p. 533–3, grifos nossos).

As polícias brasileiras (civil e militar) intervêm violentamente nas favelas e nos bairros pobres das regiões metropolitanas e capitais, sem entender a força

organizacional das redes<sup>140</sup> de traficantes (nas fronteiras do legal e do ilegal), principalmente suas conexões com a economia e com as instituições legais.

A facilidade de obtenção de armas, de lavagem de dinheiro, dos ganhos fáceis e rápidos não se constitui sem estratégias eficazes de corrupção e conivência dos agentes da lei. Isso é demonstrado também nas falas de dois jovens interlocutores.

E lá perto de casa o Ronda sabe... O Ronda e o 4º DP, essas coisa assim... sabem onde é a bocada, mas lá perto de casa tem o posto, tem uma loja de vender móveis... aí o policial vai pegar propina lá... pegar dinheiro... aí eles pegam vendem armas pro homem lá que eu conheço... andava com umas três armas que o pessoal vende... aí... (JOVEM 03).

No Grande Bom Jardim, tem muitas associações que são bancadas por traficantes e esses traficantes tem uma boa relação com policiais... (JOVEM 05).

Telles (2010, p. 31) trata sobre a atuação policial “nas dobras” tênues entre o legal e o ilegal, entre o dentro e o fora da lei. O “mundo do crime” não seria para ela um universo a parte, mas inserida no jogo entre as pontas, “as margens” e o centro (rede de relações). Isso é operante no modo de funcionamento do Estado e da trama social.

Mercadorias políticas, quer dizer: **corrupção**, acertos na partilha dos ganhos, subornos, compra de proteção e práticas de extorsão são que podem ser mais ou menos ferozes conforme **as microconjunções** políticas, interesses em jogo, alianças feitas ou desfeitas, sempre no limiar de soluções violentas, entre repressão aberta e histórias de morte. Fiscais da prefeitura, gestores urbanos, operadores políticos, vereadores e suas máquinas políticas, **agentes policiais operam justamente nas dobras do legal–ilegal pelas vias das “ligações perigosas”**, como diz Misse, entre os mercados informais e os mercados políticos, também ilegais, nos quais se transacionam as mercadorias políticas, que parasitam aqueles e condicionam grandemente o modo como estes se organizam e se distribuem nos espaços urbanos. São práticas que se movem entre as instâncias formais–legais e os procedimentos extralegais; são as “forças da ordem” e seus representantes que fazem uso de suas prerrogativas legais, a autoridade que o Estado lhes confere, para acionar dispositivos não–legais, deslizando entre acertos negociados, o arbítrio, chantagem, expropriação e violência aberta. A rigor, isso também toma parte e é constitutivo desse deslocamento das fronteiras do legal–ilegal que acompanha as formas contemporâneas de produção e circulação de riquezas. Em outros termos: uma ampla zona cinzenta que torna indeterminadas as diferenças entre o legal e extralegal, entre o dentro da lei

<sup>140</sup> “Os que ocupam posições estratégicas nas grandes redes de conexões transnacionais podem ter rápidos ganhos devido a uma combinação de poucos limites institucionais e morais, com a conseqüente corrupção que atinge as instituições encarregadas de coibir o crime” (ZALUAR, 2007, p. 534).

e o fora da lei. Mas é por isso também que essas práticas entram em ressonância e se comunicam, transversalmente ou diretamente, com o jogo igualmente pesado e igualmente violento dos empresários do ilícito, procedimentos mafiosos postos em ação para o controle dos pontos de venda ou para as operações pesadas do contrabando, para os agenciamentos da migração clandestina (bolivianos, chineses, outros), controles dos circuitos de distribuição, etc (TELLES, 2010, p. 31, grifos nossos).

Figura 12 – “A quem temer, a quem admirar?”



Fonte: Caravana da Periferia/Facebook/17 jan. 2014.

A facilidade e a quantidade de armas disponíveis para os jovens moradores das favelas, tidas como “perigosas”, é muito grande<sup>141</sup>. “Aqui no Bom Jardim a gente tem o Marrocos, [...] a Favela do Urubu, o Jerusalém, a gente tem uma série de ocupações ali que são consideradas pontos de tráfico [...]” (JOVEM 01).

Embora o tráfico de drogas seja comum entre jovens de todas as classes, existe a tendência de enfatizar “o problema social [...] nas populações de baixa

<sup>141</sup> No Fórum Territorial do Grande Bom Jardim, realizado no dia 11 de abril de 2015, no Grupo de Trabalho (GT) sobre Segurança Pública, foi discutido sobre a taxa de homicídios, nessa área, no ano de 2013. Um dos integrantes deste GT e do Projeto pela Vida da Juventude disse que, nos levantamentos realizados sobre os homicídios de jovens do GBJ, no ano de 2014, havia alguns casos que eram utilizadas as armas ponto 40, ou seja, de uso exclusivo de forças policiais e de seus agentes, como a PM.

renda, sobretudo os jovens moradores de bairros periféricos das cidades brasileiras, pois são as maiores vítimas/autores de violência” (CASTEL, 2008, p. 74).

Diante disso, os “Soldados do Tráfico”, “Falcões”, são as principais vítimas da criminalidade violenta, seja pela ação da polícia, ou seja matando uns aos outros devido às rivalidades pessoais e comerciais, seguindo, assim, o padrão estabelecido pela organização criminosa de drogas que, “além de criar regras militares de lealdade e submissão, distribui fartamente armas de fogo automáticas e semi-automáticas, exclusivas das Forças Armadas” (ZALUAR, 2007, p. 539).

Na verdade, roubos, tráficos e brutalidades visam, segundo Muchembled (2012, p. 285), tanto a apropriação de bens materiais, inacessíveis e extremamente valorizados por uma sociedade consumista, quanto à expressão simbólica de um protesto muito forte que é também lutar por um lugar ao sol: “eles denunciam, sem descanso a escola e o mercado de trabalho que o exclui e o aborrece, a sociedade de consumo e o seu ritmo desenfreado, o *habitat* concentracionário, a ausência de lazeres baratos, sem esquecer a crise da adolescência [...]”.

Para efeitos de entendimento, é de fundamental importância ilustrar todas essas considerações em depoimentos que traduzem a realidade dos jovens que habitam os territórios estigmatizados.

### **3.1.4 O significado de ser jovem em territórios estigmatizados**

Primeiramente é oportuno desenvolver, em linhas gerais, o que seria “territórios estigmatizados” – umas das categorias-chave para o entendimento e significação das experiências e vivências juvenis, com todas as formas de violências, e um dos motivos dos jovens serem os alvos principais das suspeições e abordagens policiais.

Os estigmas territoriais culminam com um processo denominado por Wacquant (2005) de “marginalização avançada” das camadas mais pobres, tendendo a se concentrar em territórios bem definidos.

A marginalidade “avançada”, entrincheirada nas metrópoles, é resultante do colapso das instituições públicas e retratação planejada da política social, tendo como pano de fundo as transformações econômicas, sociais e políticas desencadeadas no início dos anos 1970. É “avançada” no sentido de que ela se impõe ao futuro, caso o cenário atual<sup>142</sup> e as formas de intervenção estatal não mudem.

Sob uma concepção moralista e moralizadora, as “classes perigosas” são consideradas a causa dos “problemas urbanos” e, por isso, demonizadas, marcadas pela experiência do estigma de grupo e da mácula coletiva (degradação simbólica). Seus bairros são identificados como lugares instáveis e zona de erupção e cultivo de “problemas sociais”.

**Favela** no Brasil, **poblacione** no Chile, **villa miseria** na Argentina, **cantegril** no Uruguai, **rancho** na Venezuela, **banlieue** na França, **gueto** nos Estados Unidos: as sociedades da América Latina, da Europa e dos Estados Unidos dispõem todas de um termo específico para denominar essas comunidades estigmatizadas, situadas na base do sistema hierárquico de regiões que compõem uma metrópole, nas quais os párias urbanos residem onde os problemas sociais se congregam e infeccionam, atraindo a atenção desigual e desmedidamente negativa da mídia, dos políticos e dos dirigentes do Estado. **São locais conhecidos, tanto para forasteiros como para os mais íntimos, como “regiões-problema”, “áreas proibidas”, circuito “selvagem” da cidade, territórios de privação e abandono a serem evitados e temidos, porque têm ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, de violência, de vício e de desintegração social.** Devido à áurea de perigo e pavor que envolve seus habitantes e ao descaso que sofrem, essa mistura variada de minorias insultadas, de famílias de trabalhadores de baixa renda e de imigrantes não-legalizados é tipicamente retratada à distância em tons monocromáticos, e sua vida social parece a mesma em todos os lugares: exótica, improdutiva e brutal (WACQUANT, 2005, p. 08, grifos nossos).

Seja conhecida como morro, favela (termos utilizados no Rio de Janeiro), seja denominada de periferia, todos esses locais são considerados territórios estigmatizados.

---

<sup>142</sup> “[...] o crescimento econômico concentrado e a dualização do mercado de trabalho; a casualidade do emprego e a autonomização da economia de rua em áreas urbanas degradadas; o desemprego em massa que conduz a uma completa desproletarização para grandes segmentos da classe trabalhadora, especialmente entre os jovens; e políticas estatais de contenção de gastos urbanos, quando não de total abandono” (WACQUANT, 2005, p.170). A desproletarização, segundo o referido autor, significa a negação direta de atividades assalariadas e o crescimento da economia informal. Isso significa uma regressão nas condições materiais e das oportunidades de vida, espalhando a pobreza e generalizando a insegurança.

Em diversas partes do Brasil, as favelas escondem fortes diferenças. Algumas se localizam em áreas centrais, outras se localizam nas periferias; contudo, para Wacquant (2005), os residentes destes locais não apresentam o mesmo grau de isolamento social que os moradores dos guetos<sup>143</sup> dos Estados Unidos, mesmo ambos terem uma forte concentração de camadas pobres, jovens e negros; pois ele considera que nem todos os pretos e pardos estão nas favelas brasileiras. Isso permite que estes circulem no espaço social sem portar insígnias tão fortes da desqualificação social como os negros norte-americanos.

Os nossos jovens negros e pobres, contudo, não deixam de sentir o poder da segregação das elites políticas e econômicas (DAMATTA 1997a, 1997b). Este poder hierárquico faz com que cada um saiba exatamente o seu lugar no espaço social, e sua condição de “condenados da cidade” (WACQUANT, 2005).

As pessoas e os espaços são fragmentados simbólica e socialmente. E, sendo o estigma territorial uma modalidade sutil de discriminação social e racial, esta exerce efeitos reais e, muitas vezes, letais. Os efeitos de ordem simbólica são particularmente poderosos (BOURDIEU, 2008).

[...] vistos por pessoas de dentro e de fora como purgatórios sociais, infernos urbanos onde apenas o refugio da sociedade aceita habitar [...]Ao mesmo tempo, esses “espaços condenados” são, ou ameaçam tornar-se instalações permanentes das cidades, e os discursos de difamação sobre os mesmos proliferam (WACQUANT, 2005, p. 172).

Em seu estudo sobre o Bairro Bom Jardim, Paiva (2014, 2007) discorreu sobre a nomeação do território como um lugar estigmatizado<sup>144</sup>, um local visto e construído como “um lugar violento e perigoso”. Esta é uma classificação generalizante e recai nas representações e nos esquemas de sociabilidade do local ao afetar diretamente os seus moradores, passando a compor um elemento significativo de sistemas de diferenciação sociais baseados em estigmas territoriais.

---

<sup>143</sup> Wacquant (2008) defende que o gueto negro norte-americano funciona como um instrumento de enclausuramento e controle, a partir de uma exploração econômica e do ostracismo social. Dessa forma, esse processo não pode ser tomado como algo natural, mas “uma forma especial de **violência coletiva concretizada no e pelo espaço urbano**” (p. 81, grifo do autor); funcionando como produto e instrumento de poder, contribuindo para a segmentação e controle etnorracial. Possui um papel como incubador simbólico e matriz de produção de uma identidade difamada; e aprofunda o fosso sociocultural que separa (objetivamente e subjetivamente) os residentes dos guetos de outros residentes urbanos.

<sup>144</sup> Zaluar (1994), em sua obra sobre a Cidade de Deus, também trabalha com a categoria estigma e diz que os habitantes dessa localidade, por serem pobres e por viverem em um território estigmatizado, vivem e convivem com as mais diversas violências.

“Ser pobre”<sup>145</sup> e “viver em territórios estigmatizados” é sofrer uma dupla estigmatização. Esses dois fatores parecem se reforçar mutuamente.

Então, a sociedade que a gente vive hoje, que somos moradores da periferia ... das principais periferias aqui do Grande Bom Jardim, é... levando em conta não só o Bairro em si, que tá situado, e que a gente vive em ocupações, né? Em zonas periféricas onde a gente é excluído, né? Por conta de ser morador dessas regiões, onde se tem a questão do narcotráfico, né? E... entre outras coisas também existentes... **a gente é muito excluído**. A questão de ter acesso a alguns equipamentos, por ser morador aqui, [...] deixa muito a desejar para as outras pessoas que são das classes mais altas, classe A, né? Da classe média... por ser morador aqui da região do grande Bom Jardim a gente se vê excluído, entendeu? Por ter essa falta de acesso... Ó, eu não tenho acesso adequado à cultura, aqui no Bom Jardim. Se tem, tem, mas é muito precarizado, né? Quando tem uma coisa, aí falta outra. Aí a gente tem que ir buscar outros meios. A gente tem que sair daqui, da nossa região. **E quando a gente sai a gente se sente desconfortável, né, por ter um olhar**, até para preencher uma ficha, alguma inscrição, até para fazer uma entrevista de emprego. **A gente sente essa questão por ser morador do Bom jardim, a gente é discriminado** (JOVEM 01, grifos nossos).

Os territórios estigmatizados são, nas palavras de Wacquant (2005), espaços delimitados e segregados que abrigam, cada vez mais, as populações marginalizadas. Quem mora nesses espaços é associado à pobreza, ao crime e à degradação moral,

[...] o que os afeta em todos os aspectos da vida – na procura de empregos, no envolvimento romântico, na relação com agentes de controle social, como a polícia ou os órgãos de bem-estar social, ou simplesmente na aproximação com outras pessoas. [...] A discriminação residencial prejudica a busca de emprego e contribui para a sedimentação do desemprego na região, uma vez que os moradores [...] enfrentam a desconfiança e a reticência dos empregadores ao mencionarem o local onde moram (Ibidem, p. 14 –2).

Paiva (2007) tratou sobre as diversas consequências deletérias para os que vivem num lugar construído e considerado socialmente como violento e perigoso: motivo de vergonha pessoal; dificuldade de arranjar um emprego; internalização dos sentimentos de indignidade; impossibilidade de acesso a serviços; e a produção de medos que minam a possibilidade da construção de ações coletivas.

Bourdieu (2008, p. 166) esclarece sobre a degradação simbólica dos locais estigmatizados, quando diz que

---

<sup>145</sup> Adorno (2002), Misse (2011) e Zaluar (2007) afirmam que a tese, a qual sustenta a relação de causalidade entre pobreza e violência, deve ser contestada e desmistificada.

[...] o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente, porquanto, estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão.

As situações acima retratadas pelos autores foram também expostas pelos jovens interlocutores desta pesquisa, quando eles expuseram as experiências cotidianas de discriminações e preconceitos por viverem em territórios estigmatizados e por frequentarem outros locais, “evitação dos de fora”.

Pelo visual assim ó. O visual que eu gosto, um visual diferente<sup>146</sup>. Ai também por atitudes que eu aprendi com o pessoal daqui, que eles acham uma coisa totalmente diferente sabe? Ai se espantam porque a burguesia é cheia de enxame. Entende né? Visual, atitude que a gente tem, a gente sofre discriminação.

Eu conheci um pessoal de classe mais alta que assim, eles falaram assim. A menina ficou se exibindo, ai eles falaram: só pode ser pobre mesmo, ser da favela mesmo. Como se a favela fosse coisa muito ruim, mas não tem nada de ruim não. A galera é massa!

É muito ruim [para conseguir emprego]! Até malabarismo. Tem gente que não dá só por causa do meu visual. **Fica só olhando assim ó. Com um olhar de espanto, olhar de nojo. Eu não gosto não, dos olhares.** Discriminação! Só porque eu escolhi ser assim (JOVEM 04, grifos nossos).

Eu acho que todos possíveis. E acho até que a sociedade vem criando preconceito com aquele jovem. Porque hoje em dia a gente chega na praia, por exemplo, por eu ser negro e chegar na praia hoje em dia e dizer que moro no Bom Jardim é algo...pessoas que não me conhecem podem querer se defender de alguma forma. **Ter esse preconceito, por eu ser negro, pobre e morar na periferia, eu vou ser ladrão**, vou ser usuário de droga e vou estar lá para fazer o mal. É... é fácil visualizar isso, mas o ser jovem acaba passando por esta barreira do preconceito (JOVEM 02, grifos nossos).

Sim. Eu já sofri preconceito quando... Assim, eu já... tem uma assim em minha memória, que quando eu fui pra uma entrevista de emprego, né? Onde... quando ele estava analisando meu currículo e ele perguntou: “Ah, você é moradora do Bom Jardim?”. Aí, “Você sabe que é perigoso, né?”. [...] só que ele deu outro motivo, né, por eu morar numa região que fica distante de lá. Mas só que assim, eu sou muito assim, quando a pessoa diz que meu bairro é um... **é o “viche”** (JOVEM 01, grifos nossos).

Já... Um exemplo disso é você dá um passeio no Centro da Cidade... Se você tiver bem trajado, com roupa mais social, mas adequada, você entra e sai em qualquer estabelecimento daquele sem ser incomodado por ninguém, pode tá portando o que tiver portando que não é parado... mas se tiver trajado de um jeito diferente do que as pessoas acham que é diferente... o que elas acham que é pelo menos normal... aí é discriminação no olhar, na abordagem, no modo de falar com você e por aí por diante... Por exemplo, vamos botar um filhinho de papai, como a gente chama na periferia... eles são mais trajado socialmente, o jeito de falar deles é mais educado, eles... eles, como é que eu posso dizer, eles... são... é um jeito

<sup>146</sup>Chinelo, corte de cabelo moicano, calção surfista, blusa folgada.

que não é normal... não é normal assim, não é cotidiano na periferia e o jovem periférico tem uma outra maneira de falar, tem uma outra maneira de se expressar, tem um outro jeito de andar, e tan nan nan nan e por aí por diante... **Então, eles são vistos como se aquele tipo de comportamento é típico de um marginal e esse não...** Eu enxergo mais ou menos assim (JOVEM 06, grifos nossos).

Elias e Scotson (2000, p. 23) afirmam que o lançamento de um estigma sobre outra pessoa/grupo obedece a uma sociodinâmica da estigmatização, desempenhando um papel relevante nas relações entre grupos diferentes no mundo inteiro.

[...] a estigmatização dos outsiders pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar. [...] Todos eles concordavam em que as pessoas "de lá", da parte mais nova, eram de uma espécie inferior (Ibidem, p. 22-26).

O estigma seria, para esses autores, como uma espécie de cor que marca a pele daqueles pertencentes aos grupos discriminados. Os *outsiders* são vistos (coletiva e individualmente) como anômicos. Portanto, o contato mais íntimo com eles é sentido como desagradável.

A estigmatização, como um aspecto da relação entre estabelecidos e outsiders, associa-se, muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão — o preconceito — que seus membros sentem perante os que compõem o grupo outsider (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 36).

No depoimento do jovem 02, ele traz a visão homogeneizante e estigmatizante de que a periferia é o *locus*, por excelência, que emana somente violência e criminalidade: “dizer que moro no Bom Jardim é algo... pessoas que não me conhecem podem querer se defender de alguma forma. **Ter esse preconceito, por eu ser negro, pobre e morar na periferia, eu vou ser ladrão**, vou ser usuário de droga e vou estar lá para fazer o mal” (grifos nossos).

Apesar de as narrativas, provenientes do senso comum, fazerem referência à periferia como uma espécie de um todo homogêneo, perpassada por uma situação de violência generalizante, isso não representa nenhuma unanimidade. Há visões e discursos heterogêneos que não aceitam, de forma pacífica, a ideia da periculosidade do local, fomentando um mosaico de

representações e versões sobre a experiência de se viver num lugar classificado como “violento e perigoso”.

[...] tem uma série de coisas, como é rotulado, eu debato muito, muito sabe. E nesse dia que, nessa seleção [de emprego] que eu fui eu disse assim: “o Bom Jardim, é como qualquer outro bairro”. Em todos os bairros da grande Fortaleza existe essa questão do tráfico, em todos os bairros se você perceber você vai ver a dimensão. Não é só lá. **Eu sei que a mídia, a mídia ela é muito... ela pune, ela informa e ao mesmo tempo ela deforma aquela informação** e não é isso sabe? Se você for no Grande Bom Jardim você vai ver uma coisa totalmente diferente. Lá tem gente do bem, tem gente trabalhadora, tem gente que sai todo dia pra luta mesmo. Tem instituições que trabalham em defesa da vida, né, como o CDVHS? Eu falei pra ele, eu estava indagada. E... eu acho assim, eu não acho interessante, você ser o que fica no setor de RH, de recrutamento e seleção, você discriminar um bairro... Por ser o Bom Jardim, como o Jangurussu, a Barra do Ceará, Conjunto Palmeiras, os que sofrem também essa questão do preconceito por existir essas questões do... dessa desigualdade que existe, né? (JOVEM 01).

Embora o peso da estigmatização recaia sobre todos(as) moradores(as) desses territórios, um número reduzido de pessoas está envolvido na execução de ações criminosas. Esta população é cercada pela violência policial e criminal que desestabiliza a sociabilidade em seus territórios de moradia. Além disso, os confinamentos espacial e simbólico tendem a silenciar a sua voz<sup>147</sup> e a afastá-la do convívio social, já que são objetos de uma criminalização que a desenha como “inimigo próximo” a ser combatido.

Os estigmas sobre estes moradores minam a legitimidade de suas denúncias e reivindicações no espaço público e dificultam o seu acesso à Justiça. “A segregação geográfica implementada nas ‘margens do Estado’ rebate na discriminação social, no preconceito e na estigmatização dos moradores desses territórios” (SILVA, 2008, p. 16).

Supõe-se que a convivência, no mesmo território, aproxime moradores e criminosos devido às relações de vizinhança, parentesco, dentre outras; e, dessa forma, acaba-se generalizando a ideia de que todos são bandidos ou possíveis bandidos, ou cúmplices sob um possível tecido social homogêneo que sustentaria uma subcultura desviante e perigosa, legitimando a chamada “lei do tráfico”. Esta é

---

<sup>147</sup> Contudo, em uma sociabilidade violenta, é possível e necessário utilizar-se de várias formas possíveis do agir político.

uma representação dominante sobre a possível relação entre os residentes e os criminosos.

Paiva (2007, p. 81), no entanto, enfatiza que não podemos ver um determinado território de forma toda homogênea

[...] os bairros periféricos, diante da complexidade de sua dinâmica interna, não podem ser pensados como unidades territoriais, mas sim como território multifacetado, com múltiplas tonalidades de cores, cuja identidade territorial dos moradores se constrói em cima das especificidades das suas localidades.

Alguns “mitos” (um deles, o mito da “conivência”) sustentam a interpretação da origem da violência, bem como o desenvolvimento de ações oficiais e extraoficiais, e acionam estereótipos longamente maturados. Aqui é desnecessário mencionar o enorme peso da cor da pele, idade e endereço daqueles que são vítimas preferenciais de ações de extermínio.

Ainda que boa parte dos moradores do GBJ possa ter crescido junto ou ser parente ou conhecido próximos de traficantes, não é verdade que eles sejam coniventes e que protejam os criminosos. Mesmo sabendo que a grande maioria não integra quadrilhas, os jovens dos territórios estigmatizados têm sido percebidos e tratados em permanente risco de aderirem ao estilo de vida dos traficantes.

Sobre a evitação dos “de fora” em razão da “fama do lugar”, podemos citar alguns exemplos: a negação de alguns prestadores de serviços, como os taxistas, em ir às localidades por medo de assaltos; e, por isso, os moradores deixam de sair à noite porque não têm meios de retornar para casa. Nesse sentido, a sujeição contra o bairro recai, também, como as pessoas residentes ali.

Até mesmo funcionários do sistema público de saúde se negam a ir a estas localidades. “De tal modo, observa-se que as possibilidades de convivência e de acesso aos serviços públicos e privados são objetos dos condicionamentos provenientes dos **estigmas territoriais**” (PAIVA, 2014, p. 97, grifo do autor).

Parece ser, em especial, esta imagem de **espaços de insegurança, medo e periculosidade** que ganha visibilidade pública, sobretudo, nas imagens e discursos midiáticos ao assumir tom espetacularizado e estetizado capaz de fortalecer a dupla imagem dos residentes de áreas periféricas: a do **pobre perigoso, violento e potencialmente suspeito** em relação ambígua com o **pobre vulnerável, necessitado e de vida precária**. Ambos são postos na condição de *em risco*, no sentido de tornarem-se “**vítima**” ou

“**protagonista**” de violências/violência urbana e da criminalidade. (BEZERRA, 2011, p. 4, grifos do autor).

Todos os que vivem nestes territórios são estigmatizados por habitarem nestes espaços e por serem homogeneizados na classificação de pobres, os quais são postos na condição social de suspeitos potenciais e criminalizáveis. Dessa forma, ganham visibilidade pública as imagens homogeneizadoras da demonização e descivilização<sup>148</sup> e da insegurança social destes e das regiões onde habitam (WACQUANT, 2008).

Bezerra (2011) ainda destaca que viver nas periferias de grandes centros urbanos tem efeitos sobre a produção das autoimagens, dos discursos, das práticas sociais de seus moradores, bem como das imagens e ações desenvolvidas pelo Estado e pela sociedade em geral (os de fora) diante dos habitantes locais.

Um **estigma territorial impregnado**, fortemente atrelado aos residentes desses bairros de exílio socioeconômico, acrescenta o seu fardo à vergonha da pobreza e ao preconceito [...] (WACQUANT, 2005, p. 195, grifo nosso).

Todos os jovens entrevistados disseram que é um **desafio ser jovem no Grande Bom Jardim**, ou seja, nas periferias das cidades. E há um grande desafio de não entrar no mundo da criminalidade, de resistir aos estereótipos; de viver no risco, da discriminação pela vestimenta, pelo modo de falar; de ser culpado pelo aumento da violência criminal, de não usufruir da riqueza socialmente produzida.

Um desafio porque hoje muito... eu acredito... eu dou graças a Deus por ter vinte e dois anos de idade, hoje, e ter uma cabeça, eu não vou dizer totalmente formada, mas bastante desenvolvida. Porque hoje a gente sabe que é muito fácil um jovem ele entrar pro mundo da criminalidade... até porque as ofertas que chega para ele são muito grandes comparado com o que a gente consegue no decorrer da nossa vida... Mas eu entendo assim, que hoje em dia ser jovem na periferia e não se envolver na criminalidade é um desafio muito grande cara, é questão de educação, é questão de caráter, é aquele negócio, é questão de caráter, mas como se faz o caráter? Na base da violência é que não é. Bastante... E o que é que eles falam?? Não... a gente não conversa muito... eu... sei que são envolvido porque... é

---

<sup>148</sup> O conceito de civilidade, no processo civilizatório, seria uma configuração definida pela monopolização da força física a uma autoridade central, e a supressão da violência, mediante precaução e reflexão, a fim de evitar condutas de destruição do ser humano (ELIAS, 1993). Porém, a possibilidade do processo civilizatório presume a superação da violência e não de toda a agressividade humana, mesmo essa sendo regulada por regras sociais de convivência (TAVARES DOS SANTOS, 2009).

tipo assim, eu tenho quatro anos em Fortaleza, eu não sou nascido em Fortaleza, mas eu tenho bastante conhecido... a gente até mermo vê dentro da comunidade, eu não chego a conversar muito com eles... porque é tipo assim, o que eles conversam e o que eu converso é... não bate... então, a gente não consegue se encaixar num diálogo. Então, a gente fala... “e aí, tudo bem?”, e tal mais não nada além disso... (JOVEM 06).

A realidade é doideira né mano? Muitos deixam de estudar e entra para o caminho dos “vetin doido”<sup>149</sup>. Tem uns que são mais afoitos, ai vão influenciando outros pivetes que vão crescendo. E assim vai, crescendo e desenvolvendo a bandidagem. Tinha uns colegas meus que quando a gente era pequeno, brincava de bola juntos, mas ai eu fui morar em vários cantos. Quando eu voltei os pivetes estavam tudo assim, bem diferente sabe? (JOVEM 04).

Os resultados dos estigmas territoriais atingem não somente a sociabilidade dos que vivem nestes locais, mas a formação de um quadro amplo de sujeição dos mais pobres, ampliando, assim, a distância social do restante da sociedade (MISSE, 1999).

Os jovens negros e moradores de espaços estigmatizados são os que mais sofrem com violências físicas (empurrão, tapas, socos, pontapés ou coronhadas) e psicológicas (humilhações ou xingamentos). São os “freios do camburão”<sup>150</sup>.

[...] eu tinha acabado de tirar o gesso do meu braço aí eu falei: “Tome cuidado com braço, que eu tirei o gesso agora”. Aí o policial: “Estava roubando, é?”. Aí ele apertou meu braço, aí inchou. Aí eu parei de estudar porque não dava para eu escrever (JOVEM 04).

Por ser uma vida matável, sem que isso represente um crime, já que é tolerado socialmente e institucionalmente: “Eu acho que ser jovem na periferia hoje em dia tá se tornando cada vez mais difícil. Até mesmo pela realidade que a periferia vem transformando dentro da vida de cada um, entende?” (JOVEM 02).

O medo na atualidade, como reforça Silva (2008, p. 14), produz expectativas e demandas de segurança “**contra** e não **com** os outros”, por meio de estratégias de evitação, via contiguidade territorial, quando toda a população moradora de territórios estigmatizados passou a ser vista como composta por bandidos ou quase bandidos. “Emparedada, vive uma vida sob cerco” (SILVA, 2008, p. 14).

<sup>149</sup> Gíria utilizada para se referir aos jovens envolvidos com a criminalidade.

<sup>150</sup> Conforme Ramos e Musumeci (2005), “na gíria jovem, pessoas que a polícia para muito frequentemente” recebe esse apelido.

Nas favelas, os confrontos entre bandos armados, com a ambígua e sempre truculenta interveniência do aparelho policial, dificultam, quando não impedem, o desfrute regular e continuado da liberdade elementar de ir e vir. Isso é agravado pela contrapartida de uma mentalidade que sempre definiu os territórios da pobreza e as manifestações dali provenientes como perigosos, mas vem adquirindo conteúdos novos. O antigo fantasma das classes perigosas agora reencarna na ameaça representada pela violência criminal, que é rotineira e, portanto, “próxima”, personalizada. O medo correspondente não é mais, como antes, de uma revolta popular capaz de abalar a dominação burguesa, nem do contágio da imoralidade derivada de uma suposta desorganização familiar tipicamente atribuída aos mais pobres. O medo se reifica e se especializa nos perigos imputados aos territórios de pobreza, cujo caso exemplar na representação social são as favelas, vistas como lugares prenhes de uma violência descontrolada (Idem).

A discriminação social, porém, não advém apenas dos grupos “de fora dos bairros”, mas entre os próprios moradores que se utilizam de estratégias de distanciamento mútuo. As estratégias de evitação e diferenciação social interna são “potencializadores do esgarçamento dos liames e relações de confiança familiares e sociais” (BEZERRA, 2011, p. 12).

O medo e a desconfiança generalizada das classes mais abastadas em relação aos moradores destes territórios fazem com que os residentes realizem um esforço de demonstrar ser uma “pessoa (ou grupo) de bem”, a fim de ganhar a confiança do outro.

Há, portanto, uma dualização dentro do mesmo território, quando os residentes mais antigos do Bom Jardim discriminam os habitantes mais recentes, os que estão ocupando uma área denominada de Marrocos. Tudo isso

na tentativa de enfrentar os estigmas derivados das imagens de “convivência”, os moradores de favelas desenvolvem um permanente esforço para provar ao restante da população da cidade que são pessoas “de bem”, honestas, confiáveis, pacíficas e sem participação ativa na “sociabilidade violenta”. Chamamos este esforço de “limpeza moral” [...] procuram deixar claro seu distanciamento moral em relação aos traficantes (SILVA, 2008, p. 23).

**A limpeza moral ou simbólica**, conforme Silva e Leite (2008, p.74), possui uma dupla natureza:

De um lado, procuram afastar-se do mundo do crime, reivindicando não serem identificados com os criminosos, enfatizando a natureza ordeira e pacífica e seus padrões de moralidade burguesa. [...] De outro, como muitas vezes os traficantes são parentes, vizinhos ou conhecidos próximos, desenvolvem um esforço (sempre individualizado e pontual) para “re-humanizar” ou “re-moralizar” a pessoa em questão. Os moradores apenas

sugerem que, mesmo agindo de maneira reprovável, a pessoa tem outras características que a tornam “gente como a gente” e não um monstro moral.

Segundo Paiva (2014, p. 113), as relações de confiança e as perspectivas de risco estão relacionadas à criminalidade violenta. O medo e desconfiança têm enfraquecido os laços sociais de vizinhança, abalando a confiança mútua na/da comunidade, fragmentado, desse modo, as relações sociais. Além dessa percepção, verifica-se a incapacidade dos órgãos de segurança pública coibir a realização de crimes por “bandidos”, fatores fundamentais na formação da perspectiva de risco.

### 3.2 O BAIRRO DO “VICHE”: “A FAMA DO LUGAR COMO “VIOLENTO E PERIGOSO”

A expressão cearense “viche!”, além de traduzir surpresa, decepção, receio, também sinaliza medo em relação àquela região e aos seus moradores por parte dos que não residem no lugar, principalmente por sua fama de lugar conhecido como violento e perigoso, no caso, o GBJ.

[...] você é moradora do Bom Jardim?”. Aí, “Você sabe que é perigoso, né?”. Pra gente não atende, mas só que ele deu outro motivo, né, por eu morar numa região que fica distante de lá. Mas só que assim, eu sou muito assim, quando a pessoa diz que meu bairro é um... é o “viche” (JOVEM 01).

Essa expressão foi encontrada não só no depoimento obtido neste trabalho, mas nas pesquisas de Paiva (2014) e Bezerra (2011).

Assim, a expressão *vixe* representa o espanto de alguém em estar diante de uma pessoa que vive em um lugar como o Bom Jardim, “muito violento e perigoso”, **o Bairro do vixe!** [...]. Embora não seja o único local de Fortaleza considerado de risco para o acesso dos trabalhadores referidos, o Bom Jardim tem marcado presença em praticamente todas as listas exibidas pelos jornais locais dos lugares considerados perigosos e violentos. Isso demonstra como as representações relacionadas à fama de **lugar violento e perigoso** atuam na organização de comportamentos sociais, objetivamente orientados por uma antecipação ao risco eminente a andar em um “lugar como o Bom Jardim” (PAIVA, 2014, p. 87, grifo do autor).

Como consequência, os territórios estigmatizados pela “fama do lugar” (PAIVA, 2014) têm sido *locus* privilegiados de ações que envolvem o uso da violência como forma de coerção dos moradores locais.

É oportuno evidenciar que, a exemplo do que ocorre em outros centros urbanos do Brasil e do mundo, os bairros populares, onde vivem os segmentos mais pobres da população, são vistos pelas classes econômicas e socialmente privilegiadas como redutos da criminalidade e da violência, tanto em sua forma difusa como organizada. [...] **os problemas sociais nesses lugares são tratados pelos poderes públicos que, normalmente, os veem como uma espécie de “mancha” na estrutura das cidades** (PAIVA, 2014, p. 81, grifos nossos).

Isso lembra o que Bourdieu (2005, 2008) mencionou sobre o espaço social quando este se retraduz no espaço físico. Ele defende que o lugar de um determinado agente ou grupo de agentes, num determinado espaço social, é definido por seu posicionamento nos diferentes campos (social, econômico, cultural). Portanto, a posição que um indivíduo ocupa na hierarquia social tende a se manifestar na sua localização espacial e nas estruturas mentais.

“Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta” (BOURDIEU, 2008, p. 160).

A reputação negativa do GBJ, especialmente o Bom Jardim, como “bairro violento e perigoso (PAIVA, 2007, 2014), o bairro do “viche”, tem sido reafirmada e reforçada a cada matéria veiculada pela imprensa. A consequência disso se dá quando os moradores são afetados por essas classificações, que orientam o mapa simbólico dos habitantes da cidade e empregam aos residentes deste bairro o peso do estigma social.

“As coberturas midiáticas não inventam a criminalidade, mas, por suas escolhas editoriais, corroboram com a perpetuação dessa modalidade de estigma de espaços marginalizados” (LIMA, 2011, p. 7). Nesse processo, CALDEIRA (2000) afirma que a produção jornalística opera como regime de verdade. As narrativas dos crimes são recontadas “mesmo de ouvir dizer”.

Os territórios estigmatizados são lugares, por excelência, da atuação do Estado de exceção (AGAMBEN, 2004) e do Estado Penal (GARLAND, 2008, 1999), tornando-se dispositivos do biopoder e da biopolítica contemporâneos (FOUCAULT, 1988, 1999, 2008a, 2008b), voltados, sobretudo, para a gestão e administração territorial das vidas nuas (AGAMBEN, 2010) dos pobres.

Nestes locais, são escolhidas até mesmo quais vidas “merecem viver” e quais “merecem ser deixadas para morrer”. “Nestes espaços, mesmo quando os indivíduos encontram-se **incluídos** formalmente no âmbito jurídico-político da cidadania, estão, de fato, excluídos, involuntária (por motivos socioeconômicos) ou voluntariamente” (BEZERRA, 2011, p. 11, grifo da autora).

Em Fortaleza, podemos registrar algumas ações autoritárias e violentas da polícia junto às comunidades periféricas, como a que aconteceu com os moradores da Comunidade Alto da Paz<sup>151</sup>, os quais, no dia 20 de fevereiro de 2014, foram despejados, de forma truculenta, por 150 policiais do Batalhão de Choque. Nesse episódio, pessoas, inclusive crianças, foram alvejadas por balas de borracha e, sem motivo aparente, várias foram presas de maneira arbitrária.

Sob a configuração do Estado Penal e de Exceção, há uma permissão social e estatal assegurada aos agentes de segurança pública à matabilidade de certas categorias de indivíduos<sup>152</sup>: os chamados “autos de resistência”, “resistência seguida de morte”, dentre outras denominações.

Os “autos de resistências” são uma das violências institucionais sofridas pelos jovens negros, moradores de periferia, e vêm se tornando frequente. É uma designação dada para uma morte praticada como legítima e legal por policiais. Este ato é justificado no artigo 292 do Código Processual Penal, que autoriza o uso de meios necessários tanto para defesa como para vencer resistência. O Código Penal também diz o seguinte em seu artigo 23: “Não há crime quando o agente pratica o fato: I – em estado de necessidade; II – em legítima defesa; III – e em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular do direito”.

---

<sup>151</sup> Tal Comunidade ficava localizada no bairro Vicente Pinzón e foi uma das diversas aglomerações que foram removidas de seus territórios em virtude das obras para a Copa de 2014. In: O POVO ONLINE. Batalhão de Choque expulsa moradores da comunidade Alto da Paz, 20 fev. 2014. Disponível em: < <http://mobile.opovo.com.br/app/destaque/index/2014/02/20/4574005/batalhao-de-choque-expulsa-moradores-da-comunidade-alto-da-paz.shtml>>. Acesso em: 29 jul. 2014. Na verdade, os megaeventos, tais como a Copa das Confederações de 2013, a Copa de 2014, e a futura Olimpíada em 2016, trouxeram grandes impactos ao espaço urbano e à política criminal brasileira.

<sup>152</sup> Conforme Marcelo Lopes de Souza (2008, p. 162) “o reacionarismo fascistoíde prepara seu próprio passo seguinte ao ‘desumanizar’ aqueles que, transgressores da lei, praticam e, simbolicamente, associados a espaços segregados (a favela é, a esse respeito, uma espécie de epítome e símbolo do Mal no imaginário da classe média) e imersos em um universo de violência e até de crueldade, são amiúde caracterizados como ‘animais’, ‘monstros’, ‘bestas-feras”.

A maior parte desses homicídios é praticada, segundo Misse (2011a), por policiais militares, pois eles são encarregados pelo policiamento ostensivo (aquele que se faz visível e mais próximo – distância física – das pessoas). Entre os anos de 2001 a 2011, a partir dos casos registrados como “autos de resistência”, os dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro revelaram que mais de 10 mil pessoas foram mortas em confronto com a polícia nesse estado.

Misse (2011a, p. 11) constatou que as vítimas dos “autos de resistência” passam por uma avaliação moral, para definir se o policial agiu ou não, de fato, em legítima defesa diante uma suposta resistência: “a história pessoal da vítima pode transformar-se em argumentos legais e morais, os quais podem contribuir para que policiais sejam ou não punidos”.

Na verdade, existe um processo de desqualificação social das vítimas, em que se projetada uma imagem negativa destas, como forma de legitimar e justificar a atuação violenta dos policiais. As taxas de homicídios resultantes dessas “resistências” são mascaradas por causa do status dos agentes que agem em nome da “lei” e da “ordem”.

Quando são cometidos homicídios pelos agentes estatais, estes normalmente manipulam, distorcem ou não preservam as provas, que seriam importantes para a investigação. Falsos “socorros”<sup>153</sup> também são prestados às vítimas, porém, na maioria dos casos, elas já chegam mortas no hospital. As provas são forjadas e há uma grande debilidade pericial. Na maioria dessas execuções sumárias, não há testemunhas e nem sobreviventes.

Jovem, pobre, negro ou pardo. Nossas primeiras observações no Instituto Médico Legal nos ajudaram a conhecer um pouco do perfil das vítimas e também a descobrir pistas sobre as circunstâncias da morte delas. [...] alguns dos quinze PMs envolvidos diretamente no caso Rota 66 costumavam deixar nas vítimas uma marca inconfundível: o tiro na cabeça. (BARCELLOS, 2001, p. 110 –1).

A subnotificação de tais ações é bastante recorrente. Segundo Bueno, Cerqueira e Lima (2013), entre os anos de 2007 a agosto de 2013, a SSPDS do Estado do Ceará mostrou, poucas vezes, os dados de letalidade nas ações policiais,

---

<sup>153</sup> Ver Rota 66, de Caco Barcellos (2001).

sendo avaliado o grau de transparência, pelo FNSP, como baixo, já que a Secretaria de Segurança do Estado do Ceará declarou, de forma imprecisa, somente em 2013.

Este fato não é somente uma realidade cearense, e vem se repetindo em outras regiões brasileiras, revelando a má qualidade das informações dadas ao Fórum. A partir desse problema, os autores, já mencionados no parágrafo anterior, defendem a necessidade e a urgência da produção de dados fidedignos e confiáveis, principalmente quando há uma disparidade entre o que é registrado pelo Sistema de Informações sobre Letalidade (SIM/Datasus) e o que é declarado pelas secretarias estaduais de segurança pública. Estes dados, como já foi dito, além de frágeis, são frequentemente subnotificados.

A taxa de letalidade da ação policial brasileira é maior do que nos países com índices de criminalidade similares, tais como México, Venezuela e África do Sul. Os dados são alarmantes e colocam o Brasil em primeiro lugar no ranking da violência letal realizada por policiais contra civis. Neste sentido, em relação ao padrão de atuação, a polícia brasileira é apontada como uma das mais violentas do mundo, estatística da qual não podemos nos orgulhar.

A ONG Human Rights Watch (2009) obteve provas plausíveis em 51 casos classificados de "resistência" que contradizem as alegações dos policiais de que as vítimas teriam sido mortas em tiroteios. Após dois anos de uma minuciosa investigação sobre as práticas policiais nas metrópoles do Rio e São Paulo, concluiu-se que uma parte significativa das mortes relatada como "resistência seguida de morte" ou "autos de resistência", em ambos os estados, tratava-se, na verdade, de casos de execuções extrajudiciais.

Desde 2003, as polícias do Rio e de São Paulo juntas mataram mais de 11.000 pessoas. No Rio, os casos de "autos de resistência" teriam alcançado o número recorde de 1.330 vítimas em 2007. Embora o número registrado de mortes tenha diminuído para 1.137 casos em 2008, a cifra continua assustadoramente elevada, sendo o terceiro maior índice já registrado no Rio. No estado de São Paulo, o número de casos de "resistência seguida de morte", embora seja menor do que no Rio, também é relativamente alto: durante os últimos cinco anos, por exemplo, houve mais mortes em supostos episódios de "resistência seguida de morte" no estado de São Paulo (2.176 mortes) do que mortes cometidas pela polícia em toda a África do Sul (1.623), um país com taxas de homicídio superiores a São Paulo (Ibidem, p. 1 –2).

Em termos substantivos, não obstante as limitações indicadas na qualidade dos dados, a conclusão é que o balanço alcançado pelo levantamento do

FBSP é bastante triste: considerando apenas os dados do ano de 2012, verificamos que ao menos 5 pessoas morrem vítimas da intervenção policial no Brasil todos os dias, ou seja, ao menos 1.890 vidas foram tiradas pela ação das polícias civis e militares em situações de "confronto". Se considerarmos a série histórica proposta pelo estudo, o resultado é o mesmo: utilizando os dados dos anos 2000 até 2012, em média 4,9 pessoas morrem todos os dias por intervenções policiais. Estes dados consideram apenas as mortes em confronto, ou seja, aquelas praticadas em serviço. Se incluirmos aí os casos em que civis são mortos por policiais fora de serviço, muitas vezes quando estão fazendo o "bico", o número é ainda mais expressivo (BUENO; CERQUEIRA; LIMA, 2013, p. 125).

Os dados expostos acima dão a dimensão da tradição da prática da violência policial e do comprometimento desses profissionais, mesmos aqueles recém-ingressos, os quais acabam deixando ser levados à cultura de guerra que se tornou epidêmica nas forças policiais brasileiras. As mortes ilegais cometidas por policiais são um problema grave. A violência como método aparece no número sempre crescente das eliminações indiscriminadas nas cidades e no campo.

Souza (2010, p. 163) considera que os “autos de resistência” operam enquanto “[...] um dispositivo biopolítico, através de uma lógica ambivalente e paradoxal, visto que para garantir a segurança, a incolumidade física e a vida do conjunto da população, naturaliza a morte de sujeitos considerados não tutelados pela ordem jurídica, os inimigos da sociedade”.

### 3.2.1 Grande Bom Jardim: um lugar estigmatizado escolhido como “Território da Paz”

“Aqui se planta, aqui se colhe, mas pra flor  
nascer é preciso que se molhe.  
**É preciso que se regue pra nascer a flor da paz**  
É preciso que se entregue com amor e muito mais.  
É preciso muita coisa, e que muita coisa mude  
Muita força de vontade e atitude  
**Pra poder colher a paz tem que correr atrás.** E  
tem que ser ligeiro!  
Pra poder colher a fruta é preciso ir à luta. E tem  
que ser guerreiro!  
[...] **Eu vou à luta, eu vou armado de coragem e  
consciência**  
**Amor e esperança**  
**A injustiça é a pior das violências**  
**Eu quero paz, eu quero mudança. [...]**

**Dignidade pra todo cidadão  
Mais respeito, menos discriminação  
Desigualdade, não. Impunidade, não  
Não me acostumo com essa acomodação.**

Eu me incomodo e não consigo ser assim, por que eu preciso da paz

Mas a paz também precisa de mim.

A paz precisa de nós. Da nossa luta, da nossa voz. [...]

A violência não é só dos traficantes

A covardia não é só dos policiais

A violência também é dos governantes

Dos homens importantes

Não sei quem mata mais [...]

Qual é o grau do perigo

Da falta de escola e de emprego, de prisão e de abrigo? Qual é o pior inimigo

Os pais da corrupção ou os filhos do mendigo?

Quem é o grande culpado? O ladrão, que tem cem anos de perdão, ou você, que vota errado?"

(PAZ – GABRIEL PENSADOR)

A música do Gabriel Pensador nos faz refletir sobre a paz; um sentimento, um estado de espírito, uma forma digna de existência... seja qual for o significado, é algo muito difícil de se viver num país de desiguais, imerso em discriminações, preconceitos, impunidade, que banaliza as mortes e naturaliza a violência.

Semear violência é colher mais violência. As inúmeras violações e negações trazem grandes implicações. A falta de prioridade em relação aos menos desfavorecidos, de políticas coordenadas e efetivas, de oportunidades iguais, é uma forma proposital de eliminação de certos segmentos sociais.

A paz tem que ser construída, plantada. Para colhê-la, temos que semeá-la, mas é preciso que muita coisa mude. É preciso lutar! É preciso que haja transformações radicais e não reformas superficiais. Iniciativas governamentais duradouras, e não meras promessas eleitorais.

Aqui será demonstrado um conjunto de iniciativas na área da segurança pública, implantadas no Grande Bom Jardim (GBJ), que, mesmo sem continuação, merece o nosso reconhecimento.

A ação federal, apesar de visualizar a importância da articulação entre a política de segurança pública com as demais políticas sociais, o reconhecimento da

necessidade de atuação policial cidadã e a manutenção da parceria entre os entes federativos, ver a tentativa de mudança ser sufocada por visões e ações que pensam de forma equivocada, no sentido de desejarem uma política com teor penal para a juventude em detrimento de uma política de promoção e proteção de direitos.

Desse modo, aquilo que era para ser uma semente promissora da paz, infelizmente “caiu à beira do caminho e os pássaros vieram e as comeram. Outra parte caiu no meio de pedras, onde havia pouca terra. Essas sementes brotaram depressa pois a terra não era funda, mas, quando o sol apareceu, elas secaram, pois não tinham raízes. Outra parte das sementes caiu no meio de espinhos, os quais cresceram e as sufocaram<sup>154</sup>”. A semente que foi semeada ainda não trouxe a tão sonhada paz. No entanto, esta Parábola quis nos dizer que nem sempre os mesmos resultados chegam a todos os lugares, já que sua fecundidade depende do terreno onde ela cai.

O Grande Bom Jardim<sup>155</sup> foi uma das primeiras áreas da Cidade de Fortaleza a receber o Programa Ronda do Quarteirão (RC), em novembro de 2007, além de ser escolhido pelo Ministério da Justiça (MJ) para se tornar um "Território da Paz" através do PRONASCI<sup>156</sup>, implantado no dia 1º de dezembro de 2009, e ser a décima segunda capital a ser contemplada mediante parceira municipal.

O PRONASCI foi implantado na Secretaria Executiva Regional (SER V). Essa Regional é a mais jovem de Fortaleza: 44% da população têm até 20 anos, é a mais populosa e a mais pauperizada da capital, com rendimentos médios de 3,07 salários mínimos, sendo que os outros rendimentos provenientes da região estão relacionados ao trabalho informal (LABVIDA/COVIO/LEV, 2011).

No conjunto dos cinco bairros que compõem o GBJ<sup>157</sup>, há uma grande concentração de pobreza, faltam serviços sociais básicos, e as taxas de conflito e violência são muito elevadas. Não é à toa que existe a noção de que esta área,

---

<sup>154</sup> A Parábola do Semeador, presente nos Evangelhos de Mateus, Cap. 13 e Marcos, Cap. 4.

<sup>155</sup> Paiva (2007, p. 16) destaca que essa denominação surgiu na década de 1970 a partir das lutas sociais mobilizadas por associações, entidades de classe, Igrejas, Organizações Não Governamentais (ONG's) e moradores em prol de melhorias nas condições de vida dos moradores do Bom Jardim e dos outros Bairros do entorno.

<sup>156</sup> O PRONASCI previa o investimento na construção e estruturação de postos de polícia comunitária nas áreas com maior índice de criminalidade. Os recursos eram destinados para compras de viaturas, computadores e infraestrutura básica.

<sup>157</sup> Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira.

segundo os moradores, “é um lugar esquecido pelos gestores públicos” (PAIVA, 2014, p. 48).

O orçamento disponibilizado para a SER V e SER VI, se fosse somado, ainda não resultaria no montante recebido pela SER II<sup>158</sup>, a qual é o principal motor econômico da cidade, abrangendo os bairros mais nobres. A Regional II recebe bons investimentos em serviços e equipamentos sociais que contribuem para gerar empregos. Mesmo sendo formada por bairros nobres, a SER II também é marcada por áreas de contrastes sociais, tais como: Cais do Porto, Dunas e Praia do Futuro II, com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>159</sup> baixo, entre zero e 0,499 (LABVIDA/COVIO/LEV, 2011).

Os bairros que constituem o GBJ carecem de equipamentos públicos de lazer, cultura e esporte, o que “em parte explica a falta de alternativas de ocupação para os jovens e as jovens” (REDE DLIS; REJAN <sup>160</sup>, 2012, p. 13).

O único espaço voltado para lazer<sup>161</sup> e para a prática de esporte da SER V, a Vila Olímpica do Canindezinho<sup>162</sup>, estava, em 2013, na iminência de ser desativa por falta de reforma e recursos para o pagamento dos funcionários e para a oferta de alimentação para as pessoas que frequentavam o equipamento.

---

<sup>158</sup> São 21 bairros no total: Aldeota, Bairro de Lourdes, Cais do Porto, Centro, Cidade 2000, Cocó, Dionísio Torres, Guararapes, Joaquim Távora, Luciano Cavalcante, Manuel Dias Branco, Meireles, Mucuripe, Papicu, Praia de Iracema, Praia do Futuro I, Praia do Futuro II, Salinas, São João do Tauape, Varjota e Vicente Pinzón.

<sup>159</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – por bairro (IDHM-B) – contempla três indicadores: média de anos de estudo do chefe de família, taxa de alfabetização e renda média do chefe de família (em salários mínimos). Quanto mais próximo da nota 1,0, mais desenvolvido é o bairro.

<sup>160</sup> Documento para subsidiar e orientar o Encontro de Compromissos entre os candidatos a prefeito de Fortaleza e as Redes DLIS e REAJAN. Disponível em: < <http://www.opovo.com.br/extra/documentodebate.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

<sup>161</sup> As desigualdades nesse território se manifestam de distintas formas, uma delas é a negação do Direito à Cidade e ao usufruto do lazer, já que os espaços desportivos e de lazer são privatizados ou ofertados a uma minoria. Nesse sentido, a possibilidade do acesso ao lazer e à cidade está diretamente relacionada ao acesso ao consumo. Estes direitos, portanto, são ofertados aos cidadãos inseridos na dinâmica consumista do sistema.

<sup>162</sup> Na cidade de Fortaleza, existem quatro Vilas Olímpicas (em Messejana, Canindezinho, Conjunto Ceará e Genibaú) em situação de abandono e com promessas de reformas. A do Canindezinho, recentemente passou por uma “reforma”, mas não está em pleno funcionamento. Ver situação destes equipamentos estatais em: Centro Olímpico deve ser concluído neste ano. **Diário do Nordeste**, 30 ago. 2014. Disponível em: < <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/centro-olimpico-deve-ser-concluido-neste-ano-1.1090024>>. Acesso em: 1º mar. 2015.

Então o que é prioridade para o governo? Como são utilizados os orçamentos municipal e estadual? O que é que fica? Quais são as políticas públicas de Juventude? Quais as ações concretas voltadas para a problemática dos jovens das periferias? Infelizmente, em paralelo à desativação do local citado, foi dada prioridade a um projeto para a construção de um Centro Educacional para adolescentes em conflito com a lei no referido bairro.

Como foi dito, o GBJ reúne quase a metade da população jovem em idade entre 5 a 29 anos. Em 2010, 9.611 crianças, adolescentes e jovens, entre 5 e 24 anos, são analfabetos; 70% destas eram negras (CARTA REDE DLIS, 2014)<sup>163</sup>. A evasão escolar é alta, pois não há uma estrutura adequada para recebê-los, além da dificuldade de locomoção para as poucas Escolas que existem na região.

O folder produzido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) do Estado do Ceará<sup>164</sup> trouxe um balanço das mortes em 2013, no GBJ, entre crianças e adolescentes de 10–19 anos. O número é epidêmico já que a taxa de Fortaleza foi de 136% por 100.000 habitantes, totalizando 612 pessoas mortas nessa faixa etária. Dessas, 67 residiam no GBJ, o que representa mais de 10% do total de óbitos registrados nos 119 bairros que compõem a cidade<sup>165</sup>.

Outros fatores a serem destacados são: a existência de uma grande concentração das populações vítimas de homicídios<sup>166</sup>, pois somente 20 bairros (por coincidência ou não, os periféricos) concentram a maior taxa de vitimação, enquanto os bairros mais nobres da cidade não tinham perdido uma só criança e adolescente vítima de homicídio em 2013. O bairro Bom Jardim liderou o *ranking* dos bairros, com a taxa de 457%, a terceira pior de Fortaleza.

---

<sup>163</sup> Ver Anexo D.

<sup>164</sup> Ver Anexo J.

<sup>165</sup> “O cinturão vermelho da criminalidade” são os bairros mais afastados do Centro de Fortaleza, muitos deles em regiões periféricas. Foram mais de 70% de homicídios ocorridos em janeiro de 2015, conforme a reportagem do Jornal O Povo Online de 23 de fev. 2015: “[...] dos 229 homicídios que teriam ocorrido no primeiro mês do ano, considerado o período mais violento do Estado desde o último mês de março, 167 se deram em bairros que ficam fora do corredor das áreas que se convencionou chamar de nobres”. Os territórios onde mais se mata em Fortaleza. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/02/23/noticiasjornalcotidiano,3396670/os-territorios-onde-mais-se-mata-em-fortaleza.shtml>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

<sup>166</sup> Os homicídios são a consequência final de uma série de violações de direitos sofridas pelas classes populares, moradoras de periferias. Como em todas as recentes estatísticas produzidas, o perfil da vítima é pobre, negro, com baixa escolaridade.

Em 2014, segundo os dados do Projeto pela Juventude Vida<sup>167</sup>, foram assassinados 186 jovens (165 do sexo masculino, 12 do sexo feminino e 9 não identificados); 169 foi por armas de fogo, 11 por faca e 6 (seis) por outras armas. O mês mais violento foi março. Eram 12 (doze) adolescentes/crianças; 28 (vinte e oito) jovens e 146 (sem identificação). Os horários que mais ocorreram esses homicídios foram entre 17h e 22h. O bairro Bom Jardim lidera com 58 mortes; e, respectivamente, vem: Granja Lisboa (43), Canindezinho (31), Granja Portugal (30) e Siqueira (24).

O bairro Bom Jardim é considerado, pelas instituições de segurança pública do Estado do Ceará, um dos mais violentos e perigosos da cidade de Fortaleza: o bairro do “viche” (PAIVA, 2007).

A Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social não disponibilizou, no seu banco de dados, sobre o item cor/raça das vítimas. É oportuno destacar que o processamento de dados da população negra por cor/raça, no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), incluída no quesito “cor”, como nos coloca Chaves (2013), foi uma demanda dos movimentos negros, a qual somente foi atendida nos anos de 1990.

Essa omissão da informação da cor é algo que deve ser analisada, já que, dificilmente, não há divulgação da cor das vítimas e dos acusados de praticarem homicídios.

Os limites dos dados oficiais são a não atualização das fontes; os órgãos de segurança pública, responsáveis pelas estatísticas e informações, salvo raras exceções, não os disponibilizam para o conjunto da sociedade; e, quando obedecem ao que é posto constitucionalmente, não há um padrão de coletas de dados nacional.

Outros fatores que impulsionam o alto índice de homicídio, conforme foi exposto nos parágrafos anteriores, ainda de acordo com o Mapa da Criminalidade e

---

<sup>167</sup> Esses dados ainda não foram divulgados formalmente pelo Projeto pela Vida da Juventude e ainda não tem materiais impressos. Consegui os mesmos em primeira mão para colocar no presente trabalho. Como tenho proximidades com alguns membros deste referido Projeto e como está próxima a divulgação dessas informações, foi mais fácil obtê-los. Este Projeto é uma das ações desenvolvidas pelo CDVHS que faz uma coleta do banco de dados da SSPDS sobre o índice de mortalidade que existe na região do GBJ.

da Violência de Fortaleza (LABVIDA/COVIO/LEV, 2011, p.14), são: a disseminação da prática do fazer justiça com as próprias mãos, em razão da impunidade; e a resolução de conflitos ou o ajuste de contas por meio da atuação de grupos criminosos e de milicianos.

Os homens solteiros, na faixa etária de 14 a 29 anos, com baixos níveis de escolaridade (analfabetos, alfabetizados, ensino fundamental), são as maiores vítimas da violência. Os homicídios são praticados, em sua maioria, por armas de fogo. Quinhentos (500) jovens foram assassinados entre 2007 a 2012 no território (CARTA REDE DLIS, 2014). A maioria negra e do sexo masculino, demonstrando que a letalidade tem cor, idade e gênero.

Além dos altos índices de homicídios, preocupa-nos, sobremaneira, a centralidade desses casos na juventude, 186 jovens, de 15 a 29 anos, foram assassinados, em sua imensa maioria do sexo masculino, o que corresponde a 60% dos 312 casos de assassinatos registrados entre 2007 e 2009 no Grande Bom Jardim (REDE DLIS; REJAN, 2012, p. 13).

O Jornal O Povo Online, em maio de 2015<sup>168</sup>, noticiou, a partir dos dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2014, que um jovem negro tem quatro vezes mais chances de ser morto no Ceará.

[...] a pesquisa coloca o Ceará com o quarto pior índice no Brasil, com coeficiente 0,502. É ultrapassado apenas por Alagoas (0,608), Paraíba, (0,517) e Pernambuco (0,506). 'Os resultados refletem a tendência já verificada na última década de expressivo crescimento da violência, especialmente a letal, entre os estados do Nordeste', contextualiza o estudo. Nessa região, a taxa de homicídios entre jovens negros (87,0) é quase quatro vezes superior à de jovens brancos (17,4). Na sequência, apresenta-se a região Norte, com taxa de mortalidade por homicídios entre jovens negros de 72,5, ou 214% superior à taxa entre jovens brancos (23,1) [...]. Ainda ressalta que, em 2013, jovens negros foram 18,4% mais encarcerados e 30,5% mais vítimas de homicídios dos que os jovens brancos, segundo dados da 8ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Esses dados coadunam com as estatísticas nacionais. O Mapa da Violência de 2015, em sua versão final diagramada, mostrou a larga incidência e prevalência das mortes por armas de fogo em nossa juventude (15–29 anos),

<sup>168</sup> Jovem negro tem quatro vezes mais chances de ser morto no Ceará. **Jornal O Povo Online**, Fortaleza, 8 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/05/08/noticiasjornalcotidiano,3434560/jovem-negro-tem-quatro-vezes-mais-chances-de-ser-morto-no-ceara.shtml>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

totalizando 33%. A seletividade de negros e de jovens nesses homicídios é crescente ao longo dos anos.

É elevada a masculinidade de suas vítimas: 94% em 2012 eram homens. Também perversa é a seletividade racial dos homicídios por AF [armas de fogo] e sua tendência crescente. As taxas de homicídios por AF de brancos caem 23%: de 14,5 em 2003 para 11,8 em 2012; enquanto a taxa de homicídios de negros aumenta 14,1%: de 24,9 para 28,5. Com esse diferencial, a vitimização negra do país, que em 2003 era de 72,5%, em poucos anos duplica. Em 2012 é de 142%: morrem 2,5 vezes mais negros que brancos vitimados por arma de fogo (WAISELFISZ, 2015, p. 101).

A Lei Nº. 1 1.530/2007<sup>169</sup> (DOU 25.10.2007), que criou o PRONASCI, reforça, no art. 4º, uma perspectiva territorial ao trazer que seu foco de intervenção seria as Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentassem altos índices de homicídios e de crimes violentos, bem como índices baixos de desenvolvimento humano.

O Programa também tem enfoque social e etário. Social, porque suas ações privilegiam pessoas que estejam em situação de vulnerabilidade ou risco social. E etário, porque compreende que os jovens são o público prioritário para participar das ações desenvolvidas, já que são o grupo mais envolvido em situações de violência, tanto como autores, e, principalmente, como vítimas.

A escolha do GBJ se deu por causa da compatibilidade desta área com o perfil exigido pelo Programa. Além dos bairros que o compõe estarem próximos entre si, favorecendo a prerrogativa do Governo Federal de estabelecer um local em que se concentrem e canalizem todos os esforços para que o conjunto de ações das políticas públicas e sociais possa causar algum impacto, transformando aquele perímetro específico em um “Território de Paz”.

Tendo em vista a implementação de várias ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o referido Território da Paz buscou envolver a população em atividades voltadas para a promoção da cidadania, dos direitos

---

<sup>169</sup> O PRONASCI foi criado pela Lei Nº. 11.530, de outubro de 2007, e passou por alterações com a Lei Nº. 11.707, de junho de 2008.

humanos, para a redução da criminalidade e da violência e acesso à Justiça (via Mediação de Conflitos)<sup>170</sup>.

Ao PRONASCI, caberia, então, o papel de contribuir para a redução dos índices de violência e para a disseminação da **cultura de paz**, fomentando a corresponsabilidade da comunidade, especialmente de mulheres e jovens, na construção da paz.

Os Projetos implantados no Grande Bom Jardim, desde 2009, em parceria com o Município de Fortaleza, foram 11 (onze): Gabinete de Gestão Integrada do Município (GGIM)<sup>171</sup>; Vídeomonitoramento; Formação e Estruturação de Conselhos Comunitários de Defesa Social; Capacitação dos Guardas Municipais; Mulheres da Paz; Mulheres em Ação; Dança para Vida, Tocando a Vida, Maracatu Estrela Bela, Teatro Vivo – Projetos de Cultura; Trilhos Urbanos; e PROTEJO – Jovem Cidadão. Todos constituíram o denominado “Fortaleza da Paz”.

No Projeto *Mulheres da Paz*, as pessoas deveriam exercer papéis de liderança na tentativa de salvar vidas e de reduzir a violência. As integrantes participaram de cursos específicos sobre direitos humanos e cidadania, e o trabalho destas era se dedicar (recebendo o valor de R\$ 190,00 reais por mês) oito horas por semana identificando indivíduos, com idade entre 15 a 29 anos, que estejam em situação de vulnerabilidade social ou sejam alvo fácil para adentrar no mundo do crime, de modo a encaminhá-los aos serviços sociais e programas de treinamento.

Trezentas (300) mulheres foram escolhidas para receber um curso de capacitação para Formação de Mediadoras Sociais e Promotoras de Direitos

---

<sup>170</sup> O Núcleo de Justiça Comunitária do Bom Jardim realiza atendimento jurídico gratuito e mediação de conflitos, estando em funcionamento, mesmo com diversas dificuldades, desde o início de 2011.

<sup>171</sup> De acordo com o PRONASCI, o GGIM seria responsável pela organização das atividades do Programa, com a função de identificação de informações e projetos a serem implementados em cada município, com o apoio de equipes multidisciplinares (assistentes sociais, psicólogos, educadores, comunicadores e pedagogos). Na cidade de Fortaleza, este Gabinete está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã (SESEC), criada pela Lei Complementar nº 0137, de 8 de janeiro de 2013, com o objetivo de estabelecer as políticas, diretrizes e programas de segurança cidadã no Município de Fortaleza, coordenando e gerenciando a integração com as políticas sociais do Município que, direta ou indiretamente, interfiram nos assuntos de segurança cidadã da cidade. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/sesec/secretaria>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

Humanos, oferecido pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), para que depois pudessem ser "multiplicadoras da paz" (DIÁRIO DO NORDESTE<sup>172</sup>, 2011).

O Projeto para a Proteção de Jovens em Territórios Vulneráveis (PROTEJO) deveria atender jovens, com idade entre 16 a 29, que estivessem em situação de exposição à violência: jovens advindos do sistema de privação de liberdade, egressos do trabalho infantil, vítimas de exploração sexual e de violência doméstica, para oferecer treinamento em trabalhos comunitários e de recreação.

Em Fortaleza, O Projeto denominado *Jovem Cidadão* foi realizado pela UECE via NUPES<sup>173</sup>, sob a coordenação do Professor Horácio Frota. O PROJETO realizou a formação de 210 (duzentos e dez) jovens em temas ligados à cidadania, oferecendo atividades voltadas para a cultura, o lazer e a iniciação profissional. Foram formadas dez turmas, duas em cada bairro citados anteriormente (BRANDÃO; MARINHO, 2011).

Estes projetos<sup>174</sup>, aos poucos, pararam de funcionar por falta de orçamento, ou seja, não houve continuidade. Em 2011, dos 11 (onze), apenas três estavam ativos, e a justificativa do Ministério da Justiça, naquele ano, era a de que ainda não havia previsão para novos editais, já que o PRONASCI estava sendo reestruturado.

Nesse contexto, a busca pela paz tão almejada ficou sob a responsabilidade da própria comunidade, sem a atuação adequada do Estado e sem a preocupação do restante da sociedade, que se omitem diante da dura realidade dos territórios pobres.

Mas, por que a morte de alguns chama mais atenção do que a morte de outros? Por que a vida de uns vale mais do que a vida de outros? Por que a vida de 500 não chama a devida atenção das Instituições que deviam cuidar disso? Por quê? Então, é essa dimensão, se nós estamos indignados com isso, e esse momento é providencial pelo menos para isso, para que nós tomemos dimensão do tamanho do problema. Porque não é só um problema das mães que choram a morte de seus filhos, não é só um problema das famílias.

---

<sup>172</sup> Projetos de segurança pública estão inativos em Fortaleza. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 23 ago. 2011. Disponível em: < <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/projetos-de-seguranca-publica-estao-inativos-em-fortaleza-1.683519>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

<sup>173</sup> Núcleo de Pesquisas Sociais da Universidade Estadual do Ceará (NUPES/UECE).

<sup>174</sup> É oportuno destacar que apesar de inúmeros programas desenvolvidos no GBJ, estes não conseguem incorporar a imensa demanda do lugar, atendendo uma pequena parcela dos jovens.

O problema dos jovens que morrem não pode se encerrar no cemitério ou na casa das famílias de quem morre. Isso é um problema de todos nós. Nós agora estamos com uma ação que chamamos a vida da juventude interessa a todo mundo. Ela tem que sair da casa, da dimensão da dor individual, para ser uma dor coletiva, uma dor de todos nós, uma dor pública. Por isso que nós chamamos para si a responsabilidade, mas, sobretudo, na proteção adequada para o Estado (Militante da Campanha Contra o Extermínio da Juventude. Audiência Pública – *Juventudes, Justiça e Cultura de Paz: violações de direitos e alta letalidade juvenil no Grande Bom Jardim*, nov. 2013).

Já são quase dois anos de atuação do PRONASCI no GBJ, porém, este ainda sofre com os altos índices de violência e criminalidade, retratados de forma irônica pelos principais jornais da cidade.

Não que as iniciativas fossem ineficazes, porém, num período curto de atuação e com pouca abrangência e articulação, dificilmente a realidade da região iria mudar drasticamente. “Se nós não tivermos no nosso bairro instrumentos, a ampliação de espaços socioeducativos, [...], espaços culturais, centro de encontro e praças, nós não conseguiremos lograr êxito nesse nosso intento de construir uma cultura de paz” (Coordenador escolar. Audiência Pública – *Juventudes, Justiça e Cultura de Paz: violações de direitos e alta letalidade juvenil no Grande Bom Jardim*, nov. 2013).

O PRONASCI, embora articulando, timidamente, com políticas sociais e de segurança pública, foi um programa novo com velhas burocracias: descontinuidades, cortes de orçamentos, falta de investimentos, como bem disse Chies-Santos e Azevedo (2013). Em vista disso, muitos dos indivíduos que estavam envolvidos acabaram desiludidos com o retrocesso que marcou essa tentativa, mostrando “um problema acima de tudo cultural no País” (Ibidem, p. 125).

E nada mais promissor do que fazer uma política para os jovens e com eles:

Eu acho assim que os dados e as estatísticas é muito superficial, [...] tem que olhar mais, tem vim mais, eu digo assim, os Órgão, entendeu? Chega até essa juventude, para saber o que é que essa juventude quer, né? Porque a juventude tá morrendo? E... criar um modelo, uma política pública que funcione. Porque assim, a gente tem diversas políticas públicas, mas a gente não tem uma que se garanta realmente, né? **Não adianta você fazer um projeto, a prefeitura e os órgãos públicos eles tem que fazer projeto pra ser aplicado nos territórios, se não vai ter uma funcionabilidade.** Como o Centro Cultural. O Centro Cultural ele passa seis meses aberto, seis meses fechado. Porque, né? **A juventude tá querendo**

**isso?** Claro que a juventude não quer. E esse equipamento só existe porque a juventude tá lá.

Eu acho assim, que todo equipamento que tem que ser criado, **tudo que deve ser feito tem que ter a comunidade, ela tem que tá junto, né?**

Porque não adianta a juventude tem um curso lá que a juventude não se interessa. Vai ter uma perda de público. [O Centro Cultural] é um equipamento bom, mas ele não tem é... a questão de estar tendo esse cuidado, né? Eles só aplicam lá, colocam lá, as pessoas vão... sabe e não se tem um... não se faz uma nova pintura. Uma nova estrutura do local, é uma coisa muito assim, deixa à mercê... as pessoas vão. Se as pessoas não for, bem... (JOVEM 01, grifos nossos).

As falas dos interlocutores da pesquisa que subsidiaram o trabalho em tela estão consonantes com os fatos em discussão, e se traduzem no descrédito e no sentimento de “indignação” em relação aos gestores políticos, uma vez que os serviços públicos disponibilizados para estas áreas, incluindo a segurança pública, são apenas uma forma paliativa de resolver os graves problemas da comunidade, sem, contudo, atingirem as raízes sociais da problemática.

Em um depoimento feito por um aluno do CAIC Maria Alves Carioca, ele desabafa e fala sobre a falta de compromisso do Estado com as juventudes, especialmente os pobres, negros e moradores de periferias.

O jovem precisa de investimento, o jovem precisa ser jovem, chega de sermos sufocados com a hipocrisia do governo. Como é que podemos ter liberdade de expressão se ao mesmo tempo somos oprimidos? Como dizer que somos o futuro do Brasil? Sem investimento na educação não há cultura (Audiência Pública – *Juventudes, Justiça e Cultura de Paz: violações de direitos e alta letalidade juvenil no Grande Bom Jardim*, nov. 2013).

É sobre aquele segmento que se deve concentrar a atenção. Uma vez que

[...] as juventudes são significativas para o Grande Bom Jardim, tanto no aspecto populacional, quanto como ativo social e na potência criativa. Ao mesmo em que é expressivo demograficamente, a violência no Grande Bom Jardim e na cidade recaem com mais gravidade sobre este segmento, ainda que estes sejam muitas vezes reconhecidos como os produtores da violência. Ainda que estejam no centro das práticas de violência, a juventude é o segmento que mais morre (REDE DLIS; REJAN, 2012, p.14).

São estes jovens que mais sofrem com a violência policial e se encontram num estado de insegurança pública: eles(as) são alvos frequentes de criminalização e de diversas formas de violência. São torturados(as), mortos(as), humilhado(as) em nome de uma “paz” que só interessa aos segmentos abastados da sociedade.

Já se sabe que polícia mais bala não dá certo. Já se sabe que se tiver mais polícia nós não temos diminuição da letalidade juvenil porque desde esse novo governo, dessa nova proposta de polícia comunitária, carro de luxo, arma de luxo, farda de luxo, enfim, não está dando certo. A nossa juventude na realidade permanece numa situação extremamente deplorável, eu diria. Não se respeitam os direitos humanos e não se respeita como foi colocado também aqui em uma outra ocasião não se respeita deliberadamente. [...]. O Ronda do Quarteirão não é polícia comunitária, não garante segurança, não conversa com a sociedade, não conversa com a juventude. O Raio, por exemplo, especializado e é pago melhor e eu diria que para matar a juventude, para matar bem, assegurar que ele morreu mesmo. (Coordenador escolar. Audiência Pública – *Juventudes, Justiça e Cultura de Paz: violações de direitos e alta letalidade juvenil no Grande Bom Jardim*, nov. 2013).

E como alcançar um estado de paz e justiça social, nesses espaços, quando não se respeitada a dignidade destes(as) cidadãos(ãs), quando o que prevalece é a discriminação, a desigualdade, a impunidade, o braço armado do Estado?

### 3.2.2 Jovens Agentes da Paz (JAP): resistência em meio a uma sociabilidade violenta<sup>175</sup>

É primordial se destacar que as periferias e favelas não são apenas um espaço de violência, mas são locais de expressão e organização. Existem meninos e meninas que não foram recrutados pelo tráfico e que seguem sua vida por meio da arte e da cultura. O Hip-Hop, o Grafite, o Rap, o baile funk<sup>176</sup> e Teatro<sup>177</sup> são a principal forma de expressão e de denúncia, bem como os meios que eles encontram para mostrar seus projetos e sonhos. Os jovens, por meio destas

<sup>175</sup> Em seu ensaio, Silva (2004) nos traz sobre a noção de “sociabilidade violenta”. Ele tece suas discussões em torno da relação entre produção simbólica e certas práticas sociais, com intuito de compreender como as relações de força, que estruturam, na atualidade, um complexo de práticas associadas ao que é definido como crime comum violento, vêm interferindo sobre a organização da vida cotidiana nas grandes cidades brasileiras

<sup>176</sup> Glória Diógenes (1998, p. 32), em sua obra *Cartografias da Cultura e da Violência: gangues, galerias e o movimento hip hop*, diz que a violência atua como “um mapa cultural”. O baile funk, dentre outras manifestações culturais juvenis, “[...] ao ‘espetacularizar’ a violência, publiciza todas as tensões sociais que se acirram na condição juvenil dos moradores de periferia no final do século XX. A violência passa a funcionar como um modo de dar visibilidade a conflitos e tensões que permaneceriam virtuais, ignorados se não houvesse o baile como local de ‘encenação’ de uma violência que pulsa no cotidiano dos bairros mas que não se encontra, na sua territorialidade, formas de **manifestação** de todo o seu potencial, de toda a sua energia” (grifo nosso).

<sup>177</sup> Uma das ações do JAP é o Mandala, um grupo teatral que retrata em forma de espetáculos teatrais a realidade juvenil nas periferias brasileiras, sobretudo a dos jovens do GBJ. Constantemente eles têm laboratórios de estudos e formação sobre a situação de seus bairros para poderem traduzi-la sob forma de arte para os demais jovens.

manifestações artísticas e culturais, apontam caminhos de resistência, a qual se faz pautada na criatividade, na coletividade e na solidariedade.

Trassi e Malvasi (2010, p. 87) expõem que as práticas sociais da diversidade juvenil parecem articular-se, material e simbolicamente, às formas das cidades contemporâneas.

A cidade contemporânea se caracteriza pela acumulação de muitas realidades, ações e experiências simultâneas, e as práticas sociais dos jovens podem ajudar na definição de uma nova forma de cidadania, na experiência. Neste sentido, é necessário conhecer e reconhecer as práticas juvenis de intervenção urbana – como o grafite, as produções áudio-visuais, os eventos planejados virtualmente e a música – **enquanto ações de resistência** que se articulam, imbricam e dialogam com as outras formas comunicativas acionadas nas cidades contemporâneas. Tais práticas de intervenção urbana constituem situações comunicativas que acionam e acessam seus interlocutores de diversas maneiras, indicando uma dinâmica urbana compartilhada (TRASSI; MALVASI, 2010, grifos nossos).

Como estratégia, não de substituição do papel do Estado nas suas obrigações perante a sociedade, mas como forma de luta por mudanças no território e na vida dos moradores, existe um expressivo número de grupos organizados na SER V.

A nossa vida nos mostra todo dia que se nós não lutarmos não nos dão nada. Nada é de mão beijada. Nada nessa comunidade foi conquistada pela boa vontade de político A ou B, não existem salvadores da pátria. Nós temos que prestar atenção em quem vota? Tem. Só que nós temos que querer mesmo é nos organizarmos e irmos para a luta porque é isso que muda as coisas (Integrante do Movimento Livre. Audiência Pública – *Juventudes, Justiça e Cultura de Paz: violações de direitos e alta letalidade juvenil no Grande Bom Jardim*, nov. 2013).

São inúmeras as Organizações Não Governamentais (ONGs), Associações de moradores, grupos religiosos, a saber: Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim, (JAP), Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS), Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ)<sup>178</sup>, Rede DLIS<sup>179</sup>, Coletivo Voz da

<sup>178</sup> O CCBJ é popularmente conhecido como Dragãozinho, foi inaugurado na gestão do governador Lúcio Alcântara e é resultado da luta dos moradores do entorno. O equipamento estatal fornece formação para crianças, jovens adultos e idosos, além de incentivo a produções culturais. A principal reivindicação da comunidade sobre o Centro, pronunciada em um dos depoimentos da Audiência *Juventudes, Justiça e Cultura: violações de direitos e alta letalidade juvenil no Grande Bom Jardim*, realizada no dia 8 de novembro de 2013, neste local, com uma representante do governo na Assembleia Legislativa (AL) de Fortaleza, que faz oposição à situação; foi a falta de recursos para mantê-lo em pleno funcionamento até nos finais de semana, para a oferta de projetos e cursos inovadores, e para pagamento dos funcionários e manutenção do local. Nesta Audiência, não se fez

Periferia, Fórum de Juventudes GBJ, Rede de Articulação do Jangurussu e Ancuri – (Rede REAJAN), ONG *Terre des hommes*, dentre outros. São movimentos de resistência contra as desigualdades, violações históricas, violência institucional, bem como ao estigma social, que lutam em prol da efetivação de seus direitos; fortalecendo o território e construindo a noção de viver em comunidade<sup>180</sup>.

No bairro do Bom Jardim, assim como nas comunidades e ocupações de loteamentos dos bairros do entorno do Grande Bom Jardim e do Mondubim, está previsto um plano específico de urbanização para regularizar o assentamento, é a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), que é um instrumento urbanístico instituído pelo Estatuto da Cidade (2001) o qual prevê a promoção de moradia e infraestrutura básica voltada à população de baixa renda, mediante regularização fundiária e urbanística.

O povoamento deste espaço iniciou-se em meados da década de 1970, a partir das demandas surgidas em conjunto com as deficiências habitacionais de Fortaleza.

É a partir dessa década, também, que se intensificam as ocupações irregulares, que podem ser observadas até hoje nesta região, junto a ela observamos a degradação do verde local, que deu origem ao nome. O que percebemos hoje é um emaranhado de concreto, somado ao asfalto (onde tem) e/ou o calçamento desordenado. A ocupação desregrada do espaço conhecido como GBJ fez surgir internamente vários territórios distintos. Não são novos bairros, ou ruas, ou comunidades, são *territórios*, usado em seu sentido clássico (COSTA, 2012, p. 31).

---

presente nenhum representante da Comissão dos Direitos Humanos da AL, e muito menos os representantes da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social e do Ministério Público.

<sup>179</sup> Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim. É uma instância de articulações de lutas. Congrega 61 entidades e movimentos dos 5 (cinco) bairros da região, demandando questões específicas de cada bairro, consensuando atuações no que diz respeito ao conjunto da região e da Cidade. “Atualmente a Rede DLIS concentra suas prioridades no monitoramento do Projeto Rio Maranguapinho (pela garantia de direitos humanos e revitalização deste); Implementação imediata da ZEIS Bom Jardim; Enfretamento ao extermínio da Juventude e por uma Política de Segurança Pública com Direitos Humanos; e Valorização da Memória e História do Grande Bom Jardim” (REDE DLIS; REJAN, 2012, p. 5). A REAJAN “é um grupo de entidades comunitárias, ONGs, pessoas, movimentos, igrejas que se organizou e se constituiu, em 2007, enquanto ator político na região, a partir de uma ação territorial, tendo como missão ‘Fortalecer as lutas comunitárias da região do Jangurussu / Ancuri, através de ações coletivas, articuladas e protagonizadas por comunitários, movimentos sociais, lideranças e entidades da sociedade civil, com vistas ao desenvolvimento local sustentável” (Idem).

<sup>180</sup> Costa (2012) ao tratar sobre as juventudes e as suas percepções sobre o território do GBJ, ela tratou a categoria **território** enquanto um espaço produtor de identidades e sentimento de pertença a uma dada comunidade.

A área do GBJ se caracterizou por um modelo de urbanização reativa à ocupação desordenada do solo urbano, sem que houvesse um planejamento antecipado pelos gestores da cidade de Fortaleza. Porém, o que houve foi uma reação à ocupação do território do bairro por trabalhadores de baixa renda advindos do interior do Ceará, bem como de pessoas advindas de outras cidades do Estado do Ceará ou de outros bairros da Capital. Esses fluxos migratórios acabam alterando a estrutura socioespacial do bairro, modificando o meio ambiente, trazendo como consequências problemas sociais que vão desde a deficiência em termos de serviços públicos, como os de segurança, por exemplo. Então é uma demanda pautada na luta pela regularização fundiária dos habitantes do GBJ.

Os jovens interlocutores desta pesquisa são membros dos Jovens Agentes da Paz (JAP). Este grupo é formado por 120 (cento e vinte) pessoas que atuam nas ruas de sua comunidade, escolas, instituições, procurando conscientizar outros jovens para uma cultura de paz e transformação pacífica dos conflitos por meio do diálogo. Esse é o grande diferencial.

Os Jovens Agentes da Paz (JAP), tentam, no entanto, desconstruir estereótipos já tão corriqueiros e que engessam a identidade da(s) juventude(s) nesses territórios estigmatizados. Diante de todas as adversidades, é urgente a luta diária, via organização popular, para a construção e reafirmação dos direitos daqueles que são historicamente violados.

Os integrantes do referido grupo não se veem como exceção de uma realidade que é veiculada diariamente pela mídia: ou seja, a de que, na periferia, a maioria dos jovens são “bandidos”, e que os “japianos”<sup>181</sup> são uma exceção, são os que se salvaram do mundo da criminalidade. Eles não têm uma visão maniqueísta. Acreditam que a juventude adentra na criminalidade não por uma questão de opção e tentam lançar discussões cotidianas para problematizar a conjuntura posta.

A missão do JAP consiste em convocar os jovens a se perceberem e agirem enquanto sujeitos importantes na sociedade em que vivem, movimentando a juventude do GBJ.

---

<sup>181</sup> Membro dos Jovens Agentes da Paz.

E mais do que isso, propositivo, criativo e ativo na construção de um Bom Jardim de acordo com nossa capacidade de decidir o que nos une e o que queremos de melhor para nossas vidas, respeitando nossas diferenças e as características de nossos bairros. De maneira particular, é chamar a juventude a se importar com seu lugar, a começar por sua escola, e a partir de uma temática premente, urgente, que é a violência, que se está nas relações no âmbito escolar e fora dele e se manifesta através de comportamentos e práticas violentas. O JAP pretende através da cultura de paz envolver a juventude em um processo que desperte a não violência, a convivência movida pela diversidade, pelo respeito e pelo diálogo (FACEBOOK JAP, s.d).

O CDVHS é o local de encontro, reuniões e formação dos líderes do grupo. São aproximadamente 23 “líderes” que recebem uma formação contínua sobre assuntos diversos. Algumas formações são realizadas em parceria com Universidades e Instituições. As reuniões de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA) ocorrem todas as segundas-feiras, às 18h.

O JAP Desenvolve Ciclos de Debates<sup>182</sup>, envolvendo diversos temas como: DDDHH, Mediação de Conflitos, e outros assuntos demandados pelos (as) alunos (as)<sup>183</sup>, em 6 (seis) Escolas de Ensino Fundamental e Médio (EEFM): Santo Amaro (Bom Jardim), CAIC – Maria Alves Carioca (Granja Lisboa), Eudes Veras (Siqueira), Professor Jociê Caminha de Meneses (Bom Jardim), Senador Osires Pontes (Canindezinho) e São Francisco de Assis (Granja Portugal).

Outras atividades desenvolvidas são: os Passeios Ciclísticos realizados às quintas-feiras, na faixa ciclística, que foi resultado da luta e reivindicação dos moradores. Estes passeios buscam pleitear o Direito à Cidade e à garantia de uma infraestrutura adequada para a população; ações ambientais pela revitalização do Rio Maranguapinho; mobilização de diferentes Instituições; articulação de movimentos e protestos; levantamento dos problemas da região, denúncias e convocação de Audiências Públicas, como forma de alertar o Poder Público e buscar soluções e alternativas para o contexto de violações.

---

<sup>182</sup>O primeiro Ciclo do ano de 2015 foi sobre as doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Desde a primeira reunião do ano de 2015 (12 de jan.), estive acompanhando as reuniões de planejamento e discussão de diferentes assuntos. A escolha daquela temática se deu pela aproximação da semana do Carnaval e pela oportunidade de tratar, de forma mais direta e próxima à linguagem dos jovens, (evitando abordagens moralizantes e mecanicistas) sobre o aumento dos casos registrados no Brasil de adolescentes e jovens, a partir de uma metodologia desenvolvida pelos próprios jovens facilitadores, desconstruindo mitos e tirando as dúvidas que pudessem porventura surgir.

<sup>183</sup> Após um levantamento de assuntos nas Escolas, os principais temas que apareceram foram: Extermínio, Racismo e Homofobia.

Silva e Leite (2008) afirmam que as ONG's tem sido o agente mediador capaz de ouvir a indignação e a revolta moral dos moradores dos territórios estigmatizados e convertê-las em demanda política, acionando a linguagem dos direitos. Assim, elas funcionam também como um operador alternativo que estabelece uma ponte direta com os órgãos governamentais e como as possibilidades de alguns moradores se organizarem e se mobilizarem em busca de justiça, cidadania e reparação.

O CDVHS tem funcionado também como mediador nas denúncias de casos de violência policial sofrida por moradores, quando estes resolvem quebrar a "lei do silêncio", a qual prevalece quando o contexto é permeado pelo medo de represálias. Sem dúvida, silêncio e obediência são respostas, segundo Silva e Leite (2008, p.70), adequadas diante do risco de morte e da extrema precariedade de soluções institucionais.

Observamos que as vítimas de práticas policiais, compreendidas como arbitrárias e discriminatórias, procuram organizações da sociedade civil e instituições participativas para obter algum respaldo, por vezes jurídico, no processo de denúncia, em meio à ineficácia das instituições estatais para receber denúncias, apurá-las, punir abusos e propor reformas.

Conforme Paiva (2014, p.79), a mobilização dos moradores do GBJ, junto com organismos populares e não governamentais, para a discussão de questões pertinentes à segurança pública, revela uma tendência experimentada em várias cidades brasileiras, "cujas discussões sobre a prevenção da violência e do crime ultrapassam as fronteiras tradicionais que atribuem isto a um problema de polícia". Isso ocorre sob uma concepção de que a construção de um sistema de segurança pública não é representada apenas por medidas de aumento de contingentes policiais.

Então a gente aqui do JAP, a gente tem também um projeto, que é o Projeto pela Vida da Juventude, né, que, ele foi... quando ele foi pensado, foi pra justamente isso, né? Ver como é que estava o índice de homicídios dos jovens daqui, se os casos de jovens e também dos adultos, eles estão sendo disponibilizados de forma adequada, se os casos estão sendo solucionados ou não, e qual o modelo de segurança que a gente quer. A gente tem formulações, dados, a gente faz também rodas de conversa nas escolas e rodas de memória também, pela vida dos jovens que foram assassinados aqui no território, onde a gente teve uma resposta muito boa também, dos próprios alunos. Porque tinha jovens que foram vítimas da

violência por conta do tráfico, por conta da própria polícia, por conta de ser confundido né com uma pessoa? E a gente ouviu vários relatos desses jovens. A gente, assim, tá finalizando só uns gráficos, né, dos dados de homicídio aqui da região, envolvendo tanto jovens adultos, como os próprios adolescentes, a gente encaminha esses dados para Secretaria de Segurança Pública, e a gente ia fazer esse link de verificar se os casos foram solucionados, o andamento desses casos [...] Quando um jovem é assassinado aqui no grande Bom Jardim era, como eles colocam lá nas fichas, né, era traficante. Como é uma análise da própria polícia, a Secretaria de Segurança? Essa questão... (JOVEM 01).

O JAP, dessa forma, tenta atuar com resistência às diversas formas de violência, inclusive a violência policial, reivindicando uma polícia mais próxima da comunidade e a construção de um sistema de segurança pública articulado com as demais políticas, já que os jovens entendem que as expressões da “questão social” não devem ser questão de polícia.

Eu acho que a polícia deveria acima de tudo ser uma mediadora de conflitos. E não uma provocadora, ou algo do tipo. Porque, quando a gente trabalha com movimentos sociais, a gente aprende a mediar os conflitos. Então, eu acho se a polícia tirasse um pouco essa visão, eu tenho que acabar com o tráfico de drogas e passasse a mediar os conflitos, diminuiria muito as coisas ruins que acontece. Então, eu acho que a polícia acima de tudo deveria ser uma companheira (JOVEM 02).

Inclusive, alguns dos policiais entrevistados reconheceram que a segurança pública não é só responsabilidade policial, pois os conflitos sociais são permeados por diversos significados. Relaciona-se com a organização complexa das redes de instituições públicas e privadas que se ligam ao problema da segurança pública.

A questão comunitária, não é só polícia. É educação, saúde e geralmente o que o Estado manda, geralmente só somos nós. É o que geralmente do Estado nos locais mais impróprios é... chegam nós. Ou seja, a única coisa que chega geralmente é a polícia. Então só para chegar com a polícia comunitária, com boa vontade, sem outras ações... É muito difícil! (POLICIAL DELTA).

Essa violência não é só questão de polícia. Não adianta só a polícia entrar só no Barroso e prender todo mundo suspeito não adianta. Porque infelizmente hoje, o único poder público atuante 24 horas em periferia é a polícia. Cadê hospitais? Cadê médicos, professores? Cadê assistente social? Né? Você entra no Barroso você não tem a presença do poder público fora a polícia. Você não ver. Você ver crianças lá, você ver pessoas drogadas. Você ver mendigos, você ver pessoas passando fome. Às vezes, a violência não justifica, né? A pessoa por ser pobre ou está passando fome e ir roubar. Não justifica porque eu acho que isso não é defeito. Mas, também não é só a polícia atuar, a polícia prender que vai tá resolvendo. Eu acho que não é só isso! Precisa ter a polícia sim! Precisa ter, claro! Mas precisa também a Prefeitura ser mais atuante, o Estado ser mais atuante,

colocando mais locais para prática de esportes, de lazer, cursos (POLICIAL ÔMEGA).

Então eu, particularmente, penso que enquanto a gente não tiver um Ronda da educação, um Ronda da saúde, um grande programa do governo voltado para as outras áreas sociais assim, só o Ronda em si não vai trazer a melhoria que o povo anseia (POLICIAL ALFA).

No entanto, o processo de construção de representações sociais que legitimam e mantêm a associação juventude e violência corrobora para práticas repressivas de policiais: “Os adolescentes e jovens associados à violência pela mídia, invariavelmente, são pobres e costumam viver em territórios estigmatizados, em que há ostensiva presença das forças de segurança policial.” (SOARES, 2004, p. 69).

### 3.3 POLÍCIA E JUVENTUDE: UM EMBATE SOCIAL

A Sujeição criminal é recorrente sobre os indivíduos considerados potencialmente perigosos e residentes em territórios estigmatizados, e, por essa razão, conforme Paiva (2014, p. 40),

[...] sofrem uma espécie de **coerção moral sobre sua existência social**. Nesse caso, as áreas mais pobres do Bom Jardim foram apresentadas por policiais que atuam no Bairro como os locais em que eles atuam com maior frequência na busca de suspeitos de crimes. Tal prática se dá, conforme revelaram moradores, de forma indiscriminada, pois, segundo eles, **os policiais atuam na perspectiva de que todos os moradores das áreas mais pobres do Bairro são potenciais suspeitos e, por este motivo, passíveis de serem abordados na rua ou nas suas próprias casas após ocorrência de denúncias de crimes** (grifos nossos).

A seletividade criminal não é aleatória. Os dados são contaminados pelo processo real de criminalização, o que significa dizer que apenas certos tipos de ações e agentes tendem a ser preferencialmente criminalizados.

De acordo com o que foi visto no capítulo 1, o elemento suspeito tem cor/raça, endereço, faixa etária e um modo de vestir e falar, conhecido popularmente pelos policiais rondantes por “pirangueiro” ou “vetim”.

Essa falsa visão recai no **vigilantismo e repressão** preferencial das agências estatais em relação aos pobres e excluídos. Assim, o processo de

criminalização social revela-se desfavorável para a consubstanciação da cidadania daqueles.

Misse (2011) defende que há uma errônea associação entre pobreza urbana e criminalidade violenta, seja porque comporta estereótipos que criminalizam os pobres em geral, seja pelo fato de que o crime organizado nas grandes cidades brasileiras é controlado por agentes não pobres.

Paiva (2007, p. 94) afirma que uma das principais consequências dos **estigmas territoriais** é que, ao residir numa área degradada, o morador está submetido a um processo de **sujeição criminal** generalizada, em que determinados grupos sociais são apresentados e reconhecidos preventivamente como supostos sujeitos do crime. Além disso, Ele continua destacando que isso é consequência de “[...] uma superexposição da violência nas áreas desprestigiadas da cidade, [que acaba por criar] uma espécie de *doxa* sobre os bairros populares, pautada **na homogeneização das suas diferenças**, sem nenhuma relativização das distinções relativas à sua população” (PAIVA, 2007, p.13).

Isso pode ser comprovado na fala de um policial rondante sobre o Bom Jardim:

Eu dou muito apoio no Bom Jardim. Aqui, aqui... Aqui é um bairro onde tem muito bandido, muito bandido, muito elemento, muito pivete. Então até um monitoramento que entra com a gente para reclamar de alguma coisa. Ele reclamou que o menino estava criando muita ocorrência de elemento suspeito e lá estava perguntando porquê, “Rapaz, **para eu tá criando uma ocorrência de elemento suspeito no Bom Jardim é só olhar para o lado.**” É só olhar para o lado que eu crio. Muito, muito mal elemento aqui no bairro, muito. O bairro aqui é crítico, principalmente... o Parque São Vicente. [...] é o Parque São Vicente, o Bom Jardim, Canidezinho, Siqueira, Jatobá, Bom Sucesso, uma parte do Parque São José, Genibaú. É porque nesses lugares é crítico (POLICIAL ALFA).

Os jovens pobres e negros, bodes expiatórios de uma sujeição, a priori, seriam todos “bandidos” até que se prove o contrário. A visão generalizante de diabolizá-los chega a tal ponto que lhes é “freqüentemente imputada uma violência virtual que seria quase natural, essencial” (WIEVIORKA, 1997, p. 9). Tal atribuição passa a existir sem comprovação de fato.

A identidade sobressai pela imagem. A vestimenta dos jovens imprime o caráter de uma marca que remete ao lugar de onde são, ao qual pertencem, e, muitas vezes, identificados como “bandidos”.

A relação entre a polícia e a juventude durante uma abordagem é reveladora de preconceito, sobretudo se o jovem for negro, morador de periferia e tiver vestido de “bandido”, como afirmam os depoimentos abaixo

Eu acho que há algum preconceito. Porque hoje em dia eles sempre vão abordar um negro, pobre e que mora na periferia e que se veste de forma que pra ele é de forma de marginal. Eles esquecem um pouco de olhar para os jovens e dizer: poxa, se eu conseguir conscientizar esse jovem que o uso de droga é uma coisa errada, eu posso fazer com que este jovem que por mais que ande com roupas extravagantes, ele passe a observar o mundo de outra forma, passe a analisar um todo. E esse preconceito vem muito a partir da roupa, entendeu? **Se eu uso uma bermuda da Ciclone, uma blusa da Smolder, uma Kenner, ou coisa parecida eu sou vagabundo. E essa relação que tem entre a juventude e a polícia parte disso, entende?** E que também, por incrível que pareça a mídia acaba englobando tudo isso como correto. Há eu uso roupa de marca, eu moro na periferia, eu faço isso, faço aquilo eu sou vagabundo. A polícia me abordou porque eu estava com essas roupas que me denunciavam que sou vagabundo. **Então essa relação de polícia e juventude parte mesmo de um preconceito.** Não tem aquela ligação de certa forma afetiva. O jovem merece ser respeitado dentro do seu espaço e a polícia merece agir dentro dos seus limites, e dentro... é do estudado, porque eles não chegam lá e já entram, eles têm um estudo, entendeu? Acho que falta um pouco disso, de deixar de ter um preconceito e analisar o todo.

[...] **Negro, cabelo pixaim, morando na periferia, próximo a uma boca de fumo. Eles acabam generalizando tudo aquilo que está próximo né? É cruel! É uma realidade muito cruel** (JOVEM 02, grifos nossos).

Polícia e juventude... Eu acho que a polícia assim gosta de bater muito na juventude, por causa dos preconceitos, dos tipos que o jovem gosta de se vestir... não pode ficar assim até assim onze horas no meio da rua que eles para, quer bater, dizendo que a gente tá fumando maconha no meio da rua ou atrás de roubar. Eu mesmo semana passada fui lá em um... estava na Osório de Paiva, a polícia me parou e disseram que eu estava atrás de roubar... “Não, eu estou vindo do meu vô, como é que eu tô atrás de roubar?”. Eu falei pra ele. Aí ele: “Tá certo, eu nem quero mais ver tu aqui na pista não que o pessoal estava dizendo que tu estava atrás de roubar. Eu falei assim: “Porque eu não posso andar mais não?”. Eu estava na casa do meu vô estava com dois amigos meu. Aí ele: “Tá certo, vai embora”. Aí nós foi embora e ele ficou olhando pra onde nós íamos. Aí eu continuei andando na pista, aí eles passaram por nós, ficaram olhando e aí foram embora (JOVEM 03).

É uma relação conflituosa e de distanciamento. São “dois mundos diferentes” (JOVEM 06), embora alguns policiais do Ronda sejam jovens e residam em bairros periféricos. Segundo o Jovem 06, Periferia e Polícia é “um embate social”.

A relação da polícia com a juventude ela **está muito distante**. Eu acho que pra se ter uma política de segurança pública aplicada ao nosso território tinha que se ter uma conversa conjunta, tanto com a comunidade como os órgãos competentes na área da segurança e com a juventude, pra saber como é que a gente pode ter um andamento junto, né? Como é que a gente pode caminhar junto? Como é que se pode tá se melhorando? Coisas que não se tem. Eu acho que uma das coisas mais problemáticas é... que existem no governo e também no sistema e nos órgãos competentes é isso... sabe? Que se aplica, traz um modelo de segurança pra cá, que não se pergunta, não diz se tá legal, se... como é que pode tá andando, né? Como é que tem um andamento com qualidade. Porque assim, o Ronda do Quarteirão, é a polícia da boa vizinhança. A visão que a gente tem aqui, eles chegam nas lanchonetes mesmo, eles param, eles comem, eles param no restaurante e comem, só para comer e para caminhar. É isso que eles fazem aqui. A gente não vê outra visão deles aqui, a própria comunidade, sabe? E quando a polícia vem, ela vem para pegar propina da droga, vem pra repassar droga pros traficantes, pro chefe da boca do trafica, pra pegar sua porcentagem, aluguéis de arma, uma série de coisas... assim, hoje o papel da polícia aqui no grande Bom Jardim é essa, sabe? Você não tem segurança e se tem é fantasma, não existe (JOVEM 01, grifo nosso).

Ruim! Péssima! Porque eles não sabem revistar as pessoas com educação, querem meter a mão no bolso sem pedir, eles matam as pessoas, eles são corruptos. É mais com os jovens. A galera é mais afoita né? (JOVEM 04).

A função da polícia nos territórios estigmatizados, ao invés de proteger a todos, ela viola direitos, sobretudo os das juventudes.

A função da polícia hoje, trazendo aqui pro território do Bom Jardim... É... assim... A gente, eu, particularmente por ser moradora e jovem eu fico muito triste né. Porque eles são contratados para fazer segurança no nosso território e ao mesmo tempo eles não... o uso da abordagem policial aqui é muito pesado, entendeu? E quando a gente chega para debater, fica... como a gente já teve um debate aqui com o representante do Ronda do Quarteirão, eles dizem que a abordagem policial ela está altamente correta, né? Que não tá pro jovem, entendeu? Nem para o adulto também que é um tipo de abordagem que é a abusiva, né? Que tem espancamentos, que se tira a chinela, pro choque bater no chão e pegar no jovem, tem uma série de coisas... E hoje, assim, eu não me sinto bem com a segurança que se tem hoje no território. Eu me sinto bem quando eu posso andar nas ocupações, nas zonas do tráfico, aqui, e eu sei que eles me respeitam mais do que a polícia, entendeu? **Então... a polícia serve para exterminar, para espancar jovem, né? Para discriminar, e tirar direitos...** (JOVEM 01, grifos nossos).

Ser o braço opressor do Estado! Não vejo outra resposta para isso (JOVEM 05).

### 3.3.1 Experiências juvenis com a abordagem policial no Grande Bom Jardim

Nesse tópico será tratado sobre as experiências dos jovens com os policiais por meio das abordagens, principalmente com os policiais rondantes, bem

como a exposição dos sentimentos dos jovens em relação à atuação truculenta da polícia, suas avaliações sobre o Ronda do Quarteirão e quais as estratégias juvenis desenvolvidas sobre a atuação dos policiais.

Dos seis jovens entrevistados, somente a garota não foi abordada, mas testemunhou práticas policiais arbitrárias e preconceituosas.

[...] eu nunca fui abordada, mas eu tenho amigos que foram abordados, né? Que eu trago como exemplo assim, de que a gente se sente é, excluído, com medo do que pode acontecer. Hoje a gente não confia... eu não confio mais em ninguém, sabe? Eu não confio nos órgãos... assim, eu tento acreditar, mas ao mesmo tempo a gente não pode acreditar naquilo, né? Mas assim, né, a polícia pra mim...é complicado. E a gente luta para garantir mesmo melhorias... mas...

Então, ele me contou que ele estava passando, né? Ele tinha uma sequela no braço que estava recente, que ele tinha acabado de tirar o gesso. Por ter um brinquinho, um cabelo com luzes e morar numa área que é considerada ali, nas áreas do Canindezinho, né? Que se tem um fluxo maior de jovens que são aviãozinho, né, e tudo mais. Aí ele estava nas proximidades da casa dele aí eles disseram assim: “Aí, tá fazendo o que aqui?!”. Aí, foi fazer a vistoria nele, né? Aí na hora que ele pegou no braço dele assim, ele pegou com tanta força que desconjuntou o osso de novo, né? Aí na mesma hora inchou, né? Aí ele disse assim, né: “Ah, o que é que estava fazendo? Porque que teu braço ficou desse jeito? Estava pulando muro?”, sabe? Sendo que o menino caiu do skate, né? Sabe, eles têm uma visão, assim alienada, sabe? Eu acho que é... eles, tanto de criar um... esse estereotipo, é também... eu não sei se é a experiência que eles tem de outros lugares, que eles trazem, eles fantasiam muito. Eu acho que a polícia, a própria coordenadoria desses setores assim, eles fantasiam muito, sabe? E eu acho que é por isso que a juventude hoje, a juventude que tá nessas áreas de... nessas zonas, elas... elas dizem que tem nojo da polícia, porque a polícia ela, pra eles é a mesma coisa que ser um ladrão do tráfico, pra eles a polícia é que não presta (JOVEM 01).

Eu já fui abordado várias vezes... e também conheço muitos... Vixe... ah... perdi foi as contas... era todo dia lá na rua... nós sentados na calçada, parava nós... A última vez... um dia desse pararam nós, foi na trinte e dois, aqui do Bom Jardim... aí... botaram a mão nas cabeça. “Bota a mão na cabeça!”. Deixaram a gente passando mais de quinze minutos ou foi vinte minutos, no sol quente... eles: “Vão ficar aí esperando a vítima... Vê se reconhece vocês”. Aí trouxeram a vítima, aí disseram que não era nós não... mas estava com dois dentro do carro já e botaria mais três que estava sentado na calçada, no bar. Aí pegaram nosso celular tudinho, cutucaram... aí olharam nossas fotos, aí não viram nada e foram embora... pediram nem desculpa. Ficaram conversando... eles ficaram conversando e deixaram nós no sol, nós podia nem baixar as mão... quando nós ia baixar a mão, aí “Bota a mão na cabeça... ninguém mandou baixar não!”. Na maior ignorância... só isso...Sempre eles chamam de vagabundo, “Bota a mão na cabeça vagabundo!”. Só vagabundo mermo que chamaram... mais... (JOVEM 03).

Tem uns que são, muito pouco, que são educados. Mas a maioria está nem vendo. **Eles tratam a gente como lixo, batem.** [...]Já vi casos de colegas que estavam na esquina e o policial chegou abordou e perguntou cadê a identidade? Ai a galera não tinha. Isso foi na periferia. Ai eles bateram. Também já ouvi falar que de madrugada o RAIO bateu em um menino que

ficou parálítico. E um brother meu disse que um policial quebrou o braço dele Não! Protege não! Eles fazem é piorar. Atira (JOVEM 04, grifo nosso).

[...] eu conheço pessoas que sofreram pressão psicológica e algumas que sofreram agressão física. A da pressão psicológica é de quatro jovens ou cinco, foram abordados, dentre eles estava um amigo meu. Ele disse que na abordagem pediram para abrir as pernas dando chute, puxando cabelo e da psicológica também foi dizendo: olha se você me entregar, se disser que a gente te abordou aqui, você vai ver o que vai acontecer contigo. E se eu te pegar aqui de novo eu te levo preso. Entendeu? **E essas abordagens psicológicas acabam afetando não só aquele jovem que foi abordado, mas passa atingir as pessoas que vivem próximo da pessoa.** Pra ele, “ah eu fui abordado, se ele me pegar ali de novo vai me levar preso, ou ia me bater”. Isso passa um medo para as pessoas que vivem próximo, que arroteiam aquele jovem. Pra mim também pegou como pressão psicológica, porque quando passa de uma pessoa pra outra, pra outra e pra outra, acaba que ninguém vai querer está naquele local, porque uma pessoa recebeu uma ameaça de um policial. [...], mas geralmente a gente escuta dizer que os vagabundos fazem isso, ou as pessoas que roubam por algum motivo, falam isso. Mas quando passa de um poder público falando isso é pesado. Eu acho que umas das formas mais pesada de enfrentar o mundo é recebendo ameaça do próprio mundo, das pessoas que era para nos dar segurança (JOVEM 02, grifos nossos).

Percebe-se que, no decorrer das descrições das experiências de encontro entre polícia e juventude pobre, todos eles deixam transparecer quais os sentimentos que brotam dessa relação conflituosa entre os sujeitos envolvidos. É uma mistura de medo e revolta. Medo por sofrer as mais diversas violências, inclusive a letal; e revolta por saber que é um procedimento policial ilegal, em que estes agentes públicos abusam do poder de polícia e que o Estado acaba fazendo “vista grossa” para tudo isso.

O depoimento, a seguir, expressa a revolta que os jovens depoentes têm da polícia e da sociedade hipócrita.

O que eu acho cara é assim... talvez seja só revolta, porque quando se fala de polícia, infelizmente eu ainda sinto uma ferida em mim que não fecha, sabe? Pra mim, eu acredito que entre os periféricos e a polícia eu enxergo, eu enxergo uma luta injusta. Por que? Porque eu entendo cara que polícia é só mais um braço do estado. Tá entendendo? Mas, eu entendo que tinha como conciliar, assim, as duas coisas. A periferia ela não é tão mal... na periferia, ela tem arte, tem cultura. Na periferia tem lazer, é... hoje em dia, infelizmente, sempre que a periferia tenta se aproximar do lado da burguesia, eles são empurrado pra fora, cada vez mais empurrado. Num lugar onde não tem saneamento básico, não tem um... uma rede de esgoto adequada, não tem uma água que venha adequada nas torneiras... Então, eu entendo que, como é que a gente vamos viver na periferia, se a gente não tem nem o necessário? Tá entendendo? Então, quando esse grupo tenta se aproximar cada vez mais do lado da burguesia, que é onde tá, não vou dizer, não é 100%, mas pelo menos onde tá a grande maioria das coisas, as praças, os polos de lazer, os teatros, as academias...essas

coisas... E quando a gente tenta se aproximar, nós somos empurrados pra fora. Muitos jovens não têm essa mentalidade que eu tenho. Por exemplo, eu sou apaixonado por arte, eu sou apaixonado por skate, eu sou apaixonado por surf, por Jiu-Jitsu e outras coisas. E tem pessoas que não tem... não tem essas coisas... e são muito mais eu acredito, mais fácil de ser influenciado, em outras palavras, com o perdão das palavras, eu já tô fudido, em outras palavras, eu já sou discriminado por tudo e por todos, a polícia não pode me vê que quer me bater, então eu vou dá motivo pra eles acharem que eu sou aquilo que eles tão me achando, como um marginal, eu não sou marginal na opinião deles? Então, pronto, a partir de hoje eu ajo como um marginal aí a gente pode tomar tudo igual porque o traficante vai me armar, ele vai fazer com que eu crie uma moral maior na comunidade, tá entendendo? Então tem todo um... um diferencial. Eu acredito que eu, que sou mais envolvido com arte, eu gosto de ler, gosto de... leio, por exemplo, de romance à tragédia, essas coisas tudinho e tal... e eles que não tem tanto esse afeto, como eu tenho por arte, eu acredito que a polícia é só mais um complemento pra que aumente essa revolta dentro da periferia (JOVEM 06).

Rapaz! A maioria das pessoas que eu conheço não gosta também não, dos policiais. Até minha família, eles não gostam! Porque eles são violentos! Deveria desenvolver a violência não! Não é natural né? É, tem gente que apoia. Tipo os burgueses. Querem só a sua proteção. Ai os burgueses são gente assim de alta classe, ai junta com os delegados, ai eles não gostam não. [...] Quando eles vão perguntar, eles perguntam logo com ignorância. Ai o cara se sente oprimido, ai responde com ignorância também. Ai eles batem! Assim, quem não se segura né? Eu me seguro, quero nem apanhar de policial. Fiquei com raiva, mas não ia dar em nada mesmo. Não! Eu queria que eles conversassem com a gente antes de bater, **porque se bater a gente vai criar mais ódio deles. Bater não resolve nada!** [...] Todas as minhas experiências de abordagens foram truculentas (JOVEM 04, grifos nossos).

[...] todos falam em direitos iguais e isso é algo que é gritante aqui nessa cidade, não só na cidade, mas nessa nação, na minha opinião. [...], eu posso contar um caso que aconteceu num faz muito tempo que ainda é do ano passado. Por exemplo, a gente sabe que os políticos, os poderosos, eles dizem que é "direitos iguais para todos", todo cidadão tem direitos de sair e entrar em todo estabelecimento sem ser importunado... e tan nan nan, tan nan nan, tan nan nan... Eu estava no terminal do Conjunto Ceará e subi oito jovens. O ônibus saiu da parada do terminal do Conjunto Ceará e logo duas paradas subi oito meninos, todos pularam a catraca. Quando o ônibus foi um pouco mais pra frente, de um lado estava o pessoal do Comando Raio, e o outro lado era o pessoal do Ronda. Pararam o ônibus e falaram para descer só os homens. Logicamente que eu tinha que descer e... Era mais ou menos uns vinte e cinco a vinte e nove jovens e... idosos, assim na parede, tudinho... E... eu vi quando um policial mais novo, ele aparentava ser bem mais novo do que os demais... Ele chegou e disse pro capitão dele... Capitão o senhor devia era o motorista que o senhor tá atrapalhando a viagem do homem... **quando ele disse isso, eu não sei porque, mas eu senti malícia na palavra dele.** E então o capitão pediu pro ônibus ir embora e como nós estávamos no Granja Portugal, era um local escuro demais o que estava clareando o local era o ônibus e os faróis da moto e os veículos. Quando o ônibus foi embora que a metade da iluminação foi junto e o desligaram o farol... **o pessoal da moto, as viaturas tudinho, começaram a distribuir pancada! Do primeiro ao último, sem eu ter nada haver... quem deixou de pular ou não catraca...[...]** Revolta. Sentimento de revolta, de preconceito com a parte mais periférica... (JOVEM 06, grifos nossos).

Em relação ao grau de percepção da sociedade quanto à atuação das forças policiais, o Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA) publicou, em 2012, um relatório referente ao Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) sobre segurança pública. No bloco de perguntas sobre a *confiança nas instituições públicas* (polícias militar e civil dos estados e as polícias federais), as respostas em relação à confiança nos agentes policiais foram diferenciadas entre as distintas faixas etárias dos(as) entrevistados(as), sendo que a porcentagem dos que desconfiam totalmente das instituições policiais diminui com o avançar da idade.

O resultado da pesquisa revelou que os mais jovens, entre 18 a 24 anos, afirmam não confiar (26,9%); e outros dizem confiar pouco (38,7%) na Polícia Militar. Já em relação à Polícia Civil, há uma tendência em perceber o trabalho destes como menos eficiente nos estratos etários mais jovens (IPEA, 2012). Logo se percebe que os jovens brasileiros são os que mais desaprovam a atuação da polícia, bem como dispensam pouca confiança e credibilidade ao trabalho policial.

Quando perguntados se os policiais militares são respeitosos ao executarem abordagens nas ruas, 54,5% dos negros e pardos e 47,2% dos brancos responderam negativamente. Isso pode ser acrescido quando 63,5% das pessoas acreditam que, em alguma medida, os policiais tratam as pessoas com preconceito. As regiões Centro-Oeste (70%), Nordeste (66,9%) e Norte (66,8%) são as que apresentam maiores índices de concordância com essa afirmação (Ibidem, p. 9-12).

Diante da revolta pelo tratamento violento dispensado pela polícia e por acharem que a suspeição é preconceituosa e não igualitária, além das abordagens policiais, os jovens moradores do bairro Bom Jardim desenvolvem algumas estratégias de resistências. Talvez, tais estratégias sejam resultado de eles serem engajados em movimentos sociais e/ou culturais e serem conscientes de seus direitos como jovens cidadãos.

Não, eu não tenho nenhum medo da polícia. Porque quando você fala de polícia, a gente tem que ter em mente que ela está a nosso favor e nunca contra nós. E eu acho que parte daquela forma de defesa. A gente passa a conhecer as leis, conhecer a ordem e a gente pode chegar e atingi-los, não é um enfrentamento, e sim uma forma de defesa. Por exemplo, eu nunca tive medo de polícia eu sempre fui muito de ir pra cima. Exemplo, eu estava dentro do ônibus e uma abordagem policial dentro do ônibus, eles todos

cercaram o coletivo, com armas e tal, pediram para todos os homens descer, e eu estava atrás e botei a mão na blusa para botar o fone. E aí ele: “ei negão tu tá armado?” Eu respondi se tu tivesse vergonha na cara tu não tinha se referenciado com essas letras. Porque primeiro tu recebeu um conhecimento - eu dizendo pra ele - esse conhecimento deve ser passado para sua realidade, porque se você não souber viver nesse mundo cruel que você vive, você acaba sendo marcado, e mesmo sendo da polícia pode ser morto. Ele perguntou se eu estava ameaçando ele, aí eu disse: não só tenho conhecimento do que você estudou. E essa relação não é uma relação de enfrentamento, não enfrentei de forma alguma. De certa forma eu conscientizei ele de uma abordagem, entendeu? Eu acho ridículo a forma que a polícia hoje em dia chega para abordar. É arma na cabeça, deita no chão, é mão na cabeça vagabundo, nem mesmo conhecer. Eu acho muito pesada essa abordagem policial (JOVEM 02).

Contraditoriamente, alguns jovens acham que a suspeita e a abordagem truculenta são fatos normais, logo, banalizam tais situações. Seria, então, a partir de uma experiência de abordagem violenta que se “[...] conhece ou se vê um jovem que foi vítima da própria polícia, ter um olhar totalmente diferente” (JOVEM 01).

Isso aí eu não acho que é não... porque tem vários jovens que fala... parece que fazem é se gabar quando é parado... não sei o que que foi até a polícia... não sei o que mais lá... tem muitos que eu conheço que faz é se gabar. Tem uns que gostam. Eu conheço uns que gostam. Ficam falando... É... parece que é uma aventura pra eles... quando vê a polícia fica só olhando pro lado e pro outro assim... fazendo suspeita... aí pra ser parado... Faz de tudo pra ser abordado. Vixe, eu acho que quando sofrem violência policial não... aí é mais difícil... só é mais assim, quando... quando assim, tá... responde o policial... aí taca a mão na cabeça do pessoal, pá... aí chuta as pernas... quando a pessoa não abre a perna direito aí dão chute na perna, aí deixa de joelho quando tá... fica olhando pro lado... várias coisas eles fazem... (JOVEM 03).

Olha, eu acho o seguinte: sofrer... sofrer... já sofri bastante! Agora aceitar calado eu nunca aceitei. Esse é meu diferencial de milhares e milhares de jovens. Mas sofre a gente sofre todo dia e nem precisa ser jovem de periferia, você só precisa estar vivo. Quando existe rico e pobre sempre vai existir opressão. Infelizmente quem recebe opressão é o trabalhador. Infelizmente a maioria é nas periferias. Hoje são os jovens, não porque questionam a sociedade, mas porque tem um potencial de muda-la. Entretanto, sua falta de consciência disso lhe faz ser um jovem incapaz de mudar sua realidade (JOVEM 05).

E é isso, assim, a abordagem que eles têm é altamente bruta, né, que deixam marcas muitas vezes. Que quando um jovem, que ele não é, que ele não tem envolvimento nenhum e ele é agredido dessa forma, tanto verbalmente, como fisicamente, psicologicamente, **ele já não tem mais aquele olhar assim que ele tinha da polícia, né?** Porque assim, tem muito jovem assim, que: “Ah, a polícia vem para trazer segurança”, **mas a partir do momento que ela conhece ou se vê um jovem que foi vítima da própria polícia, ela tem um olhar totalmente diferente.** (Idem, grifos nossos).

É importante destacar que, para os jovens entrevistados, a abordagem policial é uma atividade importante e que faz parte do trabalho policial. Entretanto, o que seria inadequada é a forma como é realizada, pois todos sabem que o tratamento dos policiais com os jovens de periferia é diferente daquele dispensado aos jovens das classes média e alta.

**Eu acho que a abordagem nunca vai ser correta, nunca vai ser errada.** É algo que vai ser paralelo a isso. Ela nunca vai ser correta pela forma que eles abordam e não vão estar errados por estar abordando. Porque assim, a **forma que ele nos aborda, aborda a periferia ou aborda os jovens é exatamente meu Deus!** Eu vou fazer porque, se não, eu vou ser morto, uma arma dessa está sendo apontada pra mim. Tenho que fazer! Tenho que descer, tenho que pular, tenho que correr, fazer alguma coisa, se não eles atiram. Que eles botam a arma, mão na cabeça. Não tem aquela forma... por mais que seja a pior pessoa do mundo, um assassino, eles não têm o direito de fazer isso. **Porque a abordagem é algo do cotidiano.** Então o cotidiano é algo altamente, que deve ser tratado com respeito. Então não vejo justificativa para eles apontarem uma arma para um ser humano, dando voz para parar, para dar uma abordagem ou coisa parecida. **Eu acho que a forma que eles nos abordam acaba sendo uma forma errada. Mas eu não acho a abordagem uma coisa totalmente errada. É algo do cotidiano por segurança** (JOVEM 02, grifos nossos).

Um policial ver um playboy assim não está nem ai não. Mas se ele ver um cara com boné assim, um visual bem de periferia, ai eles desconfiam e abordam. Pessoas negras também, eles discriminam muito (JOVEM 04).

Infelizmente você não tem tatuado na sua testa “cidadão”. O que é que a gente percebe? Que as abordagens policiais é uma forma dos policiais que fingem tentar minimizar os problemas. Porque os grandes marginais que lá estão, né? Não estão usando um boné, um shortinho, uma blusa estilosa, não estão fumando maconha, não estão com a tatuagem no braço. Os grandes marginais são aqueles que lá estão em cima, de gravata, na sala de ar- condicionado, então o que é que eles fazem? **Aquilo dali, culturalmente é coerência policial. Estão fazendo o seu papel.** Mas politicamente, aquilo que acontece não chega a ser nada perante a realidade de mudança política e principalmente mudança entre política pública e população. As abordagens se tornam uma ferramenta de tentar coagir de alguma forma, certo? Determinados grupos de juventude que proporcionam violência. Literalmente, que a gente sabe disso. Há jovens que vão armados pra dentro dos campos de futebol. Há jovens que andam armados dentro das favelas dentro de Fortaleza. A gente tem totalmente consciência disso. Tanto que esses jovens que andam armados, que podem tirar a vida de outro jovem, literalmente, são jovens que durante toda a sua vida foram... aliás, o ambiente social que eles viveram, conviveram, que eles tentaram sobreviver nesse ambiente, levaram ele à se tornar aquele jovem que leva a arma no punho, uma faca [...] (JOVEM 05).

Eu acho que a forma que eles nos abordam acaba sendo uma forma errada. Mas eu não acho a abordagem uma coisa totalmente errada. É algo do cotidiano por segurança. A gente não pode ser hipócritas e dizer que não tem pessoas que roubam, traficam drogas, porque tem. Mas isso a gente não ver na cara. Não é algo que tá desenhado em nossa cara. Esse aqui é vagabundo, está inscrito na cara dele. E **eles abordam de uma forma tão truculenta que não tem saída.** [...] **Eu acho ridículo a forma que a**

**polícia hoje em dia chega para abordar. É arma na cabeça, deita no chão, é mão na cabeça vagabundo, nem mesmo conhecer. Eu acho muito pesada essa abordagem policial** (JOVEM 02, grifos nosso).

[...] é o modo deles parar o jovem... por exemplo, eles vão parar o jovem hoje em dia é chamando de filho disso, filho daquilo outro, preto sujo, tan nan nan, tan nan nan, uns Palavriado que qualquer pessoa se ofende. Tá entendendo? Você não sabe se ele tá ali para fazer o trabalho dele que é dar busca de arma, dar busca de drogas, ou se ele tá ali mermo pra lhe constranger mermo... **nós não sabe nem dizer qual é o papel dele na periferia.** Olha, se eles tivessem me parado da maneira adequada. Por exemplo, “Desce da bicicleta, mão na cabeça”. Eu tinha descido, botado a mão na cabeça, tranquilo como qualquer outro diálogo. Tinha me revistado, não tinha achado nada ilegal em mim, estava com documentação, tudinho, tivesse me liberado normalmente, eu não achava nada anormal, tudo correto. Mas, do modo que eles param, o modo que eles xingam a mãe da gente bem quinhentas vezes numa abordagem e do jeito que eles tratam a gente tem que dá um tapa antes de liberar o jovem, ou tem que dá um chute, uma cutucada com a arma na costela do jovem... Eu entendo que enquanto houver esse tipo de comportamento aí não vai resolver nada (JOVEM 06, grifos nossos).

[...] o modelo que eles aplicam, né, eu acho que é inadequado. Eu sei que é uma... procedimento padrão, né, como eles dizem, mas eles pra serem considerados a polícia certa, né, eles têm que espancar. Para dizer assim: “Ah, lá vem eles”, como muitos jovens dizem, ah já tão chegando, já para trazer a questão do medo, né? E eu acho que não é a forma certa. Eu acho que a abordagem mais... **Que seria adequada... era que se fosse igual para todo mundo, tanto pro negro que mora na periferia, quanto pro branco que mora na periferia, quanto o que mora lá nas regiões da Praia da Beira Mar,** ali, que existe, mais é casos, assim, muito raros, né, de se ter assalto e ser uma pessoa branca. Eu acho que é... tem que ter um padrão, né, não os agarra ladroes como eles usam, né, palavras pra ferir, denegrir a imagem. Porque assim, eles querem ter um... eles querem ser... eu não sei nem a palavra como te dizer... não é vangloriar não... respeitadas. Eles querem ser respeitados pelo o que eles falam, não pelo o que eles são e como eles agem, né? E não é assim.. [...] **se for para revistar, né, que se reviste todo mundo né? E se tem um modo certo de se revistar, né? Se é para garantir uma política de segurança,** que se efetive, que se garanta, né, que seja, né, que ande, que tenha um andamento legal, não que se espanque, que se tire a vida do jovem, que se deixe o jovem com sequela, como a gente vê muito jovens aqui, tanto no território, como na grande Fortaleza, também que foram e tem grandes sequelas, por conta de espancamento. Até chegar um ponto de querer tirar alguma coisa daquele jovem. Eu acho que... a segurança hoje tá... eu me desacredito dela (JOVEM 01, grifos nossos).

Queixas prevalecem sobre a atuação policial que se faz por meio de um padrão de conduta indiscriminado e belicoso que excede, e muito, à atribuição legal do emprego de “força comedida”.

[...] não podem confiar em uma política de segurança que não os contempla, em agentes do Estado que neles não reconhecem a dignidade indissociável da cidadania, não consideram nem protegem sua vida e seus direitos e cuja presença no território se faz sempre contra a integridade física dos moradores em geral (SILVA; LEITE, 2008, p. 62).

Essa “forma incorreta” de abordar tem ligação com o despreparo e a má formação policial, sobretudo dos policiais do Ronda do Quarteirão.

Correto eu digo que é, correto... mas o jeito que eles abordam eu digo que num é correto não... que é o trabalho deles, né, abordar... mas tinha que ter um treinamento mais pra eles falar... que para muito cidadão também... tem que ter tipo um treinamento pra... É o Ronda [mais despreparado], que fica um ano e sete meses, né, parece, dois anos... deles... meu primo num instante passou pro Ronda aí eles eram aqui do bairro, aí pegava e grava vídeo, batendo nos policial... nos policial não, nos jovem... aí tem até um vídeo na internet que ele disse que foi um amigo dele, um jovem que tem um coringa na perna e fizeram ele pegar um caco de telha e raspar... a tatuagem... aí meu primo saiu aqui do bairro, tá em Canindé ou outro canto aí... (JOVEM 03).

Costa (2011, p. 256) defende que uma polícia mal formada e treinada está despreparada para lidar com o público e com a criminalidade, de modo a agir com desrespeito e violência. Além disso, a polícia

confunde muitas vezes, autoridade com autoritarismo, arbítrio com arbitrariedade e uso da força legítima com uso indiscriminado dessa força. O despreparo para lidar e resolver conflitos e a criminalidade, por falta treinamento e recursos adequados para a investigação científica, potencializa o emprego da força e as atitudes baseadas na discriminação racial, no preconceito contra a população pobre e no julgamento de suspeitos com base, também, nas aparências. Ser negro, pobre, prostituta, travesti, mulher ou pessoa que não aparenta elevado grau de instrução ou não ser “cidadão de bem”, é motivo para ser tratado de forma incivilizada e com brutalidade. As pessoas são julgadas por suas posses e aparências.

O processo de formação, para qualquer profissional, é um elemento de grande peso e influência na sua maneira de pensar e realizar suas atividades cotidianas, pois transmite informações, desenvolve habilidades, atitudes e conceitos. Por isso, numa sociedade democrática, tal processo precisa de conteúdos de cunho social, psicológico, político, ético e humanístico; o treinamento deve estar relacionado com o serviço que o policial deve exercer nessa sociedade.

Segundo Basílio (2008, p. 11), a formação do policial é “um processo pelo qual as organizações preparam o homem para lidar com diversos conflitos sociais. O trabalho policial é complexo e para tanto, necessita de uma capacitação adequada e própria”.

Diante disso, foi unânime entre os jovens criticar o modelo de policiamento e o tipo de abordagem dos policiais do Ronda do Quarteirão.

[...] o Ronda do Quarteirão ele não faz abordagem, nenhuma abordagem, assim, eles são mais para passear, pra circular, sabe? Eu acho que eles são muito despreparados... eu não sei quanto tempo... eu acho que, uma vez conversando com uma pessoa, ela disse que era mais ou menos uns seis meses de preparo, eu não sei mais ou menos... mas eu acho que ainda é muito pouco. Para se ter um planejamento, para saber como é que aquela pessoa vai a campo, como é que ele vai lidar com as situações (JOVEM 01).

Eu acho que o Ronda é despreparado. Porque eles passam... são cento e cinquenta tiro, parece, não sei quantos tiro no treinamento aí passa um bocado de tempo sem atirar... aí é despreparado... É... tem vários sentidos... na abordagem, é... dos tiro também... É, eles num sabem conversar não... abordam e falam assim, “vai embora, tá liberado” ...não vem nem pedir desculpa... “esse é nosso trabalho”, falar assim... acho que é o certo falar. [...] O Ronda é inútil... Porque não sabe abordar... eles descem do carro tipo correndo... parece que tá perseguindo alguém... espera nem a viatura parar e já abre a porta... (JOVEM 03).

[...] eles estão ali para proteger a população, mas eles matam as pessoas. Revista mal, trata com ignorância. Eu não acho massa não (JOVEM 04).

A não aprovação do RQ, nos territórios estigmatizados, leva alguns jovens a preferir a atuação de uma polícia mais tradicional em relação à atual.

[...] não era nem pra existir não... era pra botar mais COTAM, que trabalha mais direito... O COTAM, o Canil, o GATE. Acho que era pra existir só polícia assim... Porque são os mais preparados... porque em vez de gastar com Ronda, com Raio, bota mais COTAM que... as abordagens... o trabalho das droga, que eles pegam... eles conversam também nas abordagens... eles pedem desculpas acho que é mais preparado o COTAM, o GATE... e o Canil (JOVEM 03).

A formação policial, embora orientada por novos conteúdos, de cunho humanístico e ético, ainda tem, em suas disciplinas, metodologias embasadas em conteúdos militares, que ganham destaque em detrimento das matérias cuja proposta era constituir um policiamento comunitário. Cruz (2011, p. 8-9) enfatiza que

mesmo a disciplina de policiamento comunitário, responsável pelo conteúdo filosófico do Programa Ronda do Quarteirão, foi ministrada em 20 horas/aulas, uma carga horária inferior às das disciplinas de Defesa Pessoa e Ordem Unida, que foram ministradas com carga horária de 50 e 30 horas/aula respectivamente. **Assim, não é de admirar a fragilidade do pacto pretendido pelo programa, a proximidade entre a polícia e a comunidade** (grifos nossos).

Nesse sentido, com o passar do tempo, as abordagens do “novo policiamento”, antes respeitosas e cordiais, começaram a assemelhar-se ao

policiamento tradicional<sup>184</sup> (BARBOSA, 2012; CRUZ, 2010, 2013; SOUSA, 2008; SANTIAGO, 2013). O RQ, aos poucos, foi ganhando notoriedade ao reproduzir abordagens policiais desastrosas e de abuso de poder por parte de alguns agentes que o integram.

É comum ouvir críticas, por parte de moradores do GBJ, contra estes policiais, gerando, assim, um clima de mais desconfiança da comunidade com os casos de violência policial e, conseqüentemente, a sensação de insegurança se torna maior.

O Ronda do Quarteirão deixou de ser considerado um programa de imagem positiva da polícia, para ser conhecido como uma “polícia que bate” (JORNAL O POVO ONLINE, 2011)<sup>185</sup>.

A polícia comum, que passa por um concurso comum, o que é que ela faz? Faz os mesmos tipos de abordagens. Chama de vagabundo, escora na parede, literalmente abre suas pernas, faz o famoso baculejo, passa nas suas partes íntimas e mais o Ronda do Quarteirão do mesmo jeito. O item da questão é que quando você entra você recebe 300 reais à mais quando você passa no concurso. Quando você passa no concurso de um policial comum você não recebe esses 300 reais. Só isso. A política de segurança é do mesmo jeito. A abordagem, de chegar na comunidade, de intervir com o cidadão, de tentar solucionar o problema daquelas pessoas que estão, literalmente, à margem de uma “sociedade”. Aquele povo que não teve oportunidade nenhuma. E que hoje tá ali, culturalmente chamado de traficante, de vagabundo... de maconheiro, de viciado (JOVEM 05).

Alguns jovens mencionaram que os rondantes abordam com mais violência devido à inexperiência e o medo.

A gente vê que abordagem do Ronda é uma abordagem mais “truculenta” enquanto a do Raio por mais que também seja “truculenta” eles pedem “por favor, boa noite”, alguns, não todos. E já outros policiais são mais violentos ainda ou mais educados. Existe esta distinção. A polícia militar nos aborda dessa forma, a polícia civil a gente nem vê quando chega. Só vê quando eles estão em cima. Que eu já estou cansado de ver a polícia civil chegar disfarçada na periferia e abordar quem estiver pela frente, mas é uma forma tão rápida que você não tem nem como dizer assim: “poxa, foi algo altamente truculento” sabe? É muito estranho, muito “bisonho”. O Raio tem um armamento mais pesado, e o Ronda já age com medo. Entende? Eu acho que o medo era algo pra ser tratado na academia, ou algo ligado à psicologia para mexer com isso. Por que o Ronda é uma abordagem... dá para perceber, é super visível isso. A forma como o Ronda chega para abordar e a forma como Raio chega para abordar. O Raio, eles agem é uma

<sup>184</sup> Mesmo com algumas experiências pelo Brasil em relação ao policiamento comunitário, a formação profissional dos policiais continua sendo orientada pelo “modelo policial profissional tradicional”.

<sup>185</sup> Páginas Azuis. Entrevista Roberto Monteiro. **O Povo online**, 3 jan. 2011. Disponível em: <<http://publica.hom.opovo.com.br/page,516,109.html?i=2085053>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

forma brutesca, sabe? É aquela de “bora, bota a mão na cabeça! Não sei o que (...)” Mas depois “boa noite, por gentileza,” sabe? O Ronda não, já aquele negócio de “mão na cabeça que é a polícia não sei o quê... identidade, cpf, onde é que tu mora? Tá fazendo o que aqui?” entende? É uma forma mais brutal de se tratar. Atribuo o medo à falta de estrutura.

E eu achei mais truculenta do que a abordagem do Cotam do sexto batalhão do Raio. Mas eu gosto de fazer esse comparativo do Raio ao Ronda do Quarteirão, entendeu? Questão de policias bem próximas, são policias que agem no mesmo cotidiano, na mesma realidade, estão sempre na mesma área, mas que abordam de um jeito diferente. Não tem aquela convicção de que eles são policias e devem agir ao nosso favor e com respeito. Que acima de tudo, o que eles pregam lá, é o respeito e a ordem. Você só pode agir se tiver uma reação (JOVEM 02).

E então é a diferença entre o Ronda e o Raio é essa. É que o Raio é como se tivesse um apoio maior do estado e o Ronda é como se fosse medroso. Mas nem por isso, deixa de ter o mesmo comportamento (JOVEM 06).

A relação dos policias, sobretudo com os jovens moradores de áreas periféricas, intensificou o descrédito da polícia ao invés de fortalecer os laços de proximidade. Isso também é percebido nas práticas de extorsão realizadas por policiais do RQ que atuam no Grande Bom Jardim, e que são bastante frequentes.

Barreira (2008, p. 216) escreve que, mesmo com os investimentos em equipamentos, armas, carros “de luxo, os novos fardamentos, aumento de efetivo policial, “mudanças” na formação profissional”,

o preocupante e inquietante é que estas linhas de ação não fizeram diminuir as taxas de criminalidade no Estado, como também, não modificaram o cenário de medo e de insegurança que impera na sociedade. Esta má reputação decorre do cenário de medo e insegurança, mas também das máculas, analisadas neste trabalho, que abriram fissuras nas imagens dos órgãos de segurança. **Nesta complexa engrenagem, resta cada vez mais claro o fato que a fomentação de uma “imagem positiva” não é constituída somente por uma política discursiva, devendo esta ser conjugada por práticas correspondentes** (grifos nossos).

Diante dos limites apresentados, ainda se verifica a resistência da própria corporação militar em relação ao “Ronda do Quarteirão”, à medida que a instituição consubstancia verdadeiras “sabotagens” ao Programa.

Algumas decisões políticas, que incluíram a mudança de comando e de direção na política pública de segurança estadual, resultaram em alterações na condução e execução do referido Programa.

A mudança de tutela do Programa, da SSPDS ao Comando Geral da Polícia Militar, em 2010, fez com que esta polícia, agora de forma oficial, passasse

somente a intervir no enfrentamento aos crimes de maior potencial, com “carta branca” para agir de forma mais repressiva e violenta; o “Ronda” havia se transformado em “polícia” nas ruas.<sup>186</sup> Alguns policiais que já atuavam de forma violenta passaram a agir com maior discricionariedade.

O perigo da Polícia não é somente o fato de ser violenta, que extermina, mas também de ser a Polícia Judiciária omissa, e, como primeira, é seletiva, não dando início, e até mesmo conclusão aos inquéritos, principalmente se a vítima for moradora de periferia. Normalmente, chegam à conclusão de que a vítima estava envolvida com o tráfico de drogas. Mesmo que haja alguma comprovação de envolvimento em atividade criminosa, nada justifica a falta de interesse na apuração e o tratamento desigual.

Nós temos também, uma questão específica com a Polícia Judiciária. Nós estamos em uma das áreas que mais, as pessoas são assassinadas, então o que mais se mata na cidade.

Nós temos uma estrutura de Polícia Judiciária capenga, de uma cidade que tem 10 mil habitantes, então a Polícia Judiciária, é a Polícia Civil que deve fazer investigação dos crimes de morte, de qualquer ocorrência policial. No entanto, o que nós recebemos aqui é muita PM, as operações de saturação e junto com a operação vem sempre o carro de TV, aquele negócio que nós já conhecemos, uma abordagem de um menino que passa na rua, sete policiais só para parar aquele menino na bicicleta, aquelas coisas proporcionais que nós assistimos.

Parece que mesmo a atividade policial é um negócio descoordenado, não toma em conta várias questões. Há um baixo investimento na Polícia Judiciária. Nós temos um caso exemplar do Danilo de cinco anos, que foi assassinado e as folhas do inquérito foram perdidas. (Militante da Campanha Contra o Extermínio da Juventude. Audiência Pública – *Juventudes, Justiça e Cultura de Paz: violações de direitos e alta letalidade juvenil no Grande Bom Jardim*, nov. 2013).

O Curta metragem *Envolvidos: o extermínio da juventude no Grande Bom Jardim*<sup>187</sup> retrata a dinâmica da vingança (conflitos sociais), e as práticas de extermínio que têm vitimado milhares de jovens nos territórios estigmatizados.

O primeiro caso de violência retratado no *Envolvidos* foi o de Josiel, morto aos 16 anos, envolvido com drogas e roubo. Parou de estudar na quarta série de Ensino Fundamental. A família não solicitou investigação por medo de represálias.

<sup>186</sup> Ronda ‘vira’ polícia nas ruas. **Diário do Nordeste**. 17 mai. 2010. Caderno Polícia, p.14.

<sup>187</sup> ENVOLVIDOS: o extermínio da juventude no Grande Bom Jardim. 15min. 27s. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5tcBNlqLITk>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

O segundo é Danilo<sup>188</sup>, 23 anos, sem envolvimento com crime, morto por engano, no dia 23 de outubro de 2009, no bairro Canindezinho, quando voltava da casa da namorada. Ele era arte-educador e foi executado por um grupo de extermínio porque tinha semelhanças físicas com “Alex Terror”, o qual era suspeito por matar um policial militar após um assalto num ônibus. Nesse, o inquérito foi aberto há 5 anos, mas sem resultados.

Como forma de resistência e de denúncia à violência policial, foi desenvolvido um estudo sobre os homicídios dos jovens, que resultou em um vídeo, que traz o caso do jovem Danilo.

Então, a gente criou... é... a gente sentiu a necessidade de fazer um vídeo com relatos de mães, né, que foram... tiveram seus filhos, é, exterminados, né, por conta do tráfico, e também, a própria associação da polícia, que tem um jovem que é um caso de referência pra gente, que é o Danilo, que ele era articulador, né, de Juventude, lá na região do Canindezinho, que ele foi confundido com o *Alex Terror*, né, que era um jovem que realizava é... assaltos nos coletivos aqui da região, onde a polícia, é... segundo informações, né, que a polícia não estava numa viatura, né? Veio num carro, e o jovem, o Danilo, ele estava numa atividade de capoeira, que era uma atividade lá que estava acontecendo e ele vinha da casa de uns familiares, né, da casa da namorada dele, que é na Canudos, que é uma ocupação que existe aqui. E... ele vinha sentido pra praça do Canindezinho que ele morava ali nas mediações, quando foi que parou o carro, como se fosse pedir uma informação pra ele. Foi quando ele foi alvejado com um tiro, aí ele já ficou desnortado porque ele não sabia o que estava acontecendo. Aí eles já saíram, sabe, ele ficou desnortado quando ele ficou tonto já, ficou procurando onde é que ele ia, porque ele não estava entendendo porquê ele foi alvejado. Aí ele foi alvejado, se eu não me engano, foram dois ou três tiros, aí o terceiro tiro foi o tiro da misericórdia, né, que eles dizem, que foi quando ele veio ao solo, foi quando se teve o óbito. Aí a população ela disse que, né, que quando elas viram ficaram assim, né? Aí, outros caras vieram e disseram assim: “Não, esse cara não”. Aí ele disse: “Mas já foi, né?”. [...] E a gente fica muito triste, porque não é só o caso do Danilo, o **caso do Danilo é uma referência, mas tem muito jovens aí, afora, que as famílias estão procurando solucionar e até hoje não se tem uma solução** (JOVEM 01, grifos nossos).

Outra forma de resistência à violência policial em Fortaleza foi a criação, em 25 de janeiro de 2014, da Associação<sup>189</sup> das Vítimas de Violência Policial no

<sup>188</sup> Morte de um jovem provoca indignação. *Diário do Nordeste*. 30 out. 2009. Disponível em: < <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/morte-de-um-jovem-provoca-indignacao-1.535321>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

<sup>189</sup> Para maiores informações, ver a página do Facebook, *Não foi tiroteio – Caso de Igor e Ingridy Maiara*, os quais foram assassinados em 2013, no bairro Ellery, numa ação desastrosa dos policiais do Ronda do Quarteirão que foram chamados no local para atender uma ocorrência de som alto. O que deveria ser uma atividade de mediação de conflitos resultou em mais um caso de violência policial contra jovens moradores de periferias. Disponível em: <

Ceará (AVVIPEC). Contudo, os parentes das vítimas afirmam que, em nenhum dos casos, os agentes públicos envolvidos foram presos<sup>190</sup>. A data escolhida faz alusão a um ano das mortes de Ingridy Maiara Oliveira Lima e Igor de Andrade Lima, com idades respectivamente, 19 e 16 anos. Outras vítimas que se juntaram à luta foram os familiares do adolescente Bruce, de 14 anos, que foi assassinado em 2010, por um policial do Ronda do Quarteirão durante uma abordagem truculenta numa área nobre de Fortaleza.

Independentemente dos casos expostos no decorrer desse trabalho terem ou não envolvimento com o crime, o fato é que foi mais uma vida ceifada e isso pouco importa tanto para o Estado como para a maior parte da sociedade. Dessa forma, pode-se afirmar que o Estado é conivente com o extermínio e considera todos os residentes dos territórios estigmatizados como marginais. A polícia não sabe quem é e quem não é “bandido”, mas trata todo mundo como se fosse.

Caldeira (2000) afirma que o sistema judiciário é visto como ineficiente e injusto para com a maioria da população brasileira. Percebido como recurso não confiável para a justa resolução de conflitos, “a maioria das pessoas acredita que ‘a justiça é uma piada’, e que tanto a polícia quanto o judiciário favorecem as classes altas e raramente são justos com os trabalhadores. A justiça é, então, um privilégio para os ricos” (p. 349), e por isso, tem um viés de classe.

Diante disso, a população pobre tem sofrido continuamente com a violência policial, e “aprendeu não apenas a desconfiar do sistema judiciário mas também a ter medo da polícia” (CALDEIRA, 2000, p. 136), já que suas experiências com a polícia são marcadas, em sua grande maioria, por arbitrariedades.

O direito à segurança, portanto, também é um fator que segrega, já que a desigualdade social é

[...] evidenciada pelo hiato entre as camadas mais ricas da sociedade – residentes, na maioria dos casos, em luxuosas mansões ou condomínios fechados, com fortes sistemas de segurança privada – e camadas populares – residentes nas periferias urbanas cujas precárias condições econômicas os situam perante múltiplos problemas sociais, dentre os quais a segurança pública (PAIVA, 2014, p. 61).

---

<https://www.facebook.com/pages/Não-Foi-Tiroteio-Caso-Igor-e-Ingridy-Maiara/127929090711457>>. Acesso em: 4 junho de 2014.

<sup>190</sup> Ver Nota da AVVIPEC no Anexo E.

As questões de polícia, assim como a lei, são vivenciadas e pensadas de uma maneira diferente pelas classes altas.

Frequentemente, elas têm consciência do padrão violento e arbitrário do comportamento da polícia [...]. Todavia, ao contrário das classes trabalhadoras, as pessoas das classes altas raramente são vítimas de confusão e violência por parte da polícia ou do sistema judiciário. Além disso, não estão tão preocupadas com a proteção policial, porque podem comprar sofisticados sistemas e pagar guardas particulares (CALDEIRA, 2000, p. 193).

Os jovens destacaram, nas entrevistas, que a segurança pública é uma das pautas de reivindicações pertinentes às lutas por melhores condições de vida no lugar.

Embora o policiamento não seja o único instrumento eficiente na garantia de segurança pública, a atuação da polícia emerge, de acordo com Paiva (2014, p. 67), como “causadora de problemas” em relação à segurança e ao bem-estar, que além de serem coagidos por criminosos, são coagidos, também, por policiais: “Isso faz com que parte dos moradores adquira uma visão de ojeriza ao serviço policial, identificando-o com uma política repressora dos poderes governamentais e não como um serviço público à disposição dos cidadãos”.

Além da sensação de uma **polícia estranha** nas periferias e favelas, há também relatos de casos de corrupção policial, o que contribui, ainda mais, para que aumente a desconfiança dos moradores dessas áreas, quando, a priori, deveriam ser protegidos. Portanto, essas práticas de negociação/extorsão dos traficantes (“economia da corrupção”<sup>191</sup>) são apontadas como uma das principais razões da manutenção do crime violento em suas localidades. “Então, há uma sensação geral de que as forças policiais de contenção do crime não agem contra os criminosos, a

---

<sup>191</sup> A corrupção policial, para Misse (1999), é considerada como uma mercadoria política, pois é privatizado por um agente estatal que se utiliza de sua autoridade, o poder de polícia, para a realização de fins privativos, já não sendo mais uma mercadoria econômica, embora tenha efeitos econômicos. “A mercadoria « fazer vista grossa », para a venda de drogas ou de jogos de azar, por exemplo, « vendida » ou trocada pelo policial ao « banqueiro » do jogo do bicho ou ao traficante, por dinheiro ou poder, é uma mercadoria que é fabricada pela « privatização » da autoridade investida pelo Estado no/pelo agente policial, privatização de uma autoridade publicamente regulada, produzida por um curso de ação que, por sua vez, é também criminalizado” (p. 296).

não ser quando moradores pagam diretamente aos policiais para lhes garantir alguma proteção” (PAIVA, 2014, p.68).

[...] o Ronda do Quarteirão ele não existe, né? E se ele existe, como eu te disse anteriormente, ele é fantasma, né? Porque assim o modelo que ele tem é de política da boa vizinhança, é pra ele ter um contato com a comunidade, acho que por isso que se foi dado esse nome. Mas a gente não vê isso, sabe? O que a gente vê é ele circulando, passeando, namorando com as meninas, nas esquinas, pegando contato... até mesmo comendo, como eu disse eles se alimentam porque assim... quem é policial, né, tem o acesso mais fácil, não paga pra comer, não paga pra beber, não paga pra nada... porque assim, eles dizem assim: eu posso comprar, eu posso beber naquele comercio, eu posso comer alguma coisa naquele comercio e eu vou tá fazendo a segurança é ali, sabe? E as próprias pessoas elas se conformam com essa situação. Já se é investido em segurança, e ao mesmo tempo a própria população ela paga propina para se ter segurança... é coisa que você fica assim, alienado... assim, né? Pô, já se tem um dinheiro investido, é muito dinheiro, é dinheiro pra viatura, esse dinheiro é da gente. Eles tão aqui por conta da gente. **Aí as pessoas, elas pagam propina pra se garantir segurança** nos estabelecimentos, nos postos de gasolina... nos próprios comércios, sabe... eu acho que até a população, ela tá alienada porque eles veem que eles não têm uma total segurança e acabam pagando propina pra própria polícia para garantir segurança que não se tem também (JOVEM 01, grifo nosso).

O Ronda, a polícia de praça, essas outras categorias que existe, querendo ou não são para dar uma imagem de segurança pública. Entretanto a gente sabe que eles são um membro auxiliador do Estado que não possuem uma boa relação com a comunidade. No grande Bom Jardim, tem muitas associações que são bancadas por traficantes e esses traficantes tem uma boa relação com policiais... tirando a corrupção, sem sombra de dúvidas, é uma política hipócrita (JOVEM 05).

As incursões policiais nesses locais e o envolvimento dos agentes de segurança pública em negócios ilícitos configuram um esmaecimento das fronteiras entre a legalidade e ilegalidade. Isso não significa ausência do Estado.

Conforme Silva e Leite (2008), os moradores são muito críticos às frequentes incursões policiais, acusando-os de não cuidarem de sua proteção e agirem com a mesma falta de respeito dos traficantes.

Para a polícia, como para muita gente, a fronteira que separa a imagem do trabalhador pobre e a do criminoso é de fato muito tênue. Em consequência, membros das classes trabalhadoras podem ser molestados pela polícia, mortos como criminosos e suas reações naturais de medo (como fugir) podem ser interpretadas como comportamento de criminosos (CALDEIRA, 2000, p. 182).

Dessa forma, estes sujeitos não confiam na polícia e dificilmente têm uma visão positiva dela. Matam por engano e encobrem os fatos. A variedade de queixas e denúncias em relação à atuação dos policiais demonstra que

[...] o *ethos* policial incorporou a versão atualizada das idéias sobre as 'classes perigosas' [...]. É a percepção deste fato [...] que fundamenta as críticas e a desconfiança dos moradores em relação à polícia, que se estendem ao conjunto da população urbana não-favelada, na medida em que nesta não identificam empatia e solidariedade para combater a arbitrariedade policial, nem o reconhecimento dos perigos e insegurança que os traficantes trazem a seus locais de moradia (SILVA; LEITE, 2008, p. 65).

Nesse sentido, a desconfiança popular do policial/criminoso é tão difundida que as pessoas preferem manter avaliações negativas. O sentimento de vulnerabilidade e medo, tanto dos policiais quanto dos criminosos, e também dos policiais tidos como criminosos, é tão intenso que a polícia estaria longe de oferecer um sentimento de segurança aos moradores.

[...] a polícia não é igual ao bandido, é pior que o bandido: “usa a farda e aquela carteirinha que eles mostram” para acionar procedimentos extralegais. Ao mesmo tempo, dentro e fora da lei. Nesses modos de operação das forças do Estado, ali nas suas pontas, fica suspensa a diferença entre o “homem da lei” e o “homem fora da lei”, o cumprimento da lei e a transgressão da lei. Quer dizer: as diferenças entre a lei e o crime são como que anuladas, desativadas na sua efetividade. “O policial é pior que o bandido”: uma associação que não é abstrata, não é metafórica, tampouco algo que se produz no plano das “representações”: é concreto, é prático, é situacional, é pragmático, é performativo, algo que se produz como acontecimento que afeta corpos, vidas e pessoas, e desencadeia efeitos (TELLES, 2010, p. 227).

Os jovens interlocutores expuseram um conjunto de problemas significativos para a segurança pública nas periferias brasileiras, a saber: o processo de suspeição e rotulação de candidatos pré-estabelecidos; o despreparo policial para lidar com uma miscelânea de situações sociais e conflituosas; a ineficiência da instituição polícia na elucidação de crimes e prevenção; a inação policial nos postos situados nas periferias; o envolvimento com criminosos e a corrupção profissional.

#### 4 PROJETO RONDA CULTURAL: UMA EXPERIÊNCIA DE “PACIFICAÇÃO” NAS RELAÇÕES JUVENTUDE E POLÍCIA?

O Projeto Ronda Cultural (RC) constituiu-se como uma ação desenvolvida pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Estado do Ceará em parceria com outras secretarias estaduais e com a Central Única das Favelas (CUFA-CE)<sup>192</sup>, e, posteriormente, com a Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

A proposta do projeto RONDA CULTURAL é a construção de uma “ponte” que possibilite um diálogo entre Polícia e juventude, com o entendimento por parte da Polícia das manifestações, diversidade, estilos e dinâmicas do mundo cultural urbano juvenil, e, por parte dos jovens, um novo entendimento das contradições e das práticas policiais, visando um novo fazer policial em que jovens das comunidades e jovens policiais sejam mais que meros atores de um conflito, mas se construam como agentes de mediação social e intervenção cultural (RONDA CULTURAL, 2010, p. 3).

O Projeto RC tem como proposta construir “um novo modelo de relacionamento<sup>193</sup>, desfazendo estigmas, estereótipos e preconceitos ainda existentes na relação entre os dois públicos – polícia<sup>194</sup> e juventude” (SECULT-CE, 2013<sup>195</sup>), por meio da arte e da cultura, tendo como elemento central o *Hip Hop*<sup>196</sup>: O

---

<sup>192</sup> A CUFA é uma organização não governamental criada a partir de jovens (principalmente negros) de várias favelas do Rio de Janeiro, que buscavam “espaços para expressarem suas atitudes, questionamentos ou simplesmente sua vontade de viver” (SITE CUFA). A principal forma de expressão desse movimento é o *Hip Hop*, o qual é utilizado como ferramenta de integração. Sua causa é empoderar os moradores das favelas brasileiras, visando ser referência mundial de uma gestão cultural democrática. Disponível em: < <http://www.cufa.org.br/sobre-cufa.php#slide-1>>. Acesso em: 5 jun. 2015. Esta ONG afastou-se do Projeto Ronda Cultural, após um ano de seu início, por motivos não esclarecidos pelos sujeitos envolvidos.

<sup>193</sup> O objeto e objetivo da dissertação do Major Plauto Roberto de Lima Ferreira confunde-se com o do Projeto RC. Isso provavelmente ocorre porque ele foi um dos idealizadores e coordenador do referido RC. “[...] o objetivo geral deste trabalho acadêmico é identificar se há eficácia no uso da cultura hip hop por policiais militares, do Projeto Ronda Cultural, como estratégia de aproximação entre polícia e Juventude” (FERREIRA, 2013, p. 12).

<sup>194</sup> No caso deste projeto, os policiais do Programa Ronda do Quarteirão.

<sup>195</sup> Ronda Cultural, 16 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.secult.ce.gov.br/index.php/ronda-cultural>>. Acesso em: 4 mai. 2015.

<sup>196</sup> Diferente da polícia mineira, que trabalhou com tambores e músicas de percussão, o modelo cearense optou em trabalhar com o *hip hop*. Esta escolha se deu após uma apresentação do grupo de MC’s paulistanos – Racionais – em que os idealizadores do Projeto RC perceberam a identificação dos jovens com o gênero musical. Segundo a entrevista realizada com o Major Plauto, em 22 de maio de 2014, (FERREIRA, 2013), foi após tal apresentação que nasceu a parceria com a CUFA-CE, bem como o nome do próprio Projeto que passou a ser denominado Ronda Cultural. Tal denominação partiu do próprio Preto Zezé.

Ronda Cultural, centralmente, é aproximação da juventude com a polícia, e utilizando os meios do hip hop como mediadores” (Preto Zezé<sup>197</sup>, 11 abr. 2013).

**Figura 13 – Policiais do Ronda do Quarteirão atuando no Projeto Ronda Cultural**



Fonte: site SECULT-CE, 2013

Intitulado como *Ronda Cultural: a Atividade Policial na Mediação Social e Intervenção Cultural* (2010<sup>198</sup>), o Projeto foi apresentado em setembro de 2009 para a SSPDS e teve o apoio do então secretário de segurança pública, delegado Roberto Monteiro<sup>199</sup>, e do governador Cid Gomes.

<sup>197</sup> Foram realizadas, em anos distintos (11 abril de 2013 e 22 de maio de 2014), entrevistas com os gestores que desenvolveram o Projeto Ronda Cultural. Inicialmente, o intuito dos pesquisadores do Projeto Casadinho (Projeto Casadinho/PROCAD, 2011) era realizar entrevistas com o Preto Zezé, Major Plauto (idealizadores do Projeto RC) e os sete policiais rondantes que participaram voluntariamente do referido Projeto. Contudo, só foi possível realizar com aqueles, pois os policiais voluntários se negaram a participar da pesquisa, mesmo com a mediação do Major Plauto, o qual destacou que seria difícil conseguir que algum dos policiais quisessem participar, devido eles terem sido execrados por alguns segmentos sociais e pela corporação militar.

<sup>198</sup> Essencialmente, as duas versões do Projeto Ronda Cultural têm a mesma estrutura, diferenciando-se: nas datas (set. 2009 e abr. 2010); a adição do slogan da CUFA-CE na de 2010; o objetivo geral, o público-alvo (devido ao uso de algumas palavras distintas). A versão de 2009 encontra-se disponível na dissertação do coordenador do RC (FERREIRA, 2013) e, a de 2010, no site do LABVIDA.

<sup>199</sup> Mesmo com um currículo memorável, o delegado federal Roberto Monteiro, enquanto secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará, foi muito perseguido pela mídia quando defendeu o cumprimento de um direito constitucional – inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem da pessoa, tendo em vista o respeito à dignidade humana (Art. 1º, inciso III da Constituição Federativa do Brasil de 1988). Por ser um profissional comprometido com a defesa e a

Preto Zezé, na entrevista concedida ao projeto casadinho com relação ao desenvolvimento do Projeto RC, falou do apoio do poder estadual para a criação do projeto, bem como da importância de um dos membros da polícia, o Major Plauto, ser favorável à concepção de que segurança pública não seja sinônimo de truculência, mas de mediação social.

Ele destacou, na sua fala, da admiração que tinha por ter um policial, da corporação militar, que era estudioso e comprometido com a defesa e desenvolvimento da Segurança Cidadã, o qual se configura como um paradigma distinto da segurança pública existente.

[...] a gente já conhecia duas experiências de mediação na relação juventude e trabalhadores de segurança [...]. Uma foi o Projeto Hip Hop Comunitário que foi a polícia que fez no Rio de Janeiro com guardas municipais e o Projeto Juventude e Polícia, em Minas, executado pelo Afro-Reggae. E aqui, quando veio pra Fortaleza havia essa possibilidade de fazer uma formação diferenciada com policiais, o clima era muito propício, [...] nós tínhamos um secretário de segurança, à época, acho que nós nunca tivemos um secretário daqueles, se tinha, não sei se tínhamos um secretário de segurança ou um secretário de direitos humanos. Então, era muito disso que o Doutor Roberto Monteiro era na época, havia uma abertura do governador pra essas questões, o governo naquele tempo manteve contato com, na época foi até entrevistado pelo Programa Conexões Urbanas, [...] o governador já tinha falado pra ele que já estava acontecendo e tudo, estava todo empolgado na época, e eu precisava de um parceiro, porque, como era um projeto de juventude e polícia, nós só tínhamos até aí a juventude e a simpatia da burocracia e do poder executivo, mas faltava um policial que pensasse [conforme] a ideia e aí nos encontramos na época, era o [Major] Plauto, policial militar que se aproximou da gente, muito antes também, devido a outras visões de segurança pública e a gente acabou se encontrando. E a gente sempre dizia: **“porra, você nem parece polícia”**, e ele dizia, “e vocês nem parecem marginais”, ele dizia, brincava muito sobre isso. E daí, começamos a pensar a formatação desse Projeto (Preto Zezé, 11 abr. 2013, grifo nosso).

O Projeto Ronda Cultural (2010) vivenciou diversos obstáculos para a efetivação de um modelo de Segurança Cidadã, os quais estão fortemente

---

promoção dos DDHH, sua substituição do cargo de secretário, por um coronel da Polícia Militar, foi comemorada pela mídia sensacionalista (os programas policiais) e por uma grande parcela da população que tem a visão de que a polícia cidadã é ineficiente para combater a criminalidade por ser bom para o “bandido”, defendendo, dessa maneira, procedimentos repressivos e arbitrários para o combate da violência e do crime. Inclusive foi ele quem incentivou o Major Plauto Ferreira a fazer um curso, no Rio de Janeiro, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que iria abordar o Programa Segurança Cidadã e suas experiências na América Latina. A fala do Preto Zezé identifica o diferencial do referido profissional e sua visão sobre a política de segurança pública, quando falou sobre ele: “[...] porque ele [...] entendia que a segurança pública era feita com outras políticas sociais e que a segurança pública tinha que ser feita em discussão com as outras políticas públicas”.

presentes no atual modelo de segurança pública no Brasil, tais como: o distanciamento da segurança pública em relação à população, expresso tanto na desconfiança da população perante a instituição policial quanto na ineficácia da garantia do bem-estar coletivo; a defesa de métodos truculentos e arbitrários, como pena de morte e redução da maioria penal como forma de combater a violência e a criminalidade juvenil; a vitimização da juventude (15–29 anos) pobre e negra; as experiências das abordagens policiais como fonte potencial de geração de imagens e ações violentas e estigmatizadoras; e a **relação tensa entre polícia e juventude**.

Essa tensão é gerada pela freqüência de uma abordagem policial contra [os jovens], o que cria um hiato que distancia os jovens da Polícia, levando-os a não suportarem a presença policial no seu ‘território’. O fato é que nem os jovens gostam da Polícia, e nem a Polícia atura as atitudes dos jovens, geralmente vistas como uma afronta contra a autoridade policial. É comum observar hostilidade de ambas as partes. Essa tensão torna ambos ‘Elementos Suspeitos’ (CEARÁ - RONDA CULTURAL, 2010, p. 3).

Os idealizadores do RC entendiam e defendiam uma abordagem policial distinta do que se presencia cotidianamente nas famosas “batidas policiais”. Para eles, esta atividade policial corriqueira deveria ser, na verdade, de

[...] aproximação, comunicação, integração. O principal resultado é uma nova forma de abordagem (sem intermediários) entre policiais e jovens, por meio de experiências novas e inusitadas, proporcionadas pela arte e cultura. Iremos construir um novo paradigma do policial como um mediador social e agente cultural, a partir de artes integradas produzidas e multiplicadas por policiais e jovens das comunidades (RONDA CULTURAL, 2010, p. 6).

Como foi dito pelo Preto Zezé, o Ronda Cultural nasceu da tentativa de trazer para o Ceará um modelo de aproximação entre juventude e polícia, que já foi implementado em outros estados brasileiros.

No ano de 2009, alguns oficiais cearenses foram enviados para a cidade do Rio de Janeiro e estabeleceram o primeiro contato com o Grupo AfroReggae<sup>200</sup>, por meio da mediação da professora e coordenadora da Área de Minorias,

<sup>200</sup> O Grupo Cultural AfroReggae é uma Organização não Governamental (ONG) carioca que tem como visão a “luta pela transformação social e, através da cultura e da arte, despertar potencialidades artísticas que elevam a auto-estima de jovens das camadas populares”. Surgiu no ano de 1992, mas somente foi reconhecido em 20 de julho de 1993, quando atuava no Vigário Geral. Atua em algumas comunidades do Rio de Janeiro: Vigário Geral, Cantagalo – Pavão- Pavãozinho, Complexo do Alemão, Nova Era, Parada de Lucas, Vila Cruzeiro, além de um Escritório de Representação na cidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.afroreggae.org/memoria>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

Movimentos Sociais e Cidadania do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), da Universidade Cândido Mendes, Silvia Ramos<sup>201</sup>, que repassou, em vídeo, a experiência da polícia militar mineira (PMMG)<sup>202</sup>, a qual tinha desenvolvido um projeto de aproximação com a juventude em parceria com o Grupo AfroReggae.

[...] liguei para a Silva Ramos, ela me atendeu muito bem, foi muito gentil comigo, fui lá na [Universidade] Cândido Mendes, aí troquei experiência com ela, falei sobre mediação, que ela não tinha muito experiência sobre mediação no Rio, estava iniciando as UPPS ainda no Rio, ela me levou para conhecer a UPP da Dona Marta. Mostrou-me um projeto chamado Juventude e Polícia do AfroReggae. Ela me deu um DVD que contava toda a história, o DVD se chamava Polícia Mineira e contava a história todinha desse projeto. [...]aí eu cheguei no hotel, coloquei no computador e fiquei encantado com aquilo, aquele trabalho do AfroReggae, que era um trabalho com a polícia de Minas Gerais. Era o seguinte: eles trabalhavam com a questão da percussão, capacitavam policiais militares nessa área. E esses policiais iam trabalhar com jovens nas escolas, e eu percebi é, que tinha uma grande empatia dos jovens e os policiais quebravam aqueles estereótipos de um policial distante e tal. Isso aproximava eles por meio da arte e ele implantou também o grafite junto com os policiais. E aí foi que eu disse: eu quero levar [isso] para o Ceará, acho que dá para adaptar à realidade do cearense. [...].

O secretário gostava muito do Zezé [...] E ele associava o Zezé com a juventude, foi aí que o Zezé viu algo lá na Cidade de Deus, acho que é aonde o MV Bill fica. Acho que é a Cidade de Deus, e o MV Bill pegou um carro uma vez lá e botou uns radiadores em cima e começou a tocar RAP, e a ideia do Zezé era pegar uma viatura da polícia e começar a colocar um sonzão e colocar o Ronda Cultural. A ideia no nome foi do Zezé, ele naquelas viagens dele, Zezé muito inteligente aí ele: **uma Ronda diferente, uma Ronda diferente, aí saiu o Ronda Cultural, associado ao nome Ronda do Quarteirão**. Um dos acessos que Zezé teve com o governador ele conseguiu convencê-lo desse projeto, ele mostrou o vídeo do MV Bill e tal. Aí juntamos essas duas ideias e aí resolvemos implantar o Ronda Cultural que o Projeto ainda não estava escrito, **mas a ideia era trabalhar juventude e polícia utilizando o hip hop porque era a música que eu percebi que tinha mais identidade e eu percebi isso quando fui com o Zezé para o show dos Racionais**. Quando eu vi aquela idolatria que eles têm pelo *hip hop* e pelo grupo Racionais, e quando eu vi a galera que estava lá, eu disse: cara, essa é a galera que eu quero. Essa galera é que tem identidade com o *hip hop*, foi aí que o *hip hop* entrou no Ronda Cultural, nessa visão de[...] eu não gostava da expressão jovens problemáticos, gostava da expressão jovens com problemas. **Eu queria os jovens com problemas, mas a gente vai focar no problema e não nos jovens. Se a gente conseguir tirar o problema, minimizar o problema o jovem está salvo, a ideia era essa**. Aí quando eu vi aquela galera eu disse: eu quero isso. Porque o princípio era: quem causa mais problema para a polícia hoje[...] os crimes, todos os crimes, **o maior percentual é da presença dos jovens, tanto como vítima, como acusado e nem os jovens gostam da**

<sup>201</sup> Renomada cientista social brasileira e autora de vários livros, pesquisas e artigos na área de Segurança Pública, Violência e Cidadania.

<sup>202</sup> O Projeto RC baseou-se em outro utilizado pela Secretaria de Defesa Social e pela Polícia Militar, na cidade de Belo Horizonte-MG, intitulado: *Juventude e Polícia*. Seria, portanto, um novo modelo de aproximação da polícia com os jovens frente ao formato tradicional, o qual é essencialmente repressivo.

**polícia e nem a polícia gosta dos jovens** (Major Plauto, 22 maio. 2014, grifos nossos).

De acordo com Rocha, Domenich e Casseano (2001), o *hip hop*<sup>203</sup> é, originalmente, um fenômeno sociocultural de um determinado segmento juvenil – os jovens negros moradores de territórios estigmatizados – que é constantemente invisibilizado por uma sociedade racista. É, na verdade, um movimento que tenta proporcionar, por meio do respeito à identidade racial, alternativas à violência, à marginalidade e à invisibilidade social e cultural.

Aquele segmento, mesmo antes de nascer, é condenado à morte sumária e, desse modo, vive no fio da navalha (FAUSTINO, 2001, p. 09–10). Utiliza-se, então, do *hip hop*, elemento cultural, para denunciar as desigualdades, que os afligem cotidianamente, e para contestar e resistir a um modelo de sociabilidade opressora, que é capaz de assumir um caráter político.

Logo após o retorno a Fortaleza, os oficiais que foram enviados à Universidade carioca se reuniram com o Secretário de Segurança Pública para apresentar o vídeo intitulado *Polícia Mineira*<sup>204</sup>.

Quando eu cheguei em Fortaleza, trouxe todo o material e apresentei para o Secretário de Segurança o Secretário ficou empolgadíssimo, **sabia que ia ter uma resistência enorme da Polícia Militar** e ele me pediu que escrevesse algo de acordo com a realidade daqui do Ceará. Aí eu disse: **olha eles têm uma grande dificuldade lá em Minas Gerais que foi a resistência dos oficiais da polícia, ou seja, eles não queriam isso de forma nenhuma, ai ele disse, não, a gente vai vencer isso aqui e eu estou junto com você.** Ele rapidamente convocou uma reunião do comandante geral da polícia com todos os oficiais da polícia (Major Plauto, 22 maio 2014, grifos nossos).

O secretário de segurança, delegado Roberto Monteiro, mostrou interesse pessoal em criar algo semelhante no Estado e, assim, providenciou a realização de reuniões para a socialização da proposta, qual seja: integrar polícia e juventude por

<sup>203</sup> É importante esclarecer aqui a definição do *hip hop* e os elementos que o compõem. Rocha, Domenich e Casseano (2001, p. 1) trazem o conceito sobre cada um: “O termo **hip hop** significa, numa tradução literal, movimentar os quadris e saltar (*to hip* e *to hop*, em inglês), e surgiu no final dos anos 60 em Nova York. Com o tempo, o **hip hop** passou a designar um conjunto de manifestações culturais: um estilo musical, o **rap**; uma maneira de apresentar essa música em shows e bailes que envolve um **DJ** (disc-jóquei) e um **MC** (mestre-de-cerimônias); uma dança, o **break**; e uma forma de expressão plástica, o **grafite**”.

<sup>204</sup> No Youtube, existe uma produção, dividida em sete partes, que trata sobre o cotidiano do Projeto Juventude e Polícia, intitulado Juventude e Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g73KS0uIHDc&list=PLCC640463DC05AFCE>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

meio da cultura. A partir disso, iniciou-se uma série de etapas até ser finalmente ser implementado no ano de 2010.

A primeira etapa foi a busca de parceria para a execução do referido Projeto. Realizou-se a primeira reunião com alguns setores do governo do Ceará, e, na ocasião, foi obtido o apoio dos gestores do primeiro mandato do Governador Cid Ferreira Gomes (2007–2010), dos secretários de Cultura, e da Educação, além da primeira dama do Estado. Após as adesões destes<sup>205</sup>, era preciso obter o entendimento e o apoio dos oficiais da Polícia Militar do Ceará (PM-CE).

A segunda reunião ocorreu no auditório do Comando Geral da PM. Muitos policiais se mostraram resistentes à ideia de adotar o modelo do Projeto mineiro como forma de aproximação da polícia com os jovens. “Muitos oficiais alegaram que isso iria ‘desmoralizar’ a polícia e seus integrantes. [...]” (FERREIRA, 2013, p. 18).

Como este encontro foi tenso, o secretário de segurança resolveu suspendê-lo e marcou outro dia para que os oficiais refletissem sobre a proposta, conversassem entre si e formassem antecipadamente suas posições. Assim, após quinze dias, houve uma nova reunião, com a presença da primeira dama. Entretanto, mesmo diante dos discursos resistentes às mudanças no modelo tradicional do pensar e de fazer polícia, surgiram alguns agentes que se dispuseram a apoiar o Projeto, colaborando, conforme Ferreira (2013), para que não houvesse o **boicote** ao RC.

Na semana seguinte, o mesmo grupo de oficiais foi a Belo Horizonte para elaborar um pequeno documentário no encerramento de uma das turmas do Projeto *Juventude e Polícia*<sup>206</sup>. Esta visita funcionou como uma espécie de “estudo de caso” e o vídeo serviu para a etapa posterior: a divulgação e a seleção dos policiais participantes.

---

<sup>205</sup> Posteriormente, a Universidade de Fortaleza (UNIFOR), após desistência da CUFA-CE, iniciou a parceria juntamente com a SSPDS, SECULT e SEDUC. Os entrevistados resolveram não expor pormenores em relação ao motivo da saída da CUFA como principal parceiro do Projeto. Mesmo assim, os oficinairos ligados a esta Organização continuaram trabalhando em conjunto com os policiais.

<sup>206</sup> É necessário destacar aqui que, em Minas Gerais, segundo Ferreira (2013, p. 19), mesmo após dois anos de vigência do Projeto, os oficiais mais tradicionais dos batalhões ainda se mostravam resistentes às mudanças advindas do projeto de aproximação entre polícia e juventude.

Os critérios para escolha dos policiais foram: que estes integrassem no Programa Ronda do Quarteirão e que a adesão fosse voluntária. De acordo com Ferreira (2013, p. 19), a escolha desta unidade militar se deu devido a dois fatores: pelo efetivo ser formado, majoritariamente, por jovens recém-ingressos nas fileiras da corporação; e também pela formação destes, que tiveram disciplinas de cunho ético e humanístico. Os idealizadores procuraram, então, associar o Ronda Cultural ao Ronda do Quarteirão.

Dentre os 1.500 (mil e quinhentos) policiais que constituíam o Batalhão Comunitário da PM, nesse período, somente dez voluntários se apresentaram (duas (2) policiais femininas e oito policiais (8) masculinos). Desses 10 (dez), apenas 8 (oito) concluíram o curso para atuar no Projeto, o qual foi uma construção conjunta entre o Major Plauto, representando a polícia, e o Preto Zezé, que representou a CUFA.

[...] foi a gente apresentando, montando com o pessoal, é, a gente já tinha a estrutura do curso montada, a concepção, tinha metodologia, o processo de escolha dos policiais, e o controle da formação. E aí depois foi que foi vindo como é que arrumava o material, isso e aquilo, aí, e fazendo as coisas acontecerem (Preto Zezé, 11 abr. 2013).

Ferreira (2013, p. 19) acredita que a baixa adesão à nova ideia de atuação da polícia é resultado do *ethos* moral vigente na instituição policial. O “[...] *ethos* policial militar, observado nas reuniões com os oficiais, já prevalecia no inconsciente da maioria desses jovens policiais. Daí tamanha dificuldade em selecionar os voluntários”.

Brasil e Sousa (2010, p. 100), quando discutiram sobre o Ronda do Quarteirão e a resistência da corporação militar às mudanças, destacaram que este fato se deve porque os policiais militares “[...] ainda acreditam na ideia de que segurança pública é assunto que deve ser tratado apenas pelas instituições policiais e que, fora do modelo repressivo ostensivo, não há saída”.

Após a fase da sensibilização (a partir da realização de 15 palestras), e da seleção, iniciou-se o momento da formação dos agentes para que pudessem atuar no Projeto. Esta formação se diferenciou do tradicional e foi um “impacto dentro da polícia” (FERREIRA, 2013, p. 20).

A cultura de rua, os conceitos que permeiam o *hip hop* e as linguagens dos jovens (dialeto<sup>207</sup>) foram inseridos nos temas abordados – nas aulas teóricas e práticas – para os jovens policiais. Este curso foi facilitado pelos oficinairos da CUFA-CE.

Os policiais usavam como equipamento de trabalho aparelhos de som e spray de grafite. As aulas eram embaladas pelo ritmo do *hip hop*, o objetivo era uma total imersão dos policiais no mundo juvenil, suas gírias, forma de agir, valores, culturas. Houve aulas de campo nos museus, teatros, com o objetivo de conhecer a história da cidade, dos bairros, da periferia (FERREIRA, 2013, p. 20).

Nas aulas práticas, os policiais pegaram no spray de grafite, mixaram nos aparelhos eletrônicos e dançaram no ritmo do break. Foi certamente uma experiência diferente das vividas por qualquer policial militar. O Ronda Cultural, enquanto estava em atividade, não só caminhou no mundo juvenil ou na cultura da rua, ele também penetrou profundamente no ethos policial, com todas as suas tradições e costumes. Os policiais desse projeto apresentaram a instituição policial militar uma nova forma de dar segurança à população, particularmente, à população jovem. Eles estavam trabalhando não apenas na prevenção do crime, que lida com os casos de violência criminal, mas caminharam para a implementação de uma cultura cidadã dentro das escolas, por meio do projeto Ronda Cultural (Ibidem, p. 59–60).

Finalizada a formação dos agentes de segurança, foi iniciada outra fase: a divulgação e sensibilização das escolas para receber o Projeto. Esta foi realizada a partir da parceria da SSPDS com a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), a qual selecionou dez escolas<sup>208</sup> a partir dos seguintes critérios: localização próxima

<sup>207</sup> É interessante destacar que, conforme Ferreira (2013, p. 58), no dialeto do *hip hop*, o policial é conhecido como “gambé”, e no Ceará, como “delicados”.

<sup>208</sup> Das dez escolas, o Major Plauto só citou, em sua dissertação, as seis escolas onde posteriormente ele aplicou um questionário para a sua pesquisa, as Escolas de Ensino Fundamental e Médio: Paulo Ayrton de Araújo (SER VI); Luíza Távora (PROMORAR) (SER VI); Deputado Paulino Rocha (SER VI); Deputado Paulo Benevides (SER VI); Professora Maria Gonçalves (SER VI) e; Constança Távora (SER VI). Durante a entrevista com os jovens do grupo JAP, o único que viu o Ronda Cultural onde ele estudava foi a EEEM Professora Eudes Vera (SER V). As restantes não foram citadas nas entrevistas realizadas com o Major Plauto e com o Preto Zezé e nem encontradas no site da Secretaria da Cultura e da Educação do Estado do Ceará.

O coordenador do RC, em sua dissertação, trouxe algumas informações de sua pesquisa sobre a “eficácia” do uso dos elementos do *Hip Hop* pelos policiais como forma de aproximação dos jovens. Para isso aplicou 4 (quatro) questionários (Questionários Inicial e Final de Avaliação; Questionários sobre Bullying, Sexualidade), nas 6 (seis) escolas da rede pública estatal, no segundo semestre (jun. a dez.) do ano de 2010, pelos policiais militares aos alunos que participaram das Oficinas do Projeto, durante o “Papo de Rocha”. Para o Major, o uso destes instrumentais, no Projeto RC, tinha como objetivo saber “[...] se os jovens se sentiam à vontade com a presença dos policiais nesse tipo de projeto e se este proporcionou uma possibilidade de aproximação da juventude com a polícia” (FERREIRA, 2013, p. 12). No total, foram 858 alunos inscritos para participarem das 10 oficinas de DJ, MC, Break e Grafite, nos turnos da manhã e tarde. O maior público foi do sexo masculino, com 445 inscritos e 413 do sexo feminino, na faixa etária de 12 – 18 anos. Contudo, o Major utilizou-se somente dos dados de 6 (seis) escolas<sup>208</sup>, totalizando 150 alunos.

às áreas de conflitos juvenis e existência de registros de ocorrências de violências e conflitos com jovens<sup>209</sup>. (FERREIRA, 2013, p. 21).

A equipe do Ronda Cultural, composta por educadores sociais ligados à Central Única das Favelas e por policiais rondantes, conversava com a direção e os professores das escolas para explicar o desenvolvimento do Projeto e buscar o apoio dos deles.

Após a liberação dos gestores e docentes, a equipe se dirigia às salas de aulas para apresentar o Projeto RC aos alunos. Depois da seleção dos alunos, a equipe solicitava a autorização dos pais para os discentes selecionados. Em seguida, dava-se início às inscrições dos alunos para formar as turmas do Ronda Cultural nas escolas visitadas.

O Major Plauto, que sempre acompanhou o andamento do Projeto, observou que “sempre que os policiais do Ronda Cultural chegavam às escolas os docentes os direcionavam para o que [os alunos que] rotulavam como ‘jovens

---

Nesta pesquisa, verificou-se que 17% se identificavam com o tema violência/criminalidade; 22% com sexualidade; 28% drogas; e 33% bullying (Ibidem, p. 66). As perguntas direcionadas sobre a relação entre juventude e polícia estão presentes no Questionário Inicial de Avaliação (Anexo K). No Tópico VIII (sobre Segurança Pública), ver Anexo K (a questão 14): quando perguntado se já tinha sido abordado pela polícia militar, 34% disseram que sim. Em seguida, perguntou-se se os jovens acreditam no trabalho policial (questão 16), e 38% disseram que não (FERREIRA, 2013, p. 28). Contudo, a pesquisa não identificou se esses 38% que disseram não confiar no trabalho da polícia são os mesmos que foram abordados por policiais na pergunta anterior. Em relação ao Tópico IX do questionário inicial de avaliação, sobre o Ronda Cultural, 93% dos jovens responderam que achou interessante a participação da polícia neste Projeto (Questão 19) (Ibidem, p. 30). Ferreira (2013) atribuiu a positividade desta resposta afirmando que a rejeição juvenil se deve pela forma que a polícia atua e por tudo o que ela representa, e não pelo profissional em si. Na pergunta 15 do questionário (Qual a imagem que você tem da polícia?), num primeiro momento, 31% dos entrevistados disseram que tinham uma imagem ruim ou péssima da polícia. Mas, após as oficinas, depois do contato com os policiais, via “Papo de Rocha”, a opinião dos jovens mudou, e a visão negativa passou a ser de apenas 1%.

<sup>209</sup> Depois de 3 (três) visitas ao Conjunto São Miguel, em Messejana, e de reuniões com diretores de escolas e lideranças comunitárias do bairro, o secretário de segurança pública da época, Roberto Marinho, entendeu que ali seria o primeiro local da aplicação do Projeto Piloto RC. Ele ressaltou que “escolheram como primeira base o Conjunto São Miguel porque a juventude daquele bairro necessita urgentemente de alternativas que a leve para longe das drogas e da criminalidade”. O professor Auto Filho, na ocasião comentou: “Estamos selando um protocolo social pela paz e modificando a abordagem da Segurança no Estado. Estamos fazendo com que a própria Polícia possa se inserir no combate à criminalidade por meios não repressivos. E o detalhe mais importante: o Ronda Cultural começara justamente em um bairro em que a juventude é a maior vítima da violência. A pobreza vira criminalidade quando os valores são destruídos”. Para ele, o contato mais próximo dos jovens com os policiais militares é uma nova atitude. “Uma atitude que inicia uma **nova cultura para a nossa política de Segurança**” (grifos nossos). In: DIÁRIO DO NORDESTE. Segurança lança o ‘Ronda Cultural’. 4 abr. 2009. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=628036>>. Acesso em: 30 mai.2014.

problemáticos'. Esses jovens eram vistos pelos professores como 'delinquentes', mas que frequentavam a escola<sup>210</sup> (FERREIRA, 2013, p. 87).

As oficinas ministradas para os alunos da rede pública estadual eram divididas em aulas teóricas e práticas e funcionavam no contraturno<sup>211</sup> dos discentes. Os meios de integração entre polícia e juventudes foram, conforme Ferreira (2013): o diálogo, a educação, a arte e a cultura.

Eram duas equipes compostas por quatro policiais, que ficavam a bordo de viaturas equipadas com ferramentas culturais de áudio e vídeo, preparadas para atividades integradas de música, expressão corporal e artes visuais; além de uma equipe de produção encarregada da montagem da estrutura necessária para as apresentações. Além dos policiais, os jovens das comunidades compunham o grupo, conforme a sua habilidade artística.

A função do grupo de educadores sociais foi apresentar os cinco elementos que compõem o *hip hop* (Break, Dj, Grafite e Rap) para os alunos. E, os policiais, por meio de uma roda de conversa, denominada "Papo de Rocha<sup>212</sup>", trocavam experiências e mantinham uma relação de diálogo com os jovens. A participação dos estudantes se deu de forma espontânea. Segundo Ferreira (2013, p. 68), esta foi a principal estratégia metodológica de aproximação da polícia do Ronda do Quarteirão com o segmento juvenil.

Os quatro temas transversais desenvolvidos foram: Violência e Criminalidade, Drogas, Sexualidade e Bullying. As oficinas tinham duração de um

---

<sup>210</sup> Ele continua dizendo "[...]Todavia, para a surpresa dos docentes e gestores escolares, não era essa a visão que os policiais tinham daqueles jovens, isso foi expresso na forma de tratá-los tanto nas oficinas, como nos intervalos de aula. A compreensão dos policiais era a de que aqueles jovens não eram problemáticos, mas sim, jovens com problemas, comprovado posteriormente nos resultados dos questionários que tratavam dos temas transversais. Isso fez com que esses policiais não perdessem o foco na aproximação polícia e juventude" (FERREIRA, 2013, p. 87).

<sup>211</sup> Refere-se ao horário diferente do turno que os alunos estudavam.

<sup>212</sup> Rocha ou Rocheda, para os jovens cearenses significa algo legal. Segundo o dicionário online *Gírias do Nordeste: Vida de Cachorro*, "O cara é Rochedo", é aquele que é gente boa, de confiança. Disponível em: <<http://vidadecachorro.wordpress.com/2009/01/14/dicionario-2/>>. Acesso em: 31 mai. 2014. O "Papo de Rocha" baseou-se na experiência do investigador da Polícia Civil, Roberto Chaves, denominado "Papo de Resposta". Como o termo "resposta" tem uma clara identidade com a cultura juvenil carioca, a palavra foi substituída por "Rocha".

mês, totalizando 70 horas/aula. Ao final de cada aula, com os elementos do *Hip Hop*, realizava-se a roda de conversa com os policiais.

No encerramento das oficinas, era realizada uma exposição artística com a participação dos jovens e dos policiais. Os alunos faziam apresentação de *Rap* e de dança. Esse era o momento dos discentes do Projeto mostrarem, para os demais estudantes e funcionários da escola, o que aprenderam com osicineiros e policiais do Ronda Cultural.

O Major Plauto Ferreira (2013, p. 90), em sua dissertação, discorreu que o Projeto RC “[...] atingiu seu objetivo não só de aproximação com os jovens, mas apresentando aos setores da segurança pública uma nova forma de atuar da Polícia Militar, por meio de um olhar diferente do mundo juvenil”.

O Projeto RC pode até ter tido certo sucesso diante das poucas turmas de jovens que ele alcançou, e por isso aquele Major diz que o Ronda Cultural “atingiu o seu objetivo. Porém, quando entrevistei os jovens japianos, para saber, também, se eles sabiam da existência do Projeto Ronda Cultural, poucos souberam responder. Muitos deles nem sabiam que este projeto existia. Apenas um, dos seis interlocutores, informou que tal Projeto ocorreu na Escola em que estudava.

Ao responderem se já tinham ouvido falar do RC, mais uma vez aproveitaram a oportunidade para criticar negativamente o Programa Ronda do Quarteirão e para esboçar a indignação da política dispensada (ou a ausência de várias delas) aos jovens moradores de territórios estigmatizados.

Não... tem aqui no Bom Jardim? [...] Aqui no Bom Jardim nunca teve [...] que eu saiba, não. Porque assim, o JAP, a gente tem uma parceria com as escolas aqui do grande Bom Jardim... não sei se eu tenho essa informação, mas... em 2010, né, que tu disse? Eu vou até buscar esses dados, mas não... se teve, meio que não se teve, eu não soube... **se teve foi dinheiro mal gasto e mal investido, novamente...**

[...] Mas eu não vi... nunca... até quando eu estudava, eu nunca vi na minha escola... eles iam quando tinha um assalto nas mediações ou ia para beber água e usar o banheiro... somente isso... (JOVEM 01, grifo nosso).

A jovem 01 foi quem defendeu a importância de se criar um modelo de política pública que tenha “funcionabilidade”, que tenha um olhar aguçado da realidade em que os jovens dos espaços estigmatizados vivem, e que estes programas sejam construídos junto com eles, e não uma imposição de “cima para

baixo”. Caso contrário, é mais uma política de caráter policialesco, dentre as inúmeras existentes nesses locais, tornado-se mais um “investimento” mal empregado.

Nunca nem ouvi falar na minha vida... Foi escondido isso aí... **Eu desconheço. Eu sempre conheço o Ronda de um lado só. Nunca vi eles ultrapassarem não... O lado da brutalidade, o lado da ignorância...** (JOVEM 06, grifos nossos).

O jovem 03 ficou sabendo sobre o RC nas escolas por meio de uma reportagem da mídia local.

Eu já vi, só na... parece que foi... passou no CETV... Foi... no CETV. Importante eu acho, né, que ali fala é o comandante, né, que fala... devia era ele fazer uma reunião cada turma para falar também para os de dentro da polícia também que lá ele fala dum jeito... aí acontece de outro jeito fora, fora da realidade.

Estes jovens, de acordo com registro nas falas acima, apenas conhecem o braço repressor do Estado, que se manifesta via violência policial. Percebem também que a segurança pública é a política pública mais atuante nos territórios estigmatizados. Reconhecem ainda a importância da polícia na sociedade, porém criticam, com veemência, as formas como os policiais atuam e como o Estado e a sociedade concebem o ideal de polícia e policiamento.

Almeida e Xavier (2004, p. 126), quando tratam sobre segurança e juventude, dizem que a ação estatal foca na violência juvenil – especialmente nos que residem em ambiente urbano e investem na pacificação dos jovens pobres, “[...] tendo como objetivo estratégico inserir jovens em **projetos de pacificação** juvenil através de cursos, oficinas e elaboração de projetos educativos e culturais de resgate de outros jovens e adolescentes envolvidos em situações de conflito e criminalidade” (grifo nosso).

Os jovens negros e pobres, ainda segundo as autoras Almeida e Xavier, perante a representação social criada e mantida no imaginário social – que associa diretamente a pobreza à criminalidade –, são responsabilizados pela violência crescente, virando alvos da ação policial e não sujeitos de direitos e público prioritário de políticas públicas e sociais garantidoras da cidadania deles.

Como a política de segurança vigente é o “mais do mesmo”, apesar de todos os documentos elaborados, tendo em vista a efetivação do paradigma da Segurança Cidadã, o pessimismo daqueles jovens ainda segue: de que a polícia e a juventude, conforme o jovem 06, são dois mundos distintos.

Ferreira (2013, p. 31) reconhece que

[...] existe uma rejeição não da polícia, mas da forma como ela atua, principalmente com relação às abordagens policiais ao público jovem. Esse resultado merece uma discussão mais complexa, pois sabemos que a sociedade em geral e principalmente os jovens detestam a polícia, por tudo que ela representou e representa como instituição e não há uma distinção, uma separação tão nítida entre a polícia e os policiais, mesmo porque os policiais produzem a polícia que temos, ela não é algo abstrato.

Todos os japianos entrevistados reconheceram que a cultura e a arte são os meios fundamentais de aproximação entre a polícia e os jovens, porém questionaram porque o RC não foi uma construção conjunta e porque não houve continuidade desse projeto, tornando-se apenas mais uma ação pontual.

[...] eles falam o que é pro jovem não fazer... o que vai levar... eles falam a realidade, né? Era bom continuar pra escola tudinho de Fortaleza, no exterior também... Para assim... abrir mais a mente dos jovem, que hoje em dia, a maioria dos jovens que eu conheço, que usa maconha, roubam... É... acho que [a cultura é] um bom meio. Se aproximar... marcar assim umas palestras com os jovens, pros jovens fazerem perguntas pra eles responderem... vários tipos... importante o diálogo (JOVEM 03).

O interlocutor acima destacou que isso é algo válido e que deveria ser aprimorado e continuado, contudo, não somente dentro das escolas, mas fora delas. Já que, como foi visto no capítulo 02, grande parte dos jovens moradores do Grande Bom Jardim, por exemplo, estão fora da instituição escolar por inúmeros fatores. Essa visão complementa o discurso de outro jovem que tinha ouvido falar sobre o Projeto.

Mas só que o problema qual é? **É que a grande juventude não está nas escolas. Se a gente for pegar o Grande Bom Jardim tem 9% de toda população de Fortaleza e 60% são jovens e só 20% estão na escola.** Então você ver uma gama de juventude muito grande e você quer trabalhar com jovens que em tese já estão organizados, você já tem um ponta pé de um projeto. **Mas para intervir mesmo na comunidade, teria que andar muito e bater de porta em porta. Porque a maioria dos jovens hoje da favela são semianalfabetos, são usuários de drogas, estão dentro de uma gangue ou se relaciona com uma.** E querendo ou não vivem em constante ameaça por guerra de território. Hoje no Bom Jardim tem uma

área luminosa, quem mora no lado direito não pode ir para o lado esquerdo da área luminosa. O interessante é que a escola municipal fica de um lado e a escola estadual fica do outro. Então é um constante conflito.

A possibilidade desse projeto [RC] tem uma determinada eficácia, mas dizer que essa política vai mudar a realidade da comunidade **é querer morrer na ilusão, pois a grande maioria dos jovens não estão dentro das escolas.** E no começo dessa gestão municipal foram fechados vários EJAs [Educação de Jovens e Adultos], aí o jovem já fica desmotivado com a educação. Aí a educação vai atingir menos ainda os jovens (JOVEM 06, grifos nossos).

O jovem 02, o único que viu a atuação dos policiais rondantes, via Ronda Cultural, na Escola de Ensino Médio Professora Eudes Vera, disse que nem sabia que isso era um Projeto de proximidade com os jovens e que se denominava assim. Na realidade, achou tudo o que viu uma verdadeira farsa, porém reconheceu que essa tentativa de aproximação e relação com o jovem, via cultura e arte, seria uma ação importante, mas o que aconteceu foi algo sem continuidade e sem espaço para diálogo. E ainda frisou que aquilo que o Ronda Cultural realizou, nesta referida escola, não coadunava com o que o RC essencialmente preconizava.

É Ronda Cultural? Nossa! Então o Ronda Cultural são aquelas palestras que estavam acontecendo nas escolas? [...] Não! Não sabia! Sabia que a polícia ia nas escolas, dá palestras, dar esses eventos de hip hop, que até aconteceu aqui na praça do Bom Jardim. Mas não sabia que tinha esse nome. [...] [P]ois é... eu fiquei assim: gente, Ronda Cultural? Eu não sabia! Porque assim, pelo nome... **a forma que eles agem não tem nada a ver com cultura.** O máximo que eles conseguiram fazer foi essa roda de Break, que eu lembro que teve disputa de Rap, teve as palestras, o próprio... o próprio... como é que se diz? Uma patente maior?

Foi algo que aconteceu, mas e aí? Depois? Legal, mas e aí depois?

Algo que aconteceu, explodiu. Mas para acontecer de novo algo muito importante tem que acontecer. Tipo: eu vou mostrar que eu estou aqui, mas para vocês saberem que eu estou aqui. [...] E aí?

**Que eu acho uma farsa!** Eu acho que é querer apagar uma forma daquilo que já foi construído. Por mais que seja lindo... Não sabia que tinha esse Ronda Cultural. Mas eu leio isso como uma farsa. Porque já foi construído algo, a polícia já tem um... as pessoas já estão duvidando da polícia, aliás uma não, várias né? Porque nós que trabalhamos para projetos sociais a polícia é um órgão do Governo que na maioria das vezes age de forma errada. Mas que para minha vó a polícia tá certa, tem que colocar a mão na cabeça e chamar de vagabundo. Perguntar o porquê tá na rua. Tem essas leituras, de que eu tenho um ponto de vista, meus familiares têm outra, nossos amigos têm outro, e acaba que nesses pontos de vista o que é mais visado é aquilo que a gente ver. **E acaba que aquela forma de abordagem, aquela forma de agir dos policiais fica como algo prejudicial, de certa forma. E aí quando a gente ver as policias indo nas escolas, conscientizar os alunos sobre o tráfico de drogas, da criminalidade... eu vejo isso como uma forma de pedir desculpa ou coisa parecida. Uma farsa!** Por mais que seja algo muito bonito. Mas eu não vejo isso como algo verdadeiro. **É algo para apagar aquilo que foi feito lá traz. Porque a partir da escola, os alunos vão chegar e dizer: mãe a polícia foi lá e a gente teve uma roda de diálogos com eles, ele**

**explicou a abordagem policial... e ai vai amenizando aquela forma que já foi construído lá traz**, mas que hoje em dia você ver o que aconteceu, você estava aqui. Eu acho que rola muito essa questão da farsa. Das duas faces. Da mídia, que ela tem a face de criticar e a face de indicar. A mídia tem muito desse poder. Olha a polícia agiu nesse canto legal, mas ai como foi que a polícia agiu? O que aconteceu antes disso? A polícia prendeu um cara que estava traficando ou coisa parecida e a polícia está lá se posicionando, bota o nome deles, pega a droga, coloca em cima do carro, bem bonitinho. Mas para chegar aquele ponto: como foi que a polícia agiu? Eu participei de longe, mas eu vejo como farsa depois de analisar a situação. Que eu costumo ver o pouco, para depois ver o todo. O pouco que eu digo é me observar dentro do espaço, e eu me analisando dentro do espaço eu consigo analisar o todo. Pra mim naquele momento foi importante, foi muito bonito a atuação da polícia dentro da escola. Mas depois que a gente começa analisar o todo aquilo passa a ser uma farsa. Não deixa de ser importante, mas não deixa de ser uma farsa. Pelo meu ponto de vista. Mas para você pode ser diferente.

Não foi para a escola toda, foi por turmas. O 1º ano vão se reunir na palestra. Eu acho que não tem nem aquela coisa de levantar a mão, eu posso fazer alguma coisa, uma pergunta. Aquela coisa, a polícia fala a gente escuta.

Não lembro de ter visto uma pauta para que as pessoas falassem, que as pessoas falassem seu modo de ver a polícia. E se tivesse acontecido, as pessoas não falaria o que eu teria coragem de falar. Veria a polícia com bons olhos, veria como algo que vai sempre nos trazer o bem, mas depois elas podem analisar a situação e ver que não é isso que acontece.

Mas aquela coisa da ação imediata. Eu agi como cultura e me dispersei. Voltei de certa forma para meu modo de segurança. Eu queria até ver uma análise da polícia para essa ação. Eu queria saber se existe uma análise disso. Se eles fazem uma análise. Como acontece nos movimentos sociais, a gente faz uma ação e depois a gente faz um check-up da ação. Ai eu não sei se existe essa ação da polícia ou alguém que representa a polícia (grifos nossos).

Como foi descrito no depoimento anterior, o RC foi algo sem continuidade, sem diálogo; durando pouco mais de um ano, se contabilizarmos todas as fases deste (estudos iniciais, formulação do projeto, divulgação, parcerias, desenvolvimento, finalização e avaliação).

No final do ano letivo de 2010, foi gravado um CD *Ronda Cultural 2010 – Polícia e juventude: a cultura é o segredo* (Anexo K) – e elaborada uma Revista pelos jovens, em formato de gibi, com o mesmo título do CD (Anexo K). Tanto o CD quanto a revista em quadrinhos e os grafites deixados pelo RC, em cada escola, serviram, posteriormente, como instrumentos de divulgação para a integração entre polícia e juventude em outras escolas, e também divulgaram, de certa maneira, o êxito inicial do RC.

Para o encerramento das atividades de 2010, foi feito um grande evento, no dia 14 de dezembro, no Anfiteatro Centro Cultural Dragão do Mar, com as dez escolas contempladas pelo Projeto.

O coordenador do Ronda Cultural, em sua dissertação, lamentou a não continuidade do Projeto, todavia disse que a proposta foi positiva, pois buscava transformar a realidade da relação de distanciamento e violência entre os policiais e os jovens nas escolas em que passou.

Infelizmente, o projeto Ronda Cultural não teve continuidade pela nova gestão da Secretaria de Segurança Pública do Estado, que se iniciou em janeiro de 2011, **tendo investido mais em ações repressivas em detrimento às preventivas e de antecipação à violência**, como é o caso do projeto Ronda Cultural. [...] Portanto, percebemos, ao final das nossas pesquisas e análises, que o projeto Ronda Cultural alcançou todos os seus objetivos e que mais do que um movimento, o hip hop utilizado pelos policiais do Ronda Cultural mostrou atitude, indo além do respeito da cultura juvenil, servindo para transformar a realidade de distanciamento e violência entre polícia e juventude (FERREIRA, 2013, p.91, grifos nossos).

O Projeto Ronda Cultural, além de ter alterado a dinâmica de se fazer policiamento comunitário, mexeu no ethos policial, principalmente com a postura que esses policiais assumiram junto com a juventude, da comunidade estudantil. Ao conviver durante um mês nas escolas e interagirem intensamente com o jovem, por meio do hip hop, esses policiais conseguiram quebrar a barreira que separava a juventude da polícia, construindo uma ponte de aproximação e confiança. (FERREIRA, 2013, p. 86).

Preto Zezé é mais realista ao destacar que, de certa forma, essa tentativa de aproximação funcionou nas escolas trabalhadas, porém, se tivesse dado prosseguimento ao projeto, este poderia contribuir para diminuir o índice de violência policial contra a juventude pobre e negra, além de minimizar a tensão que existe entre ambos. Ele apresenta um depoimento de um jovem de uma instituição escolar em Messejana, em entrevista, como podemos constatar a seguir.

E era interessante porque assim, muitos meninos passaram a dizer assim, os depoimentos dos jovens eram assim: “pô, eu tinha tanto medo da polícia, né cara, e polícia são seres humanos iguais a gente”, ou seja, o entendimento é que nem seres humanos os caras eram, então você vai começando devagarzinho, então essa aproximação qual era a nossa tese? Que ao aproximar a juventude da polícia policiais da juventude com essa formação eles passariam a ter um entendimento diferenciado e você diminuiria por que assim **o índice de violência da polícia contra o jovem é uma coisa, absurda, e justamente por essa visão do brinco, do 157, do chapéu, da cor do cara, de onde o cara mora, da música que o cara ouve, do jeito que o cara anda, da forma que o cara fala, os tipos de**

**marcas que o cara usa então era tudo parte disso, quando você jogava isso dentro do liquidificador e mexia, aí você jogava o policial no meio da rua pra ver o que dava, aí você tinha uma reação diferente.** (grifos nossos).

Para o ano de 2011, o então coordenador do Projeto Ronda Cultural, Major Plauto Ferreira, esperava que, uma vez que a CUFA-CE não estava mais participando do Projeto, se efetivasse uma parceria com o Instituto de Estudo e Pesquisa para o Desenvolvimento do Estado do Ceará (INESP), da Assembleia Legislativa, e com o projeto Construção Compartilhada da Cidadania.

Esta parceria, porém, limitou-se à publicação da Revista em quadrinhos (gibi). Segundo a nota divulgada em 13 de dezembro de 2010, pela Casa Civil do Governo do Estado<sup>213</sup>, esperava-se, para o ano vindouro “[...] contar com mais oito policiais, capacitados no início do ano, para ministrarem as oficinas. A expectativa é que mais 20 escolas da rede pública, indicadas pela Secretaria de Educação (Seduc), sejam contempladas com o projeto”.

la ter a segunda fase, ia ser bem mais fácil a segunda fase, porque a gente já tinha percebido os erros, já tinha o material, o plano de aula, com todo o material necessário. O gasto de Estado seria praticamente zero. [...] A ideia era que o embrião do Ronda Cultural nascesse a mediação escolar. A ideia era que cada colégio que a gente passou, depois de identificar aquelas lideranças, os meninos iam começar uma capacitação da UNIFOR, que a Lilia continuou, mas fez de uma forma diferente, pois não tinha mais o apoio do Estado e ela trabalhou com os jovens do Ronda Cultural. Aqueles jovens iam ser capacitados com os princípios da mediação e teria em cada escola, um núcleo de mediação escolar. Essa era a ideia, ou seja, não era passar pelo colégio e abandonar o colégio não [...] (Major Plauto, 22 maio 2014).

Preto Zezé frisou que o fim do Projeto se deu pela resistência interna da organização policial, que se agravou com a saída do delegado Roberto Monteiro do comando da SSPDS, o único que defendia o desenvolvimento do RC. Este não conseguiu nem ser institucionalizado, e, por isso, ficou refém da vontade da gestão em vigência que partilhava do pensamento conservador da corporação militar.

Numa conversa com o governador, Zezé disse que o Ronda do Quarteirão e o Ronda Cultural **estavam fadados ao fracasso**, já que é forte a

---

<sup>213</sup> Ronda Cultural encerra atividade em 2010. In: Casa Civil do Governo do Estado do Ceará. Disponível em: < <http://www.casacivil.ce.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/817-ronda-cultural-encerra-atividades-de-2010> >. Acesso em: 30 mai. 2014.

concepção de que a “questão social” é para ser resolvida pela força policial, e não uma questão para ser tratada pelas diversas políticas públicas de modo articulado. Tudo isso contribuiu para o não prosseguimento do referido Projeto.

E eu disse assim: [...] primeiro é que esses meninos são novos, acho que foi uma coisa muito boa que foi feita em trazer esses meninos novos a estrutura e tudo, mas não podemos, como eles são novos nós temos vários riscos, primeiro deles é eles serem ganhos pela lógica que a sociedade quer de polícia, porrada, porrada, porrada, aí nós vamos matar o Projeto que é de aproximação, de diálogo e tal. O segundo deles é o boicote da velha concepção por parte da própria corporação. E o terceiro e último é eles serem ganhos pra eles passarem realmente a ser e aconteceu todos os três. **Nós tivemos o boicote da corporação, nós tivemos a gravidade da pressão da sociedade, “ah, negócio que o Ronda tem que chegar mais, o Ronda tá muito leve”, e aí na medida que eles passaram a não ser mais leve eles entraram pra prática tradicional.** Aí agora você ver aí, os cara de colete, arma longa, não tem nada a ver com, com... (Preto Zezé, 11 abr.2013).

Tanto o Major Plauto quanto o ex-secretário de segurança pública reconheceram que a resistência dos policiais militares, sobretudo dos oficiais da caserna, seria um grande entrave para a elaboração e execução do RC.

[...] tínhamos uma retaguarda muito boa porque nós tínhamos um governador que estava muito empolgado com a ideia, queria ver o que ia dá, nós tínhamos o secretário, e nós tínhamos o capitão. **O que nós não entendíamos na época é que nós tínhamos uma polícia militar inteira contrária a isso** (Preto Zezé, 11 abr. 2013, grifo nosso).

O ideal do Projeto RC não era compatível com o *habitus* dos policiais militares; era prejudicial ao que o Major Plauto Ferreira denominou de estética policial. Logo, o trabalho policial seria canalizado para “dar flagrantes” (SUASSUNA, 2008, p. 43):

Primeiro porque, ao realizar abordagens, apreensões de bens ilícitos e efetuar prisões (sob a configuração da Guerra contra o crime), a ação policial estaria mais próxima da função desempenhada pelo Exército do que mesmo da atividade de cunho social, como, por exemplo, a mediação de conflitos.

A Polícia ainda guarda [...] e essa é uma crítica que eu faço até o governo federal atual que eu não tenho nada contra um governo mais progressista, mais para a esquerda. Mas ela guarda muito um dos princípios da escola superior de guerra, do Exército que criou a polícia militar em que uma agressão contra um cidadão é uma agressão contra o Estado, ai justifica todo uma **estética policial nas ruas daquele policial que vai para uma guerra, para um confronto armado**, então é inadmissível na cabeça dos policiais militares, principalmente, dos oficiais, de que um policial fique dançando numa sala de aula, no meio de uma guerra que está ai no meio

do mundo. Então o policial tem nome de guerra, o policial faz blitz, **o policial sai caçando bandido, ai de repente fica dançado em sala de aula.** Então isso vai totalmente de encontro mesmo com a estética militar imposta ainda[...] iniciou em 34 quando colocou a polícia como força auxiliar e reserva do Exército e que foi extremamente trabalhada em 1964, quando foi criada a figura do inimigo interno, do subversivo e que foram criados esses pequenos Exércitos estaduais que foram as polícias que ainda estão com essa mentalidade. Tanto que quando vai falar de produtividade na polícia é o que? O número de prisões e de apreensão de armas. Isso é produtividade em polícia, a função da polícia não é essa, em debate eu sempre digo: olha a função da polícia não é essa, a função da polícia é proteger. **É o lema da polícia em Nova York: servir e proteger. Não é para caçar bandido é dar segurança ao cidadão, a prisão é uma consequência, ela não pode ser a primeira atitude da polícia militar, por isso que vai em várias favelas[...] isso não dá segurança.** Porque que é dessa forma, é **uma cultura mesmo da Escola Superior de Guerra que sempre foi força do Exército,** o Exército nem se fala mais nisso, mas elas continuam se alimentando dessa forma e continuam agindo da mesma forma, ou seja, tem que ter armas longas para esses policiais, como se estivessem em uma guerra, isso não tem nem lógica.[...] **Ai de repente vem um projeto que quer trabalha com quem a gente chama... porque a polícia trabalha na prevenção do crime e no projeto que a gente está não com a prevenção, mas no que a gente chama a antecipação da violência, não consegue entrar na cabeça deles, ou seja, a gente quer trabalhar[...] porque a polícia trabalha com crime e a gente queria trabalhar com os conflitos.** Que é a origem do crime. Pode ser ou não, por isso a gente chama de antecipação a violência. E nesse conceito de segurança pública, não entra! A polícia é para trabalhar com o crime, caçar bandido, e nesse conceito que já vinha bebendo algum tempo, desde que eu fui para o Rio de Janeiro e conheci o pessoal do PNUD e entrei em grupos de estudos internacional, ai disse: não, acho que o caminho é esse daqui de Segurança Cidadã. Tem casos extremamente exitosos como o de Bogotá, que era uma cidade semelhante ao que é Fortaleza hoje. Infelizmente, lógico com a prática de crimes um pouco diferente. Mas, em números de estatística é o que a gente vive hoje. E deu certo lá, era um embrião que a gente queria experimentar, tanto o Ronda Cultural como a mediação policial e que alguns estados começaram, o Rio de Janeiro começou nas UPPs e conseguiram avançar lá. **Então eu acho que a resistência está por isso ai: pela a manutenção dessa tradição, até de uma forma sem sentido, eles não conseguem justificar de uma forma técnica. Dizem: sempre foi assim, vai ser assim! Polícia não é para dançar, polícia não é pra isso, eles achavam que não era um trabalho é[...] de contenção da violência, eles achavam uma palhaçada, eles usavam esse termo** (Major Plauto, 22 maio 2014, grifos nossos).

Segundo porque a relação, historicamente tensa, cultivada entre a autoridade paternalista e moralista dos policiais com as juventudes, especialmente com os “elementos suspeitos”, dar-se-ia pela estigmatização da identidade e da cultura negra.

Diante disso, o processo de aproximação entre o *Hip Hop, Rap, Grafite*, polícia e juventude foi gradual, ou, como disse Preto Zezé – ao tratar sobre formação dos policiais rondantes para o RC –, foi do tipo “terapêutico”. As fases de

formação e o contato dos policiais com os jovens foram marcados por momentos de quebra de paradigmas e exteriorização.

Aí nós tivemos um processo tipo terapêutico de aproximação, ter que juntar o Hip Hop. Porque assim, **Rap e polícia, bicho, é um negócio meio doido**, é tanto que assim, juntar essa música aqui, um negócio meio doido dentro do Rap porque tem muita gente que gosta de mim, eu tenho muita relação com os caras antigos do Rap, então, mas um Rap falando isso aí da polícia e tal, e ao mesmo tempo, [...], isso aí também não é mentira, então, é um negócio meio, porque era algo muito assim, intocável, era um tabu, você não podia falar isso dentro do Rap. Na mesma época, imagina atrás. A gente aproximar os jovens do Hip Hop com os jovens da polícia. A negrada do Hip Hop dizia que a gente estava vendido pra polícia, disseram que a gente estava entregando gente para polícia, então, imagina as confusões. E aí nós começamos um processo de aproximação devagarinho, pra um entender o outro, [...] para um conhecer o outro. Por exemplo, tinha policiais que achavam que as pichações que eles viam “eu sou um 157” ou “vida loka”, era uma gangue de assaltantes a bancos e nem eram, era parte de uma música de Rap, e os caras descobriram isso no próprio curso, aí começamos com o curso intensificado sobre cultura urbana, sobre juventude, Hip Hop, racismo, a visão da polícia, e foi legal porque colocando a nossa visão sobre a polícia, e era aberto mesmo, “a polícia é racista, a polícia polícia, polícia”, aí o cara dizia, pô, mas a formação é assim, assim, assim, então, os policiais, tão, tão, tão; então, foi um negócio bastante bacana, foi bem terapêutico. [...]

[...] eles participavam mais das Oficinas porque a ideia era quebrar um pouco esse estigma, porque na verdade existe um preconceito de parte a parte, pelo histórico, de *stress*. O histórico de *stress* é que gera preconceito. **Então, o histórico da polícia, da relação da polícia com a juventude não é bom.** Eu falava até nas palestras com os policiais: “Oh, pessoal, eu estou achando o máximo esse momento aqui porque é terapêutico até pra mim porque até então a minha relação de diálogo com a polícia era na porrada”. ((Risos)). Então não tinha... Isso era legal porque isso dava muita legitimidade para o que a gente estava fazendo, e até então entrávamos na sala e os policiais já olhavam: os caras com esse visual aí, esses caras vão dizer o que para nós. Aí quando a gente aprofundava no debate, aí, o cotidiano e tal, como é que eram os conflitos, onde é que tinha, os recursos públicos, os caras começavam... (Preto Zezé, 11 abr. 2013, grifos nossos).

Os sete policiais rondantes voluntários<sup>214</sup>, que realmente permaneceram durante a formação e a execução do RC, sofreram perseguições e humilhações diante da tropa com a saída do secretário Roberto Monteiro e a entrada do Coronel Bezerra como secretário de Segurança Pública.

Então, final do ano 2010, o Governador tinha sido reeleito, o secretário já tinha dito que não queria mais ficar, quando o novo secretário assumiu, o

<sup>214</sup> Os pesquisadores do Projeto Casadinho tentaram, várias vezes, entrevistar os policiais rondantes que participaram do RC e não conseguiram. A explicação dada por todos eles é que “só queriam esquecer”. Alguns saíram da PMCE; outro foi trabalhar no interior do Estado; e um foi para o RAI0 – Batalhão cuja proposta era contrária ao do Ronda do Quarteirão.

comandante da polícia assumiu também, que era o comandante do Ronda do Quarteirão, que se submeteu ao secretário, mas com muita antipatia ao Projeto. **Acabaram sumariamente com o Projeto, sem discussão, simplesmente nem chamaram assim: venha cá me explique [...] não! Apenas disseram, vamos acabar com essa palhaçada. E aí houve toda a humilhação que os policiais sofreram perante a tropa, por isso houve todo esse desgosto deles com a Instituição.** Metade deles já saíram da instituição hoje e seguiram outras carreiras. Infelizmente a sociedade perdeu grandes policiais. Mas essa foi a frustração, tanto esse Projeto quanto a mediação [a filosofia do RQ] também. A mediação policial terminou na mesma forma, desrespeitando até mesmo um Convênio assinado pela Secretaria de Segurança e a Universidade de Fortaleza. Simplesmente, agora é Raio, o secretário deve ter assistido Tropa de Elite II. ((Risos)) (Major Plauto, 22 maio 2014, grifos nossos).

Além de sofrerem situações vexatórias na corporação, eles foram duramente criticados nas redes sociais por algumas pessoas da sociedade civil. No vídeo sobre o Ronda Cultural, disponível no Youtube<sup>215</sup>, alguns usuários ridicularizaram a ação dos policiais do RC.

Meu Deus do Céu onde fomos parar? É por isso que a segurança pública aqui no Ceara está uma [m\*\*\*\*], e o pouco de moral que ainda existe, somente com os antigos. Senhor governador respeite essa Instituição centenária, não acabe com ela não, pois ela é o braço forte do Estado (Depoimento do Usuário 01).

Só tá faltando a Xuxa e os pom-pom nas mãos deles. Eles não têm culpa disso. Os meninos estão sendo direcionados por uma secretaria fraca e um governador autoritário com a visão de uma polícia que só existe na cabeça dele (Depoimento do Usuário 02)

Um bando de soldado tudo vaso, sem aptidão para polícia. Estão na PM só pelo salário e não para exercer com dignidade a função! Eu como policial militar pegaria um xadrez mas não me prestaria a uma palhaçada dessa! (Depoimento do Usuário 03).

Isso é uma vergonha, Uma desmoralização com a polícia. Parabéns aos idiotas que inventaram isso (Depoimento do Usuário 04).

Nem acredito no que estou vendo... vários policiais dançando de farda....pelo amor de Deus, quem foi o oficial que deixou vocês fazerem isso....querem dar motivo pra população e a mídia falar da polícia é (Depoimento do Usuário 05).

Por tudo o que foi apresentado no decorrer deste capítulo, teria sido, então, o Ronda Cultural um fracasso? De acordo com o Major Plauto, coordenador do RC:

**O Projeto não fracassou, o que fracassou foi uma tentativa de mudança de política de Segurança Pública do Estado. Esse foi o fracasso.** Uma tentativa de quebrar [...] o Paradigma da Segurança Pública

<sup>215</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JXgEIHPerVs>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

e instaurar o Paradigma da Segurança Cidadã para trabalhar no conflito, na antecipação, isso fracassou. Então o Ronda Cultural representa mais que o fim do Projeto, representa um marco numa luta em que o modelo tradicional venceu. Tanto que, a partir daí, o Ronda do Quarteirão que era um Projeto de polícia de proximidade, ele se voltou totalmente para o modelo tradicional. Hoje o modelo original não existe mais, então, foi uma derrota, uma tentativa de mudança cultural dentro da política de segurança do Estado. Derrota completa, para o Estado e para a população (Major Plauto, 22 maio 2014).

### Ele ainda destacou a importância do RC

Meu pensamento é o seguinte: que não existe uma saída para a criminalidade, mas várias saídas! O Ronda Cultural poderia encaixar em algumas dessas saídas, assim como a mediação de conflitos. Como se fosse um guarda-roupas com várias roupas pra gente escolher uma para cada tipo de ação. Para a antecipação da violência, muito ligado aos conflitos e a origem dos conflitos e a violência doméstica, o Ronda Cultural poderia ser um bom equipamento para ser usado (Idem).

E mesmo com todas as suas limitações, sem dúvida o RC é uma experiência do contra exemplo da atuação da polícia nos territórios estigmatizados. Poderia ainda ter sido uma experiência que, após avaliações e remodelações, tivesse tido continuidade e que pudesse ultrapassar a concepção de pacificação dos jovens, funcionando como uma política que vislumbrasse o jovem como sujeito participativo nos processos decisórios e não como um “jovem-problema”.

## 5 CONCLUSÃO

A cidadania no Brasil vem sendo dilacerada ao longo dos anos. Os princípios e fundamentos da Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, bem como as leis relacionadas à defesa e promoção dos direitos humanos, as quais o País é signatário, parecem ser um amontoado de letras mortas.

Num país em expansão tecnológica, com crescimento econômico relativo e legislações progressistas, infelizmente ainda se percebe que as desigualdades sociais e econômicas foram mantidas. No plano simbólico, as pessoas são tratadas de acordo com sua posição social e cor da pele. As diferenças sociais e raciais são percebidas como ameaça, e a manutenção destas potencializa o modelo contemporâneo de sociabilidade violenta.

As manifestações em relação à “questão social” são absorvidas pela linha da judicialização ou pela mera repressão policial. O sistema de justiça criminal brasileiro tem primado pela “criminalização” de pobres, negros, e particularmente, dos jovens, induzindo a perseguição aos “jovens perigosos” e proclamando o combate bélico a quem, supostamente, ameaça à ordem instituída.

A sociedade brasileira não é tão cordial quanto afirmaram um dia, pois a violência é um elemento estruturante da vida política e social desta; e vem desde o período colonial. E sempre foi dispensada contra os grupos opositores, aqueles dominados e estigmatizados, que sentiram e sentem “na pele” seus efeitos perversos.

Adorno (2015) nos fala sobre o enraizamento histórico e social da violência no Brasil. E, segundo Pinheiro (1997), o constitucionalismo democrático teve pouco efeito na erradicação de práticas autoritárias.

A violência é utilizada como forma de manutenção da ordem e do controle social, e, nas configurações atuais, é incrementada pela cultura do medo; seu uso é priorizado. A persistência da visão de que a “questão social” deve ser tratada como questão policial é um fato persistente na política de controle social. A cultura do controle (GARLAND, 2008) é marcada por aspectos puramente punitivos e voltada,

especificamente, para punir e encarcerar (em massa) os pobres (WACQUANT, 2001; 2007).

“A política do medo” (FRIDMAN, 2008, p. 78), que instrumentaliza a insegurança com rendimentos políticos e manutenção de relações de poder, fermenta a busca frenética de “inimigos” localizáveis para o estado de desproteção e desamparo”, mantendo a sociedade em eterno suspense, além de favorecer um cenário de violação de direitos, principalmente do direito à vida.

Nas últimas duas décadas, no Brasil, as taxas de mortalidade, advindas principalmente dos chamados “autos de resistência”, e as taxas de encarceramento vêm crescendo sem precedentes. Contudo, não é qualquer pessoa que está morrendo ou sendo aprisionada. As vítimas preferenciais são moradores das periferias, ou seja, a juventude pobre e negra. Assim, encarada como “problema social”, na era neoliberal, a juventude popular deixa de ser alvo de políticas sociais e volta a ser o centro das atenções criminológicas, sendo constantemente absorvida pelo Estado Penal.

Como visto anteriormente, a prisão serve como um dispositivo de contenção e disciplinamento, gerenciando seletivamente e estocando os considerados “refugos humanos”. O controle seletivo da juventude, conforme Batista (2010, p. 4), é estratégico, e a morte violenta tem sido o limite último da lógica da governamentalização juvenil.

O mito da democracia racial brasileira acaba caindo por terra, pois, se observarmos atentamente as estatísticas de homicídios e de encarceramento, elas apresentam dados visivelmente seletivos. A criminalização da cor e da pobreza é uma permanência histórica no país.

A sedução do mito nega a existência do(a) negro(a) e dos(as) pardos(as), tornando-os invisíveis, portanto, como é possível discriminar alguém que não existe? Nesse processo de invisibilização, a discriminação contra eles é radicalizada e sua humanidade é retirada. Ao mesmo tempo em que se extingue a cor/raça, no plano biológico, via miscigenação, também se dissimula a discriminação racial no plano sociológico.

Por isso, Arendt (2012, p. 232) destaca que o racismo

[...] pode destruir não só o mundo ocidental mas toda a civilização humana.  
[...] a raça é, do ponto de vista político, não o começo da humanidade mas o seu fim, não a origem dos povos mas o seu declínio, não o nascimento natural do homem mas a sua morte antinatural.

Aparentemente, em sua “tolerância”, negar que somos racistas é uma técnica que encerra a impossibilidade de conviver com o outro, o não branco, o distinto de nós. Não obstante, o padrão assimilacionista é incompatível com a universalização da cidadania.

A polícia, os padrões<sup>216</sup>, os meios de comunicação, entre outros grupos e instituições sociais, conforme Oliveira, Lima e Santos (1998), são os que sabem mais identificar os(as) negros(as) no momento em que os(as) agridem física e simbolicamente.

Embora o racismo seja crime, desde a promulgação da Constituição de 1988 e demais leis, a violência racial cresce de forma assustadora no Brasil, mesmo sob vigência da “democracia”. A “presunção de culpabilidade” em relação à pessoa negra autoriza todas as formas de violência perpetradas contra eles.

O extermínio<sup>217</sup> da juventude negra é resultado do exercício biopolítico do poder, o qual dispensa técnicas e mecanismos de controle operando sobre a vida e morte de determinadas populações. Portanto, não é interessante deslocar os jovens

<sup>216</sup> Numa notícia veiculada pela Carta Capital, do dia 25 de fevereiro de 2015, intitulada *A mão de obra barata que não agrada a burguesia*, traz que mais da metade dos brasileiros nunca contrataria moradores de favelas. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/blogs/speriferia/a-mao-de-obra-barata-que-nao-agrada-a-bruguesia-4045.html>>. Acesso em: 7 mar. 2015.

<sup>217</sup> Como bem definem Cruz-Neto e Minayo (1994, p. 211), os jovens pobres são assassinatos em massa, que se distingue totalmente dos homicídios (...) Embora configure como componente neste grupo de causas de morte, o extermínio, enquanto processo social, tem origem se realiza se consoma e traz consequências diferenciadas, quando comparado ao homicídio.

Seria, então, um ato revestido de intencionalidade, seja ela declarada ou não pelos executores. Dessa maneira, é construído com um nítido propósito de destruição de vidas, referendado na negação do outro, de uma “população supérflua” (termo recorrente nas discussões de Arendt, ao falar do totalitarismo e do nazismo).

“As expressões ‘execução sumária’, ‘assassinato em massa’, ‘eliminação’, ‘morte não-acidental’, ‘chacina’, ‘desova’ e ‘execução extra-judicial’ escondem, todas, histórias de vida de gente pobre, social e ideologicamente excluída, alvo do projeto de limpeza social, com quem a sociedade pensante e ‘politicamente correta’ nunca contou, e para quem tem destinado apenas, como projeto, a expectativa do ‘bolo crescer’. Sem projeto de vida enquanto indivíduo, e sem projeto social enquanto cidadã, à ‘população supérflua’ resta o projeto do extermínio simbólico ou real.” O extermínio dos “elementos indesejáveis” (ARENDR, 2012) desafia os princípios fundamentais da democracia e dos direitos sociais e humanos.

pobres e negros da categoria “classe perigosa” para vitimada, porque seria considerá-los como “bodes expiatórios” de todo o mal que grassa na “pacífica e cordial” sociedade brasileira. Isso faz parte da política de extermínio vigente.

O extermínio se elabora e se executa como ideia de limpeza social, administrada sob um poder centralizador, dirigindo-se aos próprios “cidadãos”, quando estes são estereotipados como raça “demoníaca”, “inútil” a ser eliminada.

Desse modo, os jovens pobres, negros e moradores de regiões estigmatizadas acabam caindo no emaranhado complexo de um *apartheid* dissimulado quando são postos, a todo o momento, em descrédito social.

A parcela da juventude que sempre foi tratada com violência, preconceito, racismo, o que ela poderá devolver a sociedade? Apaziguamento? São os “Joãos de Santo Cristo”<sup>218</sup> que carregam a marca de Caim, a marca do mal. E sob discursos meritocráticos e conservadores, têm, constantemente, um futuro fadado à expiação.

A defesa da redução da maioria penal (PEC 171/1993) é vendida para a população, como forma de conter a violência urbana, a partir da concepção de que essa se tornou uma epidemia devido à denominada impunidade dos adolescentes e jovens. Contudo, a ofensiva conservadora silencia as discussões sobre o perfil racial e juvenil das mortes violentas. Os dados nacionais revelam que as principais vítimas da violência letal são os jovens negros, enquanto que o envolvimento de adolescentes em atos contra a vida não chega a 1% como nos tem informado as entidades nacionais e internacionais de direitos humanos.

Uma solução efetiva para os atos de violência cometidos pelo público juvenil se faz, necessariamente, pela análise das causas e raízes histórico-sociais daqueles fenômenos. As infrações cometidas por aqueles que vivem em situação de negligência social não podem ser tratadas exclusivamente como uma questão de polícia. Não se pode associar pobreza à causa da violência, e sim considerar, conforme Almeida e Xavier (2004, p.128), as desigualdades como elemento de violência, as quais precisam ser combatidas no campo da política com a criação e ampliação de políticas públicas.

---

<sup>218</sup> É o jovem negro que “não entendia como a vida funcionava/ Discriminação por causa da sua classe e sua cor”, da música Faroeste Caboclo da Legião Urbana.

Cabe, então, ao Estado democrático reduzir as desigualdades por meio da efetivação de políticas públicas específicas. É urgente que haja investimentos nos direitos fundamentais dos jovens – assistência social, cultura, cidadania, acesso à justiça, educação, emprego e renda, habitação, lazer, saúde, dentre outros – e que estes direitos estejam disponíveis a todo e qualquer cidadão, em todas as fases da vida.

Compreender os dilemas estruturantes e estruturais da formação social e histórica brasileira, com todos os seus paradoxos, e atentar para a natureza multidimensional da violência é necessário para a formulação e implementação de políticas intersetoriais.

Apesar do processo de democratização do Estado brasileiro, os esquemas autoritários se mantêm, principalmente nos dispositivos policiais, intocados em suas estruturas de poder, servindo a democracia como se fossem estruturas neutras, quando não o são (BRASIL, 2000).

Diante disso, ao se considerar a violência simplesmente como caso de polícia, iremos perceber que os efeitos serão desastrosos para aqueles que vivenciam a discriminação e o preconceito de classe e raça/etnia no dia a dia das abordagens policiais.

Fernandes (1989) diz que as práticas policiais, ainda baseadas no paradigma da Segurança Nacional (apesar de se falar de segurança cidadã no atual contexto da democracia brasileira), continuam a esquadrihar e vigiar o espaço urbano, pois se centram na tese belicista do “inimigo interno”, transformando o cidadão em “suspeito”, cabendo aos jovens, se não for tarde demais<sup>219</sup>, o ônus de provar que não é “bandido”.

Lugares considerados como *violento e perigosos* (favelas, periferias, vilas), denominados por Wacquant (2005) e Paiva (2014) como territórios estigmatizados, são palcos para as excursões belicistas da polícia.

---

<sup>219</sup> As operações policiais de “guerra contra as drogas”, nesses lugares, funcionam no atirar primeiro para depois perguntar.

São espaços urbanos do excesso e do excessivo, o choque dos extremos da opulência e da miséria que o poder pretende diferenciar, classificar, hierarquizar, vistoriar, controlar. [...] Uma verdadeira coreografia policial transforma a cidade em um corpo suspeito e sob contínua vigilância escópica. [...] são o palco onde se encena um espetáculo do poder (FERNANDES, 1989, p. 124).

O apoio popular às reações truculentas em detrimento dos valores do Estado democrático de direito, como contenção da criminalidade, é preocupante. A indignação diante da violência é esperada, pois é uma reação de adesão e emoção. No entanto, como salienta Rifiotis (2006, p.30), ela não é

[...] necessariamente o melhor caminho para produzir mudanças. A indignação pode ser um problema ou uma oportunidade; mas, é preciso pensar sobre os riscos que limitam o olhar e, principalmente, a capacidade analítica, senão ela se torna uma armadilha. Em linhas gerais, podemos afirmar que a indignação acompanha a exteriorização e, no limite, a estigmatização do outro considerado exclusivamente como 'agressor', além de postular uma polaridade entre os sujeitos.

Dessa, forma, tornou-se banal vermos meninos(as) de rua nas esquinas e sinais. Sem falar nos linchamentos e tentativas de “fazer justiça com as próprias mãos”<sup>220</sup>. Além disso, houve um crescimento dos índices de atos de resistência, e a “ocupação” das favelas brasileiras<sup>221</sup>, pelo Exército e pelas polícias, como forma de “pacificação” dos indivíduos que lá sobrevivem.

---

<sup>220</sup> Esse modo de fazer “justiça”, permeada pelo ódio, vingança e medo, ganhou calorosos debates e amplas repercussões, sobretudo após os discursos da jornalista e âncora do *SBT Brasil*, Rachel Sheherazade, que defendeu veementemente usar da força como meio do “cidadão de bem” não ficar à mercê dos bandidos, pois no Brasil vigoraria a impunidade e legislações piedosas. Os fatores permissivos da violência de cada dia, segundo a jornalista, é neutralizar a polícia, abolindo os atos de resistência, a “[...] legislação penal: filha do ‘coitadismo’ e mãe permissiva para toda sorte de criminosos [...]”. No Brasil de valores esquizofrênicos, pode-se matar um cidadão e sair impune. Mas a lei não perdoa quem destrói um ninho de papagaio. É cadeia na certa! O ECA, o Estatuto da Impunidade está sempre a serviço do menor infrator, que também encontra guarida nas asas dos direitos humanos e suas legiões de ONGs piedosas. No Brasil às avessas, o bandido é sempre vítima da sociedade. E nós não passamos de cruéis algozes desses infelizes” (SHEHERAZADE, 2014). In: Rachel Sheherazade: ordem ou barbárie? **Folha de São Paulo Online**. 11 fev. 2014.

<sup>221</sup> O Complexo da Maré é o maior conjunto de favelas da cidade do Rio de Janeiro e, desde o final março, está sendo ocupada pelas forças de segurança do Rio, para a construção de uma futura UPP. Esta seria uma estratégia estatal de “guerra contra as drogas” como prioridade de combate à criminalidade, transformando as favelas numa arena de guerra. A data da “ocupação” é emblemática: 30 de março de 2014, que marca os 50 anos do Golpe da Ditadura Militar. Infelizmente as favelas e periferias das cidades brasileiras nunca saíram do Estado de Exceção. Esta afirmativa se pode concretizar a partir do Artigo Online do site o Globo: “Foi criado um Território de Exceção nas favelas, um espaço onde a Constituição e as leis brasileiras não são levadas em conta. Devido a isso, as forças policiais e o próprio poder judiciário naturalizam e admitem, por exemplo, a invasão de todas as casas da Maré em busca de armas, drogas e criminosos (indivíduos estes que representam uma

A demanda subjetiva por maior penalização ou o endurecimento das penas produz o aumento da violação de direitos e a banalização da vida. Dessa forma, vive-se em tempos de barbárie, em que há a naturalização do inaceitável, a resignação ao intolerável e a banalização do mal (ARENDETT, 2003).

O espaço público é esquadrihado entre cidadãos de bem, considerados os bons, e os não cidadãos e, em nome dos primeiros, é dissolvida a cidadania. Nos depoimentos dos policiais rondantes, todos eles fazem uso de termos como “elementos”, “bandidos”, “suspeitos” direcionados àqueles considerados “não cidadãos”. A partir das falas destes agentes de segurança pública, foi possível identificar alguns estigmas relacionados à pobreza, território e segmento populacional.

Os jovens são criminalizados por residirem em territórios estigmatizados, por serem pobres e pela sua faixa etária. É como se fosse uma profecia que se autocumprisse: jovem + pobre + espaços estigmatizados = bandidos. São vistos como “não cidadãos”, como indesejáveis, ou, como diz o filósofo italiano, um *homo sacer* ou aquele de “vida matável”, ou seja, aquela vida que pode ser exterminada sem que isso represente um crime (AGAMBEN, 2010).

Tais designações são estigmatizantes e estigmatizadoras, e, como expõe Cardoso (2008), são denominações que desumanizam os sujeitos.

A adoção por parte do profissional de conceitos e termos dissociados da noção de sujeito e cidadania pode desencadear intervenções sociais eivadas de conteúdos segregadores e preconceituosos, tais como: marginalizados, assistidos, elemento, indivíduos, violentada, que se observarmos com atenção, atribuem à pessoa em foco, qualidades, ou melhor, a natureza dos conflitos e das tragédias sociais que as acometem (Ibidem, p. 91).

Os discursos mostram que o policial, sendo sujeito histórico e social, também pode reproduzir, de maneira consciente ou inconsciente, a ideologia estigmatizante e opressora de que se utiliza a sociedade brasileira, rigidamente hierarquizada e autoritária, para manter a sua relação de poder e dominação sobre a

classe subalternizada, e reproduzir, assim, traços autoritários e preconceituosos da sua formação e práticas profissionais (SANTIAGO, 2013).

A polícia trabalha em um contexto cultural de discriminações, desigualdades, preconceitos, e reencontra-se, no exercício virtual da violência ilegítima, “o direito à vida como terceira margem da instituição policial” (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 80).

O estudo em tela mostra que violência policial e a racialização são fenômenos sociais correlacionados. O “discurso da suspeita” é homogeneizante e classificatório. Sob o olhar profilático e discriminador dos policiais, corpos negros e pobres sofrem as mais diversas violências, desde a simbólica (a que não sangra) até a letal.

O suspeito, geralmente, “não é aquele que faz algo; às vezes, é não fazer nada” (FERNANDES, 1989, p. 125). A pessoa suspeita destaca-se pela atitude suspeita. O suspeito é considerado, portanto, antítese do “cidadão de bem” e passível a todos os tipos de violências.

Como “capitães do mato”, os policiais têm a missão de caçar quem eles consideram como suspeitos em potencial, a partir da experiência advinda da prática policial e, muitas vezes, dos ensinamentos repassados pelos instrutores militares durante o processo de formação policial. Diga-se de passagem, cursos de formação orientados pelo modelo da nova formação policial que tem como eixo a educação cidadã das forças de segurança, como foi o caso dos policiais formados para compor o Programa Ronda do Quarteirão (BRASIL, 2012b; 2013).

Não está escrito na testa de ninguém “sou bandido” ou “sou cidadão de bem”. Mas, utilizando-se do poder discricionário, os policiais encarregam-se de diferenciar, classificar, hierarquizar, controlar, vigiar e reprimir aqueles que são considerados como “classe perigosa”.

Os policiais rondantes são, na sua maioria, jovens provenientes das camadas populares, mas, investidos da missão e função policial, não se reconhecem como aqueles jovens que diariamente aborda e prende.

O agente policial, como já foi falado, está acima do bem e do mal, da lei e da ordem, e, portanto, utiliza-se erroneamente do poder discricionário (uma vez que o uso desse poder lhes permite deixar morrer e/ou viver), além de elaborar “a lei das esquinas e becos”. Essa foi a manchete do Jornal O Povo, do dia 23 de março de 2009, que trouxe o terror causado aos moradores de periferia, proveniente do abuso de autoridade dos policiais rondantes.

As denúncias vieram de quem mora nos silêncios da quinta metrópole do País. Jovens de bairros como Serviluz, Caça e Pesca, Praia do Futuro, Bom Jardim, Canindezinho, Granja Portugal, e de áreas na Região Metropolitana de Fortaleza relatam o cerco de policiais que fazem suas próprias leis.

Nos trechos que seguem, podemos ver, de maneira resumida, os critérios de suspeição; o imaginário preconceituoso dos agentes de segurança pública; a relação problemática entre polícia e juventudes; o controle social dos pobres realizado através dos toques de recolher, dentre outros aspectos.

A carta não tem identificação, mas está assinada no plural: **“Somos uma população amedrontada por policiais corruptos, arruaceiros e terroristas...** Uma das coisas é que não se pode mais desfrutar da praça, pois, eles chegam **com a maior ignorância expulsando todos que lá estão mandando irem pra casa”**

Distante dos centros de comando, a periferia de Fortaleza ainda é alvo de policiais que fazem suas próprias leis. À margem de uma formação que considera os direitos humanos, a abordagem de alguns militares, denunciam jovens que moram nos breus da cidade, é marcada por violência, intimidação e abuso de autoridade.

[...]

**À margem de uma formação que considera os direitos humanos, a abordagem de alguns militares é marcada por violência (física ou verbal), intimidação, desvio de conduta.** “Se tiver sem documentos, eles batem”, testemunha Marcos, 21. “Teve uma vez que levei cinco ‘mãozada’ (sic). Eu só tava na esquina, conversando com a galera. **Chamou de ‘pichador’, ‘vagabundo’, devido a minha aparência**”, compartilha João, 28. “Eu tava errado só por isso, que não estava com o documento (de identidade)”, completa. Do outro lado da cidade, dona Rosa ainda se pergunta por que aquele policial do Ronda deu “três tapas ao mesmo tempo” em Miguel, 21. “Perguntei, mas não disseram por que tinham batido no meu filho”.

**Não há diálogo na relação polícia e juventude, reclamam moradores da periferia de Fortaleza.** “Polícia, nem converso, não; boto logo a mão na cabeça”, fala Pedro, 20. Flávio, 20, já passou por esta: “ ‘Encosta, filho da p.!’... Nessas horas, me dá só revolta. Mas eu me controlo porque, se não, apanho”. Acostumado a se reunir com a turma na pracinha do bairro, ele distingue: “O Ronda, às vezes, diz: ‘Boa-noite, vou dar busca de armas em vocês’”. “É que nem em toda profissão, tem os bons e os ruins”, observa Sílvia, 18. Na família dela, um policial militar dá o exemplo: “Ele é marido da minha prima e é uma pessoa muito tranquila, não mete os pés pelas mãos”.

Caio, 15, que já presenciou abordagens diferentes, concorda: “Tem dois tipos de policiais: um estúpido, grosseiro, e outro que age pelo dever”.

**Mas, seguindo a lógica da condenação pela aparência, julgamento corriqueiro entre policiais e jovens dessas áreas de risco, “por causa de um, todos pagam”, raciocina João. Se a farda policial significa medo, a combinação “camiseta frouxa, boné, bermuda e chinela” representa o “estilo favela”, concordam Marcos e Felipe, 18. “Os caras abordados são desse perfil”, indica Felipe, que foi assaltado por um “todo arrumado com camisa de botão”. Na opinião de Pedro, “já usam a coisa no automático: ‘Aí, vagabundo!’” (JORNAL O POVO, FORTALEZA, 23.03.09, p. 8, grifos nossos).**

Diante dos relatos dos jovens, acima descritos, e dos que foram entrevistados, há uma avaliação negativa sobre a prática policial. A relação entre a polícia e esse segmento populacional é tensa e conflituosa. Esses dois sujeitos vivem, então, em um eterno embate social.

A suspeita não é vista com naturalidade pelos jovens, mesmo vivenciada cotidianamente por eles, não há como se conformar com essa filtragem. Os jovens entrevistados nesse trabalho, os quais fazem parte do grupo Jovens Agentes da Paz (JAP), desenvolvem diversas estratégias, desde a desnaturalização desse processo à formação de grupos de discussões, e elaboração de peças teatrais que denunciam a violência policial nos territórios estigmatizados, como se pode constatar ao longo do trabalho.

A violência policial é uma constante e isso decorre, em parte, pela convivência da população. A categoria cultural de “cidadãos de bem” é incapaz de enxergar que eles são desumanos quando comungam com as práticas de violência policial para conter, em seu devido lugar, os seres humanos estigmatizados e tachados categoricamente como “marginais” e “vagabundos”.

O caráter subjetivo da suspeição, carregada de valores e pré-noções de cunho discriminatório, colaboram para esquadrihar a população brasileira entre bons e maus, e isso é reforçado diariamente pela mídia sensacionalista, principalmente pelos programas policiais. Esses meios de comunicação, sob uma avaliação moral e profilática, funcionam como um elemento poderoso de produção de discursos tanto sobre o jovem pobre como problema social quanto sobre os territórios que estes sobrevivem, que são vistos como redutos de crimes.

Ao atuar no plano da representação social, a mídia se consolida como formadora de opinião pública entre os diversos grupos sociais, utilizando-se de recursos discursivos para legitimar seus enunciados supostamente apresentados como “verdades”.

O processo de rotulação desse público acarreta danos físicos e psicológicos irreversíveis. O GBJ é um espaço social que está sendo construído e reconstruído, todos os dias, pelos seus moradores, porém, muito além das possibilidades e perspectivas oferecidas pelo poder público, e aquém da visibilidade da grande mídia que o representa como um território violento e perigoso, condenando seus habitantes a viverem na marginalidade. As ONGs, grupos e movimentos sociais, especialmente, os Jovens Agentes da Paz, desenvolvem inúmeras estratégias (denúncias, manifestações, audiências públicas) como forma de resistência à violência institucional.

Os conhecimentos, técnicas e hábitos aprendidos pelos policiais militares continuam a reproduzir os preceitos, doutrinas e mentalidades herdadas do recente passado autoritário do país (MUNIZ, 2001). O militarismo e o *ethos* guerreiro foram elementos destacados, de forma direta ou indireta, nos depoimentos dos policiais e dos jovens; e que também contribuíram para a permanência das ações truculentas dos policiais rondantes e a não continuidade do Projeto Ronda Cultural.

Desta forma, o conceito *habitus* de Bourdieu (2005), o qual orientou a discussão das ações policiais, é importante para o entendimento da produção e reprodução de estereótipos e violências, desde físicas a simbólicas.

Podemos dizer que existe uma relação orgânica entre *ethos* policial militar e visão de mundo policial militar, de forma que uma completa e empresta significado a outra. Isso não significa que condutas policiais singulares são inteiramente determinadas pelas normas e valores da instituição militar, pois, se assim fosse, estaríamos julgando a capacidade reflexiva e a liberdade de escolha do agente (faculdade de pensar o que fazem e o que diz as regras que seguem).

Diógenes (2011, p. 86) adverte que, mesmo admitindo a influência do *ethos* da PM para conduta dos policiais (práxis policial militar), não podemos negar a influência da individualidade ou livre arbítrio destes, pois a “relação entre o policial

militar e a polícia, a ação individual e a estrutura da PM coexistem num processo contínuo de influência mútua”.

A tentativa de aproximação da polícia com a comunidade, especialmente com os jovens, através do Ronda Cultural, foi um avanço no campo da segurança pública. Contudo, foi derrotada pela não valorização do trabalho da “polícia cidadã”, por uma sociedade autoritária e por uma ferrenha resistência da cúpula da instituição policial ao paradigma da Segurança Cidadã<sup>222</sup>.

Diante disso, ficou perceptível, nos depoimentos dos jovens e dos moradores do GBJ, a insatisfação da população com o Programa Ronda do Quarteirão, pois todos consideraram o programa como uma política falida e reprodutora do modelo tradicional.

O Projeto RC, no entanto, foi uma iniciativa louvável, teve uma “boa intenção” ao tentar diminuir com o preconceito e a tensão entre os policiais e os jovens. Mas, como as demais políticas, foi algo pontual, focalizado e direcionado à pacificação dos jovens pobres. Mesmo voltada para esse público, utilizando-se da Arte e da Cultura como fator agregador, não houve uma participação efetiva dos jovens durante todas as fases do Projeto. Foi mais uma ação voltada para eles e não construída em conjunto com eles.

O Projeto Piloto poderia ter dado certo, já que sinalizava para isso. Entretanto, pecou pelas mesmas práticas anteriores: foi imposto de cima para baixo. Não procurou as diversas organizações existentes nos territórios estigmatizados que trabalham com a proteção e promoção dos direitos das juventudes. Do mesmo jeito que o Ronda do Quarteirão, foi sabotado por uma polícia conservadora e por uma sociedade violenta; o RC não resistiu a isso.

Mesmo com os sucessivos e altos “investimentos” do Governo do Ceará na área de segurança pública (em armas, equipamentos e contingente policial), os

---

<sup>222</sup> A intervenção da Segurança Cidadã prioriza a participação de várias instituições públicas e a sociedade civil, e não somente a ação policial, como é enfatizada no paradigma da Segurança Pública (FREIRE, 2009). Tal perspectiva surgiu na América Latina, a partir da segunda metade da década de 90, começando a ser aplicada, na Colômbia, em 1995. Caracteriza-se por sua metodologia multidimensional da violência, pois a considera como um fenômeno heterogêneo e multicausal. No Brasil, este paradigma ainda caminha a passos lentos e teve como etapa inicial a política estatal do PRONASCI, Lei nº 11.530 de 2007.

novos modelos envelheceram rapidamente e o sistema de policiamento sofre uma espécie de *Síndrome da Rainha Vermelha*<sup>223</sup> (ROLIM, 2006). Esta é uma metáfora para refletirmos sobre a atual segurança pública brasileira.

Em relação à reforma dos modelos policiais vigentes no Brasil, sob a configuração contemporânea do Estado Penal, esta permanece fora da agenda política (apesar das inúmeras PECs em defesa da desmilitarização das polícias militares nos últimos 20 anos) e se realiza apenas como iniciativa pontual dos governos frente às eternas crises que vivenciam os modelos tradicionais e arcaicos das polícias estaduais, que têm se mostrado incapazes de responder aos crescentes índices de criminalidade e violência que são vivenciados pela sociedade brasileira.

As propostas de mudanças das polícias brasileiras continuam a ser sufocadas pelas resistências institucionais corporativas e por uma parcela da população a quem esse modelo possa interessar.

Tavares dos Santos (2009, p. 94) avalia que há um longo caminho a ser percorrido pelas polícias brasileiras “para alcançar não apenas uma fase mais moderna, de maior eficiência e eficácia, mas para atingir uma capacidade maior de enfrentar desafios de uma sociedade complexa, transcultural e marcada pela coexistência do arcaico, do moderno e do pós-moderno”.

Há que ter um equilíbrio entre as funções e o uso do monopólio legítimo e legal da força, pela instituição policial, além da discussão sobre o racismo, discriminações e preconceitos nas instituições policiais. Como fazer é uma questão a ser discutida com a participação da população, principalmente com aqueles segmentos atingidos.

A gestão da segurança pública, na contemporaneidade, fragiliza, significativamente, o ambiente democrático nas cidades. Essa não deveria ser uma política que segrega e extermina, mas uma política de inclusão social e de usufruto de todos(as).

---

<sup>223</sup> E quanto mais se investe em segurança pública, maior é a sensação geral de que menos é feito em relação a ela. Muito do que é adotado e investido nessa área, quase nunca é avaliado e monitorado. É quase inexistente o acompanhamento crítico dos experimentos nacionais, ou seja, o imobilismo reflexivo é um traço marcante quando se trata sobre a temática de segurança pública.

Os Direitos Humanos devem ser, sim, coisa de polícia, como bem diz Balestreri (1998). A polícia, no Estado de Direito, deve ser efetivamente um órgão democrático, que defenda, garanta e promova os direitos e liberdades em benefícios de todos os cidadãos, independentemente de classe, cor, raça/etnia, escolaridade, religião e orientação sexual.

Os jovens, com os quais mantivemos interlocução durante o processo de pesquisa que subsidia o trabalho em tela, querem uma polícia e um sistema de segurança pública nos seus espaços de moradia e convivência, mas não de qualquer tipo. Chega de projetos pilotos, de experiências e políticas pontuais feitos para eles, mas sem a participação destes, como foi o caso do Ronda Cultural, apesar das boas intenções dos seus idealizadores.

Assim, mudanças estruturais e urgentes são imprescindíveis. É preciso homogeneizar o controle social para toda a cidade, sem discriminar as áreas pobres, onde o poder público só se faz presente, na maioria das vezes, pela atuação arbitrária abusiva e violenta da polícia. As leis e princípios do Estado de Direito devem ser extensivos a toda a cidade e a todos os seus cidadãos como garantidores de direitos.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.05-06, p. 25-36, 1997.
- ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 4, n 8, jul./dez., 2002.
- AGAMBEN, G. (1942). **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ALBERTO, L. O humano direito à identidade. In: OLIVEIRA, D. D. de *et al.* (Org.). **A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil**. Brasília: Editora da UnB; Goiânia: Editora da UFG, 1998, p.61-70.
- ALMEIDA, de J. A. **Breve discussão sobre Meta-Regras**. Publicado em: 18 mai. 2011. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/55726316/Breve-discussao-sobre-Meta-Regras>> Acesso em: 08 nov.2012.
- ALMEIDA, R. de O.; XAVIER, N. P. Juventude e Segurança: a política da pacificação. **O público e o privado**, Fortaleza, nº 4 – jul./dez., 2004.
- ALVES, M. H. M; EVANSON, P. **Vivendo no fogo cruzado: moradores de favela, traficantes de droga e violência policial**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BADARÓ, L. Múltiplas expressões da questão social ecoam sobre a Infância e Juventudes. **SER Social**, Brasília, v. 15, n. 32, p. 167-183, jan./jun. 2013.
- BALESTRERI, R. B. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia – Passo Fundo-RS**, CAPEC: Paster Editora, 1998.
- BARBOSA, K. B. **Polícia, Comunidade e Direitos Humanos: um estudo sobre o “Ronda do Quarteirão” no Grande Bom Jardim**. Fortaleza, 2012, 171f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Curso de Serviço Social, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

BARCELLOS, C. **Rota 66**: a história da polícia que mata. 35. ed.- São Paulo: Globo, 2001.

BARREIRA, C.; BRASIL, M. G.M. As Academias de Polícia e a Universidade: parcerias e resistências. **Coleção Segurança Pública e Democracia**, Rio Grande do Sul, v.1, 2002, p. 151-164.

\_\_\_\_\_.; *et al.* **Questão de Segurança**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BARROS, G da S. Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ano 2, 3ª edição jul./ago., p. 134-55, 2008.

BASÍLIO, M. P. O desafio da formação do policial militar do estado do Rio de Janeiro: utopia ou realidade possível? **Gestão e sociedade**. vol.2, nº3, 2008.

BATISTA, V.M. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

\_\_\_\_\_. A governamentalização da juventude: policizando o social. **Rev. Epos** [online]. vol.1, n.1, p. 01-11, 2010.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da Pós- Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAYLEY, D. **Padrões de policiamento**: uma análise internacional comparativa. Tradução de René Alexandre Belmonte. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. Tradução de Marco Estevão; Renato Aguiar. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. (1928). **Outsiders**: estudo de sociologia do desvio. Tradução de Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BEZERRA, L. M. P. de S. Sentidos da Pobreza e do viver em territórios estigmatizados: versões de moradores do Grande Bom Jardim em Fortaleza-CE. In: V JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 2011.Maranhão. **Anais...**Maranhão: UFMA, 2011.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução: Centro Bíblico Católico. 131. ed rev. São Paulo: Ave Maria, 1999.

BITTNER, E. **Aspectos do Trabalho Policial**. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BOURDIEU, P. \_\_\_\_\_. A juventude é apenas uma palavra. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. ; PASSERON, J-C. (1977). **Reproduction in education, society and culture**. Londres: Sage Publications, 2000.

\_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 8ª ed. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_ (coord.) . **A Miséria do mundo**. 17. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRANDÃO, L. de M.; MARINHO, C. H. Juventude e Segurança Pública: um novo diálogo. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL VIOLÊNCIA E CONFLITOS SOCIAIS: ILEGALISMOS E LUGARES MORAIS. **Anais...** Fortaleza, 2011.

BRANT, V. C. **O trabalho encarcerado**. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

BRASIL, G. M. A Prisão no discurso da modernidade. **Nomos** (Fortaleza), Fortaleza, v. 7/8, p. 221-234, 1989.

\_\_\_\_\_. A segurança pública no “Governo das Mudanças”: moralização, modernização e participação. 2000. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2000.

\_\_\_\_\_.; SOUSA, E. B.L.de. Resistências às mudanças na corporação policial: a experiência do programa Ronda do Quarteirão no Ceará. **O público e o privado**, nº 15, jan./jun., p. 97-109, 2010.

\_\_\_\_\_. O novo diálogo: academias de polícia e Universidades. In: José Vicente Tavares dos Santos; Alex Niche Teixeira (Orgs.). **Conflitos sociais e perspectivas de paz**. Porto Alegre: Tomo Editorial, p. 205- 223, 2012a.

\_\_\_\_\_. Os limites e potencialidades da nova formação policial nas parcerias da universidade com as academias de polícia no Ceará. Relatório de Pesquisa do CNPq. 2012b.

\_\_\_\_\_. Os impactos da nova formação policial: experiências com policiamento comunitário (Ceará, Pará e Rio Grande do Sul). Relatório de Pesquisa do CNPq. 2013.

BUENO, B.; CERQUEIRA, D.; LIMA, R.S.de. Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial. In: FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro**

**de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 7, 2013. ISSN 1983-7364.

CALDEIRA, T. P. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. 2 ed. São Paulo: Editora EdUSP, 2000.

CANDAU, V. M. (Coord.). **Somos tod@s iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CANDIOTTO, C. Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. **Psicologia & Sociedade**; 24, p. 18-24, 2012.

CARDOSO, R. C.L.; SAMPAIO, H.M.S. (Orgs.). Prefácio. In: **Bibliografia sobre a Juventude.** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1995. p. 11-35.

CARDOSO, M. de F. M. **Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social:** observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. São Paulo: LCTE Editora, 2008.

CASTEL, R. **A discriminação negativa.** Petrópolis: Vozes, 2008.

CEARÁ. **Censo Penitenciário do Ceará (2013-2014).** Secretaria da Justiça e Cidadania. 2014.

CEDECA. **Televisões:** violência, criminalidade e insegurança nos programas policiais do Ceará. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011.

CHAVES, M. N. Para Além da Cor: questão social e genocídio da juventude negra. VI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Anais...**São Luís, 2013.

CHEIBUB, W.B. Práticas Disciplinares e Usos de Drogas: A Gestão dos Illegalismos na Cena Contemporânea. **Psicologia Ciência e Profissão**, 26 (4), p. 548-557, 2006.

CHIES-SANTOS, M.; AZEVEDO, de R. G. Políticas de Segurança Pública e Juventude: o caso do Rio Grande do Sul. **O Público e o Privado**, Fortaleza, nº 21, jan./jun., p.111-27, 2013.

CIDADE, E. C.; XIMENES, V. M. "Ser jovem pobre": caminhos anunciados, caminhos desviados?. In: 8ª SEMANA DE HUMANIDADES, 2011, Fortaleza. **Anais...**Fortaleza: UFC/ UECE, 2011, 15 p.

CIDADE, E. C. **Juventude em Condições de Pobreza:** modos de vida e fatalismo. 2012. 163f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2012.

CNJ. **Novo Diagnóstico de Pessoas Presas no Brasil**. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF. Brasília/DF, junho de 2014.

COIMBRA, C. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

COSTA ANDRADE, M. da; FIGUEIREDO DIAS, J. de. **Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena**. 2ª. Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.

COSTA, C. M. I. **As Construções da Cidadania: as juventudes e suas percepções sobre o território do Grande Bom Jardim - Fortaleza**. Fortaleza, 2012. 100f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

COSTA, N. R. da. Modelo operacional, violência policial e democracia. In: TAVARES-DOS-SANTOS, José-Vicente (Org.). **Violência e Cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais**. Porto Alegre, Sulina: Editora da UFRGS, 2011, p.252-269.

CRUZ, L. A. **O Tradicional e o Moderno na Formação do Policial Militar: uma análise do Curso de Formação dos Soldados do Ronda do Quarteirão**. Fortaleza, 2010, 192f. Monografia apresentada na Universidade Estadual do Ceará como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, 2010.

\_\_\_\_\_. **O Tradicional e o Moderno na Formação do Policial Militar: uma análise do Curso de Formação dos Soldados do Ronda do Quarteirão**. In: V JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Anais...**São Luís, 2011.

\_\_\_\_\_. **Currículo e contra-currículo: uma análise da formação profissional dos soldados do Ronda do Quarteirão**. Fortaleza, 2013. 154f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013a.

\_\_\_\_\_. ; MOTA BRASIL, M.G. Formação policial e segurança cidadã: um estudo da formação profissional dos soldados do Ronda do Quarteirão. In: César Barros Leal, Soledad García Muñoz (Orgs.). Acesso à justiça e segurança cidadã Tomo II- Segurança cidadã (II Curso Brasileiro Interdisciplinar em Direitos Humanos). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, p.95-118, 2013b.

CRUZ-NETO, O.; MINAYO, M. C. S. Extermínio: Violentação e Banalização da Vida. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 10 (suplemento 1), p. 199-212, 1994.

DA MATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1986.

\_\_\_\_\_. **A Casa e a Rua**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

D'ELIA FILHO, O. Z. **Acionistas do nada**: quem são os traficantes de drogas. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

DIÓGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência**: violência, galera e o movimento Hip-Hop. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

DIÓGENES, J. L. S. **Ethos policial militar**: entre a estrutura da PM e a ação de seus agentes. 2011. 99f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. Tradução de Pietro Nasseti-Ed. Martin Claretto – São Paulo, 2007.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**: formação de Estado e Civilização. V.II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

\_\_\_\_\_.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

\_\_\_\_\_. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. V. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011.

FAUSTINO, O. Das ruas ao coração. In: ROCHA, J.; DOMENICH, M.; CASSEANO, P. **Hip Hop**: a periferia grita. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p.09-12.

FERNANDES, H. R. Rondas à cidade: uma coreografia do poder. **Tempo Social**; Rev Sociol. USP, S. Paulo, 2.sem, p. 121-134, 1989.

FERNANDES NETO, B. *et al.* Adequação do Ensino dos Direitos Humanos no Curso de Formação de Soldados e o Contexto Atual da Segurança Pública. In: SCHNEIDER, Rodolfo Herberto (Org.). **Abordagens Atuais em Segurança Pública**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011, 572 p.

FERREIRA, P. R. L. **O uso da cultura hip hop como estratégia da Polícia Militar com a juventude, nas escolas da rede pública de ensino no Estado do Ceará**. 132 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) Fortaleza: UECE, 2013.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 3 ed, 2009.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(1):17-27, jan., 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1986.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-76)**. Tradução de Maria Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977 – 1978)**. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Segurança, penalidade, prisão**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (Coleção Ditos & Escritos VIII).

FORMIGA, G.S. de F. **A cor vigiada: uma crítica ao discurso racializado de prevenção ao crime**. Brasília, 2010. 112f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília. 2010.

FÓRUM DCA. **Como anda o Sistema Socioeducativo?**: Relatório prévio de monitoramento das Unidades de Internação de adolescentes em Fortaleza –CE. Ceará: Relatório do Observatório da justiça para os Direitos da Infância e Adolescência pela implementação do SINASE, maio de 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, Ano 8, 2014.

FREIRE, M. D. Paradigmas de Segurança no Brasil: da Ditadura aos nossos dias. **Aurora**, ano III número 5, dez. 2009. ISSN: 1982-8004. Disponível em: <[www.marilia.unesp.br/aurora](http://www.marilia.unesp.br/aurora)>. Acesso em: 03 jun. 2014.

FRIDMAN, L. C. Morte e vida favelada. In: SILVA, L. A. M. (Org.). **Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008, p. 77-98.

FROTA, F. H. da S.; MELO, C. F.; COSTA, C. M. I. Juventudes, imaginário e suas implicações nas políticas de juventude. In: 8ª SEMANA DE HUMANIDADES, 2011, Fortaleza. **Anais...Fortaleza: UFC/ UECE**, 2011, 13 p.

GARLAND, D. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. **Revista de sociologia e política**. Curitiba, n. 13, nov. p. 59-80, 1999.

\_\_\_\_\_.(1955). **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Tradução de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GEERTZ, C. Uma Descrição Densa: por uma teoria interpretativa da cultura (Capítulo 1). In: \_\_\_\_\_. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

GOFFMAN, E. (1982). **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GONÇALVES, H. S. *et al.* Problemas da Juventude e seus enfrentamentos: um estudo de representações sociais. **Psicologia. & Sociedade**; v. 20, n.2, p. 217-225, 2008.

GROPPO, L. A. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GUARESCHI, P. A. Representações Sociais: avanços teóricos e epistemológicos. **Temas em Psicologia** (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto - SP, v. 8, n.3, p. 249-256, 2002.

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. **Novos Estudos**, nov. 1995, nº 43, p. 26-44.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Força Letal**: Violência Policial e Segurança Pública no Rio de Janeiro e em São Paulo. New York: Human Rights Watch, 2009.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 6.ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1983.

IHA- **Índice de Homicídios na Adolescência**: análise preliminar dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas; UNICEF; Brasília: Ministério Especial dos Direitos Humanos, 2009. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/IHA.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

INFOPEN - **Sistema Integrado de Informações penitenciárias**. Dados de jun./2012 Disponível em:< <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View>>. Acesso em: 08 de abr.2013.

IPECE. **Perfil Municipal de Fortaleza** – Tema V: aspectos educacionais. IPECE, edição especial, nº38, ago. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISAS APLICADAS (IPEA). **Sistema de Indicadores de Percepção Social: Segurança Pública**. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2012.

KANT DE LIMA, R. Políticas de segurança pública e seu impacto na formação policial: considerações teóricas e propostas práticas. In: ZAVERUCHA, Jorge; BARROS, Maria do Rosário Negreiros (Orgs.). **Políticas de segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais**. Recife: Massangana, 2002.

KOURY, M. G. P. Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 3 set./dez., 2011, p. 471-85.

\_\_\_\_\_. Direitos civis, Estado de Direito e “cultura policial”: a formação policial em questão. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, 2003, p. 241-256. Disponível em:<

[http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/texto%204%20direitos%20civis%20estado%20de%20direito\\_roberto%20kant%20de%20lima.pdf](http://www.necvu.ifcs.ufrj.br/arquivos/texto%204%20direitos%20civis%20estado%20de%20direito_roberto%20kant%20de%20lima.pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2015.

LEMGRUBER, J.; MUSUMECI, L.; CANO, I. Controle civil da polícia: experiências internacionais. In: \_\_\_\_\_. **Quem vigia os vigias?** – um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil – Rio de Janeiro: Record, 2003.

LEVI, S; SCHMITT, J-C (Orgs.). **História dos jovens: da antiguidade à era moderna**. Tradução de Cláudio Marcondes, Nilson Moulin, Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, J. M. D. A. "Bairro violento" e referências morais: contextos do bairro Bom Jardim. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL VIOLÊNCIA E CONFLITOS SOCIAIS: ILEGALISMOS E LUGARES MORAIS. **Anais...** Fortaleza, 2011.

MADEIRA, M. Z. A. Relações de gênero e étnico-raciais: um recorte na Polícia Civil. In: BRASIL, G. M.(Org.). **A face feminina da Polícia Civil: gênero, hierarquia e poder**. Fortaleza: EdUECE, 2008.

MAFFESOLI, M. **Dinâmica da Violência**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice, 1987.

MARX, K. A Lei Geral da Acumulação Capitalista (Cap.XXIII). In:\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política- Livro I – O processo de produção do capital**. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1997.

\_\_\_\_\_. **Sobre a questão judaica**. Apresentação [e posfácio] Daniel Bensaïd; tradução Nélio Schneider, [tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant]. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica a economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MINAYO, M. C. de S. (Org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MISSE, M. **Malandros, Marginais e Vagabundos e a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. 413f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). IUPERJ, 1999.

\_\_\_\_\_. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

\_\_\_\_\_. (Coord.). “Autos de resistência”: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011). **Relatório Final**. Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana: UFRJ, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Crime e violência no Brasil Contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011b.

MONJARDET, D. O que faz a polícia. **Revista Polícia e Sociedade**. v. 10. São Paulo: EDUSP, 2002.

MONTEIRO, F. D. **Polícia, Juventude e Formação Policial: avanços e impasses na superação de estigmas**, 2010, p.01-11. Disponível: <<http://www.comunidadessegura.org.br/files/Pol%C3%ADcia%20e%20Juventude.pdf>>. Acesso em 16 dez. 2013.

MUCHEMBLED, R. (1944). **História da violência: do fim da Idade Média aos nossos dias**. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

MÜLLER, E. “As palavras nunca voltam vazias: reflexões sobre classificações etárias.” In: ALVIM, R.; QUEIROZ, T.; FERREIRA, E. Jr. (Orgs.). **Jovens & Juventude**. João Pessoa: Editora Universitária – PPGS/UFPB, 2005.

MUNIZ, J. A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Security and Defense Studies Review**. vol. 1, winter, p.177-98, 2001.

\_\_\_\_\_. ; PAES MACHADO, E. Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento. **Caderno CRH**. Salvador, v.23, n.60, set./dez., p.437-447, 2010.

NASCIMENTO, A. Apresentação à edição brasileira. In: **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Tradução de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: \_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NOBRE, M. C. de Q. Estados Keynesiano e Neoliberal: formas históricas do Estado capitalista no século XX. **Humanidades e Ciências Sociais**. Fortaleza: UECE, 1999. Semestral Conteúdo: ano 3, v. 3, n. 1, jun./dez., 2001.

OIT - **Resumen de las Tendencias Mundiales del Empleo Juvenil 2013**: Una generación en peligro. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms\\_212725.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_212725.pdf)>. Acesso em: 18 jul.2014.

OLIVEIRA, R. de. O trabalho do antropólogo: o olhar, ouvir, escrever. (Cap.1) In: **O trabalho do antropólogo**. 3. ed. São Paulo: Paralelo 15, 2000. p. 17-35.

OLIVEIRA, D. D.de; LIMA, R.B.; SANTOS, S. A. dos. A cor do medo: o medo da cor. In: OLIVEIRA, D. D. de *et al.* (Org.). **A cor do medo**: homicídios e relações raciais no Brasil. Brasília: Editora da UnB; Goiânia: Editora da UFG, 1998, p.37-60.

OPS/OMS. **La salud del adolescente y el joven en las Américas**. Washington. D.C., 1985.

OSTERNE, M. do S.; BRASIL, G. M.; ALMEIDA, R. A produção do conhecimento nas Ciências Sociais e a provisoriedade da realidade material e simbólica. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 113, p. 152-170, jan./mar. 2013.

PAIVA, L.F.S. **Contingências da Violência em um Território Estigmatizado**. Fortaleza,2007. 191f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

\_\_\_\_\_. **Contingências da Violência em um território estigmatizado**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

PEREIRA, M. E. **Psicologia social dos estereótipos**. São Paulo, SP: EPU, 2002. (Mimeo).

PINC, T. Abordagem Policial: avaliação do desempenho operacional frente à nova dinâmica dos padrões procedimentais. In: 31º Encontro Anual da Anpocs, 2007, Caxambu, MG. **Anais...** 2007.

PINHEIRO, P. S.; IZUMINO, E.E.; FERNANDES, M.C.J. Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89). **Revista USP**, 9, p. 95-112, 1991.

\_\_\_\_\_. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo social**; Rev. Social. USP, São Paulo, p. 43-52, 1997.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: ALVES, M. H. M. **Vivendo no fogo cruzado: moradores de favela, traficantes de droga e violência policial**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PROJETO CASADINHO/PROCAD. **Políticas de Segurança Pública, Trabalho Policial e Conflitualidades**. Processo 552454/2011-7. Chamada Pública MCT/CNPq/CAPES- Ação Transversal nº 06, 2011. Equipe: Maria Glaucíria Mota Brasil (Coord.- MAPPS/ UECE) / Integrantes: Rosemary de Oliveira Almeida (MAPPS/UECE) / Geovani Jacó de Freitas (MAPPS/UECE) / Maria do Socorro Ferreira Osterne (MAPPS/UECE) / José Vicente Tavares dos Santos (PPGS/UFGRS) / João Bosco Feitosa dos Santos (MAPPS/UECE) / Alex Niche Teixeira (PPGS/UFGRS) / Lígia Mori Madeira (PPGS/UFGRS) / Melissa Pimenta (PPGS/UFGRS) / Letícia Schabbach (PPGS/UFGRS) / Alexandre de Almeida Barbalho (MAPPS/UECE)/Bolsistas: Lara Abreu Cruz (MAPPS/UECE)/ Kátia Borges Barbosa (UECE)/ Érica Maria Santiago (MASS/UECE), Marcela Cardoso de Lima (UECE)/ Rochele Fellini (PPGS/UFGRS)/ Germana Dalberto (PPGS/UFGRS).

RAITZ, T. R.; PETTERS, L. C. F. Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. **Psicologia. & Sociedade**; v. 20, n.3, p. 408-416, 2008.

RAMOS, S.; MUSUMECI, L. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. “Elemento suspeito”: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. **Boletim segurança e cidadania**, Rio de Janeiro, ano 03, p. 01-16, nº 08, dez., 2004.

REDE DLIS; REJAN. **Plataforma de Lutas Prioritárias do Grande Bom Jardim, Jangurussu e Ancuri** - Redes de organizações populares por uma cidade de direitos. Fortaleza, ago. 2012. Disponível em: <  
<http://www.opovo.com.br/extra/documentodebate.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

REINER, R. **A Política da Polícia**. Tradução de Jacy Cardia Ghirotti e Maria Cristina Pereira da Cunha Marques. São Paulo: Edusp, 2004. (Série Polícia e Sociedade).

RIBEIRO, A. E. **A relação da Polícia Militar paulista com a comunidade negra e o respeito à dignidade humana: a questão da abordagem policial**. 129 f. Dissertação (Mestrado em Metodologia do Ensino). São Carlos: UFSC, 2009.

RIFIOTIS, T. Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes das violências e dos conflitos sociais. **Revista Ciências Sociais**. vol. 37, n.2, 2006, p.27-33.

ROCHA, J.; DOMENICH, M.; CASSEANO, P. **Hip Hop: a periferia grita**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

ROLIM, M. (1960). **A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Oxford, Inglaterra, 2006.

SÁ, L. D. de. **Os filhos do Estado**: auto-imagem na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, UFRJ, 2002.

\_\_\_\_\_.; SANTIAGO NETO, J. P. de. Entre Tapas e Chutes: um estudo antropológico do baculejo como exercício de poder policial no cotidiano da cidade. **O público e o privado**, Fortaleza, nº 18- jul./dez. 2011.

SAHLINS, M.D. **Cultura e Razão Prática**. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemayer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

SANTIAGO, É. M. **Formação Policial e Práticas Discriminatórias**: a construção da suspeição nas abordagens policiais do Ronda do Quarteirão aos jovens das periferias da cidade de Fortaleza. 2013, 255f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Curso de Serviço Social, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

\_\_\_\_\_. UM ESPECTRO RONDA OS SHOPPINGS BRASILEIROS': apontamentos sobre o fenômeno 'Rolezinho'. In: XIV ENPESS, 2014, Natal. XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. **Anais...** Natal: UFRN, 2014.

SCARNO, R. C. V. Prisão e Violência: uma análise da história do internamento em Michel Foucault e sua possível ligação com o surgimento do sistema capitalista. **Razão e Fé**, Pelotas, 15(1): 31-48, jan.-jun./2013.

SCRIBANO, A; SENA, A. de. Las segundas partes sí pueden ser mejores: algunas reflexiones sobre el uso de datos secundarios en la investigación cualitativa. **Sociologias** [online]. 2009, n.22, p. 100-118. ISSN 1517-4522.

SILVA, L. A. M. (Org.). **Vida sob cerco**: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008.

\_\_\_\_\_.; LEITE, M.P. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?. In: SILVA, L. A. M. (Org.). **Vida sob cerco**: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008, p.47-76.

\_\_\_\_\_. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado** v. 19, n. 1, jan./jun., p. 53-84, 2004.

SILVA, H. JR. Cônica da culpa anunciada. In: OLIVEIRA, D. D. de *et al.* (Org.). **A cor do medo**: homicídios e relações raciais no Brasil. Brasília: Editora da UnB; Goiânia: Editora da UFG, 1998, p.71-90.

SINHORETTO, J.; BATITUCCI, E. C. ; MOTA, F. R. ; SCHLITTLER, M. C. ; SILVESTRE, GIANE ; MORAIS, D. S. ; SOUZA, L. G. ; SOUZA, R. R. ; SILVA, S. S. ; OVALLE, L. A. ; RAMOS, P. C. ; ALMEIDA, F. B. ; MACIEL, W. C. . A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. In: Cristiane S. L. Lima; Gustavo C. Baptista; Isabel S. de Figueiredo. (Org.). **Segurança pública e direitos humanos: temas transversais**. 1ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2014, v. 5, p. 121-160.

SOARES, L. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R.; VANNUCHI. **Juventude e sociedade: trabalho, educação cultura e participação**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. pp. 130-159.

SOARES, L. E. Novas políticas de segurança pública. **Estudos Avançados**, 17 (47), p. 75-96, 2003.

\_\_\_\_\_. (Prefácio). In: RAMOS, S.; MUSUMECI, L. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_.; GUINDANI, M. A Violência do Estado e da Sociedade no Brasil Contemporâneo. **Nueva Sociedad**, n. 208 mar.- abr. 2007.

\_\_\_\_\_. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados** [online]. 2007, vol.21, n.61, p. 77-97. ISSN 0103-4014.

SOUSA, E. B. L. de. **Ronda do Quarteirão: um “acontecimento” na política de segurança pública?**. Fortaleza, 2008. 110f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

SOUZA, E. R. Concealed and Revealed Violence: an Epidemiological Study of Mortality from External Causes in Duque de Caxias, Rio de Janeiro. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 9 (1): 48-64, jan./mar., 1993.

SOUZA, M. A. A. A juventude no plural: anotações sobre a emergência da juventude. In: ALVIM, R.; QUEIROZ, T.; FERREIRA, E. J. (Orgs.). **Jovens & Juventude**. João Pessoa: Editora Universitária – PPGS/UFPB, 2005.

SOUZA, M.S. de. **A violência da ordem: polícia e representações sociais**. São Paulo: Annablume, 2012.

SOUZA, D. M. B. de L. D. de; MENDES, G. L. de C. Juventude, mídia e violência simbólica. In: 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2014, São Paulo. **Anais...ANPOCS**, 2014.

SOUZA, M. L. de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, T. L. S. **Constituição, Segurança Pública e Estado de exceção Permanente**: a biopolítica dos autos de resistência. 2010, 222 f. Dissertação (Mestre em Direito). Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SUASSUNA, R. F. O habitus dos policiais militares do Distrito Federal. 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

TAVARES DOS SANTOS, J.V. **Violências e Conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

TELLES, V. da S. (1951). **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

TRASSI, M. de L.; MALVASI, P. A. **Violentamente pacíficos**: desconstruindo a associação juventude e violência. São Paulo: Cortez, 2010.

VERMELHO, L. L.; JORGE, M. H. P. de M. Mortalidade de jovens: análise do período de 1930 a 1991 (a transição epidemiológica para a violência). **Rev. Saúde Pública** [online]. 1996, vol.30, n.4, pp. 319-331. ISSN 0034-8910.

VISÃO DA FAVELA DO BRASIL. **Cartilha Popular do Santa Marta**: abordagem policial, s.d.

WACQUANT, L. J. D. O Retorno do Recalcado: violência urbana, “raça” e dualização em três sociedades avançadas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Nº 24, ano 9, fevereiro/1994. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=213:rbc-24&catid=69:rbc&Itemid=399](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=213:rbc-24&catid=69:rbc&Itemid=399)>. Acesso em: 25 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. Tradução de João Roberto Martins Filho. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

\_\_\_\_\_. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

\_\_\_\_\_. **As duas faces do gueto**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

WAISELFISZ, J. J. **Relatório de desenvolvimento juvenil 2003**. Brasília: UNESCO, 2004.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2007**. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social; Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino – Americana, 2007.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil.** Rio de Janeiro: CEBELA, FLASCO; Brasília: SEPPIR/PR, 2012.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2013: mortes matadas por armas de fogo.** Rio de Janeiro: CEBELA, FLASCO, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no Brasil.** Rio de Janeiro: CEBELA, FLASCO, 2013b.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2015: Mortes Matadas por Armas de Fogo.** Brasília, 2015.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 9(1): 5-41, mai., p.05-42,1997.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.** 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. Polícia e Juventude na era da globalização. In: CARUSO, Haydée *et al.* **Polícia, Estado e Sociedade: práticas e saberes latino-americanos.** Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, p. 531-556, 2007.

## Mapas

LABVIDA/COVIO/LEV. **Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza: perfil da SER V.** Fortaleza, 2011.

## Notícias

A lei das esquinas e becos (Especial Desvio de Conduta). **Jornal O Povo**, Fortaleza, 23 de mar. 2009, p.08.

Segurança lança o 'Ronda Cultural'. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 04 abr. 2009. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=628036>>. Acesso em: 30 mai.2014.

Ronda sob investigação. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 13 jul. 2009, p. 08.

Execuções e estupros. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 16 de Julho de 2009, p. 08.

Agressão em praça pública. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 14 de Julho de 2009, p. 08.

Morte de um jovem provoca indignação. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 30 out. 2009. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/morte-de-um-jovem-provoca-indignacao-1.535321>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Ronda 'vira' polícia nas ruas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 17 mai. 2010. Caderno Polícia, p.14.

"Tiraram a vida de um inocente". **Jornal O Povo**, Fortaleza, 26 jul.2010. Caderno: Fortaleza, p. 03.

Páginas Azuis. Entrevista Roberto Monteiro. **Jornal O Povo Online**, Fortaleza, 03 jan. 2011. Disponível em: <<http://publica.hom.opovo.com.br/page,516,109.html?i=2085053>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

Ministério Público critica meta de abordagem da Pm. In: Abordagem policial. 31 mar. 2011. Disponível em: <<http://abordagempolicial.com/2011/03/ministerio-publico-critica-meta-deabordagens-na-pm/>>. Acesso em: 15 de jan. 2013.

Projetos de segurança pública estão inativos em Fortaleza. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 23 ago. 2011. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/projetos-de-seguranca-publica-estao-inativos-em-fortaleza-1.683519>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

Anistia Internacional e o compromisso do Brasil com os direitos humanos. **PRVL**, 26 jan. 2012. Disponível em: <<http://prvl.org.br/noticias/anistia-internacional-e-o-compromisso-do-brasil-com-os-direitos-humanos/>>. Acesso em 07 jan. de 2014.

O preocupante quadro da desigualdade social em Fortaleza. **Jornal O Povo Online**, Fortaleza, 20 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2013/01/19/noticiasjornalpolitica,2991525/o-preocupante-quadro-da-desigualdade-social-em-fortaleza.shtml#UzGFldgt6DE.facebook>>. Acesso em 27 mar.2014.

Três PMs do caso Amarildo se entregam após ter prisão decretada. **Portal de Notícias G1**, 23 out. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/10/pms-do-caso-amarildo-se-entregam-apos-ter-prisao-decretada.html>>. Acesso em 08 de jan. 2014.

Jovem de 17 anos é assassinado por Policial Militar, na Zona Norte de São Paulo, **Carta Capital**, 28 out. 2013. Disponível em: <<http://negrobelchior.cartacapital.com.br/2013/10/28/por-que-o-senhor-atirou-em-mim/>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

Ato público pede fim da violência contra a juventude. **Jornal O Povo Online**, Fortaleza, 23 nov. 2013. Caderno: Cotidiano, p.08. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2013/11/23/noticiasjornalcotidiano,3167292/ato-publico-pede-fim-da-violencia-contra-a-juventude.shtml>>. Acesso em 13 fev. 2014.

Por tercer año consecutivo, San Pedro Sula es la ciudad más violenta del mundo. **Seguridad justicia y paz**. 15 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/sala-de-prensa/941-por-tercer-ano->

consecutivo-san-pedro-sula-es-la-ciudad-mas-violenta-del-mundo>. Acesso em 28 mar. 2014.

Sistema Prisional Brasileiro: crônica de chacinas anunciadas. **Justiça Global Brasil**, 23 jan. 2014. Disponível em: <<http://global.org.br/programas/sistema-prisional-brasileiro-cronica-de-chacinas-anunciadas/>>. Acesso em 13 set. 2014.

Rachel Sheherazade: ordem ou barbárie? **Folha de São Paulo Online**. 11 fev. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/02/1410284-rachel-sheherazade-ordem-ou-barbarie.shtml>>. Acesso 05 abr. 2014.

Batalhão de Choque expulsa moradores da comunidade Alto da Paz. **Jornal O Povo Online**, Fortaleza, 20 fev. 2014, (s.p.). Disponível em: <<http://mobile.opovo.com.br/app/destaque/index/2014/02/20/4574005/batalhao-de-choque-expulsa-moradores-da-comunidade-alto-da-paz.shtml>>. Acesso em 29 jul. 2014.

Homens jovens são maioria das vítimas de morte violenta no Ceará. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 17 mar. 2014. Caderno: Cotidiano, p.05. Especial – Perfil dos homicídios. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/03/17/noticiasjornalcotidiano,3221360/homens-jovens-sao-maioria-das-vitimas-de-homicidio-no-ceara.shtml>>. Acesso em 29 mar.2014.

PMs não perceberam abertura de porta-malas por causa de sirene, diz advogado. **Estadão**, 19 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,pms-nao-perceberam-abertura-de-porta-malas-por-causa-de-sirene-diz-advogado,1142671,0.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

Caso Claudia: 72% dos socorridos por PMs não resistiram. **Estadão**, 19 mar.2014. Disponível em:< <http://www.estadao.com.br/noticias/geral, caso-claudia-72-dos-socorridos-por-pms-nao-resistiram,1142754,0.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2014.

Violência no Ceará: mais homicídios que soldados mortos na Guerra do Iraque. **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 28 mar. 2014. Disponível em: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/policia/violencia-no-ceara-numero-de-homicidios-se-igual-a-guerra-do-iraque/>>. Acesso em 28 mar. 2014.

Ocupação na Maré: segurança aos moradores ou regime de exceção. **Globo Rio**. 31 mar. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/ocupacao-na-mare-seguranca-aos-moradores-ou-regime-de-excecao-12048129#ixzz2yGXbWwgd>>. Acesso em 08 abr. 2014.

PM é acusada de racismo por cartaz colocado em ônibus de Ribeirão, **Folha de São Paulo**, 30 mai. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2014/05/1462237-pm-e-acusada-de-suposto-racismo-em-cartaz-colocado-em-onibus-de-ribeirao.shtml>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

"Muito pior do que imaginamos", **Diário do Nordeste** (Online) Fortaleza, 28 jul. 2014. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/muito-pior-do-que-imaginamos-1.1066840>>. Acesso em 12 set. 2014.

Centro Olímpico deve ser concluído neste ano. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 30 ago. 2014. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/centro-olimpico-deve-ser-concluido-neste-ano-1.1090024>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

PMs acusados de espancar e matar pedreiro são expulsos. **Jornal O Povo Online**. Fortaleza, 12 set. 2014. Disponível em:<<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/09/12/noticiasjornalcotidiano,3313553/pms-acusados-de-espancar-e-matar-pedreiro-sao-expulsos.shtml>>. Acesso em 12 set. 2014.

Quem é o vilão da violência na cidade de SP: o adulto ou o adolescente?. **Portal de Notícias G1**, 14 ago. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2014/08/quem-e-o-vilao-da-violencia-na-cidade-de-sp-o-adulto-ou-o-adolescente.html>>. Acesso em 03 nov. 2014.

Os territórios onde mais se mata em Fortaleza. **O Povo Online**, Fortaleza, 23 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/02/23/noticiasjornalcotidiano,3396670/os-territorios-onde-mais-se-mata-em-fortaleza.shtml>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

A mão de obra barata que não agrada a burguesia. **Carta Capital**, 25 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/speriferia/a-mao-de-obra-barata-que-nao-agrada-a-bruguesia-4045.html>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

Falta de remédios em postos da SER V só deve se normalizar em outubro. **Jornal O Povo Online**, 13 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/03/13/noticiasjornalcotidiano,3406446/falta-de-remedios-em-postos-da-ser-v-so-deve-se-normalizar-em-outubro.shtml>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

Mãe de morto no Alemão acusa: 'nunca vou esquecer o rosto do PM'. **Portal de Notícias G1** – Rio de Janeiro. 02 abr. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/04/mae-de-morto-no-alemao-acusa-nunca-vou-esquecer-o-rosto-do-pm.html>>. Acesso em:04 abr. 2015.

Em cada morro uma história diferente de que a polícia mata gente inocente. **Feminismo à esquerda**. 03 abr. 2015. Disponível em: <<http://feminismoaesquerda.com.br/em-cada-morro-uma-historia-diferente-de-que-a-policia-mata-gente-inocente/>>. Acesso em:04 abr. 2015.

Jovem negro tem quatro vezes mais chances de ser morto no Ceará. **Jornal o Povo Online**, Fortaleza, 08 mai. 2015. Disponível em: <

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/05/08/noticiasjornalcotidiano,3434560/jovem-negro-tem-quatro-vezes-mais-chances-de-ser-morto-no-ceara.shtml>. Acesso em 20 mai. 2015.

## Legislações e Documentos

BRASIL. Código Criminal Do Império do Brazil, Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal.

\_\_\_\_\_. **Código Processo Penal**. Rio de Janeiro- RJ, 1941. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91622/codigo-processo-penal-decreto-lei-3689-41#art240>>. Acesso em: 17 de set. 2012.

\_\_\_\_\_. **Código de Processo Penal Militar**. Brasília –DF, 1969.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Caderno Teórico do PRONASCI. **Um novo paradigma para a segurança pública**. Brasília: MJ, 2009.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Cidade** - Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasília: Senado Federal, 2001.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Atuação policial na proteção dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade social**: Cartilha. Brasília: SENASP/MJ,2010.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Juventude** - dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília - Lei 12852/2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)>. Acesso em: 29 mar. 2014.

PEC 33/2012. Altera a redação dos Art. 129 e 228 da Constituição Federal e prever a redução da maioria penal. Brasília: Senado Federal, 2012.

CEARÁ. **Regimento Interno da Polícia Militar do Ceará.** Lei nº 10.145, de 29 de Nov. de 1977.

\_\_\_\_\_. **Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Ceará.** Decreto Nº 14.209, de 19 dez. 1980.

\_\_\_\_\_. **Código Disciplinar da PMCE e do CBM.** Lei Nº 13.407, de 21 nov. 03. Publicada no DOE Nº 231, de 02 de dezembro de 2003. Institui o Código Disciplinar da Polícia Militar do Ceará e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, dispõe sobre o comportamento ético dos militares estaduais, estabelece os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativo-disciplinar dos militares estaduais e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007.** Dispõe sobre o Modelo de Gestão do Poder Executivo, altera a estrutura da Administração Estadual, promove a extinção e criação de cargos de direção e assessoramento superior, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de 07 de fevereiro de 2007.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. **Curso de Formação Profissional:** Fundamentos de Direito Administrativo. FUNECE, 2010a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. **Curso de Formação Profissional:** Técnica Policial Militar. FUNECE, 2010b.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social e Central Única das Favelas – CE. **Ronda Cultural:** a Atividade Policial na Mediação Social e Intervenção Cultural, 2010. Disponível em: <[http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/ronda\\_cultural.pdf](http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/ronda_cultural.pdf)>. Acesso em: 30 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, Secretaria da Cultura e Secretaria da Educação. **Revista Ronda Cultural:** polícia e juventude – a cultura é o segredo, 2010. 37p.

### **Músicas, vídeos e palestras**

ADORNO, S. **As raízes históricas e sociais da violência no Brasil**", publicado em 28 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PkTdCtZReX8>>. Acesso em: 19 mai. 2015. 1h9mim.

CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI. **Banditismo por uma questão de classe.** Composição: Chico Science & Nação Zumbi. Estúdio Nuvens: Da lama ao caos, 1994. (3'59").

ENVOLVIDOS: o extermínio da juventude no Grande Bom Jardim. 15min. 27s. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5tcBNlqLITk>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

GABRIEL O PENSADOR. Paz. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/gabriel-pensador/paz.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

LEGIÃO URBANA. **Faroeste Caboclo**. EMI: Que País é Este, 1987.

MARCELO YUCA. **Todo camburão tem um pouco de navio negreiro**. O Rappa, Waner Music, 1994.

O RAPPA. **Minha Alma** (A paz que eu não quero seguir). WMG: Lado B Lado A, 1999.

PROFISSÃO REPÓRTER - **Adolescentes no crime** - Edição de 12/08/2014 [26 min. 21s.]. Disponível em: <<http://globotv.globo.com/rede-globo/profissao-reporter/t/para-assinantes/v/profissao-reporter-adolescentes-no-crime-edicao-de-12082014/3559477/>>. Acesso em 29 ago. 2014.

TITÃS. **Polícia**. Composição: Tony Bellotto. WEA: Cabeça Dinossauro, 1986. Disponível em: <<http://www.vagalume.com.br/titas/policia.html>>. Acesso em 20 de dez. 2013.

## RONDA CULTURAL

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JXgEIHPervs.>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

ZEZÉ, P.; PAIVA, L.F.; CASTELO BRANCO, F.; RENATO, M. **Os rolezinhos e a criminalização da juventude negra**. Fortaleza: IFCE, 2014. (Palestra).

## Blogs e sites

### AFROREGGAE

Disponível em: <<http://www.afroreggae.org/memoria>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

AMIGOS DO RONDA –Segurança Pública com Cidadania. Policiais do Ronda Participam de Treinamento com Batalhão de Choque. In: Governo do Ceará. 21 abr. 2012. Disponível em: <[http://www.amigosdoronda.net/2012\\_04\\_15\\_archive.html](http://www.amigosdoronda.net/2012_04_15_archive.html)>. Acesso em: 16 de jan. 2013.

BLOG NO FIAPO/PINHEIRO. A vítima negra. [post]. 27 nov. 2010. Disponível em: <<http://nofiapo.blogspot.com.br/2010/11/vitima-negra.html>>. Acesso em 29 mar. 2014.

BLOG TRIO ELÉTRICO. Anatomia do Pirangueiro. [post]. 16 mar. 2012. Disponível em: <<http://triiioeletrico.blogspot.com.br/2012/03/anatomia-do-pirangueiro.html>>. Acesso em 16 de jan. 2013.

Charge de Maringoni. **Observatório de violência**. Disponível em: <[policiahttp://www.ovp-sp.org/lista\\_mortos\\_1.htm](http://www.ovp-sp.org/lista_mortos_1.htm)>. Acesso em 01 abr. 2014.

BLOG OLHO DA RUA- Centro de Comunicação e Cultura popular. Não é conto de fadas. [post]. 15 jun. 2011. Disponível em: <<http://olhodarua.org/2011/07/15/nao-e-conto-de-fadas/>>. Acesso em 07 set. 2014.

#### CASA CIVIL DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ.

Ronda Cultural encerra atividade em 2010. In: Sala de imprensa do Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2353-ronda-cultural-encerra-atividades-de-2010>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

#### CNJ

Relatório do CNJ sobre prisões do Maranhão prevê maior cobrança às autoridades do estado, 31 dez. 2013. Disponível em:< <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/27282-relatorio-do-cnj-sobre-prisoos-do-maranhao-preve-maior-cobranca-as-autoridades-do-estado>>. Acesso em 12 set. 2014.

#### CUFA

Disponível em: < <http://www.cufa.org.br/sobre-cufa.php#slide-1>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

#### FACEBOOK ZELMA MADEIRA

Dia da Consciência Negra: reflexões sobre vulnerabilidades e resistências da população negra. Disponível em: <<https://www.facebook.com/zelma.madeira>>. Acesso em 20 de novembro de 2013.

#### FACEBOOK DIREITOS HUMANOS BRASIL

<<https://www.facebook.com/direitoshumanosbrasil/photos/a.166798690068176.42983.165500080198037/824175350997170/?type=1&theater>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

#### FACEBOOK CARAVANA DA PERIFERIA

<<https://www.facebook.com/caravanadaperiferia?fref=ts>>. 15 jan. 2014 Acesso em 29 mar. 2014.

#### FACEBOOK JAP

Disponível em: <<http://www.facebook.com/groups/293125420719133/?fref=ts>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

#### FACEBOOK CARAVANA DA PERIFERIA

<<https://www.facebook.com/caravanadaperiferia/photos/pb.468008256589011.-2207520000.1429195197./645104468879388/?type=3&theater>> . 17 jan. 2015  
Acesso em: 15 abr. 2015.

Não foi tiroteio – Caso de Igor e Ingridy Maiara. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Não-Foi-Tiroteio-Caso-Igor-e-Ingridy-Maiara/127929090711457>>. Acesso em 20 jul. 2014

#### FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS

Disponível em: <<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/v2/pt/projects/view/rede-desenvolvimento-sustentavel-do-grande-bom-jardim-ceara>>. Acesso em 01 abr.2014.

#### GÍRIAS DO NORDESTE: VIDA DE CACHORRO

Disponível em: <<http://vidadecachorro.wordpress.com/2009/01/14/dicionario-2/>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

#### IBGE

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/calendario.shtm>>  
Acesso em 15 dez. 2013.

#### INSTITUTO AVANTE BRASIL

Colapso do sistema penitenciário: tragédias anunciadas. 09 fev. 2014. Disponível em: <<http://institutoavantebrasil.com.br/colapso-do-sistema-penitenciario-tragedias-anunciadas/>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

#### JUVENTUDE E POLÍCIA PMMG

Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=g73KS0uIHDc&list=PLCC640463DC05AFCE>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

#### LABVIDA

<<http://www.uece.br/labvida/index.php/o-que-e-labvida/historico>>. Acesso em: 08 fev. 2014.

NEGRO BELCHIOR. Senado pode votar redução da maioria. [post] 18 fev. 2014. Disponível em: <<http://negrobelchior.cartacapital.com.br/2014/02/18/senado-pode-votar-reducao-da-maioridade-penal/>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

## SECULT –CE

Ronda Cultural, 16 jan. 2013. Disponível em:  
<<http://www.secult.ce.gov.br/index.php/ronda-cultural>>. Acesso em: 04 mai. 2015.

## SESEC

Disponível em: < <http://www.fortaleza.ce.gov.br/sesec/secretaria>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

### **Bibliografia consultada**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos**. Sistema de bibliotecas. Fortaleza: UECE, 2014.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A** - Roteiro de Entrevista Semiestruturada para os Jovens do Grande Bom Jardim

**APÊNDICE B** - Roteiro de Entrevista com os Policiais e Gestores que desenvolveram o Projeto Ronda Cultural

**APÊNDICE C** - Roteiro de Entrevista Semiestruturada para os Policiais do Programa Ronda do Quarteirão – (Ano 2012)

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Semiestruturada para os Jovens do Grande Bom Jardim

**Idade:**

**Orientação Sexual:** ( ) feminino; ( ) masculino

**Estado civil:** ( ) Solteiro (a) ; ( ) Casado (a); ( ) Divorciado (a); ( ) União Estável ?

**Tem filhos?** ( ) Não; Se sim( ):

**Quantos:**\_\_\_\_\_; **Idade:**\_\_\_\_\_;

**Onde mora? Com quem mora?**

**Escolaridade:**

Fundamental ( ) completo ( ) incompleto ( )  
 Médio ( ) completo ( ) incompleto ( )  
 Universitário: ( ) completo ( ) incompleto ( )  
 Qual curso \_\_\_\_\_

**Ocupação:**

**Participa de algum movimento na comunidade?**

**Você se considera:**

- Indígena ( ) ; Negra/o ( ) ; Parda/o ( ) ; Amarela/o ( ) ; Mulata/o ( ) ;  
 Branca/o ( ) .

**1. Como você descreveria a sociedade em que vive?**

**2. Na sua opinião o que é ser jovem na periferia de Fortaleza?**

**3. Para você, qual é a função da polícia?**

**3. O que você acha da relação entre polícia e juventude?**

**4. Para você, o que leva um policial a suspeitar de alguém?**

**5. Você já foi abordado pela polícia ou conhece alguém que foi? Como foi a abordagem?**

**6. Na sua opinião, como deveria ser a abordagem policial?**

**7. O que você acha do Programa Ronda do Quarteirão? Há alguma diferença ou semelhança entre os policiais "rondantes" e PMs que não são? Explicar.**

**8. Você já ouviu falar do Projeto Ronda Cultural?**

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista com os Policiais e Gestores que desenvolveram o Projeto Ronda Cultural<sup>224</sup>

- 1. Origem da ideia. Histórico... Como se iniciou, quais passos foram dados?**
- 2. Personagens envolvidos...**
- 3. E os jovens, onde entraram na ideia – participam a partir de quando?**
- 4. Como se deu a relação com os envolvidos e com a instituição polícia?**
- 5. Onde começou? Tempo e espaço de atuação**
- 6. Como foi o desenvolvimento? [Quais concepções, princípios? Como era a metodologia de trabalho? Jovens... Quanto tempo durou?]**
- 7. Como e por que terminou? Quais foram os passos para o fim?  
[Fracasso? não falar esta palavra, mas colher do entrevistado...]**
- 8. O que mais gostaria de falar?**

---

<sup>224</sup> Roteiro desenvolvido pelos pesquisadores do eixo 04 do Projeto Casadinho/PROCAD *Políticas de segurança pública, trabalho policial e conflitualidades* (MCT/CNPq/CAPES- 2011), o qual se propõe investigar as práticas policiais em relação às práticas juvenis em comunidades de periferia.

APÊNDICE C- Roteiro de Entrevista Semiestruturada para os Policiais do Programa Ronda do Quarteirão

**Idade:**

**Sexo:** ( ) feminino; ( ) masculino

**Estado Civil:** ( ) Solteiro (a) ; ( ) Casado (a); ( ) Divorciado (a); ( ) União

Estável ?

**Tem filhos?** ( ) Não; Se sim( ):

Quantos: \_\_\_\_\_; Idade: \_\_\_\_\_; Escolaridade: \_\_\_\_\_

**Onde mora? Com quem mora?**

**Escolaridade:**

Fundamental ( ) completo ( ) incompleto ( )

Médio ( ) completo ( ) incompleto ( )

Universitário: ( ) completo ( ) incompleto ( )

Qual curso \_\_\_\_\_

**Você se considera:**

- Indígena ( ); Negra/o ( ); Parda/o ( ); Amarela/o ( ); Mulata/o ( );

Branca/o ( ).

**Curso de Formação (ano/turma):**

**Bairro de atuação:**

**1. Para você, qual a importância de sua atuação para a sociedade?**

**2. Como se dá a sua relação com a comunidade? E com a juventude?**

**3. O que você acha sobre o seu curso de formação policial? Quais os conteúdos que você considera importante? (Inserir quadro com opções).**

**4. Você percebe alguma diferença ou semelhança entre a nova formação e a formação anterior?**

- Metodologia utilizada para transmissão de conteúdo;

- Aulas (expositivas?/ há utilização de equipamentos?/há incentivo a pesquisa, trabalhos em grupo?);

-Relação entre professor e aluno (Há espaço para debates, diálogo?) e Relação entre Corporação e Universidade;

- Quais os limites e possibilidades da nova formação;

-Existe resquícios da formação tradicional na nova formação policial?

**5. Como você , no cotidiano profissional, realiza a sua abordagem policial?**

-Esse tema é debatido na formação? De que forma?

**6. Na sua opinião, porque é tão polêmica essa atividade?** (Citar casos emblemáticos)

**7. O que você acha da abordagem policial? Há diferenças de abordagens?**

**Vocês utilizam-se de algum critério para realizá-las?**

- De acordo com o local, os suspeitos, a situação...

**8. O que você entende como atitude suspeita?**

**9. Na sua opinião, há um alvo principal de suspeição da polícia?**

## **ANEXOS**

**ANEXO A** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE

**ANEXO B** – Convite da Audiência Pública no Bom Jardim

**ANEXO C** – Carta Aberta dos Moradores do Bom Jardim contra a Violência de Estado

**ANEXO D** – Carta Contra a Violência e o Extermínio da Juventude: por direitos de cidadania nas periferias de Fortaleza para crianças, adolescentes e jovens

**ANEXO E** – Nota da Associação das Vítimas de Violência Policial no Ceará (AVVIPEC)

**ANEXO F** – 1ª Marcha da Periferia: Contra o Extermínio da Juventude Pobre e Negra

**ANEXO G** – Folder do Debate Sobre os “Rolezinhos” e Criminalização da Juventude Negra

**ANEXO H** – Folder do Seminário pela Vida da Juventude: debatendo o mapa da violência

**ANEXO I** - Carta Convite para o Fórum Territorial do Bom Jardim

**ANEXO J** - Análises de Indicadores das Taxas de Homicídios entre Adolescentes de 10 A 19 anos do Grande Bom Jardim

**ANEXO K** – Projeto Ronda Cultural

## ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: *Juventude(s) e Segurança Pública: abordagens policiais aos jovens dos territórios estigmatizados*, desenvolvida por Érica Maria Santiago a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) 9918-4896. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Glaucéria Mota Brasil. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é:

---



---



---

Fui também esclarecido (a) de que o uso das informações por mim oferecidas está submetido às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do (a) participante:

---

Assinatura do (a) pesquisador (a):

---

Assinatura da testemunha:

---

ANEXO B - Convite da Audiência Pública no Bom Jardim<sup>225</sup>

# Audiência Pública

JUVENTUDES, JUSTIÇA E CULTURA DE PAZ:  
 violações de direitos e alta letalidade juvenil no Grande Bom Jardim

**Sexta, 08 de novembro**

Local: Centro Cultural Bom Jardim, Rua Três Corações, 400, Bom Jardim

Horário: 14h

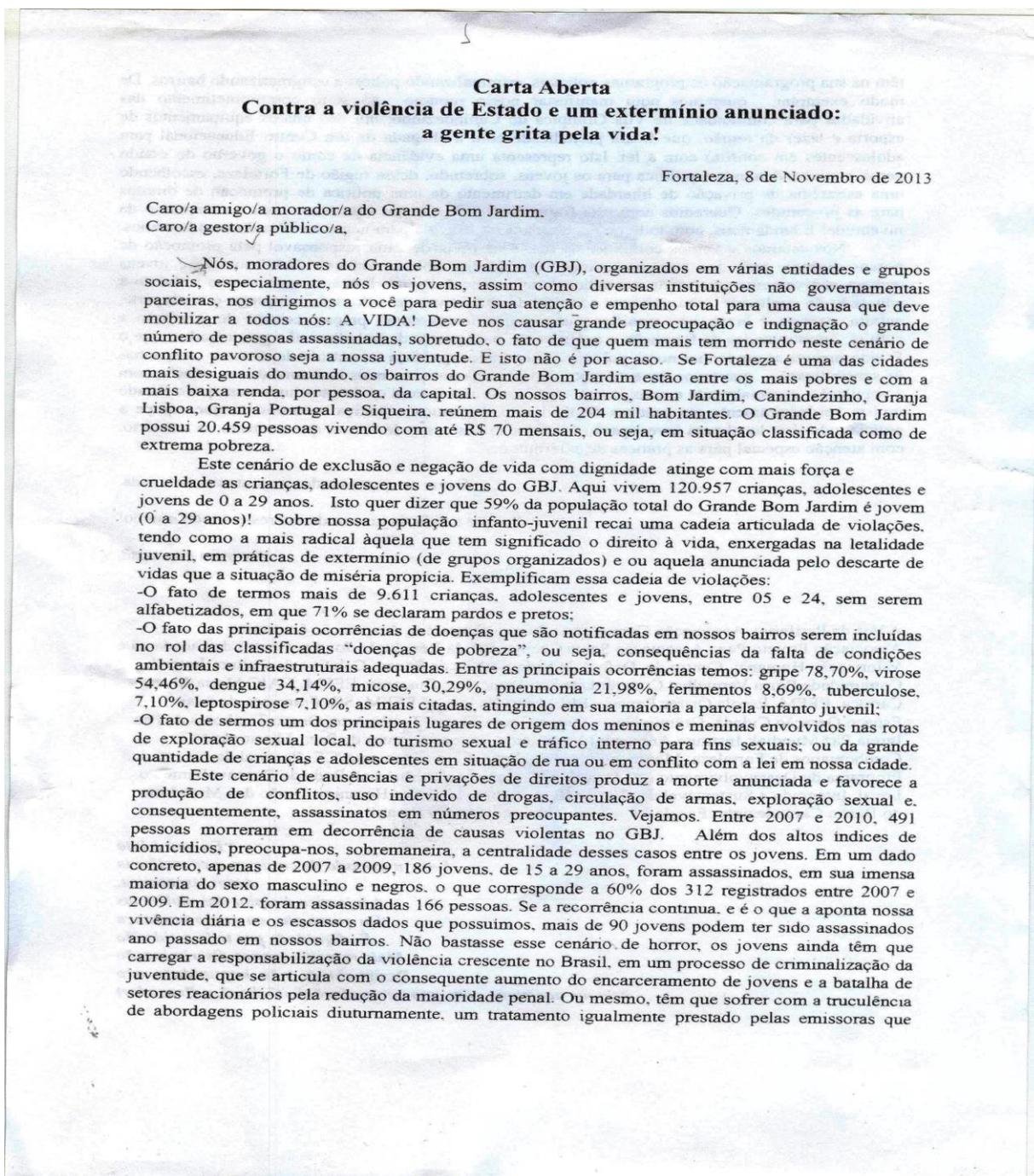
Contatos: 85 87546879 / 3497 5981



CAIC Maria Alves Carioca  
 EEMF Santo Amaro  
 EEMF Senador Osires Pontes  
 EEMF Professor Eudes Veras  
 EEMF São Francisco  
 EEMF Juciê Caminha

<sup>225</sup> Nesta audiência tive a oportunidade de estar me aproximando de dois membros do Projeto Jovens Agentes da Paz (JAP) - promovido pelo Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), em cinco escolas da região, no qual são discutidas questões políticas e promovida mediação de conflitos. Também me aproximei do coordenador do CDVHS, Joaquim Araújo, e do mestrando em sociologia, Caio Feitosa, integrante deste Centro. Os moradores e entidades presentes no Auditório do Centro Cultural tiveram a oportunidade de explicitar as demandas da comunidade a uma representante da Assembleia Legislativa, que faz oposição à bancada do governo. Os assuntos tratados foram: ausência de políticas públicas no bairro (fechamento das Vilas Olímpicas, poucas áreas de lazer e transporte público, dentre outras questões) extermínio da juventude negra e pobre, violência policial, problematização da redução da maioridade penal e críticas ao Programa Ronda do Quarteirão.

## ANEXO C - Carta Aberta dos Moradores do Bom Jardim contra a violência de Estado<sup>226</sup>



<sup>226</sup> Carta entregue aos participantes da Audiência Pública *Juventudes, Justiça e Cultura de Paz: violações de direitos e alta letalidade juvenil no Grande Bom Jardim*, realizada no dia 08 de novembro de 2013 no Centro Cultural Bom Jardim.

têm na sua programação os programas policiais, criminalizando pobres e estigmatizando bairros. De modo exemplar, queremos aqui manifestar nosso repúdio ao sério comprometimento das atividades para comunidade da Vila Olímpica do Canindezinho, um dos únicos equipamentos de esporte e lazer da região, que ficará prejudicado com a chegada de um Centro Educacional para adolescentes em conflito com a lei. Isto representa uma evidência de como o governo do estado pensa equivocadamente a política para os jovens, sobretudo, dessa região de Fortaleza, escolhendo uma estratégia de privação de liberdade em detrimento de uma política de promoção de direitos para as juventudes. Queremos com esta Carta dizer que não nos calaremos com o extermínio da juventude! E ainda mais, com todo este cenário que se articula para negar e violar direitos humanos.

Nós estamos e vamos continuar na rua, e na porta de cada responsável pela promoção de nossos direitos, para que aqui no Grande Bom Jardim nossas crianças, adolescentes e jovens tenham efetivamente prioridade e condições de desenvolvimento humano, com acesso e direito à educação de qualidade, com políticas coordenadas e efetivas de educação, emprego e renda, arte, cultura, esporte e lazer. Isto significa mais equipamentos como praças, centros de educação e cultura, oportunidades de formação e qualificação para postos de trabalhos não precarizados; que o Estado precisa se empenhar numa política de segurança que faça o controle de armas e campanhas de sensibilização; queremos investimento em práticas policiais mais humanizadas na relação com a população, especialmente a mais jovem, e em consonância com os direitos humanos; que o Estado invista verdadeiramente em práticas de mediação de justiça e justiça restaurativa; que equipe a polícia judiciária local para investigação e resolução dos casos de crimes que ocorrem no território, com atenção especial para as práticas de extermínio.

E que estejamos todos/as juntos/as pela vida.

Porque a vida da juventude interessa a todo mundo!

Assinam esta carta,

A Voz da Periferia; Associação Comunitária Parque Jerusalém; Associação Curumins  
Associação Projeto Paz; Associação Santa Cecília; Banda Revolução Jovem; Centro de Cidadania e  
Valorização Humana; Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza; Coletivo de Cultura Juvenil;  
Comunidade Barra Vermelha; Comunidade São Francisco; Diaconia; EEFM. CAIC Maria Alves  
Carioca, EEFM. Escola Osires Pontes; EEFM. Eudes Veras; EEFM. São Francisco de Assis;  
Espaço Geração Cidadã; Grêmio Novo Tempo Gente; Grupo TamboArte; Grupo Tambores da Paz;  
Igreja Paz Mundial; Instituto Ambiental Viramundo; Jovens Agentes de Paz; Missionários  
Combonianos de Fortaleza; Movimento Nacional de Direitos Humanos/CE; Pastoral da Juventude,  
Programa de Desenvolvimento de; Área Bom Jardim / Visão Mundial; Rede de Desenvolvimento  
Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim; Terre des Hommes; União dos Moradores  
do Bairro Canindezinho; Escola Juciê Caminha, Escola Santo Amaro

*“Eu vou à luta  
Eu vou armado de coragem e consciência  
Amor, esperança,  
A injustiça é a pior das violências  
Eu quero paz, eu quero mudança  
É, dignidade pra todo o cidadão  
Mais respeito, menos discriminação  
Desigualdade, não, impunidade, não  
Não me acostumo com essa acomodação” (Gabriel, o Pensador)*

## ANEXO D - Carta Contra a Violência e o Extermínio da Juventude: por direitos de cidadania nas periferias de Fortaleza para crianças, adolescentes e jovens

### Contra a violência o extermínio da juventude: por direitos e cidadania nas periferias de Fortaleza para crianças, adolescentes e jovens.

Fortaleza, 25 de abril de 2014.

A juventude do Grande Bom Jardim está nas ruas porque quer viver: viver com dignidade e tranquilidade em nossos bairros e em nossa cidade, com oportunidades e condições para crescer feliz e longe da violência.

Uma onda equivocada e conservadora tem defendido o problema da violência com mais violência, policiamento e encarceramento. Queremos dizer que, ao contrário dessa onda, nós jovens, moradores da periferia, não somos os responsáveis pela violência. Como também, nos indignamos contra todos os esforços de criminalização e que nos consideram descartáveis, podendo, assim, sermos presos, torturados ou mortos em nome de uma “paz” que só interessa aos ricos e poderosos. Temos sofrido toda sorte de violações e negações que tem implicações no porquê, adolescentes e jovens, recorrem ao mundo do crime e gastam suas energias em práticas criminosas.

Para enfrentar a violência, ao invés de mais cadeia e repressão, nós queremos educação de qualidade, esporte, lazer, arte, cultura e bairros com condições de infraestrutura e meio ambiente que não produzam doenças e nem dificuldades a liberdade de ir e vir.

Por isso, **nós não podemos concordar com a redução da maioridade penal**, porque defendemos o pleno cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Que qualquer adolescente que cometa ato infracional, cumprindo medida socioeducativa, tenha oportunidades reais de refazer seu caminho longe do crime.

Nesta caravana, queremos reafirmar que para enfrentar a violência temos que enfrentar a desigualdade, a miséria e a fraca oferta de atividades e ações que poderiam impulsionar a cidadania e a dignidade das crianças, adolescentes e jovens. Em 2013, também estivemos na rua e o conteúdo desta carta e das demandas que seguem abaixo não mudaram.

Nossa pauta é por direitos para as juventudes da periferia!

Os bairros do Grande Bom Jardim reúnem uma população de 85 mil crianças, adolescentes e jovens de 05 a 29 anos, correspondendo a 42% de sua população.

Em 2010, o Grande Bom Jardim tinha 9.611 crianças, adolescentes e jovens, entre 05 e 24 anos, analfabetas, 70% eram negras.

500 jovens foram assassinados entre 2007 a 2012 no Grande Bom Jardim. A maioria negra e do sexo masculino.

### **Por direitos e dignidade na periferia de Fortaleza:**

1. Fortalecimento das atividades (cursos e oficinas) e da programação do Centro Cultural Bom Jardim;
2. Que atividades do CUCA da Regional V – Chico Anísio - sejam desenvolvidas de forma descentralizada nos bairros do Grande Bom Jardim, bem como seja garantido condições de acesso, com facilidade para transporte para os/as jovens;
3. Acesso à banda larga livre;
4. Opções reais e contínuas de esporte, lazer, arte e cultura para o contingente de crianças, adolescentes e jovens da região;
5. Atividades, reformas e proteção das praças existentes e construção de mais praças pelo território;
6. Entrega imediata da Praça da Juventude da Granja Portugal e do Mini Estádio, com qualidade e um plano democrático de atividades;
7. Fortalecimento do Sistema Único de Saúde, através do Programa de Saúde da Família, para real funcionamento do Programa de Saúde da Escola e de atenção às necessidades específica às juventudes (planejamento familiar e educação sexual);
8. Fim da violência policial e das abordagens violentas e constrangedoras;
9. Investigação e responsabilização responsável dos crimes, ou seja, fortalecimento e estruturação da ação da polícia civil;
10. Ação emergencial de assistência às populações dos conjuntos habitacionais do Projeto Rio Maranguapinho, com especial atenção para crianças, adolescentes e jovens;
11. Incentivo as ações de Cultura de paz e mediação de conflitos nas escolas e demais equipamentos públicos;
12. Ação para evitar a evasão escolar, melhor estrutura e assistência aos profissionais da educação;
13. Pela criação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional (Governo do Estado, Prefeitura e organizações da sociedade civil) que garanta o funcionamento de uma rede de equipamentos atuando em diálogo e comprometidos na proteção e promoção da cidadania de crianças, adolescentes e jovens. Que esta rede compreenda o Centro Cultural Bom Jardim, O ABC e Circo Escola, a Vila Olímpica, A praça da Juventude, o Mini estádio, o Estádio do Bom Jardim, Casa Brasil, CAPS, CRAS, Oca, CUCA, Escolas, Praças, Conselho Tutelar etc.

### **Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim**

#### **A vida da juventude interessa a todo mundo!**

Não teremos futuro sem cuidar dos direitos e da dignidade do seu filho a uma vida adulta cidadã, que começa agora!

## ANEXO E - Nota da Associação das Vítimas de Violência Policial no Ceará (AVVIPEC)<sup>227</sup>

### AVVIPEC Associação das Vítimas de Violência Policial no Ceará Em defesa do nosso futuro e contra o extermínio da juventude pobre, negra e da periferia.



Está em curso em todo o país uma verdadeira ofensiva contra a juventude. Se de um lado lhes são negados direitos básicos, como educação, cultura e emprego, do outro uma onda de criminalização juvenil vem sendo difundida de forma vil, sem qualquer escrúpulo. Consultorias dão conta que a saída para tantos problemas socioeconômicos é ampliar mais espaços de mercados e governos desviam a formação escolar que deveria servir à formação humana na sua integralidade, para capacitações de baixo nível e desta forma atender aos apelos do progresso.

Aqueles que não acompanham este modelo desenvolvimentista são facilmente criminalizados e expostos ao jugo de uma segurança pública "oficialista," pronta para defender uma pequena parte da população. Este modelo age em duas frentes: (i) acentua e criminaliza a pobreza (ii) embrutece o trabalhador policial. Isso pode ser visto claramente no Código de Distúrbio Civil (CDC) manual de treinamento utilizado pelo aparato policial para agir na sociedade. Lá se vê que "o não policial é um potencial inimigo" o que coloca todos que estão fora da corporação militar no espaço a ser combatido como se inimigo fosse. Inclusive você que ora lê estas palavras e não é policial.

É exatamente este modelo embrutecedor do policial, em particular, e da sociedade em geral que está condenando com peso de morte nossa juventude, inclusive aquela que consegue

responder ao modelo desenvolvimentista falado anteriormente. Foi este modelo militarista mantido desde a ditadura que fez com que o soldado visse no menino **BRUCE CRISTIAN** (14) um potencial inimigo, acertando-o fatalmente. Este modelo também vitimou os jovens **IGOR ANDRADE** e **INGRIDY MAIARA**, quando eles estavam em uma festa de pré-carnaval no bairro Ellery. Este modelo vitimou ainda o garoto **BRUNO CAVALVANTE** quando voltava para casa dos seus pais, e mais, recentemente a brutalização do militarismo condenou, o pedreiro **Francisco (TICO)** no bairro da Maraponga que foi torturado até a morte por policiais que o abordaram em plena luz do dia; julgaram, condenaram, torturaram e o mataram.

Precisamos dizer **BASTA** a naturalização deste modelo de polícia que criminaliza, condena e mata jovens e moradores geralmente da periferia. Por esta razão, nós, pais e vítimas de violência policial lançamos no início deste ano a **AVVIPEC (Associação de Vítimas de Violência Policial no Estado do Ceará)**. Nossas ações se dão em duas frentes (i) cobrar justiça aos criminosos que deveria proteger a sociedade (ii) propor ações concretas capaz de dialogar e harmonizar o desgastado elo polícia/sociedade, via questionamentos propositivos que atenda a novos comportamentos policiais. A desmilitarização seria nossa primeira proposta, pois entendemos que o padrão militar de comportamento é ultrapassado e não atende as novas exigências sociais.

Visite nossa facebook # nãoofolheiro

#### PARA LEMBRAR E AGIR

Hoje completam-se exatos quatro anos do brutal assassinato do garoto **BRUCE CRISTIAN**. Bruce, como era conhecido tinha apenas 14 anos. Apesar do esforço para responder ao modelo desenvolvimentista apontado acima (o garoto seguia os passos profissionais do pai) seu pai e ele foram confundidos como bandidos por um policial do Programa **RONDA DO QUARTEIRÃO**. O modelo de treinamento embrutecedor fez com que aquele policial julgasse a "aparência" suficiente para sacar sua pistola e acertar a nuca da vítima que já caiu morta no chão. Este ato é para lembrar os quatro anos do assassinato do menino **BRUCE CRISTIAN** e também para dizer que este modelo de polícia não atende nossas necessidades.

<sup>227</sup> Nota produzida pela associação *IN MEMORIAN* ao 4º ano da morte do adolescente Bruce, que foi assassinado durante uma abordagem arbitrária de um policial integrante do Ronda do Quarteirão, em 2010.

## ANEXO F- 1ª Marcha da Periferia: contra o extermínio da juventude pobre e negra<sup>228</sup>

**MARCHA DA PERIFERIA: CONTRA O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE POBRE E NEGRA!!!**



A Marcha da Periferia surgiu em 2006 através do Movimento Hip Hop Organizado do Maranhão "Quilombo Urbano". Essa iniciativa vem se espalhando pelo Brasil como forma de apontar a necessidade para a consciência racial e de classe, e ainda como forma de trazer à tona os problemas concretos vividos pelos negros. No Ceará, definiu-se como temática para a 1ª Marcha da Periferia Fortaleza, a campanha Contra O Extermínio da Juventude Pobre e Negra!!!

**SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA**

Nesta semana existem duas datas fundamentais e que representam a luta do povo Negro. A primeira é o "20 de Novembro", que surgiu como uma data comemorativa quando no final da década de 1970, o Movimento Negro, começou a questionar a história oficial que afirmava o dia 13 de maio de 1888 (conhecido como o dia em que a Princesa Isabel libertou os escravos). Contudo, a liberdade do negro foi conquistada através das diversas formas de luta (insurreições, guerrilhas e a criação de quilombos) e o Movimento Negro passou a celebrar o dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra, em alusão ao dia em que Zumbi dos Palmares, líder da principal experiência de resistência coletiva contra a escravidão, foi

morto em 1695. A segunda data, é o 22 de Novembro - Dia da Revolta da Chibata. Em 1910 no Rio de Janeiro, um movimento de marinheiros organizou um motim que teve início em 22/11/1910 e culminou com o controle de parte da frota da marinha de guerra do Brasil. A revolta se deu contra a aplicação de castigos físicos impostos aos marinheiros e foi liderada por um marinheiro negro chamado João Cândido. Ambas datas demonstram que ao longo da história do Brasil, no combate à desigualdade, a exploração e ao preconceito, os negros tiveram os seus representantes que lutaram pela emancipação do seu povo, ao contrário do ensinado pela história oficial, elitista e racista.

<sup>228</sup> Folder entregue na 1ª Marcha Contra o Extermínio da Juventude Pobre e Negra, realizada no dia 22 de novembro, a partir das 15 h, na Praça do Ferreira, no Centro da cidade de Fortaleza. Vários movimentos e moradores participaram deste ato, que foi vigiado de perto por policiais do Ronda do Quarteirão. Segundo, um dos organizadores, Sérgio Farias, no ano passado (2013) morreram 1628 pessoas no Grande Bom Jardim. Este movimento ainda continua sendo articulado nas redes sociais. Ver: Caravana da Periferia/Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/caravanadaperiferia?fref=ts>>. Acesso em: 29 mar. 2014. Ver fotos p. 186.

## A VIOLÊNCIA TEM CLASSE E COR.

Dados do Ministério da Saúde mostram que em 2010, mais da metade (53,3%) dos mortos por homicídios no Brasil eram de jovens dos quais 76,6% negros. Segundo um estudo mais recente do IPEA ser negro corresponde a pertencer a um grupo de risco, pois a cada três assassinatos, dois são de negros. A mesma pesquisa aponta ainda que os negros são as maiores vítimas de agressão por parte de policiais que do que os brancos. No governo do PT essa realidade só piorou, pois mesmo o crescimento econômico não reverteu à concentração de riquezas. Políticas como as UPPs, não resolveram o problema da violência, mas do contrário, só ampliaram a criminalização da pobreza e a repressão da polícia nos bairros pobres, como no assassino do pedreiro Amarildo no Rio e do jovem Douglas em SP. No Ceará, segundo dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, em Fortaleza bairros como Pirambu, Barra do Ceará, Bom Jardim, Passaré e Conjunto Palmeiras são alguns dos que concentram o maior índice de homicídios dolosos da capital cearense, bem como possuem uma média de renda pessoal inferior a 500 reais. Enquanto o Governo CID gasta

dinheiro público com a obra do Aquário, ou em jantares luxuosos servindo caviar para os abastados, ele deixa de investir em infraestrutura nos bairros o que poderia mostrar outro caminho para os jovens pobres e negros da periferia e não empurrá-los para os "braços" do tráfico de drogas. No entanto a política do governador para a juventude é: mais policiais, mais armamentos, mais viaturas o que só contribui para o genocídio da Juventude Negra.

A juventude pobre e negra necessita de políticas públicas, que invistam em serviços básicos e de uma política econômica de raça e classe que esteja a serviço dos trabalhadores. É preciso também fazer o enfrentamento contra o racismo institucionalizado da polícia. Só com a unidade dos setores combativos da classe trabalhadora, dos movimentos negro, quilombola, indígena, mulheres, estudantil e popular, independente dos governos e patrões, é que poderemos combater o extermínio da juventude pobre e negra.



Figura 14

Fotos da 1ª Marcha Contra o Extermínio da Juventude Pobre e Negra em Fortaleza



ANEXO G - Folder do Debate sobre os “Rolezinhos” e criminalização da juventude negra<sup>229</sup>

**OS ROLEZINHOS**  
E A CRIMINALIZAÇÃO  
DA JUVENTUDE NEGRA  
E DA PERIFERIA

**SEXTA, 31/1, às 18h30**  
Auditório Castelo Branco, IFCE Fortaleza.

**SINDSIFCE**  
SS SINASEFE

**DEBATEDORES:** Preto Zezé | Coordenador Nacional da Central Única das Favelas. Luiz Fábio Paiva | Professor do Laboratório de Estudos da Violência. Fernando Castelo Branco | Professor e advogado. Márcio Renato | Sociólogo.

<sup>229</sup>Os debatedores promoveram uma discussão sobre os “Rolezinhos”. Seriam estes um ato político? Os “Rolezinhos” são, de certa forma, uma reivindicação à participação no mundo do consumo, e, portanto, não necessariamente se contrapõe ao modo de produção capitalista. O que estes jovens estão expondo são as mazelas deste sistema que dilaceram o ser social. Eles estão apresentando, mesmo que inconscientemente, os sintomas sociais oriundos das contradições de uma sociedade de classe que endeusa o consumo, e que, ao mesmo tempo, explora o outro, marginalizando milhões de pessoas pelo fenótipo e classe social.



Figura 15 –

Fotos do Seminário Pela Vida da Juventude: debatendo o Mapa da Violência



## ANEXO I- Carta Convite para o Fórum Territorial do Bom Jardim



Prezada Érica Maria Santiago;

Convidamos V.Sa para participar do Fórum Territorial do Bom Jardim dia 11/04/2015 às 8h na sede do CCBJ para pensar conosco soluções às desigualdades que afetam crianças e adolescentes no Bom Jardim, particularmente nas áreas de educação, saúde, assistência social e segurança pública. Ao final do Fórum serão apresentadas propostas para serem incorporadas ao Plano de Ação da Prefeitura de Fortaleza, a ser implementado no período de 2015 e 2016 para redução concreta das desigualdades entre os territórios.

Contamos com sua presença e participação!!!

Atenciosamente,

Equipe Interinstitucional de Coordenação



**O TEMA**

Existem várias Fortalezas dentro de nossa cidade. Isso seria positivo se elas fossem apenas diferentes, não desiguais. A depender do bairro onde se esteja, haverá (ou não) equipamentos públicos, saneamento básico, espaços de lazer, áreas verdes, coleta de lixo e esgotamento sanitário.

Quando falta igualdade de acesso a serviços ou a oportunidades, sobra violação de direitos, segregação, desigualdade. Não é isso que queremos. Queremos uma cidade onde caibam todos! Onde cada fortalezense - independente do local onde more, do gênero, da idade, da condição pessoal, da renda e da raça ou etnia - seja bem vindo e se sinta igualmente acolhido, reconhecendo-se enquanto cidadão de direitos e sendo tratado pelo poder público como tal.

Isso não é utopia. É um sonho que pode ser realizado, desde que sonhado por cada um de nós e por todos. Reconhecer a existência da desigualdade, não perder a capacidade de se indignar diante dela e reunir esforços para superá-la é fundamental.

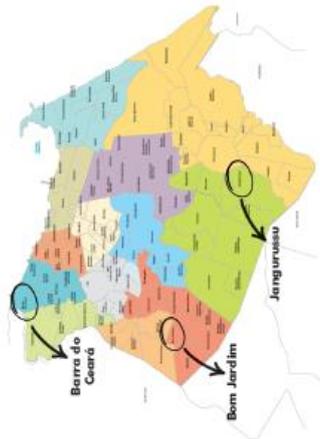
O Fórum Mais Fortaleza Menos Desigualdade é um passo na realização desse ideal.



**FÓRUM TERRITORIAL  
MAIS FORTALEZA  
MENOS DESIGUALDADE**

Nome: \_\_\_\_\_

Comunidade: \_\_\_\_\_



**1. O QUE ESTOU FAZENDO AQUI?**

Participando de um grupo de pessoas convidadas para pensar soluções para as desigualdades que afetam crianças e adolescentes em bairros de Fortaleza, particularmente nos territórios do Bom Jardim, Jangurussu e Barra do Ceará.

**2. POR QUE ESTOU AQUI?**

Para conhecer mais de perto a realidade das desigualdades sociais em Fortaleza, como elas afetam a vida de crianças e adolescentes e contribuir na busca de soluções para Fortaleza ser de todos e todas.

**3. QUEM ESTÁ AQUI COMIGO?**

Aproximadamente cem pessoas, entre representantes das áreas de educação, saúde, assistência social e segurança pública da Prefeitura, responsáveis pela gestão dos programas sociais, ONGs, associações comunitárias, coletivos de juventudes e famílias.

**4. O QUE VAMOS FAZER AQUI?**

Participar dos debates, examinar as situações de desigualdades vivenciadas por crianças, adolescentes e suas famílias e analisar a situação nas áreas de educação, saúde, assistência social e segurança pública. A programação está dividida em momentos de troca de informações e experiências na Feira da Cidadania, trabalhos em grupo e plenária.

**5. QUAL SERÁ O RESULTADO DESSE ENCONTRO?**

Ao final de cada Fórum serão apresentadas propostas para serem incorporadas ao Plano de Ação da Prefeitura de Fortaleza, a ser implementado no período de 2015 e 2016. Esse plano tem como objetivo a redução concreta das desigualdades nos territórios. Os resultados vão aparecer com a redução das desigualdades.

**6. COMO SERÁ ACOMPANHADO?**

Adolescentes e jovens, organizados em coletivos nos territórios, acompanharão a redução de riscos e o aumento de oportunidades para o desenvolvimento e participação de crianças, adolescentes e jovens.

Durante 2015 e 2016 serão monitorados dez indicadores que refletem as desigualdades na cidade.

Em 2016 a Prefeitura apresentará os resultados do Plano de Ação Municipal no Segundo Fórum Territorial.

**7. O QUE QUEREMOS?**

- Mais nascidos vivos de gestantes com sete ou mais consultas de pré-natal
- Mais crianças de 4 e 5 anos matriculadas na educação infantil municipal
- Mais escolas da rede municipal atingindo ou ultrapassando a meta do Ideb nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental
- Mais crianças atendidas pelo Benefício de Prestação Continuada na escola
- Mais escolas de educação básica com quadra de esporte
- Menos mortalidade neonatal
- Menos gravidez na adolescência
- Menos homicídios de adolescentes
- Menos mortes por causas externas entre adolescentes
- Menos alunos com dois ou mais anos de atraso escolar



## ANEXO J - Análises de Indicadores das Taxas de Homicídios entre Adolescentes de 10 a 19 anos do Grande Bom Jardim<sup>230</sup>



**Fórum Territorial do Grande Bom Jardim**  
Análises de Indicadores

**Taxa de Homicídios entre adolescentes de 10 a 19 anos**

**Definição:**  
Este indicador mostra a proporção de homicídios de residentes de 10 a 19 anos de idade em relação ao total da população nessa mesma faixa etária. Ou seja, de todos os jovens entre 10 e 19 anos de idade residentes em determinado local, quantos morreram por homicídio.

**Fórmula de cálculo:**  
$$\frac{\text{Nº de homicídios de residentes com idade entre 10 e 19 anos}}{\text{População na faixa etária de 10 a 19 anos}} \times 100.000$$

**Interpretação:**  
Esse indicador mede o número de óbitos de crianças e adolescentes por homicídio. Ele é medido pela relação entre o número homicídios de crianças e adolescentes de 10 a 19 anos ocorridos no período de um ano em um determinado local e o número de habitantes nesta mesma faixa etária. Geralmente é medido para cada grupo de 100 mil habitantes em um dado estado, cidade ou bairro.

**Análises:**  
A Organização Mundial da Saúde considera que um país está sofrendo uma epidemia de violência quando a taxa de homicídio é superior a 10 por 100.000.

Em 2013, Fortaleza registrou a maior taxa de homicídios entre adolescentes de 10 a 19 anos dentre as capitais, com 136 homicídios de 10 a 19 anos por 100.000 habitantes dessa faixa etária. A taxa é quase 4 vezes a do Brasil - que no mesmo ano ficou em torno de 28. O bairro Parque São José registrou a maior taxa: 667 por 100.000, enquanto Cocó não registrou nenhuma vítima.

A taxa de Fortaleza de 136 por 100.000 representa 612 crianças e adolescentes de 10 a 19 anos assassinadas, 45 dentre elas na faixa etária de 10 a 14 anos. Dessas crianças e adolescentes vítimas de homicídio, 67 residiam no Grande Bom Jardim, o que representa mais de 10% do total de óbitos registrados nos 119 bairros que compõem a cidade de Fortaleza. Isso se dá também pela grande proporção de crianças e adolescentes residentes nesses bairros (35.463 ou 7,9% do total).

Em 2013, o Grande Bom Jardim - composto pelos bairros: Bom Jardim, Siqueira, Granja Lisboa, Canindezinho e Granja Portugal - registrou uma taxa de 189 por 100.000, muito superior à taxa de Fortaleza e de qualquer uma das seis Regionais.

Dentre os bairros que compõem o Grande Bom Jardim, existe uma grande desigualdade na taxa de homicídios entre adolescentes, com a Granja Portugal registrando uma taxa de 0% e o Bom Jardim uma taxa de 457 por 100.000, a terceira pior de Fortaleza.

O bairro do Bom Jardim lidera o ranking dos bairros com o maior número de óbitos por homicídio, 37 crianças e adolescentes vítimas de homicídios em 2013.

Só os 20 bairros com o maior número de homicídios de crianças e adolescentes registraram 326 homicídios, o que representa 53% do total de vítimas de homicídios. É importante notar que dentre os 119 bairros de Fortaleza, 26 não haviam perdido uma só criança ou adolescente vítima de homicídio em 2013. Isso revela uma grande concentração das populações vítimas de homicídio na cidade.

Na Regional 5, onde está localizado o Grande Bom Jardim, somente dois bairros (Granja Portugal e Planalto Ayrton Sena), dentre 18, não haviam registrado nenhuma criança ou adolescente vítima de homicídio em 2013.

<sup>230</sup> Dados trazidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) do Estado do Ceará.

ANEXO K- Projeto Ronda Cultural



**RONDA CULTURAL**  
*A Atividade Policial na Mediação Social e Intervenção Cultural*

**Fortaleza  
Setembro de 2009**

FONTE: FERREIRA, 2013, p. 109

## **1 – Contextualização e Justificativa:**

O quadro atual da segurança pública no Brasil passa por uma crise estrutural em grande escala. O último relatório das Nações Unidas sobre execuções arbitrárias, sumárias, e extrajudiciais, revela o distanciamento da segurança pública em relação à comunidade. Os dados explicam o medo e a desconfiança da população em relação à Polícia, ao mesmo tempo revelam porque as políticas de segurança pública se mostraram ineficazes nos seus propósitos de garantir a ordem pública e o bem estar coletivo.

A maioria dos agredidos e agressores são jovens, em grande parte negros, entre 15 a 29 anos, moradores de aglomerados ou favelas. Isso contribui para a criação, pela sociedade, de "rótulos" negativos quanto à atitude desses jovens, o que tende a agravar a situação, levando à defesa de métodos mais truculentos e arbitrários, tais como a pena de morte e a redução da maioridade penal, medidas ineficazes no combate à violência, e em particular, à criminalidade juvenil.

Existem no mundo milhões de jovens desempregados na faixa etária de 16 a 30 anos e números significativos de jovens subempregados, que recebem quantia insuficiente para suas necessidades básicas. A realidade brasileira não foge a regra e confirma esses dados.

Nesse contexto, a questão da violência envolvendo a juventude assume especial significado no Brasil, largamente identificado e reconhecido como "um País jovem", preenchendo o espaço do vácuo deixado pelas políticas públicas, ao mesmo tempo em que se apresenta contraditoriamente como alternativa de expressão e quebra da invisibilidade social imposta a esse jovem.

Superando as debilidades questionadas historicamente, surge no Estado do Ceará uma proposta diferenciada de fazer Segurança Pública, denominada como Programa RONDA DO QUARTEIRÃO.

Esse programa apresenta um tipo de ação policial que institui como base fundamental o diálogo da Polícia com a comunidade, estabelecendo uma relação de atenção, contraposta à postura arbitrária e violadora de direitos humanos.

As abordagens policiais nas ruas da cidade configuram situações de encontro entre Polícia e população, particularmente a população jovem. Porém, quando essa abordagem não é perfeitamente executada pode resultar em um ato violento.

Segundo a pesquisadora Sílvia Ramos, da Universidade Cândido Mendes, a abordagem policial constitui um momento em que as pessoas têm contato direto com a Polícia na qualidade de cidadãos comuns. Por essas características, as experiências de abordagens são uma fonte potencialmente muito importante de geração de imagens e opiniões – positivas ou negativas – sobre as forças de segurança. Na outra ponta desse problema, temos os Profissionais de Segurança Pública, em sua maioria jovens policiais militares e civis, oriundos também dessa mesma realidade.

A atividade policial representa o uso de força da sociedade contra ela mesma. Sendo o policial membro dessa sociedade, podemos entender Polícia como povo especializado e profissional responsável pela manutenção da ordem pública.

Para a Polícia não existe pessoa suspeita, mas atitudes suspeitas. Porém, na prática policial isso não é uma realidade. Segundo estudos na Universidade Cândido Mendes, feitos pela pesquisadora Sílvia Ramos, existe sim um perfil do "elemento suspeito", e esse é geralmente jovem. Vários estudos também apontam a existência de uma importante tensão na relação entre a juventude e a Polícia. Essa tensão é gerada pela frequência de uma abordagem policial contra esse grupo, o que cria um hiato que distancia os jovens da Polícia, levando-os a não suportarem a presença policial no seu "território".

O fato é que nem os jovens gostam da Polícia, e nem a Polícia atura as atitudes dos jovens, geralmente vistas como uma afronta contra a autoridade policial. É comum observar hostilidade de ambas as partes. Essa tensão torna ambos "Elementos Suspeitos".

A proposta do projeto RONDA CULTURAL é a construção de uma "ponte" que possibilite um diálogo entre Polícia e juventude, com o entendimento por parte da Polícia das manifestações, diversidade, estilos e dinâmicas do mundo cultural urbano juvenil, e, por parte dos jovens, um novo entendimento das contradições e das práticas policiais, visando um novo fazer policial em que jovens das comunidades e jovens policiais sejam mais que meros atores de um conflito, mas se construam como agentes de mediação social e intervenção cultural.

## **2 – Objetivo Geral:**

Aproximar os Profissionais de Segurança Pública da juventude por meio de oficinas de artes e cultura, direcionando para um debate prático e teórico, buscando construir um novo modelo policial para lidar com a juventude, diminuindo as divergências e a violência entre ambos.

## **3 – Público Alvo:**

Policiais Militares e jovens das comunidades.

#### 4 – Descrição dos Serviços:

Entendemos que a imagem das viaturas policiais sempre foi associada à repressão, limitação e imposição. O impacto de uma viatura policial na juventude de comunidades lembra mais o medo que proteção, divisão que união, intranquilidade que tranquilidade. No imaginário juvenil, Polícia é sinônimo de arbitrariedade, desconfiança e medo.

O impacto de uma nova abordagem policial irá aflorar toda resistência dos setores tradicionais da Polícia e da Sociedade, contra um modelo que rompe com a mesmice de aproximação Polícia e juventude. Portanto, esta ação de mobilização tem o objetivo de conseguir a adesão voluntária de policiais e jovens, para que, juntos, construam as ações propostas neste projeto.

Os veículos que usaremos servirão como instrumento de aproximação e de associação da imagem do Ronda do Quarteirão a uma Polícia preocupada com os valores dos jovens das comunidades, por isso a necessidade desses veículos terem as características de uma viatura da PM, adaptada com ferramentas culturais, de áudio e vídeo, além de artes integradas da música, expressão corporal do teatro e da dança, juntamente com as artes visuais do grafite.

Serão formadas 2 equipes (distribuídos em três viaturas cultural), compostas com integrantes da PM (Ronda do Quarteirão). Cada integrante de equipe será distribuído conforme a sua habilidade artística. Cada equipe será composta por 10 participantes. Os participantes serão assim distribuídos: 2 para a música; 6 na dança; 2 nas artes plásticas (grafite); 2 na sonoplastia (DJ) e 2 para a roda de conversa ou "papo maneiro" e 4 para produção e montagem. Os participantes serão compostos por 14 policiais militares do programa "Ronda do Quarteirão" e 06 membros da Central Única das Favelas (CUFA).

As equipes do "Ronda Cultural" farão apresentações nas comunidades, preferencialmente onde está ocorrendo com maior frequência conflitos juvenis. Após as apresentações dará início a "roda de conversa", que denominamos "dando uma geral", onde um membro da PM e outro da CUFA (egresso do sistema penal) iniciarão uma roda de conversa com esses jovens buscando entender o universo juvenil e a sua realidade local.

Com este diferencial iremos atrair os jovens da comunidade, que em parceria com os policiais selecionados desenvolverão um novo modelo de abordagem policial rompendo com todas as estratégias de aproximação anteriormente utilizadas. Após as apresentações iniciaremos a formação das oficinas culturais (Hip-Hop) com jovens voluntários da própria localidade, construindo um relacionamento sem preconceitos entre Polícia e juventude.

#### 5 – Capacitação:

##### 1º mês – divulgação e adesão

- Workshops de sensibilização e mobilização nos quartéis da PM com apresentação de Hip-Hop;
- Ao final do mês os coordenadores, a equipe de instrutores e os parceiros farão uma avaliação da divulgação e a seleção dos participantes por oficina.

##### 2º mês

##### 1ª semana – Início da Capacitação

###### Horário das oficinas

9:00h às 12:30h

14:00h às 16:45h

###### Programa das oficinas:

- Aulas específicas por modalidade;
- Exibição de filmes e documentários;
- Debates, palestras e bate papos com convidados;
- Roda de conversa entre os participantes.

##### 2ª semana - Capacitação

- Aulas específicas por modalidade;
- Exibição de filmes e documentários;
- Debates, palestras e bate papos com convidados;
- Roda de conversa entre os participantes.

##### 3ª e 4ª semana - Apresentações

-Apresentação pública como fechamento das oficinas, contando com o apoio da viatura cultural.

#### 6 – Metodologia:

Na primeira semana teremos a apresentação dos cinco elementos que compõem o hip hop: rap, break, dj e grafite. O objetivo dessa atividade é desmistificar a visão "marginal" do hip hop.

Na segunda e terceira semana trabalharemos as disciplinas de DJ, grafite, rap e break. Os

policiais serão divididos em quatro grupos de cinco policiais, distribuídos por elemento do hip hop, totalizando 20 policiais. Pela manhã teremos palestras com temas específicos sobre o universo juvenil das comunidades. No período da tarde teremos as aulas práticas e roda de conversa. Cada aula terá duração de 1 hora, e os policiais participarão de todas as disciplinas em ritmo de rodízio por grupo.

Na última semana os policiais serão selecionados por aptidão. Ao final será composta às equipes e em seguida iniciará um ensaio geral de todas as equipes, formando o grupo de hip hop "Ronda Cultural".

### PLANO DE TRABALHO

#### PRIMEIRA SEMANA

DIAS	HORARIOS	ATIVIDADES
SEG	08h00 AS 11h30	PALESTRA DE ABERTURA SOBRE A CULTURA HIPHOP
	14h00 às 14h45	DEBATE E RODA DE CONVERSA SOBRE A CULTURA HIP HOP
TER	08h00 AS 11h30	AULA TEÓRICA DE BREAK
	14h00 às 14h45	AULA PRÁTICA DE BREAK
QUA	08h00 AS 11h30	AULA TEÓRICA DE DJ
	14h00 às 14h45	AULA PRÁTICA DE DJ
QUI	08h00 AS 11h30	AULA TEÓRICA DE TEXTO E RIMA (MC)
	14h00 às 14h45	AULA PRÁTICA DE TEXTO E RIMA (MC)
SEX	08h00 AS 11h30	AULA TEÓRICA DE GRAFITTE
	14h00 às 14h45	AULA PRÁTICA DE GRAFITTE
SAB	08h00 AS 11h30	AULA TEÓRICA DE HIP HOP
	14h00 às 14h45	AULA PRÁTICA DE HIP HOP

#### SEGUNDA E TERCEIRA SEMANA

DIAS	HORARIOS	ATIVIDADES
SEG	08h00 AS 11h30	PALESTRANTE CONVIDADO = UNIVERSO JUVENIL
	14h00 às 14h45	AULAS PRÁTICAS (BREAK, GRAFITTE, DJ E RAP)
TER	08h00 AS 11h30	PALESTRANTE CONVIDADO = UNIVERSO JUVENIL
	14h00 às 14h45	AULAS PRÁTICAS (BREAK, GRAFITTE, DJ E RAP)
QUA	08h00 AS 11h30	PALESTRANTE CONVIDADO = UNIVERSO JUVENIL
	14h00 às 14h45	AULAS PRÁTICAS (BREAK, GRAFITTE, DJ E RAP)
QUI	08h00 AS 11h30	PALESTRANTE CONVIDADO = UNIVERSO JUVENIL
	14h00 às 14h45	AULAS PRÁTICAS (BREAK, GRAFITTE, DJ E RAP)
SEX	08h00 AS 11h30	PALESTRANTE CONVIDADO = UNIVERSO JUVENIL
	14h00 às 14h45	AULA PRÁTICA DE HIP HOP

#### QUARTA SEMANA

DIAS	HORARIOS	ATIVIDADES
SEG	08h00 AS 11h30	AULAS TEÓRICAS (BREAK, GRAFITTE, DJ, BASQUETE E RAP)
	14h00 às 14h45	AULAS PRÁTICAS (BREAK, GRAFITTE, DJ, BASQUETE E RAP)

TER	08h00 11h30	AS	AULAS TEÓRICAS (BREAK, GRAFITTE, DJ, BASQUETE E RAP)
	14h00 14h45	às	AULAS PRÁTICAS (BREAK, GRAFITTE, DJ, BASQUETE E RAP)
QUA	08h00 11h30	AS	FORMAÇÃO DA EQUIPE RONDA CULTURAL
	14h00 14h45	às	FORMAÇÃO DA EQUIPE RONDA CULTURAL
QUI	08h00 11h30	AS	FORMAÇÃO DA EQUIPE RONDA CULTURAL
	14h00 14h45	às	FORMAÇÃO DA EQUIPE RONDA CULTURAL
SEX	08h00 11h30	AS	AVALIAÇÃO GERAL
	14h00 14h45	às	ENCERRAMENTO DO CURSO COM APRESENTAÇÃO DA EQUIPE HIP HOP RONDA CULTURAL

## 7 – Principais Resultados/Benefícios Esperados:

A abordagem policial vai muito além de uma "batida" ou "geral". Para nós abordagem é aproximação, comunicação, integração. O principal resultado é uma nova forma de abordagem (sem intermediários) entre os policiais e os jovens, por meio de experiências novas e inusitadas, proporcionadas pela arte e cultura. Iremos construir um novo paradigma do policial como um mediador social e agente cultural, a partir de artes integradas produzidas e multiplicadas por policiais e jovens das comunidades. Ao final eles descobrem que partilham mais identidades do que supunham.

## 8 – Instrumentos de Mediação e Meios de Verificação:

Apresentação dos relatórios das oficinas realizadas durante o projeto.

Apresentação artística dos participantes.

Acompanhamento das estatísticas criminais no território onde o projeto está sendo desenvolvido, observando os índices de homicídio envolvendo jovens.

## 9 – Cronograma:

Atividade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12	Mês 13	Mês 14
Divulgação do projeto e inscrições														
Início das Oficinas														
Fim das Oficinas														
Desenvolvimento do projeto														
Avaliação														
Finalização														

## CD DO PROJETO RONDA CULTURAL

FRENTE



VERSO



A integração entre polícia e juventude é um dos principais objetivos do Projeto Ronda Cultural, que acredita no diálogo, na educação e na cultura como caminho para a promoção do desenvolvimento humano e da tão almejada paz social.

A todos os alunos, oficinairos, policiais e apoiadores do Ronda Cultural durante o ano de 2010, muito obrigado. Que o espírito de companheirismo, parceria e responsabilidade conjunta com o futuro, tão característico deste projeto, germine e cresça dentro de cada um de nós.

Maj. Pláuto de Lima Ferreira  
Coordenador do Ronda Cultural

# REVISTA EM QUADRINHO DO PROJETO RONDA CULTURAL



CAPA

CONTRACAPA



FONTE: REVISTA RONDA CULTURAL, 2010



FONTE: REVISTA RONDA  
CULTURAL, 2010, pp. 30-31



QUESTIONÁRIO INICIAL DE AVALIAÇÃO QUE TRAZ QUESTÕES SOBRE A  
 RELAÇÃO JUVENTUDE E POLÍCIA

**QUESTIONÁRIO INICIAL DE AVALIAÇÃO**

**ESCOLA:** \_\_\_\_\_

**IDADE:** ( ) Até 12 anos ( ) 13 -15 anos ( ) 16 -18 anos ( ) Mais de 18 anos

**SEXO:** ( ) Feminino ( ) Masculino

**SÉRIE:** ( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio

*Expresse com liberdade seu ponto de vista respondendo ao questionário que segue, colocando em cada parêntese:*

**(S) - Sim**

**(N) - Não**

**I - Dignidade da pessoa humana**

1. ( ) Na escola, sinto que as pessoas são respeitadas.
2. ( ) Percebo que existe compromisso com a defesa dos direitos das pessoas.

**II - Compromisso ético e solidário**

3. ( ) Nós, alunos, participamos do planejamento e da organização de projetos que nos dizem respeito e temos oportunidade de discordar.

**III - Cultura Solidária**

4. ( ) A Educação que recebemos na escola nos conscientiza da necessidade de engajarmos na defesa dos direitos humanos, num mundo violento e injusto.
5. ( ) Percebo o esforço dos professores e orientadores para educar-nos para um mundo melhor.
6. ( ) Quando existem discussões e brigas entre os alunos, os educadores da escola são mediadores e nos mostram os princípios da justiça e da igualdade.

**IV - Relações de harmonia na escola**

7. ( ) Os professores e auxiliares, bem como os demais membros da escola, têm respeito pelos alunos e outras pessoas.
8. ( ) Percebo acolhida e diálogo nos educadores da escola para conosco, assim como esforço para nos ajudar a conversar com nossos colegas e sermos sensíveis às opiniões dos outros.

**V - Trabalho cooperativo**

9. ( ) Há, na escola, muitos projetos educacionais nos quais nos engajamos em grupos, o que possibilita o desenvolvimento da cooperação.

**VI - Avaliação**

10. ( ) Temos oportunidades de auto-avaliação e de expressar ao professor as dificuldades percebidas em sua disciplina.

**VII - Sobre preconceito na escola**

11. Existe algum tipo de preconceito na sala de aula? **(MARQUE APENAS UMA OPÇÃO)**

( ) Sim

( ) Não

12. O preconceito mais freqüente na sua escola está relacionado a: **(MARQUE APENAS UMA OPÇÃO)**

- Raça ( )  
Idade ( )  
Orientação Sexual ( )  
Moda ( )  
Classe social ( )

#### **VII – Família**

13. Você mora com quem? **(MARQUE APENAS UMA OPÇÃO)**

- ( ) Pai e mãe  
( ) Pai  
( ) Mãe  
( ) Avós  
( ) Outros

#### **VIII. Sobre a segurança pública**

14. Você já foi abordado pela polícia militar? **(MARQUE APENAS UMA OPÇÃO)**

- ( ) Sim  
( ) Não

15. Qual a imagem que você tem da polícia? **(MARQUE APENAS UMA OPÇÃO)**

- ( ) Ótima  
( ) Boa  
( ) Ruim  
( ) Péssima

16. Você confia no trabalho da polícia militar? **(MARQUE APENAS UMA OPÇÃO)**

- ( ) Sim ( ) Não

#### **IX. Sobre o Ronda Cultural**

17. Você conhece o Hip Hop? **(MARQUE APENAS UMA OPÇÃO)**

- ( ) Sim  
( ) Não

18. Marque o elemento do Hip Hop que você mais gosta: **(MARQUE APENAS UMA OPÇÃO)**

- Break
- DJ
- Rap
- Grafite

19. Você acha interessante a participação da polícia neste Projeto? **MARQUE APENAS UMA OPÇÃO)**

- Sim
- Não